

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA**

Patricia Barbosa Fernandes



Reprodução da metrópole e a luta pelo uso do espaço:

O movimento pela preservação do quarteirão do Itaim Bibi

Versão Corrigida

São Paulo

2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA HUMANA

Reprodução da metrópole e a luta pelo uso do espaço:

O movimento pela preservação do quarteirão do Itaim Bibi

Patricia Barbosa Fernandes

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana, do Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Mestre em Geografia Humana.

Versão Corrigida.

De acordo,

Isabel Aparecida Pinto Alvarez

Orientadora: Prof^a Dr^a Isabel Aparecida Pinto Alvarez

São Paulo

2016

Autorizo a reprodução total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo da Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas

Fernandes, Patricia Barbosa.

Reprodução da metrópole e a luta pelo uso do espaço: O movimento pela preservação do quarteirão do Itaim Bibi. Orientadora: Isabel Aparecida Pinto Alvarez. São Paulo, 2016, 216p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.

1. Produção do Espaço. 2. Reprodução da Metrópole. 3. Espaço Público. 4. Patrimônio Cultural. 5. Lutas Sociais.

FERNANDES, Patricia Barbosa.

Título: Reprodução da metrópole e a luta pelo uso do espaço: O movimento pela preservação do quarteirão do Itaim Bibi

Aprovada em:

Banca Examinadora

Profª Drª Isabel Aparecida Pinto Alvarez (Orientadora)

Instituição: Geografia/USP

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor (a) Dr(a):

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Professor (a) Dr(a):

Instituição:

Julgamento: _____

Assinatura: _____

Aos meus amores
Rúrion, João e Miguel.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço muito ao Rúrion, meu companheiro de vida. Sua ajuda, sua presença, sua paciência e suas considerações foram fundamentais para a realização deste trabalho. Cada palavra de apoio, incentivo e cada carinho que dividimos valeram a pena. *Eu e você tocamos a mesma música.*

À minha orientadora Isabel Alvarez, a Bel, por ter acreditado na minha pesquisa desde o início. Foram momentos de muito aprendizado e troca nesses anos de mestrado. Sua forma de ver o mundo e sua amizade quero levar comigo sempre.

Também agradeço às Professoras Simone Scifoni e Ana Fani A. Carlos, que participaram da banca de qualificação e fizeram considerações e sugestões fundamentais, me ajudando a refletir de maneira crítica sobre as hipóteses da pesquisa, e assim contribuíram para a reorganização do trabalho.

Aos professores da Geografia que foram fundamentais em minha formação desde a graduação, e que por meio de seus cursos e grupos de estudo me ajudaram a construir uma visão crítica do mundo, como a querida Margarida e também Odette, Glória, Simone, Fani, Tonico e uma vez mais a Bel.

Aos amigos da Geografia, de outras épocas e de hoje, pela constante troca de ideias. Durante a pesquisa tivemos ótimas conversas, principalmente Camila, Fabiana, Marília, Fernanda, Lívia, Bruno, Cláudio, William, Anaclara, e os colegas do grupo da Pós e de Resistências.

Aos meus amigos do IGC, Eliane, Alexandre, Dona Neide e Celso, que mais uma vez apoiaram a pesquisa fornecendo algumas fotografias e material cartográfico histórico de São Paulo, que foram usados no trabalho.

Aos funcionários da secretaria de pós-graduação que sempre me auxiliaram quando foi preciso. Também agradeço à Capes pela bolsa concedida.

Aos amigos que dividiram comigo parte das minhas aflições e alegrias durante o mestrado, principalmente Mila, Gra, Ju, René, Silvana, Rubens, Andrea, Décio, Thaís e Pedro. Especialmente agradeço às queridas amigas Andressa pelo apoio na formatação do trabalho e à Maíra que chegou a pouco e “salvou” os mapas do trabalho.

Aos integrantes do Movimento SOS Quarteirão do Itaim, especialmente Sr. Hércias de Pádua e Jorge Rubies. Também àqueles que usam e trabalham nas unidades do quarteirão do Itaim, e me concederam alguns minutos de seu tempo para as entrevistas, enriquecendo a pesquisa com suas falas e experiências.

Agradeço muito a toda minha família, especialmente meus pais Thereza e Paulinho por todo apoio e compreensão, sem vocês essa pesquisa não teria sido possível. Dedico igualmente este trabalho à Samantha, minha irmã, pois sua presença na APAE do Itaim iluminou para mim a pertinência daquele lugar para o contexto da cidade e da geografia.

Finalmente, aos meus pequenos João e Miguel, ainda sem muita consciência, viveram algumas ausências e falta de paciência. Esta conquista é para vocês.

RESUMO

FERNANDES, P. B. Reprodução da metrópole e a luta pelo uso do espaço: O movimento pela preservação do quarteirão do Itaim Bibi. 2015. Dissertação de Mestrado. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

A presente pesquisa busca examinar o movimento pela preservação do quarteirão do Itaim Bibi, o qual, no contexto atual da reprodução da metrópole, configura-se como uma luta pelo uso do espaço.

Partimos, primeiramente, dos pressupostos mais gerais sobre a produção do espaço, que, sob a influência da mundialização, momento específico do capitalismo, determina-o como condição da reprodução do capital. Também considerando que a metrópole se torna um dos momentos necessários da acumulação, buscamos compreender os processos contraditórios que emergem da reprodução do urbano, tomando como referência a Operação Urbana Faria Lima e o bairro do Itaim Bibi.

Assim, nosso trabalho é desenvolvido no sentido de compreender tanto o significado do quarteirão do Itaim no contexto da metrópole e do próprio bairro quanto da luta que se formou em defesa de sua preservação. Nesse percurso, nossa análise procurou desvendar de que maneira o quarteirão do Itaim nos revela em sua própria produção a contradição entre o valor de uso (apropriação) e o valor de troca (dominação) do espaço, mais precisamente a contradição, materializada inclusive na paisagem urbana atual do bairro, entre o *uso público do espaço* e a reprodução da *cidade como negócio*.

Procuramos analisar o papel do Movimento SOS Quarteirão do Itaim como expressão das mobilizações sociais em defesa do patrimônio cultural, inclusive apontando seus aspectos ambivalentes, isto é, ora com potencial político de questionar os processos hegemônicos em curso, ora reafirmando seus discursos conservadores. Nesse sentido, levando em consideração o ponto de vista social e não somente do poder da classe capitalista que domina o processo urbano, discutimos ainda o significado das *lutas pelo espaço*, que evidenciam as contradições do processo da reprodução da metrópole e podem ter o potencial de produzir uma sociedade mais democrática e espaços socialmente mais justos.

Palavras – chave: produção do espaço, reprodução da metrópole, espaço público, patrimônio cultural; lutas sociais.

ABSTRACT

The present research seeks to examine the movement for the preservation of the Itaim Bibi block, which, in the current context of reproduction of the metropolis, appears as a struggle for space.

We start, first, from the most general assumptions on the production of space, which, under the influence of globalization, a specific moment of capitalism, determine it as the condition to the reproduction of capital. Also considering that the metropolis becomes one of the necessary stages of accumulation, we try to understand the contradictory processes that emerge from the reproduction of the city, with reference to the Urban Operation Faria Lima and the Itaim Bibi neighborhood.

Our work is developed in order to understand both the meaning of the Itaim block in the context of the metropolis and the neighborhood itself, and the struggle that was formed in defense of their preservation. Along this route, our analysis sought to unveil how the Itaim block reveals in its own production the contradiction between use value (appropriation) and exchange value (domination) of space, more precisely the contradiction, embodied even in the current urban landscape of the district, between the public use of space and the reproduction of the city as a business.

We seek to analyze the role of SOS Itaim Movement as an expression of social mobilizations in defense of cultural heritage, pointing also their ambivalent aspects, that is, sometimes with political potential to challenge hegemonic processes, sometimes reaffirming their conservative discourses. In that sense, taking into account the social point of view, and not only the power of the capitalist class that dominates the urban process, we also discussed the significance of the *struggles for space*, which show that the contradictions of the metropolis reproduction process and could have the potential to produce a more democratic society and spaces that are more socially just.

Key – words: production of space; reproduction of metropolis; public space; cultural heritage; social struggles.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Lista de Mapas

Mapa 1.1. Bairro do Itaim Bibi – Modalidades de Uso do Solo (1962).....	59
Mapa 1.2. Bairro do Itaim Bibi – Modalidades de Uso do Solo (1977).....	61
Mapa 1.3. Bairro do Itaim Bibi – Modalidades de Uso do Solo (2014).....	65

Lista de Figuras

Figura 1.1 Acúmulos culturais, estruturais e eventos da vida de bairro	23
Figura 1.2. Limites do bairro do Itaim Bibi e delimitação do quarteirão	44
Figura 1.3. Bairro do Itaim e entorno: valor do solo urbano e paisagem	45
Figura 1.4. Evolução da mancha urbana da cidade de São Paulo.....	48
Figura 1.5. Desenho Urbano do Bairro do Itaim em 1943	50
Figura 1.6. Município de São Paulo – Área urbana 1930/1949.....	53
Figura 1.7. Município de São Paulo – Área urbana 1950/1962.....	54
Figura 1.8. Município de São Paulo – Área urbana 1963/1974.....	55
Figura 1.9. Operações Urbanas em São Paulo.....	72
Figura 1.10. Área de Intervenção da Operação Urbana Faria Lima	75
Figura 1.11. Obras na área de intervenção da Operação Urbana Faria Lima	76
Figura 2.1. Localização da sede do Sítio Itaim em relação ao quarteirão.	90
Figura 2.2. Planta da Divisão Judicial do Sítio do Itaim entre os herdeiros da família Couto de Magalhães.....	90
Figura 2.3. Loteamento e proprietários do quarteirão do Itaim Bibi (2010)	97
Figura 2.4. Croqui de identificação das unidades no quarteirão.....	110
Figura 2.5. Divulgação do Edifício Vitra	130
Figura 3.1. Reportagem do dia 4 de dezembro de 2010 publicada pelo Jornal Folha de São Paulo ...	159
Figura 3.2. Matéria publicada no dia 07 de dezembro de 2010 pelo Jornal Estadão.....	160
Figura 3.3. Reportagem da Folha de São Paulo de 28 de agosto de 2011 que divulga o projeto da JHS	162
Figura 3.4. Proposta da JHSF para a ocupação do quarteirão	163
Figura 3.5. Cartaz da 4º Assembleia do Movimento e 1º Audiência Pública.....	183
Figura 3.6. Reportagem no Jornal Estadão do dia 22 de março de 2012.....	184
Figura 3.7. Reportagem do dia 25 de janeiro de 2011 – Jornal Estadão	184

Lista de Fotos

Foto 2.1. Sede do Sítio Itaim em ruínas, após fechamento do sanatório.	92
Foto 2.2. Sede do Sítio Itaim restaurada, 2013.....	92
Foto 2.3. Edifício Pátio Victor Malzoni e a Casa Bandeirista, 2013.....	93
Foto 2.4. Casa dos Couto Magalhães. Local onde funcionou o Parque Infantil e a Biblioteca, hoje CEI Santa Teresa de Jesus, antes da reforma em 1984.....	93
Foto 2.5. A casa onde hoje funciona a CEI Santa Teresa de Jesus.....	94
Foto 2.6. Biblioteca Anne Frank	113
Foto 2.7. Teatro Décio de Almeida Prado.	115
Foto 2.8. EMEI Tide Setubal.....	117
Foto 2.9. CEI Santa Tereza de Jesus.	118

Foto 2.10. E.E. Ceciliano José Ennes.	120
Foto 2.11. UBS José de Barros Magaldi.	121
Foto 2.12. CAPS II Itaim Bibi.	123
Foto 2.13. APAE Itaim.	125
Foto 2.14. Buffet Torres.	128
Foto 2.15. Buffet Giardini.	128
Foto 2.16. Edifício Vitra.	129
Foto 3.1. Registro da Manifestação realizada no Quarteirão do Itaim, promovida pelo Movimento SOS Quarteirão do Itaim.	185

Lista de Gráficos

Gráfico 2.1. Perfil das pessoas que usam as unidades do quarteirão.	111
Gráfico 2.2. Perfil das pessoas que usam a Biblioteca Anne Frank.	114
Gráfico 2.3. Perfil das pessoas que usam o Teatro Décio de Almeida Prado.	116
Gráfico 2.4. Perfil das pessoas que usam a EMEI Tide Setubal.	118
Gráfico 2.5. Perfil das pessoas que usam a CEI Santa Teresa de Jesus.	119
Gráfico 2.6. Perfil dos usuários da Escola Estadual Ceciliano José Ennes.	121
Gráfico 2.7. Perfil das pessoas que usam a UBS.	122
Gráfico 2.8. Perfil das pessoas que usam o CAPS III.	124
Gráfico 2.9. Perfil das pessoas que usam a APAE.	126

Lista de Quadros

Quadro 1.1. Andamento das Intervenções em 2011.	77
Quadro 2.1. Histórico das Matrículas dos terrenos que integram o quarteirão.	95

Crédito das fotos da capa, página 84 e 144: Acervo do Movimento SOS Quarteirão do Itaim

LISTA DE ABREVIATURAS

APAE | Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais
BOVESPA | Bolsa de Valores de São Paulo
CAPS | Centro de Atenção Psicossocial
CEI | Centros de Educação Infantil
CEPAC | Certificado de Potencial Adicional de Construção
CEU | Centro Educacional Unificado
CONDEPHAAT | Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Artístico do Estado de São Paulo
CONPRESP | Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Ambiental da Cidade de São Paulo
CTI | Centro de Treinamento do Itaim
EE | Escola Estadual
EMBRAESP | Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio
EMEI | Escola Municipal de Educação Infantil
EMPLASA | Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano
EMURB | Empresa Municipal de Urbanização de São Paulo
FAU | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
FIIs | Fundos de Investimento Imobiliário
HIS | Habitação de Interesse Social
IBGE | Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IGC | Instituto Geográfico e Cartográfico
IPHAN | Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
LUME | Laboratório de Urbanismo da Metrópole
ONG | Organização Não Governamental
OSCIP | Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
OU | Operação Urbana
OUAE | Operação Urbana água Espreada
OUFL | Operação Urbana Faria Lima
PT | Partido dos Trabalhadores
SAIB | Sociedade Amigos do Itaim Bibi
SEMPLA | Secretaria Municipal de Planejamento
SMB | Sistema Municipal de Bibliotecas
SMDU | Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
SVMA | Secretaria do Verde e do Meio Ambiente
TUSP | Teatro da Universidade de São Paulo
UBS | Unidade Básica de Saúde
UPPH | Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico
USP | Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução	13
Capítulo 1. Reprodução da metrópole de São Paulo: pressupostos da luta pela preservação do quarteirão do Itaim Bibi.	19
1.1. Pressupostos teóricos acerca da mundialização e da produção do espaço	26
1.2. A produção do bairro do Itaim Bibi	41
1.3. Políticas de espaço: a Operação Urbana Faria Lima	69
Capítulo 2. A Produção do Quarteirão do Itaim Bibi.....	84
2.1. A produção do quarteirão do Itaim Bibi	87
2.1.1. Propriedade privada: a porção de terra que originou o Sítio Itaim	88
2.1.2. Propriedade pública: o projeto do quarteirão	101
2.1.3. O quarteirão hoje.....	107
2.2. O Quarteirão do Itaim: <i>espaço de uso público?</i>	130
Capítulo 3. “O Quarteirão é nosso”: Luta pelo uso do espaço.....	144
3.1. Breves considerações sobre lutas sociais urbanas.....	150
3.2. O Movimento SOS Quarteirão do Itaim	156
3.2.1 Breve reconstrução do processo.....	158
3.3. O pedido de tombamento do quarteirão	195
3.4. A preservação patrimonial: da estratégia à reapropriação	200
Considerações Finais.....	207
Referências Bibliográficas	211

Introdução

Pesquisar o “Quarteirão do Itaim” bem como o movimento que tem resistido por sua preservação criou desafios teóricos bem maiores do que havíamos previsto de início. Tais desafios surgiram, antes de tudo, em razão da perspectiva metodológica assumida pela pesquisa. Para a *geografia urbana crítica*, entender “o caso” do quarteirão implica localizá-lo em um amplo e complexo processo de produção do espaço urbano nas metrópoles, lançando-nos aos pressupostos de valorização do capital em uma economia mundializada e financeirizada, às políticas urbanas conduzidas pelo Estado e a interesses e necessidades sociais. Assim, o que estava ocorrendo nas transformações sofridas ao longo da história do quarteirão remetia antes a um diagnóstico sobre a urbanização capitalista e às suas contradições. Igualmente o “Movimento SOS Quarteirão do Itaim”, ao reunir diferentes associações que lutaram e lutam pela preservação do quarteirão, parecia ter mais a revelar do que apenas suas características próprias e delimitadas. Foi por isso que uma das questões de fundo mais importantes que nos conduziu ao longo da pesquisa foi a seguinte: A mobilização pela preservação do quarteirão do Itaim pode apontar para além dela mesma, isto é, pode revelar o sentido de uma *luta pelo espaço*?

A resposta a esta pergunta nos levou, em nosso primeiro capítulo, a buscar os pressupostos da reprodução da metrópole no presente. Afinal, por que a relação entre capitalismo e espaço se tornou nuclear para a compreensão do processo de urbanização? Partimos de uma interpretação de acordo com a qual o espaço não é apenas um produto, mas condição da valorização do capital. Sob relações sociais capitalistas, a produção do espaço implica uma “recriação” de novas formas de acumulação capitalista. Desse modo, procuramos examinar os processos que conduzem à sujeição do espaço urbano pela nova lógica da acumulação. O mais intrigante nessa investigação é que não se trata de uma determinação sem contradições. Quando nos debruçamos sobre a urbanização da metrópole paulista, essa noção de que o espaço agora é condição para a realização do capital revela que há tanto a presença de interesses econômicos hegemônicos aliada à forte atuação do Estado na viabilização de tais interesses quanto a existência de sujeitos sociais que se opõem, em certa medida, ao processo dominante de produção do espaço.

Nossa reflexão articulou abordagens teóricas voltadas à compreensão do capitalismo como mundialização. Porém, além disso, entendeu ser necessário buscar na dimensão do *vivido* a percepção dos processos contraditórios que envolvem as relações de apropriação do espaço. Tendo em vista o estudo do quarteirão do Itaim Bibi, o capítulo inicial foi organizado de modo a identificar três diferentes momentos da história do bairro que elucidam a construção da metrópole de São Paulo: da *formação* do bairro no contexto da cidade, passando pelo seu *desenvolvimento* até chegar ao que caracterizamos como sua *ruptura*. Isso nos permitiu analisar como o quarteirão foi posto em xeque no presente pela lógica de acumulação personificada no setor imobiliário, impondo mudanças no modo de vida do bairro, bem como possibilitou desvendar as razões de ter se tornado objeto de disputa. O marco de ruptura no bairro do Itaim, de nossa perspectiva, foi a Operação Urbana Faria Lima (OUFL), que modificou profundamente os conteúdos, práticas e usos do espaço.

Ao longo desses três momentos, no que se constitui o quarteirão? Procuramos responder a esta pergunta no segundo capítulo. E descobrimos, ao investigar sua origem, sua formação e os elementos que o compuseram no decorrer de sua história, que se trata de um espaço em que convivem contraditoriamente dois projetos de cidade (e de sociedade). Em linhas gerais, um deles privilegiou o *uso público* do espaço. O outro, por sua vez, propõe seu negativo, isto é, visa concretizar a *privatização* de seu uso. Por esta razão, este capítulo reconstrói o que entendemos ser uma tensão inerente entre “público” e “privado” na própria reprodução da metrópole. Para tanto, expusemos a produção do quarteirão originada do sítio do Itaim, na qualidade de propriedade privada, e mostramos como seu projeto se tornou propriedade pública vinculado ao Convênio Escolar na década de 1950. Por várias décadas, e mesmo com tantas transformações sofridas pelo bairro do Itaim, o quarteirão manteve o uso público como traço marcante. Entretanto, no ano de 2010, um novo “projeto”, levado a cabo pela gestão municipal de Kassab, coloca em risco a permanência do quarteirão. A iminência de sua perda fez com aqueles que o consideram um lugar da memória, do uso cotidiano, do vivido, reagissem em prol de sua preservação.

Nosso capítulo final procurará mostrar que a contradição posta no quarteirão entre a mercantilização da metrópole e a possibilidade de um uso público do espaço confluiu, em

grande medida, para o centro da demanda política e social do movimento em defesa do bairro, compondo o Movimento SOS Bairro do Itaim. Este se insere no quadro dos novos movimentos sociais e de novas formas de lutas urbanas, que ampliaram as pautas reivindicatórias da participação popular. Como veremos, as lutas políticas no contexto urbano não se limitam apenas a reivindicações tradicionalmente reconhecidas como necessidades básicas, mas também incorporam uma pluralidade de novas necessidades (lutas por reconhecimento, injustiças culturais etc.). Além disso, no contexto das mobilizações pela preservação patrimonial, o Movimento SOS Bairro do Itaim também recorre à estratégia do tombamento como forma de bloquear o avanço da *cidade como negócio* (CARLOS, 2012). Nesse sentido, o movimento explicitou as contradições consideradas centrais no processo de produção do espaço. Afinal, a luta pelo bairro parece estar respaldada por reivindicações de uma cidade mais democrática, de uma apropriação de seus espaços em vista de usos mais ricos, diversos e simbólicos por parte das pessoas.

Sendo assim, e dada a impossibilidade do urbano para todos (Cf. DAMIANI, 2004), a luta pelo espaço também remete, de nosso ponto de vista, a uma luta mais ampla pelo direito à cidade. Logo, a luta social urbana, que na presente análise se constitui como luta pelo espaço, é um elemento constitutivo que se origina no próprio interior do processo de urbanização capitalista. Por isso, diante da impossibilidade da realização social da cidade imposta pela sua privatização generalizada, somente através das lutas urbanas são renovadas as necessidades sociais voltadas aos usos, de caráter simbólico e político. O olhar da geografia urbana, portanto, não deve desviar-se dessas reivindicações que se revelam como lutas pelo espaço travadas no seio das nossas cidades, para que possa contribuir, de maneira crítica, com a compreensão da atual urbanização capitalista que cada vez mais se distancia da possibilidade da justiça espacial e do direito à cidade.

Trata-se de assumir que, mesmo diante do quadro de desigualdade socioespacial em que se encontram nossas cidades, as diferenças na pauta das reivindicações dos movimentos sociais não devem ser consideradas como mais ou menos importantes, mesmo quando distinguem necessidades básicas de subsistência ou necessidades de reconhecimento cultural, pois entendemos que são necessidades imbricadas em um processo social complexo e plural.

Mais do que isso, embora a privatização tenha se generalizado em proporções assustadoras, a motivação de nossa reflexão consiste no fato de que, junto às lutas em torno de desigualdades econômicas e culturais, o espaço também tem sido disputado. O direito à cidade, com sua busca democrática de apropriação espacial, é de certo modo “antecipado” pelo horizonte da luta, por meio dos apelos, críticas e movimentos de resistência que apontam para outras formas de se produzir o espaço urbano. Reafirmamos assim que a produção do urbano não pode estar separada daqueles que realizam no cotidiano suas práticas socioespaciais, que se referem ao vivido, às necessidades culturais, simbólicas etc. Tais práticas, que contradizem as determinações puramente econômicas, estão abertas, em termos lefebvrianos, aos conteúdos e apropriações que constituem as experiências sociais no plano da vida cotidiana.

É preciso reforçar ainda que analisaremos o recurso do tombamento principalmente como meio utilizado para resistir aos planos da venda dos terrenos do quarteirão. Pretendemos analisá-lo não com o intuito de reconstruir todos os aspectos cronológicos e legais relacionados a seu caso específico, mas tão somente tendo em vista a estratégia do movimento e os significados políticos que ganhou (ou deixou de ganhar). Pois, considerada criticamente, a preservação patrimonial conta com uma série de dificuldades, e pode ser mobilizada em casos de conflito por motivos e interesses bem diferentes. Em que medida, no contexto dos problemas analisados em nossa pesquisa, o pedido do tombamento estaria sendo utilizado de modo a convergir com a luta pelo uso do quarteirão como espaço público? Além de poder servir como “bloqueio”, por assim dizer, à lógica da mercadoria, o tombamento teria conseguido trazer à tona a contradição privado *versus* público, isto é, o caráter *social* a que está ligado dentro do processo de produção do espaço urbano?

Neste sentido, trata-se, por um lado, de apostar na luta existente pela preservação do quarteirão, pois tal luta consiste em uma forma de resistência nada desprezível. E, por outro, trata-se de *criticar* suas limitações e ambiguidades, uma vez que a estratégia do tombamento parece não aproveitar todo o potencial da contradição diagnosticada. Talvez a pesquisa seja capaz de discernir tal potencial e contribuir com uma abordagem crítica acerca do processo urbano. A contradição entre “valor de uso” e “valor de troca”, que também vem à tona na questão patrimonial, não evidenciou plenamente que a própria constituição espacial da

história do quarteirão acabou colocando em choque dois tipos de uso do espaço que podem se opor mais abertamente: a apropriação *pública* do espaço *versus* a dominação *privada* do espaço realizada pela mercantilização da cidade.

Além de considerar as possibilidades e limitações do recurso em favor da preservação do quarteirão do ponto de vista do tombamento, procuramos mostrar também que a questão da produção do espaço, tal como a entendemos, pode ter sido assimilada pelos movimentos em defesa do quarteirão de forma mais ou menos adequada. Isso permite que nos distanciemos dos movimentos, que a perspectiva crítica pretendida pela análise do processo que envolve o quarteirão do Itaim não replique simplesmente as vozes, valores e interesses dos grupos diretamente envolvidos. O que se pretendeu reforçar no último capítulo é o elemento político e social que perpassa a luta patrimonial em torno do quarteirão. Isso implica que a questão patrimonial precisa transcender a estratégia específica do tombamento. Segundo nossa visão, a própria “cultura” está sendo disputada, mas às vezes, como veremos, a utilização do tombamento na disputa em questão parece bloquear seu sentido *político*, que poderia ser aprofundado. O patrimônio tem um duplo e contraditório papel: *mediador* da mercadoria e *portador* de símbolos (SCIFONI, 2015a). Entendemos, ademais, que os movimentos lutaram também pelo uso público do quarteirão, mas, ao final, não foram capazes de entrelaçar radicalmente este ponto de vista com o da preservação patrimonial (pelo discurso do verde, pela visão tradicional de patrimônio que ressaltam aspectos fetichizados da arquitetura, pela especulação imobiliária entre outros). Poderíamos até dizer que o recurso à preservação pôde servir em maior ou menor medida para bloquear o uso privado unilateral do espaço no caso do quarteirão, mas a oposição público *versus* privado, que fez parte da constituição daquele espaço e se tornou uma contradição evidente, ressalta, segundo compreendemos, o elemento nuclear mais relevante de sua contradição.

Portanto, a presente pesquisa, orientada por uma perspectiva crítica dos processos urbanos, tem em vista mostrar que, embora de modo não totalmente radical, ainda assim a luta colocada em movimento em prol do quarteirão *está* vinculada às contradições objetivas da produção espacial. Trata-se, portanto, de pressupor metodologicamente uma relação entre *teoria e práxis* inerente à investigação do processo, do mesmo modo como Lefebvre a

concebeu (2008c). A luta pelo uso do espaço traz à tona o choque entre privado *versus* público na reprodução da vida social, uma expressão da contradição que tentamos diagnosticar na presente pesquisa. “Nesse processo”, afirma Ana Fani A. Carlos, “ganha contorno a contradição entre as estratégias do Estado (que visam à reprodução do capital e à reprodução de um espaço dominado) e aquelas dos sujeitos sociais através dos usos do espaço (objetivando a reprodução da vida) que a prática espacial revela” (2015c, p. 16). Pretendemos então reforçar o potencial crítico do movimento localizado no processo de produção do espaço, ainda que para os próprios concernidos os resultados de sua luta às vezes não almejassem uma apropriação pública do quarteirão.

Com isto, após a análise do processo próprio ao quarteirão do Itaim, podemos dizer que seu movimento específico de resistência poderia apontar para uma luta mais ampla pelo espaço. Entretanto, apenas com insistente mobilização, organização e luta social será possível criticar de maneira radical e tentar influenciar a valorização espacial. E nisso a experiência do movimento em prol do quarteirão nos mostra que hoje a possibilidade de uma cidade ser apropriada de maneira mais democrática depende mais do que nunca da luta. Da nossa perspectiva, sua luta pelo espaço constitui uma forma de resistência limitada, mas socialmente existente, sobre a qual uma geografia urbana crítica precisa se debruçar.

Capítulo 1. Reprodução da metrópole de São Paulo: pressupostos da luta pela preservação do quarteirão do Itaim Bibi.

Compreender o potencial da luta pela preservação do quarteirão do Itaim Bibi¹ para questionar o sentido de mudanças sociais objetivas requer entender o processo de reprodução da metrópole. Mais precisamente, enquanto mediação da racionalidade do Estado e da lógica do mercado (ordem distante) tanto quanto do plano da vida (ordem próxima), a metrópole expõe atualmente a disputa pelo espaço em lugares como o quarteirão, que são *espaços residuais*, (Cf. SEABRA, 2004a) cheios de significados e conteúdos, reconhecidos por práticas socioespaciais oriundas de outro tempo e espaço. Importa-nos saber se as experiências e os fatores que envolveram a produção do quarteirão e sua inserção na prática social poderiam também ser percebidos como possíveis *entraves* aos processos hegemônicos que caracterizam a reprodução da metrópole de São Paulo no momento atual e que está assentado na lógica da valorização, da transformação de todos os lugares em fragmentos produtivos, sem referenciais. Isso significa que o quarteirão e as práticas sociais que por ele e nele se realizam revelam um importante *potencial* de luta pelo espaço, que está assentado nos usos uma vez enraizados ou tornados possíveis naquele espaço. A luta pela permanência destes usos e, portanto da materialidade que o guarda expôs uma série de contradições inerentes à reprodução social com consequências práticas e teóricas significativas para uma análise crítica do urbano.

Odette Seabra nos explica que, no decorrer do fenômeno de implosão-explosão da cidade², a metrópole se constituiu como uma forma urbana que muda a qualidade do fenômeno urbano e, que “nesta mudança, o fundamental é a luta por território” (SEABRA, 2004a, p. 185). A metrópole seria, portanto, uma justaposição de elementos desconexos, distinta da cidade (centralidade pressuposta), cuja morfologia seria a tradução da lógica da reprodução da sociedade atual:

¹ Essa área está localizada no bairro do Itaim Bibi, região sudoeste de São Paulo, entre a Av. Horácio Lafer e as ruas Cojuba, Lopes Neto e Salvador Cardoso. Em um terreno de 20 mil m² funcionam 8 equipamentos públicos de interesse social: uma unidade da APAE (associação de pais e amigos dos excepcionais), a Biblioteca Pública Anne Frank, o Teatro Décio de Almeida Prado (antigo TUSP), a Creche de Educação Infantil Santa Teresa de Jesus, a Escola Municipal de Educação Infantil Tide Setubal, a Escola Estadual Prof^o Ceciliano José Ennes, a Unidade Básica de Saúde José de Barros Magaldi e o Centro de Atenção Psicossocial 24 horas – CAPS III.

² Henri Lefebvre diagnostica o fenômeno da implosão-explosão em que ocorre a concentração urbana de pessoas, atividades, riquezas, objetos etc., ocasionando a extensão do tecido urbano e levando a uma explosão de fragmentos múltiplos e difusos – periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc Cf. LEFEBVRE (2008a).

“Na sua materialidade, a metrópole vai sendo composta por justaposições sucessivas, que aparecem como mosaicos desconexos. Isso é muito diferente da cidade que tinha uma centralidade pressuposta (o velho centro) para onde tudo convergia, e de onde se articulavam espaço e tempo produtivos. A segregação transparecia na oposição do centro com o não centro e expressava a conjunção da cidade, dos bairros e dos subúrbios. Na concentração urbana metropolitana foram sendo aprofundadas as separações, pois, não só o centro (velho centro) foi sendo aniquilado como as camadas de melhor renda da sociedade passaram a viver a experiência da retirada dos bairros centrais, com a formação de territórios exclusivos”. (SEABRA, 2004a, p.184)

Mas se afirmamos que, no quadro destas “justaposições” pressupostas, o quarteirão aparece como entrave, resíduo e potencial, é preciso entender exatamente a o que ele está se opondo. Trata-se da luta que se formou em contraposição à proposta de venda do quarteirão pela prefeitura em 2010, uma disputa travada pela sociedade civil por sua preservação, contra as pressões exercidas pelo Estado proprietário da área em aliança com a especulação imobiliária interessada na compra de seu terreno. Por esta razão, iniciaremos o presente capítulo com a apresentação de alguns *pressupostos teóricos* acerca da mundialização e sua relação com a produção do espaço. Pois partimos da ideia mais geral de que a urbanização atual descortina o modo como se realiza hoje o capitalismo como mundialização, considerando que tal processo não se restringe somente à esfera econômica da produção material, mas incorpora igualmente as esferas política e social. Mas será na dimensão do *vivido* que a percepção da apropriação do espaço ganhará maior complexidade em função da lógica político-econômica à qual a sociedade se vê submetida.

Será preciso ressaltar, portanto, o papel central que a metrópole assume no processo de urbanização quando o próprio espaço se torna condição da reprodução do capital. Isto significa que a escala da metrópole, com sua expansão e conseqüente fragmentação, corresponde ao espaço cada vez mais dividido e segmentado, evidenciando diferenças e desigualdades socioespaciais que ocorrem no âmbito da prática social. Os pressupostos teóricos são fundamentais para compreendermos o processo de construção da metrópole, mas eles foram acessados com a perspectiva de compreender os conteúdos mais gerais que pudessem explicar o movimento de reprodução do capital e do espaço, a partir da análise deste fragmento específico da metrópole. Deste modo, procurando articular os níveis de

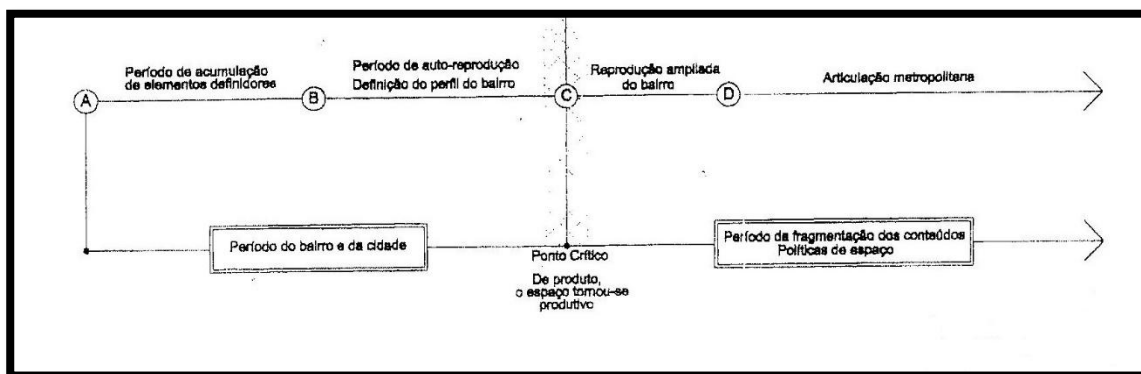
análise, buscamos chegar à totalidade do processo, não como sistema fechado, mas como movimento, repleto de contradições.

Esse esforço nos aproximou da literatura produzida principalmente por geógrafos que Maurício de Abreu chamou de corrente marxista-lefebvriana. Assim, como segundo momento deste percurso, procuramos estabelecer alguns nexos que ajudam a descortinar a formação e reprodução da metrópole de São Paulo pelo caminho do processo de produção do espaço. Nosso objetivo ao estabelecer tais nexos foi o de identificar alguns momentos desse processo, apresentando “eventos e estruturas” (SEABRA, 2003) que marcam, no tempo e no espaço, o bairro e a cidade, configurando também a construção da metrópole. Assim, o primeiro momento diz respeito à formação do bairro no contexto da cidade ainda em expansão. O segundo momento trata de entender a relação entre o bairro e cidade, isto é, de que maneira, com o advento da industrialização, a cidade muda sua morfologia e suas funções, em um processo de implosão e explosão no qual o espaço e o tempo fragmentados dão novos conteúdos e significados à cidade e aos bairros, agora entendidos como lugares privilegiados da acumulação, partes fundamentais da produção e circulação da mercadoria. A cidade se configura como uma mediação entre a lógica política (Estado) e a econômica (mercado), e o espaço ganha novo sentido, passando de produto a produtivo ao capital. Por conseguinte, a própria ideia de bairro (vida de bairro) exige ser repensada. O terceiro momento, por sua vez, caracteriza-se por uma ruptura no curso do processo de produção da cidade e do bairro, pois a lógica da mercadoria se impôs de forma generalizada sobre o sentido do uso da cidade, configurando assim a metrópole (fragmentada, hierarquizada e homogeneizada). A partir deste momento, a metrópole também se reproduzirá mediante políticas de espaço na forma de operações urbanas, por exemplo, criando espaços cada vez mais divididos e esvaziados de significados para as pessoas em termos de seu valor de *uso*, sobretudo se consideramos as relações que se estabeleciam na dimensão do bairro e já não encontram os nexos que um dia se realizavam na vida cotidiana. Neste contexto, a luta por espaço se aprofunda e revela as contradições do processo.

Estes momentos, com suas mudanças qualitativas, revelariam de nosso ponto de vista, o movimento de formação-reprodução-dissolução do bairro do Itaim Bibi. Buscamos compreender as circunstâncias de produção desse bairro a partir de suas mudanças qualitativas. Ao pensar no bairro do Itaim e tomar como referência uma linha do tempo, de acordo com Seabra (2003), vamos do “zero do bairro”, o momento próximo à origem da chácara Itaim, até o “não-bairro”, momento já característico da metrópole fragmentada. A **Figura** a seguir exemplifica essa divisão dos três momentos, a formação do bairro – primeiro momento (entre A e B); o desenvolvimento do bairro - segundo momento (entre B e D, incorporando o ponto crítico) e a ruptura do bairro - terceiro momento (a partir de D).

O fato é que a relação entre o bairro do Itaim Bibi e a cidade se transformou concreta e radicalmente. Tomando como referência esses três momentos mencionados, identificamos em sua história a formação do bairro (primeiro momento), marcada originalmente pela integração da várzea do rio Pinheiros (dos que vinham do centro e de Pinheiros para Santo Amaro) ao processo de urbanização, quando se constitui a chácara Itaim até o surgimento do primeiro loteamento realizado pelos herdeiros do proprietário (entre 1896 – aquisição das terras pelo Gal. Couto de Magalhães e 1920/30 – divisão das primeiras ruas e venda de lotes para imigrantes).

Figura 1.1 Acúmulos culturais, estruturais e eventos da vida de bairro



Fonte: SEABRA, 2003, p. 63

Nesse período as atividades do bairro eram essencialmente rurais e formadas por pequenos estabelecimentos de comércio e serviço locais. O desenvolvimento do bairro

(segundo momento – entre os anos 1930 e 1980), diz respeito à definição do perfil do bairro ocupado por trabalhadores e camadas populares, à integração com diferentes espaços da metrópole, à consolidação de uma ocupação mais adensada e de padrão residencial, predominantemente horizontal, e que ao longo do período começa a se verticalizar. Esse processo, que também ocorreu em outras partes da cidade, não chega a alterar radicalmente a morfologia original do bairro. Todavia, é neste período que a relação bairro–cidade transcende fortemente a espacialidade do bairro, pois a dinâmica do bairro não pode mais ser entendida no nível do próprio tempo do bairro, mas sim relacionada ao avanço da urbanização e também da realização de políticas públicas para além do núcleo central da cidade. No Itaim, ocorrem neste momento intervenções urbanas, principalmente a canalização de cursos d’água e a construção de avenidas sobre essas drenagens. Ressaltaremos também que é neste momento que o projeto do quarteirão será realizado.

O terceiro momento, por sua vez, é caracterizado por uma ruptura no processo de produção do bairro do Itaim. Trata-se do “não-bairro”, uma vez que os elementos que o definiram em seu processo histórico são implodidos e fragmentados. Esse processo é marcado, sobretudo, pela Operação Urbana Faria Lima, que altera profundamente a morfologia do bairro e, conseqüentemente, as relações sociais que ocorrem na dimensão do vivido, expulsando antigos moradores, fechando estabelecimentos comerciais locais, dando novos usos a espaços tradicionalmente residenciais com a implantação de edifícios comerciais e de serviços, como também modificando o perfil dos moradores do bairro ao atrair uma população mais abastada. De acordo com nossa análise, o quarteirão é colocado em xeque neste contexto, por ser um resíduo de um espaço-tempo anterior da produção do bairro, tornando-se objeto de disputa: de um lado, será disputado por aqueles que o consideram um entrave ao avanço da acumulação – a qual busca se realizar por meio da aliança entre o Estado e o mercado (setor imobiliário); de outro, pelos que não querem sua exclusão e se unem em defesa de sua preservação (Movimento SOS Quarteirão do Itaim). Entendemos que o terceiro momento (caracterizado pela ruptura) pode ser melhor compreendido ao analisarmos a Operação Urbana Faria Lima, pois é esta intervenção em particular que atingirá o bairro, destituindo-o de seus sentidos e significações. Veremos de que maneira essa operação

deslocou a produção do bairro em seu sentido histórico (enquanto produto social) para orientá-la à dinâmica da produção do valor (espaço como condição).

Assim, a seção final deste capítulo se debruça sobre essa operação urbana específica com o objetivo de refletir justamente sobre os conteúdos da reprodução da metrópole que acentuam as contradições socioespaciais, colocando em cena diferentes interesses constituídos numa relação entre o econômico, o político e o social. Como desdobramento das contradições que se intensificam pelo embate entre o “valor de troca” e o “valor de uso” que se estabelece na produção do espaço, a metrópole e seus recortes – como, por exemplo, o centro, o bairro, o espaço público etc. – precisam ser repensados, uma vez que seus significados ganham novos conteúdos impostos pelo movimento de uma reprodução social que conta com a primazia da dominação privada. Disso resulta um estranhamento das relações sociais entre os que habitam a cidade, cada vez mais mediada pela mercadoria, naturalizando essa predominância do privado e fazendo com que este se imponha sobre o sentido do uso improdutivo da vida cotidiana. Porém, isso não ocorre sem conflitos, tensões e também resistências. Portanto, é preciso considerar o ponto de vista das pessoas em sua relação com a produção espacial, já que são elas que encontram os meios, na prática socioespacial, de formular conteúdos diferenciados para a realização da vida na cidade.

No âmbito da vida de bairro, considerado produto e obra de seus moradores, a produção de uma prática socioespacial se transforma no curso da reprodução da metrópole em um fragmento muitas vezes amorfo, destituído de significados para aqueles que ali viveram e vivem seu cotidiano, impossibilitando o reconhecimento de identidades próprias daquele lugar. O terceiro momento corresponde precisamente a essa unilateralização de sentido, ou, inversamente, ao processo que esvaziará o espaço de sua apropriação prática. Todavia, os moradores precisam encontrar meios de suportar a metamorfose a que foi submetido o bairro, pois a prática no nível do vivido se faz e refaz continuamente, ainda que envolta em contradições. É desta perspectiva que compreenderemos a disputa pelo quarteirão como uma problemática do bairro, especificamente do bairro do Itaim Bibi, no processo de reprodução da metrópole.

Assim, como pretendemos demonstrar nesta pesquisa, a partir da demanda social suscitada por um grupo de pessoas que tem relação com esse lugar, deparamo-nos com diversas questões que levam a ampliar as discussões sobre o processo de reprodução da metrópole, dentre elas a questão da relação entre o bairro e cidade, do espaço público, da preservação patrimonial, das estratégias dos que resistem diante dessa produção hegemônica da cidade. Estas questões implicam resgatar o processo em que se originou o quarteirão tendo como referência a história do bairro, enquanto um processo de produção do espaço que, em um momento dessa história, promoveu um projeto de uso público do espaço e que hoje, ao longo da luta suscitada contra a proposta de venda do quarteirão, mostra-nos, como veremos adiante, que ainda permanece como resíduo.

1.1. Pressupostos teóricos acerca da mundialização e da produção do espaço

Para compreender as contradições envolvidas na produção do espaço, é importante considerar as transformações do capitalismo que formam o pano de fundo da presente pesquisa. O capitalismo se realiza por e a partir do espaço, implicando que o conteúdo da urbanização em curso se desenvolva pela nova relação entre Estado e espaço e pela combinação entre o capital financeiro e o imobiliário, os quais redefinem a centralidade e a vida cotidiana na metrópole. (ALVAREZ, 2008). Ao atuarem em conjunto, mercado e Estado asseguram a existência da sociedade capitalista e sua reprodução por meio de agentes do mercado financeiro que redefinem os mecanismos de rentabilidade do capital e dos estados nacionais através de políticas de regulamentação econômica, ora abrindo seus mercados ora controlando-os.

Como já mencionado, nosso objeto de pesquisa, o “quarteirão do Itaim”, está localizado no bairro do Itaim Bibi na região sudoeste da cidade São Paulo, um dos vetores que mais recebeu investimentos nos últimos anos vindos por meio de parcerias público-privadas, dentre as quais se destaca a Operação Urbana Faria Lima (OUFL). Este quarteirão do bairro é um espaço que abriga serviços públicos voltados à cultura, educação, saúde e assistência social. Compreender o processo que levou o bairro do Itaim Bibi a ser incorporado ao circuito da valorização pode nos ajudar refletir sobre o sentido de sua permanência ser colocada em xeque. Mais do que isso, nos mobiliza a pensar qual o papel atribuído aos espaços públicos na

metrópole atual, contrapondo assim “uso público” e “dominação privada” do espaço. Tentaremos mostrar que, na dimensão do bairro, o quarteirão obteve um uso social que foi colocado em xeque precisamente pela lógica de reprodução subordinada ao valor de troca. A contribuição de alguns autores sobre as transformações recentes do capitalismo (marcado pela financeirização) e a relação com a produção do espaço nos parece elucidativa para entendermos de que modo as tendências gerais de valorização determinam mais concretamente a reprodução do espaço na metrópole.

David Harvey (2011) ressalta que as transformações do capitalismo sob os efeitos das crises de acumulação do capital são caracterizadas, a partir de meados dos anos 1970, pela passagem do fordismo à acumulação flexível³. Sublinha-se, todavia, que no pós-guerra, por exemplo, o fordismo foi uma estratégia que emergiu para solucionar o problema da crise que atingiu o sistema de produção da época, e que foi aproveitado para ampliar a acumulação do capital ao ser incorporado pelo modo de vida, principalmente, assumido pelo modernismo (HARVEY, 2011, p. 131). Posteriormente, segundo Harvey, a rigidez característica do capitalismo sobre as bases fordistas (o grande capital, o grande governo, o grande trabalho) impediu, em certa medida, o desenvolvimento do capitalismo. As novas bases – agora sob a ordem da flexibilidade na produção, no trabalho e nas formas de consumo, no mercado de capitais, nos direitos assegurados e na produção do espaço, emergiram como estratégias para atenuar as dificuldades com a produção e realização do valor em escala ampliada. Harvey aponta assim para a explosão de novos instrumentos e mercados financeiros associados a sistemas altamente sofisticados de coordenação financeira em escala global. Embora isso possa levar a novos tipos de crise (“riscos financeiros inéditos”), foi justamente esse sistema financeiro que “permitiu boa parte da flexibilidade geográfica e temporal da acumulação capitalista” (HARVEY, 2011, p. 181). Estabeleceu-se assim um padrão a partir da inovação dos sistemas financeiros, isto é, um certo requisito necessário para superar a crise temporal, geográfica e mesmo política que era peculiar ao fordismo até início da década de 1970. É por essa razão que agora, para uma compreensão atual do capitalismo global, temos de nos concentrar nos aspectos financeiros da organização capitalista e no papel do crédito.

³ Sobre o tema cf. HARVEY, 2011; BOTELHO, 2008.

Ainda no contexto da crise de acumulação dos anos 1970, o processo de financeirização da economia em escala mundial, como aponta François Chesnais (1999), diria respeito à ascensão do capital financeiro sobre o capital industrial no processo de acumulação. Esse movimento, que permitiu o estabelecimento do capital financeiro como predominante na fase atual do capitalismo, não ocorreu sem a participação dos Estados, os quais, para Chesnais, foram os responsáveis pela decisão de liberar o movimento dos capitais, desregulamentando e desbloqueando seus sistemas financeiros. Segundo o autor, o Estado teve papel fundamental também na implantação de políticas que permitiram a criação de “investidores institucionais”, isto é, instituições especializadas na regulação do mercado de ações (por meio de fundos de pensão, sociedades de seguros, etc.) que tiveram a função de realizar a acumulação financeira em escala ascendente, pois os lucros das empresas do sistema produtivo e de rendas não consumidas de famílias-acionistas não voltavam à produção material, restringindo-se ao sistema financeiro. (CHESNAIS, 2005, p. 35-36). A chamada *liquidez* – ou tempo (mais rápido) de circulação do capital – é a principal característica da supremacia do capital financeiro.

O que parece ter se delineado é que, diante do agravamento da produção do valor em escala ampliada⁴, o tempo de circulação do capital passou a ser exigido com maior rapidez, fato que tornava o sistema produtivo pouco atraente para o reinvestimento do lucro das empresas e da renda não consumida e fazia assim do mercado de capitais o principal mecanismo para a realização do capital portador de juros⁵. No presente, essa lógica da mundialização financeira imposta cria novas formas e modelos de acumulação que se expressam “por meio da abertura comercial, da desregulamentação financeira, do crescimento da previdência privada, das privatizações, da transformação dos edifícios em ativos financeiros ou fundos de investimentos” (FIX, 2009, p.46) para citarmos alguns exemplos. E dentro desta lógica, recebe destaque o lugar destinado aos fundos de investimentos

⁴ Sobre esse ponto cf. CHESNAIS, 1996; ARRIGHI, 1996; HARVEY, 2011.

⁵ Chesnais vai afirmar que o capital portador de juros tem grande influência no ritmo da acumulação, e consequentemente, sobre a economia mundial. (2005, p. 36)

imobiliários⁶, que, ao aliar o processo de financeirização e a produção do espaço por meio do elemento imobiliário, são considerados estratégias fundamentais à reprodução do capital.

Deve-se acrescentar a esse processo de *mundialização das finanças* alguns fatores que tendem a agravar o funcionamento interno do próprio capitalismo, refletindo-se uma vez mais como uma crise de produção do valor que, como analisa Isabel Alvarez, gera uma autonomização do capital financeiro no período atual e impõe novos parâmetros de regulação financeira. Isso evidencia que

“as possibilidades de acumulação não estariam primordialmente na esfera da expansão material, tal como no período do pós-guerra, mas na especulação monetária e, sobretudo, nas amplas possibilidades oferecidas no âmbito do capital fictício (mercado de bônus, securitização, títulos ativos”. (ALVAREZ, 2008, p. 86)

A financeirização produz um novo sentido do espaço dentro da metrópole que se caracteriza como condição do ciclo de realização do capital. A articulação entre a financeirização atual e a produção do espaço é entendida por alguns autores no quadro da *cidade como negócio*⁷, isto é, requer que a acumulação do capital não fique restrita *no* espaço, mas antes se reproduza por meio *do* espaço urbano. Segundo Ana Fani Carlos,

“o momento atual da acumulação sinaliza uma transformação no modo como o capital financeiro se realiza na metrópole, com a passagem da aplicação do dinheiro acumulado do setor produtivo industrial ao setor imobiliário. O processo sinaliza que a mercadoria-espaço mudou de sentido para a acumulação, evidenciado pela mudança de orientação das aplicações financeiras, que produz o espaço como *produto imobiliário*”. (CARLOS, 2011, p. 112)

Alvarez (2008) aponta o papel central que assume o Estado para se compreender as estratégias da reprodução, tanto em escala global como local. No plano global, o Estado define normas e políticas que garantem a acumulação do capital, por meio da criação de infraestrutura, políticas de crédito e fiscais, na definição de políticas públicas etc.; no plano local, as ações do Estado se constituem como uma reprodução socioespacial, haja vista os planos e projetos urbanos, parceria público-privadas, flexibilização da legislação etc.

⁶ Os Fiis - Fundos de Investimentos Imobiliários estão regulamentados no Brasil desde 1997.

⁷ Cf. BOTELHO, 2007a; CARLOS, 2012; ALVAREZ, CARLOS, VOLOCHKO, 2015.

Na medida em que o espaço entra na dinâmica do processo de financeirização, o movimento de realização do capital financeiro se dirige, portanto, aos constantes investimentos imobiliários levados a cabo por incorporadoras e empreiteiras. O resultado desse processo faz com que a produção do espaço seja determinada pelo capital financeiro, tornando a própria urbanização *condição* dos novos negócios na metrópole, segundo Alvarez, Carlos e Volochko (2015, p.8):

“No atual contexto da mundialização financeira, a economia e o capital industrial são postos a serviço da circulação financeira, estabelecendo uma mudança de qualidade na economia, no trabalho e na urbanização. Trata-se de um processo no qual as mais-valias passam a articular diversas escalas (do lugar ao mundial), ganhando novos circuitos de produção e realização e canalizando vultosos investimentos financeiros para a produção constante do espaço, o que se expressa nas atividades das grandes empreiteiras e na produção imobiliária”.

Esta nova condição da reprodução capitalista exigiu uma maior flexibilidade dos ativos imobiliários, iluminando a reprodução do espaço, no momento atual. A flexibilidade nas leis de zoneamento, os projetos de revitalização, as operações urbanas podem ser entendidas nesta perspectiva. Da mesma maneira, situamos a ação da prefeitura de São Paulo de vender os terrenos que compõem o quarteirão Itaim.

De acordo com Sávio A. F. Miele (2007), quando estudamos o movimento de financeirização do setor imobiliário⁸ a partir dos fundos de investimento imobiliário, salta à vista a importância que estes adquirem no movimento de circulação do capital, uma vez que tais fundos são “uma modalidade de investimento que combina a solidez do mercado imobiliário com a agilidade e liquidez do mercado financeiro. Neste sentido traz a mobilidade das transações financeiras ao investimento imobiliário”. (MIELE, 2007, p. 67). Esse movimento de financeirização do imobiliário torna-se central, segundo o autor, para se compreender como se realiza a reprodução do capital no processo de produção da metrópole hoje. A Operação Urbana Faria Lima, tal como veremos, potencializou a presença de edifícios corporativos, de propriedade de Fiis.

⁸ Sobre a financeirização do imobiliário cf. MIELE, 2007 e também BOTELHO, 2007b.

Também em estudo sobre a influência da financeirização na produção do espaço, Adriano Botelho oferece mais indícios de que o espaço se torna estratégico para a reprodução e acumulação capitalista. Afirma que “a renda fundiária, unida ao lucro da construção e aos juros do capital financeiro autonomizado (que garante parte dos recursos para o setor imobiliário), faz parte de um circuito cada vez mais importante de circulação e acumulação do capital”. (BOTELHO, 2007b, p. 289). Além disso, o autor vai mostrar que esse processo não está limitado à esfera econômica, mas tem efeitos na produção do espaço da metrópole paulista, tornando-a mais *fragmentada, hierarquizada e homogeneizada*, conceitos elaborados a partir da fundamentação teórica de Henri Lefebvre. Segundo Botelho, para Lefebvre a homogeneização é a repetição monótona de elementos no espaço e que o conformam (aeroportos, vias de circulação, cidades verticais, cidades horizontais etc.); a fragmentação está relacionada ao espaço dividido -- separação de acordo com funções (trabalho, lazer, transportes, moradias, consumo etc.); e a hierarquização é o resultado dos espaços dissociados no homogêneo, ou seja, espaços nobres e vulgares, espaços residenciais e funcionais, guetos, condomínios de alto padrão, conjuntos habitacionais populares etc. (BOTELHO, 2007b, p. 15-16)

Botelho analisa ainda a relação entre o econômico, o político e o social que se estabelece na produção do espaço a partir da tríade mencionada. Segundo ele, o espaço homogêneo é aquele que conduz à mediação das relações capitalistas mundializadas entre o centro (pontos fortes) e a periferia (pontos frágeis). Já o espaço fragmentado se revela como instrumento do poder político, porque, ao ser “fatiado” e entregue ao mercado, inviabiliza as relações sociais, uma vez que esta divisão potencializa a separação dos indivíduos, aprofundando o estranhamento em relação ao outro e ao espaço construído. Por fim, o espaço hierarquizado revela a segregação⁹, separando o centro da periferia etc. (Cf. BOTELHO, 2007b) Como parte deste processo, constata-se a subordinação do valor de uso ao valor de troca, em que a generalização da mercadoria toma para si o próprio espaço, subordinando a cidade, repetidamente, a um processo de reprodução.

⁹ Sobre segregação espacial. Cf. *A cidade contemporânea. Segregação espacial*. CORRÊA; PINTAUDI; VASCONCELOS, 2013.

As análises que se desdobram a respeito da crise de produção do valor nas últimas décadas são fundamentais para compreendermos assim o papel que assume o espaço no processo de reprodução do capital. Isso ocorre pelo fato de que as mudanças estruturais do capitalismo se realizam também espacialmente. Se o espaço se constituía como meio e produto da realização do capital, no decurso do processo de mundialização ele próprio tornou-se uma *condição fundamental da reprodução do valor*. Vale destacar que Lefebvre já apontava o modo como o capitalismo incorporava o espaço no circuito de valorização, identificando a base para sua realização, a renda do solo:

“O exame crítico minucioso de atividades que, num primeiro momento, parecem práticas, como a construção, a arquitetura, o urbanismo, mostra como a redução opera: tudo se reduz ao solo, ao plano, ao desenho, à projeção numa superfície (...) a propriedade do solo tem esse efeito sobejamente conhecido, sobre o qual não se pode deixar de insistir: as rendas. Elas são transpostas para o coração das cidades, de uma maneira surpreendente”. (LEFEBVRE, 1976, p. 123)

Portanto, sob a dominação do capital financeiro, o espaço ganha cada vez mais importância para o capital, especialmente o espaço urbano que, ao assumir tanto a condição quanto também agora a qualidade de momento essencial da própria reprodução, passa a ser fundamental para que o ciclo do capital se complete. Os novos mecanismos financeiros que o setor imobiliário incorpora na produção da cidade dão ao espaço a mobilidade necessária do sistema financeiro para garantir o processo de acumulação. Consequentemente, a necessidade que se impõe de forma generalizada na metrópole de *produzir novos lugares portadores de lucro e renda* faz com que diversas áreas da cidade entrem no circuito de valorização. É por isso que a junção entre Estado e mercado na produção do espaço será determinante, pois não se trata apenas de uma escolha pelos lugares que receberão investimentos, mas também da transformação dos usos do espaço. Logo, o papel do Estado é crucial. Como já ressaltamos, as ações estatais passam a garantir mecanismos para a realização do valor através de estratégias diversas, seja dotando áreas de infraestrutura ou recorrendo a projetos de planejamento estratégico, por exemplo, atraindo assim investimentos imobiliários para determinados lugares da cidade. Percebe-se a ação do Estado no plano nacional por meio de regulamentações do setor imobiliário e financeiro. No plano local, pela definição de políticas e projetos urbanos, por exemplo, as operações urbanas (ALVAREZ, 2008).

Em sua análise sobre o urbanismo brasileiro, também João Sette Whitaker Ferreira (2010) discute a influência da economia atual na produção do espaço urbano, a qual se estabelece enquanto *urbanismo de mercado*¹⁰, ou seja, efeito da financeirização sobre o próprio urbanismo. Segundo o autor, a simbiose entre interesses políticos e imobiliários que convergem e se aproveitam desse novo paradigma urbanista se tornam uma grande oportunidade para a realização do capital. Esse novo paradigma (urbanismo de mercado) contrapõe-se ao planejamento urbano modernista e funcionalista que foi o responsável por produzir as cidades sob os princípios do capitalismo produtivista fordista e do consumo de massa. Esse deslocamento trouxe ao Estado a desobrigação de investir e garantir a produção das cidades, fato que ocorreu em diferentes cidades do mundo. Mais do que isso, em parceria com a iniciativa privada, bastava que o Estado alavancasse investimentos públicos direcionados aos interesses do mercado. Contudo, sabemos que, no caso da metrópole paulista, as intervenções por parte do Estado assumem um papel fundamental na produção do espaço e, mesmo sob a égide do mercado, os mecanismos que alavancam tal processo são garantidos por ele. Essa aliança é fundamental para entendermos como o espaço entra no circuito de valorização do capital, tornando-se condição de sua reprodução. Também na esteira desse novo paradigma, segundo Ferreira, a intervenção estatal é necessária, embora antagônica, para o acesso ao solo urbano agora regulado prioritariamente pelo capital financeiro atuante no setor imobiliário. Isso porque se, de um lado, a infraestrutura é produzida pelo Estado por meio de investimentos públicos maciços, de outro, no entanto, o lucro é vinculado à propriedade e investimentos privados. Por seu turno, o efeito desse paradigma aprofunda em igual medida as desigualdades e a segregação socioespacial.

¹⁰ O termo urbanismo de mercado é usado pelo autor diferenciando-o do termo urbanismo tradicional, isto é, o primeiro termo relacionado à economia neoliberal globalizada (marcada pela financeirização) e o segundo termo relacionado ao modelo econômico de acumulação fordista. No trabalho, usamos o termo segundo essa diferenciação. Para Ferreira, o urbanismo tradicional está alinhado ao “planejamento urbano modernista e funcionalista, tão útil no ciclo econômico anterior para organizar as cidades nos moldes da economia fordista e da sociedade de consumo de massa que se criava a partir do pós-guerra, foi aos poucos rechaçado por sua pouca flexibilidade e seu forte caráter estatal regulador, dando espaço para um “gerenciamento” das cidades supostamente mais ágil para enfrentar os problemas da obsolescência urbana – ou, em outras palavras, mais eficaz para integrar as cidades à lógica da economia financeirizada e globalizada”. (FERREIRA, 2010, p. 187). Cf. também sobre urbanismo CHOAY, 2003.

Para Ferreira, no caso brasileiro, o Estado nem sequer chegou a intervir em sentido “público” na produção do espaço, como ocorreu nos países centrais, em que, no contexto do keynesianismo do pós-guerra, o Estado interviu diretamente para garantir a produção mais equilibrada dos espaços da cidade. Como ele afirma, houve uma:

“produção homogênea de infraestrutura em toda a cidade, evitando a exclusão das parcelas populacionais de menor renda, construindo equipamentos acessíveis a todos e recuperando, com tributos, parte do lucro obtido pelo mercado em decorrência dos investimentos públicos em infraestrutura – que os estudiosos chamam de mais-valia urbana”. (FERREIRA, 2010, p. 193-194).

Para o autor, o Estado brasileiro comporta-se como um “*não Estado*” uma vez que atua em benefício das elites nacionais e do mercado em detrimento do público, característica histórica de nosso capitalismo de tipo *rentista* (MARTINS apud DAMIANI, 2005, p.368), em que a base está associada a grandes proprietários e capitalistas cujas rendas fundiárias - rural e urbana - se tornam basilares. Dessa forma, se queremos entender o urbano a partir de sua inserção na economia (no caso, enquanto negócio econômico), precisamos incluir em nossa vertente de análise uma compreensão mais abrangente a respeito do papel do Estado, suas estratégias e mecanismo de atuação. Isso implica ainda considerar seus aspectos antagônicos, pois ao empreender o urbanismo de mercado, o Estado deixa de lado um projeto de reforma urbana mais alinhado à perspectiva da produção de uma metrópole menos desigual, excludente e violenta. Portanto é preciso questionar os rumos dessa produção do espaço buscando desvendar como se colocam os demais articuladores da produção espacial, apontando seus limites e possibilidades.

O Estado atua para que os diferentes momentos do ciclo do capital se realizem, priorizando investimentos em infraestrutura de transportes, por exemplo. Define seletivamente os investimentos, criando ou reforçando as centralidades do mercado imobiliário, de modo que a população de maior renda ocupe as áreas mais valorizadas da cidade e as empresas tenham localidades estratégicas, enquanto que os habitantes de menor renda se deslocam em direção a áreas cada vez mais periféricas, nas quais os investimentos do Estado e privados são ínfimos, mesmo se tratando de serviços essenciais.

Milton Santos (2009) em uma abordagem crítica da questão socioespacial também aponta o papel fundamental exercido pelo Estado na produção do espaço. O autor percebe que diante da produção da cidade se instaura um procedimento de *seletividade do gasto público* para justificar a crise econômica e fiscal, sobretudo a partir dos anos 1990, mostrando assim que o Estado tem papel ativo na produção do espaço e, conseqüentemente, no aprofundamento da desigualdade urbana. Segundo Santos,

“A enorme expansão dos limites territoriais da área metropolitana construída, a presença na aglomeração de uma numerosa população de pobres e a forma como o Estado utiliza os seus recursos para a animação das atividades econômicas hegemônicas em lugar de responder às demandas sociais conduzem à formação do fenômeno que chamamos de *metrópole corporativa*, voltada essencialmente à solução de problemas das grandes firmas e considerando os demais como questões residuais”. (SANTOS, 2009, p. 106)

Sem dúvida, Santos apresenta uma reflexão importante em seu estudo para compreendermos o processo de urbanização, especialmente da metrópole paulista, não apenas no sentido teórico da análise, mas também pelos dados que apresenta sobre os (não) investimentos públicos na cidade, acerca da produção de moradias, canalização de rios, iluminação pública, etc. Vemos em sua análise que na cidade de São Paulo o montante de recursos públicos foi direcionado à infraestrutura de transportes. Seu estudo também aponta os efeitos da relação entre economias de aglomeração e deseconomias urbanas, visando uma compreensão do processo social como um todo - ele pontua, por exemplo, a presença de movimentos sindicais e sociais de bairro. Entendemos que as transformações do capitalismo na *formação da metrópole corporativa* acarretam diretamente a reprodução da vida na metrópole. Em razão da mencionada crise fiscal e a necessidade de acumulação, será no espaço da metrópole que a possibilidade de realização do valor se efetivará, levando não apenas ao fim das unidades industriais e de bairros residenciais tradicionais, por exemplo, mas, sobretudo, empurrando massas de trabalhadores, cidadãos e de novos migrantes para fora dos lugares inseridos no circuito de reestruturação urbana – seja produtiva, seja de novos bairros, do setor turístico etc. Contudo, de certo prisma a abordagem de Milton Santos parece tender para “soluções econômicas”, principalmente ligadas ao direcionamento do gasto público e ao aumento de salários. (SANTOS, 2009, p. 122). E atualmente, a questão

fundamental na reprodução da metrópole não são apenas as corporações, mas sim a aliança entre o setor financeiro e o imobiliário.

A análise de Santos sobre os circuitos inferior e superior da economia¹¹ nos permitiria ampliar a discussão sobre os conteúdos da urbanização, pois, ao tocar na problemática do trabalho diretamente incorporado na reprodução da metrópole, evidencia assim suas contradições. O aprofundamento de tal processo, segundo Damiani, culminaria, nesta fase crítica da urbanização, com a negatividade do próprio trabalho, isto é, do *trabalho como miséria pura*. Para a autora, “trata-se da acumulação primitiva, sempre renovada, da qual não deriva, necessariamente, o trabalho como atividade produtiva”. (DAMIANI, 2000, p. 28). Isso significa que os desdobramentos que se seguem a partir do processo de financeirização da economia, com a perda de empregos e a precarização do trabalho, fazem com que trabalhadores sejam expulsos das áreas valorizadas da cidade e impedidos de integrar o mercado de trabalho, criando uma economia com circuitos próprios indissociáveis – um circuito superior (capital intensivo) e um inferior (trabalho intensivo). Para a autora, todos os momentos da vida estão implicados na abstração do capital. Portanto, para a compreensão da urbanização, as mais amplas escalas devem ser consideradas do mundial ao local (espaço vivido): “o cotidiano e o urbano são momentos essenciais de interpretação da reprodução social; adiantando que a produção do espaço generaliza temporo-espacialmente os fundamentos da sociedade moderna, capitalista”. (DAMIANI, 2009, p. 327)

Não há dúvidas quanto à importância que a dimensão econômica assume para as análises da produção socioespacial. No entanto, de nosso ponto de vista, parece fundamental compreender o processo a partir das diferentes dimensões da reprodução social, superando a noção de acumulação somente como um espaço-tempo necessário para a valorização do capital. Com o intuito de enriquecer o diagnóstico acerca da reprodução da metrópole, e sem

¹¹ A teoria dos dois circuitos da economia – o superior e o inferior – tinha como objetivo compreender o processo de urbanização dos países do terceiro mundo no contexto da nova economia mundial que se formava no pós-guerra, baseada em um novo paradigma, refutando comparações com a dinâmica urbana dos países desenvolvidos. Assim, para o autor, a teoria da economia urbana está dividida em dois circuitos econômicos, indissociáveis, cuja diferença encontra-se nas formas tecnológicas e de organização. A principal diferença entre ambos residiria na disponibilidade de capital investido na atividade, isto é, no circuito superior o capital é intensivo, enquanto no circuito inferior o trabalho é “intensivo”. (Cf. SANTOS, 2004)

deixar de considerá-la em termos críticos, entendemos que esse debate deve, necessariamente, recorrer à noção de *reprodução* a partir das ideias desenvolvidas por Henri Lefebvre. Esta noção envolve a compreensão de que as transformações do capitalismo são viabilizadas através do espaço, mas, ao produzir amplas mudanças no próprio espaço, afeta principalmente a vida das pessoas. Isso significa basicamente afirmar que não é mais suficiente compreender a produção do espaço sem que os termos sejam resignificados. Nesse sentido, para o entendimento da problemática urbana, parece-nos imprescindível levar em consideração não apenas a esfera econômica, incapaz de conter em si a totalidade da reprodução da metrópole, mas antes incluir as dimensões política, cultural e social. Antes, é preciso superar a noção de produção ampliando-a como reprodução das relações sociais no conjunto da sociedade. Foi Henri Lefebvre, no esforço teórico de compreender a totalidade do processo social, quem trouxe tal concepção ao centro da discussão acerca da reprodução, tomada em parte a partir das ideias de Marx. O sentido da reprodução supera aqui a própria noção de produção material: não se trata apenas da repetição, pois são criadas novas relações que são deslocadas, ampliadas, resignificadas.¹²

A fim de compreender os limites colocados pelas transformações do capitalismo, Lefebvre procura, a partir de conceitos formulados por Marx, desenvolver ou mesmo superar tais conceitos uma vez que estamos diante de novas questões e processos. E essa tentativa de reformulação conceitual fica ainda mais evidente a partir de sua peculiar noção de *produção*. Diferentemente de uma abordagem meramente instrumental, em que a atividade produtiva se restringe à produção de objetos, ou melhor, de “mercadorias”, surge na análise do autor a ideia central de que *a produção é também reprodução das relações sociais*. Segundo Lefebvre, essa noção alargada de produção já poderia em alguma medida ser encontrada em Marx:

“(…) Na acepção ampla, os homens enquanto seres sociais *produzem* sua vida, sua história, sua consciência, seu mundo. (...) Os seres humanos produziram formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, ideológicas. A produção no sentido amplo abrange então obras múltiplas,

¹² Como aponta o autor, Marx é quem vai mostrar as relações de produção especificamente capitalistas da sociedade burguesa, isto é, a relação capital-trabalho, a mais-valia, o sobretrabalho, o trabalho social excedente que são apropriados pela burguesia conforme seus interesses de classe. Cf. LEFEBVRE, 2008b.

formas diversas, mesmo se essas formas não trazem a marca dos produtores e da produção (como a forma lógica, aquela da abstração que passa facilmente por intemporal e não-produzida, ou seja, metafísica”. (LEFEBVRE, 2006, p.105-106)

A produção ampliada, portanto, não diz respeito somente à reprodução do modo de produção, na qual também o espaço era meramente funcional e instrumental, mas se refere à reprodução das relações sociais realizadas através do cotidiano, dos lazeres, da cultura, isto é, através da *totalidade do espaço*. Como analisa Lefebvre, o espaço está, por conseguinte, vinculado à reprodução total das relações sociais de produção e implicaria uma orientação comum a todas as atividades da sociedade capitalista atual. (LEFEBVRE, 1976, p. 33-34). Para desenvolver a análise sobre essa tendência, em um sentido e esforço de coerência e coesão, Lefebvre insiste que não se trata de examinar um sistema acabado, mas antes considerar uma sistematização que encontra seu núcleo no exame das relações sociais de produção e suas contradições. Como afirma:

“Mostrar como se reproduzem as relações de produção não significa que se sublinhe uma coesão interna do capitalismo; isso quer dizer, também e sobretudo, que se mostra como se amplificam e aprofundam, em escala mundial, as suas contradições”. (LEFEBVRE, 2008b, p. 198)

Desse modo, compreender as contradições do espaço a partir da concepção da análise da reprodução das relações sociais de produção torna-se fundamental para se transcender a esfera econômica de algumas abordagens e chegar na questão sobre o conjunto das relações que criam contradições. Sem dúvida, há um efeito da economia altamente relevante na reprodução social, mas as contradições que constatamos no espaço são resultado também da prática socioespacial que envolve dimensões do mundo da vida – da política, da cultura etc. Somente se levamos em consideração essa noção ampliada da reprodução social é que as estratégias, as políticas do espaço e também as lutas pelo espaço revelam sua importância constitutiva nas contradições da reprodução do espaço. A luta pelo quarteirão deve ser entendida sob tal prisma, pois é no cotidiano desse lugar que se estabelecem os vínculos que motivam os sujeitos em termos práticos. Portanto, será preciso captar esse vivido para abrir o caminho do possível, ou seja, superar, na própria contradição, o negativo da produção hegemônica do espaço.

A fase atual do capitalismo, acompanhada pela passagem da hegemonia do capital industrial ao capital financeiro, é reveladora ao analisarmos a metrópole de São Paulo e, principalmente, quando temos fragmentos da cidade como condutores de uma mundialização do capital cuja finalidade é sua própria reprodução. Não se trata mais do momento da industrialização-urbanização como indutor da acumulação do capital, na medida em que tal momento se tornou insuficiente para compreendermos o movimento de produção e realização do valor. Além disso, os novos conteúdos da reprodução social, que exigem a produção do espaço como condição, expressam e aprofundam as separações socioespaciais. Isto significa que não é mais possível pensar algumas dicotomias clássicas como centro-periferia, pois os recortes do urbano hoje requerem novos significados: o centro (centralidade histórica) foi pulverizado, assim também os espaços públicos, que deixam de ser a representação de uma dada construção coletiva, expressão da cidadania, por exemplo, passam a ser incorporados à dominação privada.

Esse processo nos revela assim aquelas formas em que a mundialização se impõe por meio do espaço, constituídas pela homogeneização, fragmentação e hierarquização dos espaços, como apontou Botelho (2010) a partir da análise dos conceitos lefebvrianos. Se, por um lado, ocorre a homogeneização dos processos de produção (concentrada nas forças produtivas e nas relações de produção), por outro lado, há tanto uma fragmentação dos espaços na cidade, como também uma hierarquização dos lugares (onde ocorrem processos de valorização diferenciados entre as diversas áreas da cidade). Como aponta Alvarez (2008) tal processo evidencia que a urbanização levada a cabo pela mundialização aprofunda a segregação socioespacial (cotidiano marcado pela escassez, coação, mobilidade restrita, consumo dirigido), bem como revela os lugares de poder na metrópole (centralidade da gestão, das finanças, do consumo, do lazer privado e dos negócios imobiliários).

A análise de Lefebvre tem consequências fundamentais para o estudo da produção do espaço. Ele reitera que a particularidade do processo de urbanização não é caracterizada apenas pela forma *homogeneizante* dos processos de produção (forças produtivas, relações de produção e as contradições que as envolve), visto que diz respeito também a uma forma *ampliada* para além da relação capital-trabalho. Isso significa que a lógica da produção se

estendeu para outras dimensões da vida humana (o cotidiano, a vida privada, o lazer, a cultura), caracterizando o capitalismo como mundialidade. Conforme comenta Ana Fani A. Carlos (2011, p. 74.), “nos deparamos com a produção de um espaço mundial e uma sociedade urbana como realização do mundial. Por essa razão, surge a exigência de uma análise que caminhe na consideração do mundial, e que contemple a espacialização das atividades sociais como entendimento da produção do espaço no conjunto da reprodução da sociedade capitalista mundial”. Como veremos, para a análise da reprodução da metrópole de São Paulo esse pressuposto é fundamental, pois ao considerarmos as contradições do processo, abre-se, pela negatividade inerente a ele mesmo, a possibilidade das resistências à hegemonia imposta pelo capital na produção do espaço, ainda que seja por pequenas brechas.

Se a reprodução social aponta que a valorização do capital tende a determinar a reprodução da metrópole, sujeitando o espaço, portanto, à dimensão do *valor de troca*, o seu negativo pode sublinhar antes a apropriação do espaço em função de seu *valor de uso*¹³. Para a determinação desse movimento, vemos que a proposição crítica de Lefebvre reforça a importância da afirmação de que as relações sociais de produção não estão limitadas à esfera da produção *stricto sensu* e, portanto, a totalidade do processo social não se restringe à economia, ao modo de produção. É preciso ampliar a dimensão, como afirmamos antes, da reprodução social.

Portanto, o espaço não pode ser entendido apenas como suporte e nem só como condição do valor (produção/circulação/consumo), ele é ao mesmo tempo o lugar de reprodução da vida, produto social onde ocorrem as relações sociais. Nesse sentido, a dimensão social torna-se fundamental, sendo o espaço a objetivação do social (Cf. LEFEBVRE, 1976, p.30). A perspectiva de análise a partir do espaço social permite-nos refletir sobre a relação da sociedade com o espaço, da política com o espaço, do modo como se desenvolve a cultura etc.

¹³ Lefebvre pressupõe aqui a distinção fundamental feita por Marx entre valor de uso e valor de troca. No primeiro capítulo de *O capital*, Marx mostra que a mercadoria pode ser entendida de duas maneiras: a utilidade de uma mercadoria, determinada por suas propriedades materiais, faz dela um valor de uso. Ao abstrairmos sua utilidade, a mercadoria também é portadora de um valor de troca, referente à relação quantitativa entre diferentes valores de uso na medida em que as mercadorias são trocadas. Cf. MARX, 2002, cap. I.

Essa dimensão abre a possibilidade de entender o processo de produção do espaço e o modo como ocorre a reprodução social hoje de diferentes perspectivas e interesses, inclusive a partir da análise dos que se opõem à reprodução econômica da cidade, como é o caso dos que lutam pelo espaço, por suas moradias, pelo patrimônio como lugar de referência, das memórias, da identidade. O movimento de luta pela preservação do quarteirão se orientou como contestação do sentido da reprodução da metrópole enquanto “negócio”. Do ponto de vista de nosso estudo, particularmente, também a noção de *uso público* do espaço precisa ser problematizada no processo de produção espacial, pois como veremos a partir da análise do quarteirão do bairro do Itaim Bibi, essa noção foi igualmente submetida às tendências de reprodução macroestruturais da metrópole.

A partir de novas questões que se desdobram das contradições da produção do espaço, é preciso pensar sobre a reprodução do processo social. Como se dá hoje essa reprodução, em que termos? O aprofundamento do embate entre o valor de troca e o valor de uso, em que a privatização e a privação são impostas aos habitantes das cidades e seus espaços, tem efeitos violentos sobre o processo de urbanização. Como apontamos no início, a metrópole e seus recortes – como, por exemplo, o centro, o bairro, espaços públicos etc. – requerem novos significados à medida que as contradições se aprofundam no contexto da contemporaneidade. A partir da análise da produção do bairro do Itaim Bibi buscaremos compreender esses processos mais gerais da reprodução da metrópole.

1.2. A produção do bairro do Itaim Bibi

Em nosso estudo, o recorte do bairro do Itaim Bibi é considerado pertinente tanto pela relação que estabelece com a metrópole como também em sua relação direta com o quarteirão do Itaim. Apontamos, no início do capítulo, a necessidade de estabelecer alguns nexos relativos ao bairro do Itaim Bibi, recuperando “eventos e estruturas” com o objetivo de compreender o processo de reprodução da metrópole e do movimento de luta pelo quarteirão que se orientou no sentido da preservação do lugar voltado ao uso cotidiano, ligado à memória dos moradores do bairro e, em alguma medida, como contestação do sentido da urbanização enquanto “negócio”.

Odette Seabra (2003), ao analisar o bairro do Limão em São Paulo, mostra de que maneira a produção do bairro é marcada por eventos e estruturas que correspondem às temporalidades da formação do bairro e de sua evolução. No nosso caso, se pensarmos em uma linha do tempo que vai do “zero bairro” ao “não-bairro”, o Itaim Bibi pode ser analisado a partir de três momentos distintos – formação, desenvolvimento e ruptura. Como destacamos rapidamente, são três os momentos principais: da chácara original ao loteamento, configurando-se como um bairro popular; depois, o desenvolvimento urbano do bairro que iniciou o processo de verticalização a partir dos anos 1970; posteriormente, por fim, a partir dos anos de 1990, quando ocorre uma ruptura, pois o “bairro” foi incorporado ao circuito da valorização do capital, tornando-se então emblemático quando se trata de pensar a cidade como negócio.

O bairro do Itaim Bibi¹⁴ situado no vetor de expansão imobiliária de São Paulo, o *vetor sudoeste*, onde estão algumas das áreas mais valorizada de São Paulo, está marcado pelo uso misto de áreas residenciais de alto padrão e as áreas comerciais e dos negócios que se concentram ao longo do eixo das Avenidas Faria Lima, Juscelino Kubitschek, Luís Carlos Berrini, Água Espraiada e Nações Unidas (Marginal Pinheiros). A infraestrutura de serviços é de alto valor agregado, reforçando o peso dos negócios nessa porção da cidade. Nesse eixo também estão localizados clubes tradicionais, shopping-centers de alto luxo, hotéis cinco estrelas, hospitais de primeira linha e, principalmente, a sede das empresas de grande capital que formam o polo do setor terciário dos negócios na capital. A constituição desse “novo” eixo dos negócios ganha o caráter de uma nova centralidade, competindo com as tradicionais centralidades de São Paulo, o centro-velho e a Paulista. Heitor Frúgoli Jr (2000) aponta essa característica:

“O polo da Marginal Pinheiros assinala tanto um aumento da força econômica da região, junto à Berrini, quanto constitui também, dentro da

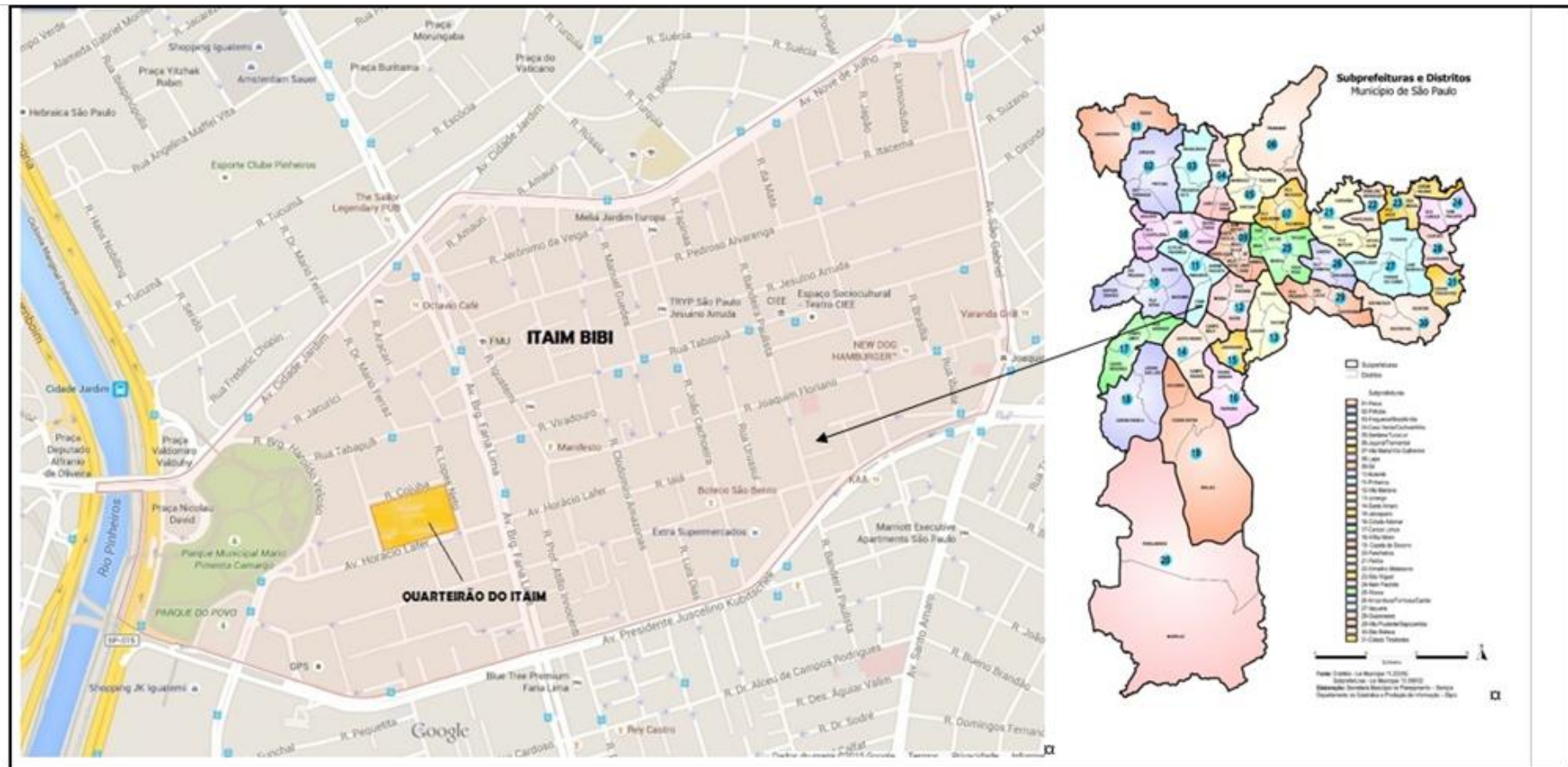
¹⁴ Cabe ressaltar que pela divisão político-administrativa da cidade de São Paulo, o Itaim Bibi é um distrito que incorpora os bairros do Itaim Bibi, Vila Olímpia e Brooklin. Está delimitado pelo eixo viário formado pela Av. São Gabriel continua pela Av. Santo Amaro até a Av. Roque Petroni Jr.; Marginal Pinheiros até Av. Cidade Jardim segue até Av. Nove de Julho quando encontra novamente a Av. São Gabriel. No presente estudo, nosso recorte territorial é apenas o bairro do Itaim Bibi como ilustrado na Figura 2, delimitado pelas Avenidas Cidade Jardim seguindo pela Av. Nove de Julho; continua pela Av. São Gabriel até a Av. Pres. Juscelino Kubitschek, segue em direção à Marginal Pinheiros e encontra de novo a Av. Cidade Jardim.

lógica de expansão imobiliária, um polo competidor e, de certa forma, mais ‘desterritorializado’, pois inclui vários focos (...)”(2000, p. 186)

A **Figura 1.2** ilustra a delimitação territorial do bairro do Itaim Bibi e do quarteirão, também em relação ao território da cidade de São Paulo. Já a **Figura 1.3** apresenta o valor do solo nesta porção da cidade, com destaque para o bairro do Itaim Bibi e os que se situam em seu entorno com elevado valor do solo urbano, acima de R\$ 1.200,00 o metro quadrado (em reais de 2005). Constatase a partir da distribuição espacial do valor do solo urbano que o bairro está entre os mais valorizados de São Paulo, em uma mancha de valorização concentrada principalmente nos bairros que apresentam melhores condições de infraestrutura urbana, como também menor oferta de terrenos e em alguns casos restrições à ocupação (zoneamento mais restritivo).

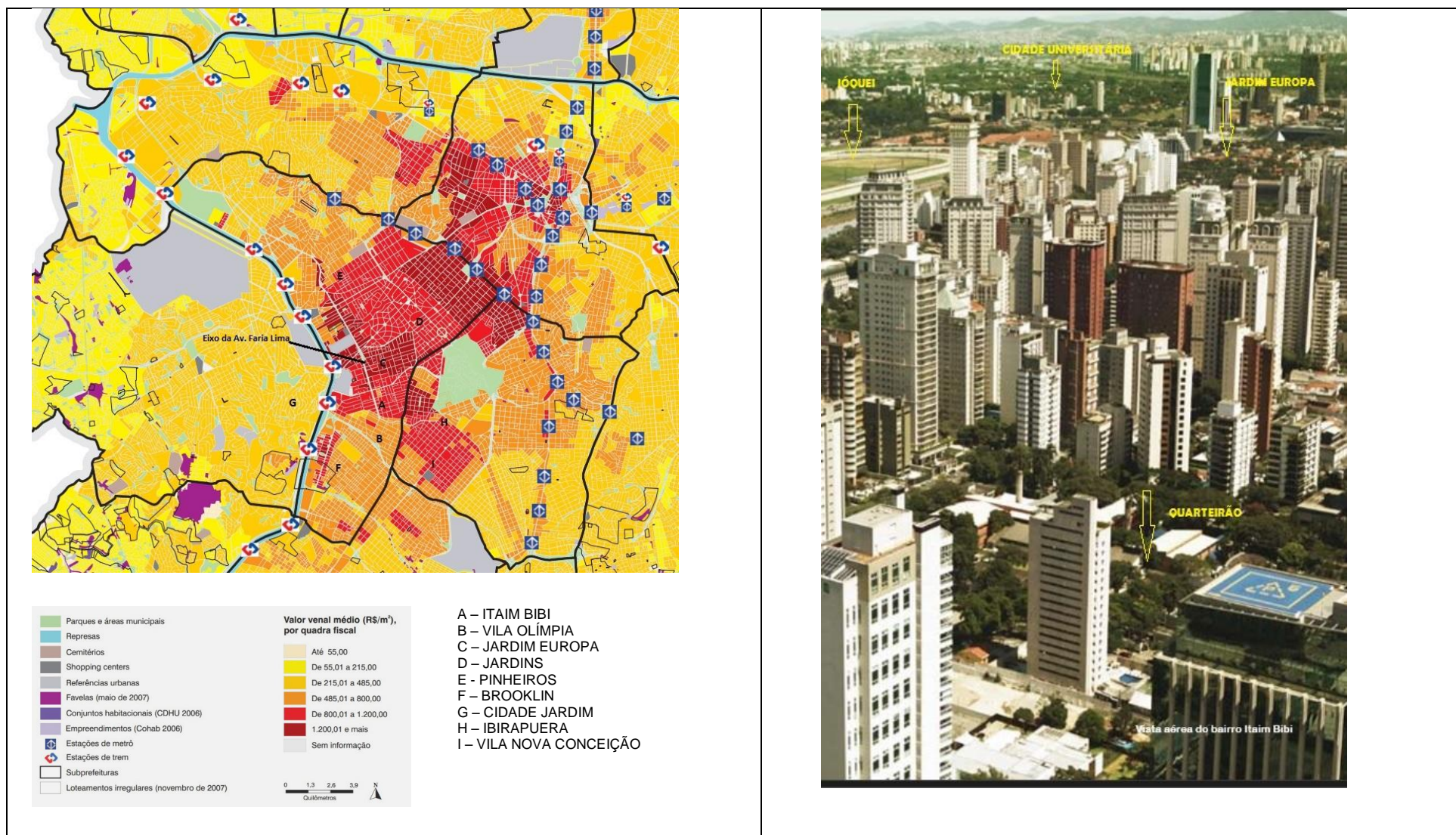
Até que o bairro do Itaim estivesse nesse conjunto de áreas altamente valorizadas da metrópole, houve um percurso de formação e desenvolvimento que identificamos como primeiro e segundo momentos da produção do bairro. O terceiro momento concerne ao período em que o bairro já está integrado ao processo de valorização do espaço, que caracterizamos como ruptura. A rentabilidade econômica do espaço do bairro se impõe em detrimento da apropriação do espaço que visava antes atender às necessidades imediatas da vida cotidiana, consideradas práticas no espaço. Assim, percorreremos essa produção do bairro dividida em três momentos, entendido como formação-reprodução-dissolução do bairro.

Figura 1.2. Limites do bairro do Itaim Bibi e delimitação do quarteirão



Fonte: Googlemaps; Secretaria de Desenvolvimento Urbano/SP. Adaptado pela autora

Figura 1.3. Bairro do Itaim e entorno: valor do solo urbano e paisagem



Fonte: Foto – CYRELA, 2010; Mapa - Prefeitura/SP, disponível em: <http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/panorama/>. Adaptado pela autora.

O primeiro momento marca o processo de formação do bairro propriamente dito (integração do sítio Itaim na várzea do rio Pinheiros ao processo de urbanização), a constituição da chácara Itaim (aquisição em 1896 pelo Gal. Couto de Magalhães das terras que ligavam Pinheiros a Santo Amaro) até o surgimento do primeiro loteamento realizado pelos herdeiros do proprietário em 1920 com a divisão das primeiras ruas e venda de lotes para imigrantes. Lopes e Toledo (1988), ao relacionarem o momento de formação do Itaim com a cidade de São Paulo, ressaltam a característica rural do lugar, que “era uma das chácaras que cercavam o núcleo urbano (...) situado entre Santo Amaro, Pinheiros e Vila Mariana, num fundo de vale, sem saída, estava sujeito às inundações do rio Pinheiros e dos córregos que o demandavam” (LOPES e TOLEDO, 1988, p. 9) A chácara Itaim era um lugar para “caçar e pescar, as árvores frutíferas, principalmente jabuticabeiras, abasteciam a mesa dos proprietários”. (Ibidem, p. 19)

Esse momento está relacionado ao contexto da cidade em expansão entre os anos de 1875 e 1890, que Langenbuch (1971) denominou de grande crescimento de São Paulo, caracterizado como “ uma expansão do espaço urbano sobre as áreas rurais contíguas, que passaram a integrar a cidade. Trata-se de um processo de *extensão urbana por aglutinação*, que afetou sobretudo o *cinturão das chácaras*. O loteamento das chácaras originava os novos bairros que surgiam”. (LANGENBUCH, 1971 p. 79). Ao final dos anos 1920, que é o nosso recorte espaço-temporal, a população de São Paulo tinha chegado a quase 580 mil habitantes e a mancha urbana já avançava para além dos arredores do núcleo central. Os mapas na sequência mostram a evolução da mancha urbana. Nos anos 1920, o bairro do Itaim Bibi já aparece como área urbanizada da cidade, compondo o mosaico de bairros que se estruturava no entorno do centro de São Paulo (**Figura 1.4**).

Também o processo de transformação da chácara em bairro tem sua origem relacionada àquilo que Langenbuch (1971, p.137) descreveu como “cinturão de loteamentos residenciais suburbanos” surgido com o desenvolvimento urbano da cidade de São Paulo. Tal cinturão foi impulsionado pela especulação imobiliária e pela industrialização junto às ferrovias e constituiu intenso processo de suburbanização (tal como o autor caracteriza o período entre 1915 e 1940). Como destaca o autor, a especulação imobiliária já atuava na produção-expansão da cidade sem a preocupação de pensá-la em termos de planejamento urbano. Ao contrário, caracterizava-se ainda

nesse momento como algo que se proliferava exagerada e desordenadamente. Aponta Langenbuch o seguinte:

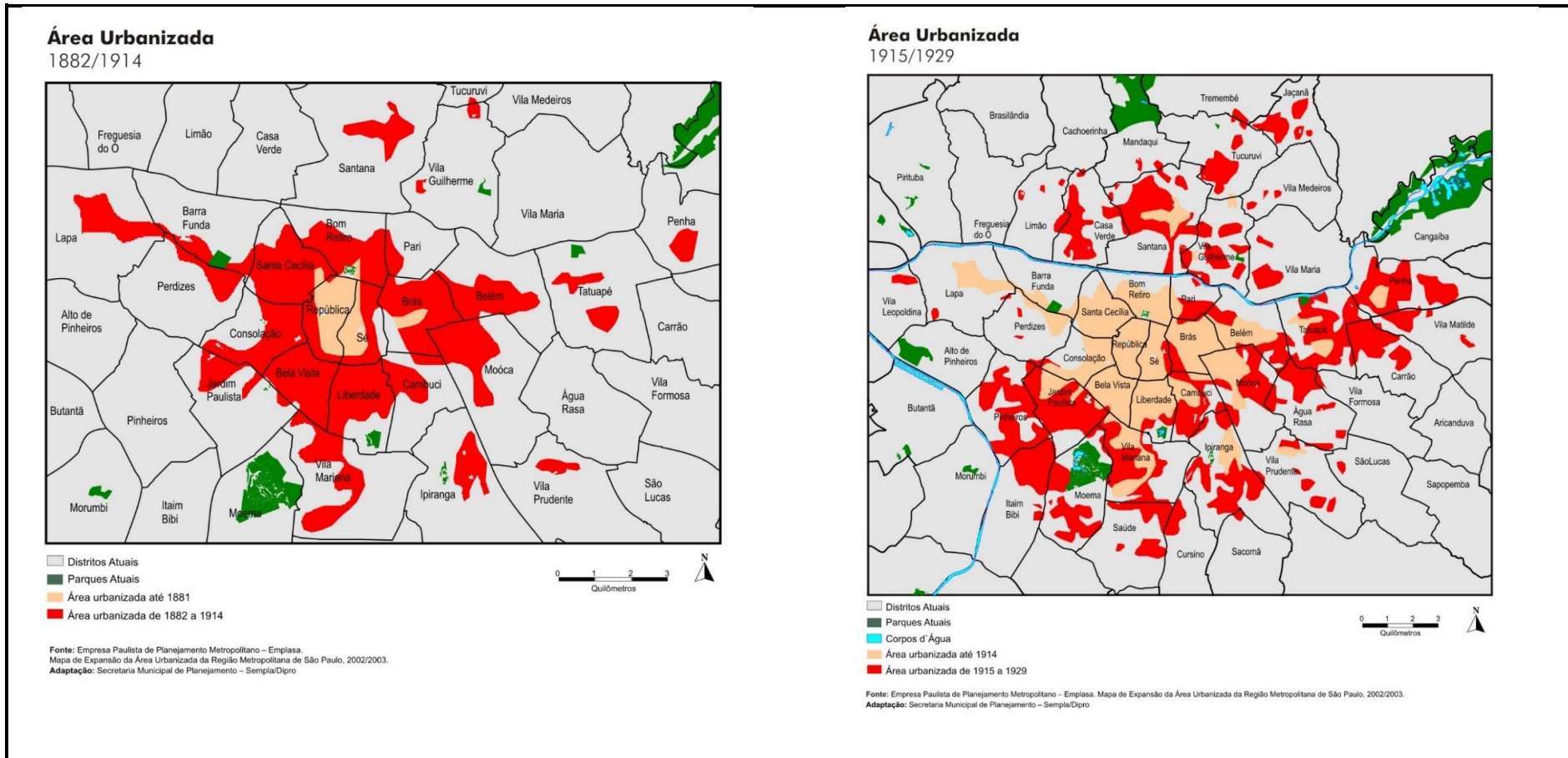
“(...) Os loteamentos excediam em muito a demanda efetiva, representada pelos residentes suburbanos em potencial. (...) Veja-se, por exemplo, o caso dos loteamentos que se estenderam entre a estrada de Santo Amaro e o rio Pinheiros (*incluindo o Itaim – grifo nosso*): quase todos foram arruados em tabuleiro de xadrez, contudo suas plantas são completamente discordantes; além disto, as ruas de Vila Olímpia e de Chácara Santo Antônio são terrivelmente estreitas, mesmo considerando a época em que foram instaladas” (LANGENBUCH, 1971, p. 137-138)

Diferentemente de outros bairros de São Paulo, em que empresas inglesas e francesas de urbanização realizaram um plano urbanístico dos loteamentos¹⁵, o bairro do Itaim foi dividido pelos próprios proprietários, herdeiros dos Couto Magalhães, dos quais alguns permaneceram na região, como descrevem Lopes e Toledo (1988, p. 26):

“Estabelecidos na região, os herdeiros passaram a lotear o restante de suas terras. Esse trabalho foi realizado pelo Dr. Arnaldo Couto de Magalhães, filho de Bibi (*um dos herdeiros que deu nome ao bairro – Leopoldo Couto de Magalhães Jr. – grifo nosso*), que optou por um empreendimento popular que atendesse a uma faixa de pequenos comerciantes, homens de ofício e empregados do comércio (...).”

¹⁵ Amélia Damiani (2004) sublinha, retomando autores que analisaram a formação de São Paulo – como Martins, Monbeig e Caio Prado Jr. - que no processo inicial de urbanização de São Paulo, além da importância da industrialização (pela tríade café/ferrovia/trabalhadores), também desempenhou papel fundamental a especulação imobiliária do mercado de terras incipiente na formação dos bairros: “Da Cidade de taipa de pilão, da época colonial, à Cidade do tijolo, houve, nesta passagem do fim do século XIX ao início do século XX, a importância do café, da industrialização, da ferrovia, depois do bonde elétrico e uma extraordinária especulação imobiliária, envolvendo o Centro. (...) Esse processo também implicou a venda de antigas chácaras transformadas em loteamentos de características mais abastadas, como em Campos Elíseos ou Higienópolis, e mais populares, como Barra Funda e Bom Retiro. Segundo ela, Pierre Monbeig menciona uma epidemia de urbanização. Caio Prado Jr. também acentua a influência da especulação imobiliária na expansão urbana, inclusive com grilagem de terrenos: bastava traçar as ruas, às vezes no papel apenas, e passar os terrenos aos compradores”. (DAMIANI, 2004, p.21)

Figura 1.4. Evolução da mancha urbana da cidade de São Paulo



Fonte: Prefeitura/SP, disponível em http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1920.php

A presença de muitos imigrantes nesse primeiro momento de formação do bairro marcava o cotidiano, fazendo com que atividades semi-rurais reproduzissem hábitos de suas terras. As atividades envolviam a fabricação de vinho e azeite, e a carne de porco era salgada para ser armazenada e conservada para um longo período. Lopes e Toledo descrevem as atividades de trabalho dos primeiros moradores do Itaim:

“O leite fresco das vacarias era distribuído a domicílio para a freguesia mais rica; para os outros havia o recurso de soar uma sineta, anunciando sua presença; tripa, miúdos, peixes também eram apregoados por ambulantes. As padarias, vendas, empórios e açougues constituíram o primeiro segmento do comércio a se sedentarizar. As ruas Joaquim Floriano, Bandeira Paulista e Pedroso Alvarenga foram as primeiras a serem servidas por esse comércio”. (LOPES e TOLEDO, 1988, p. 32)

A religião também foi um elemento integrador da vida do bairro do Itaim, assim como ocorreu em outras localidades da cidade. Por causa da existência da capela da chácara durante esse momento de formação, muitas festas religiosas e novenas eram promovidas, reunindo a comunidade para a reza e para eventos sociais festivos, como casamentos, batizados e missas. Ou seja, a vida de bairro era marcada pelo próprio tempo do bairro. Isto significa que o espaço e o tempo do cotidiano eram assimilados de acordo com a dinâmica das experiências compartilhadas do bairro e não, digamos, em função do ritmo mais acelerado da cidade. “O tempo próprio do bairro”, afirma Seabra (2003, p. 201)

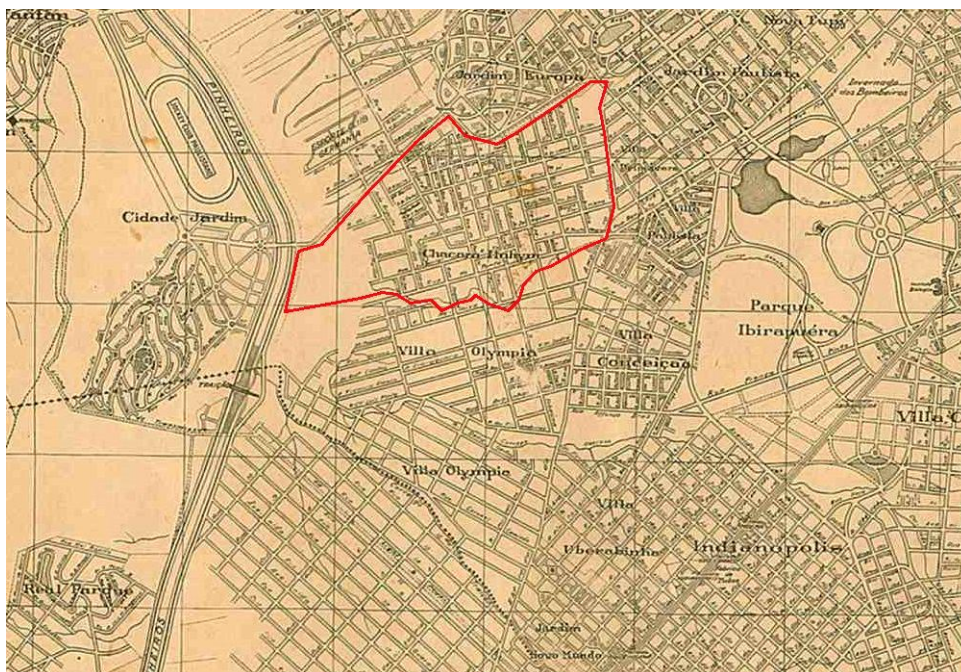
“sintetizava a contribuição fragmentária dos moradores. Por isso que a vida de bairro revelou-se como um nível no qual eram reunidos de modo criativo, dádivas de tempo, de talentos, de habilidades de cada um, fossem mulheres ou homens, crianças ou adultos, velhos ou moços, segundo fossem eles caipiras ou imigrantes (...) Definia-se, assim, um âmbito de práticas que, ao se espacializarem, davam significação e sentido à vida de bairro”.

Com o processo de industrialização e urbanização da cidade, que começa a se intensificar a partir da década de 1920, o bairro do Itaim atraiu novos moradores, em geral trabalhadores que buscavam terrenos mais baratos em razão do baixo preço dos terrenos dos bairros do entorno em comparação com os mais elevados de outras localidades. Alguns fatores colaboravam para essa desvalorização, que depois se mostrou relativa. Naquele momento, dada sua posição de várzea, havia graves problemas de enchentes que foram resolvidos com a retificação do rio Pinheiros e dos córregos da região (Sapateiro, Uberabinha, da Traição e Verde), valorizando posteriormente seus terrenos. Na planta da cidade de São Paulo de 1943 (**Figura 1.5**) já

se observa a retificação do rio Pinheiros. Nessa época, percebe-se pelo desenho que a várzea ainda estava desocupada (onde posteriormente se instalaram alguns campos de futebol, no Parque do Povo), já que estava relacionada com o antigo traçado do rio Pinheiros. É verdade que esse segundo momento da produção do bairro ainda vai guardar elementos de atividades ligadas ao primeiro. No entanto, no decorrer do seu desenvolvimento, *eventos* e *estruturas* foram transformando a vida e a dinâmica do bairro.

Foi nesse momento que o perfil do bairro começa a ser definido como bairro popular: um bairro de trabalhadores, geralmente ibéricos e italianos, que vinham de outros bairros como o Bexiga, ou diretamente da Europa, acostumados com o trabalho braçal e manual, vendo na posse da terra a possibilidade de conseguir renda e, por isso, tornando-a produtiva. “Desenvolveram uma atividade semi-rural produzindo leite, ovos, verduras e legumes para o abastecimento local e para suprir os bairros adjacentes”. (LOPES e TOLEDO, 1988, p. 27). A vida social do Itaim Bibi nesse período tinha como prática festas religiosas, romarias, futebol de várzea, circo, bailes e piqueniques nos clubes locais que se formaram. (Ibidem).

Figura 1.5. Desenho Urbano do Bairro do Itaim em 1943



Fonte: Prefeitura/SP, disponível em: http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1940.php. Adaptado pela autora

Esse período de desenvolvimento do bairro ou auto-reprodução (Cf. SEABRA, 2003) se caracteriza como momento de integração cultural: “Dir-se-ia que neste período se tornam visíveis uma grande condensação de símbolos de integração cultural, formadores de um repertório, identificado como capital cultural” (SEABRA, 2003, p. 68). A ideia de “capital cultural”, lembra a autora, é tomada de Bourdieu, que se refere a saberes e conhecimentos a partir de situações de classe na sociedade¹⁶.

Até meados dos anos de 1950, a perfil do bairro esteve caracterizado pelas formas de apropriação do próprio espaço em relação aos seus elementos naturais – como a várzea, seus cursos d’água não canalizados e também espaços religiosos e socialmente construídos. Esse perfil foi marcado por elementos de integração cultural com usos bem determinados, de um tempo-espaço específico. Sua própria posição de várzea influenciava a prática cotidiana do bairro, tendo sido o futebol, para citar um exemplo, a principal atividade social e de recreação. Nessa época muitos clubes foram criados (Cf. LOPES e TOLEDO, 1988). A área da várzea onde ocorriam os jogos de futebol se estendia até o local onde hoje está situado o quarteirão. Após a retificação do rio Pinheiros, a várzea foi urbanizada e ocupada pelo Parque do Povo, que à época foi dividido entre os clubes de futebol (nove), um circo-escola (Picadeiro), uma escola de arte, uma pista de bicicleta e feira-livre. Esse espaço de integração cultural representa a vida de bairro característica desse segundo momento do Itaim. Sobre o uso do Parque do Povo e dos campos de futebol, Lopes e Toledo descrevem:

“São frequentados por trabalhadores que folgam em dias de semana, geralmente moradores de outros bairros que trabalham no Itaim e adjacências. Alguns antigos sócios, seus filhos e netos, ainda residindo no bairro, aparecem aos domingos pela manhã ou durante a semana, depois do trabalho. São velhos amigos se distraem em torno de um jogo de pôquer e dominó ou conversam bebendo cerveja e uma *branquinha*”. (LOPES e TOLEDO, 1988, p. 79)

Com o desenvolvimento urbano do bairro, este foi constituindo bens de consumo coletivo – escolas, posto médico, equipamentos de cultura e lazer, obras de saneamento, infraestrutura de comunicação e de transportes etc. Ocorre nesse momento da produção do bairro o projeto do quarteirão, primeiramente com abertura do Parque Infantil (1948) instalado na casa que foi da família dos Couto de Magalhães (donos da Chácara Itaim) e depois com a implantação das unidades de serviços de educação, cultura e saúde que

¹⁶ Cf. o livro *O poder simbólico* de Pierre Bourdieu.

integram o quarteirão, como veremos mais detalhadamente no capítulo 2. Vale ressaltar que nesse momento o processo de urbanização de São Paulo intensifica o adensamento de vários bairros da cidade, inclusive do Itaim, além de ampliar consideravelmente a mancha urbana da cidade entre as décadas de 1930/40, 1950/60 e 1970, como ilustram as **Figuras 1.6 a 1.8** na sequência. A partir dos anos 1970, as intervenções urbanas no bairro do Itaim, como canalização de cursos d'água e construção de avenidas em suas margens, marcam a presença do Estado a título de regulador/indutor da urbanização. O padrão construtivo das residências foi se diferenciando do primeiro momento à época do loteamento original, de modo que, também nos anos 1970, observa-se o início da verticalização do bairro. Embora esse segundo momento se estenda por um longo período, cabe ressaltar que mesmo com as intervenções estatais e com o processo de verticalização sua morfologia foi pouco alterada em relação ao loteamento original. Seabra (2004b) caracteriza a cidade de São Paulo deste momento como, essencialmente, *a cidade dos bairros*.

“São Paulo realizou-se como uma cidade de bairros nos anos cinquenta. Tanto que entre 1950 e 1980, implodiam as estruturas internas da cidade a medida que explodia o tecido urbano na formação das periferias que davam configuração, propriamente, à metrópole”. (SEABRA, 2004b, p. 277)

Com o passar dos anos, nesse período de desenvolvimento do bairro, o espaço e o tempo do cotidiano passam a não se restringir mais à dimensão do próprio bairro (como predominou no primeiro momento), pois a relação com a cidade (centralidade) se tornava cada vez mais necessária, isto é, a vida de bairro não se sustentava na própria espacialidade e tempo do bairro. Muitos são os motivos: o avanço da urbanização, a diversificação das funções da cidade, a centralidade ganhando novos conteúdos. Trata-se de reafirmar que, no segundo momento, surge o ponto crítico da produção do bairro do Itaim, o qual Odette Seabra (2003) indicará como o momento em que, na reprodução ampliada do bairro, o espaço se tornou *produtivo*. Esse processo será intensificado no terceiro momento, como veremos adiante.

Figura 1.6. Município de São Paulo – Área urbana 1930/1949

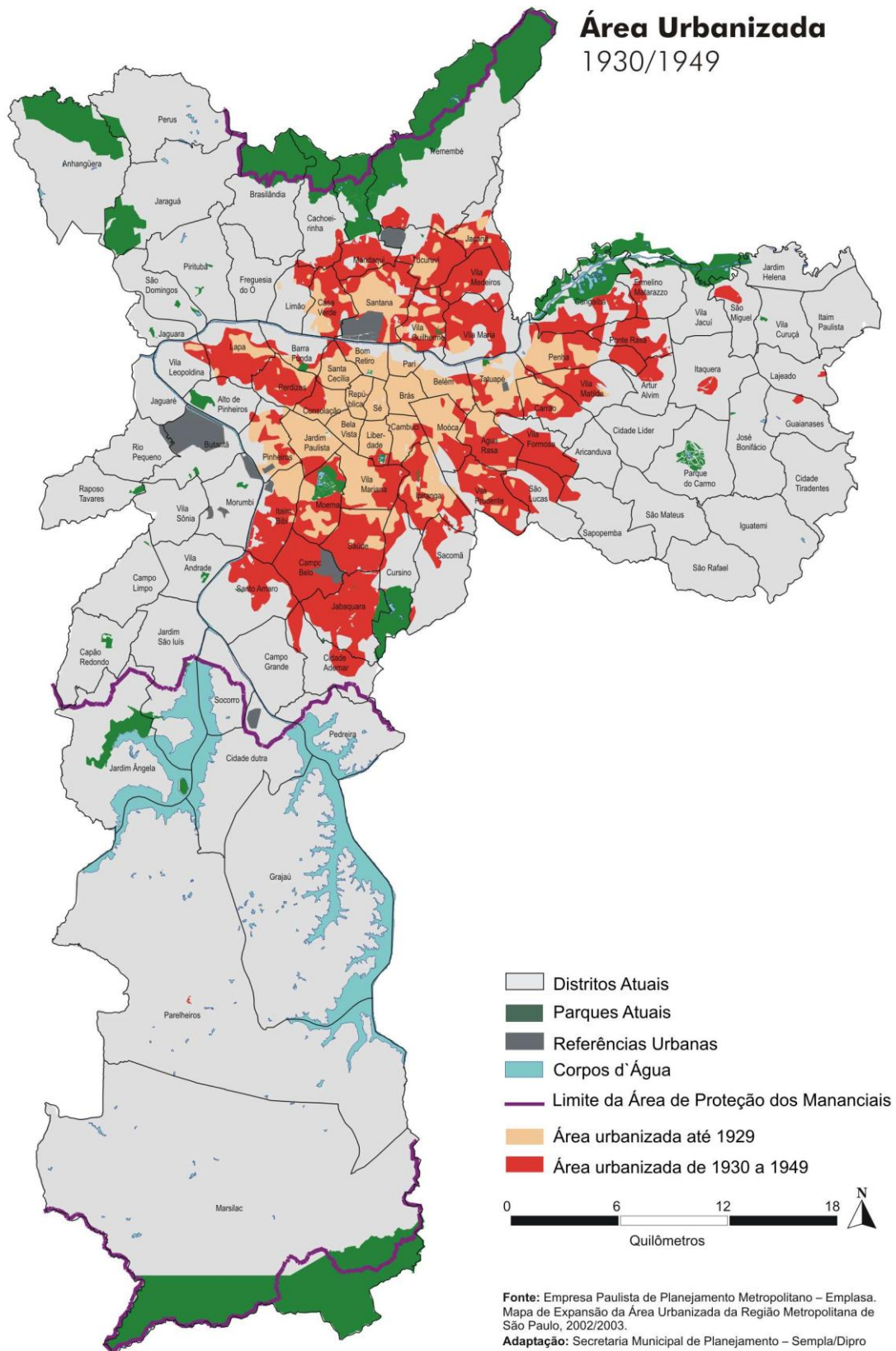


Figura 1.7. Município de São Paulo – Área urbana 1950/1962

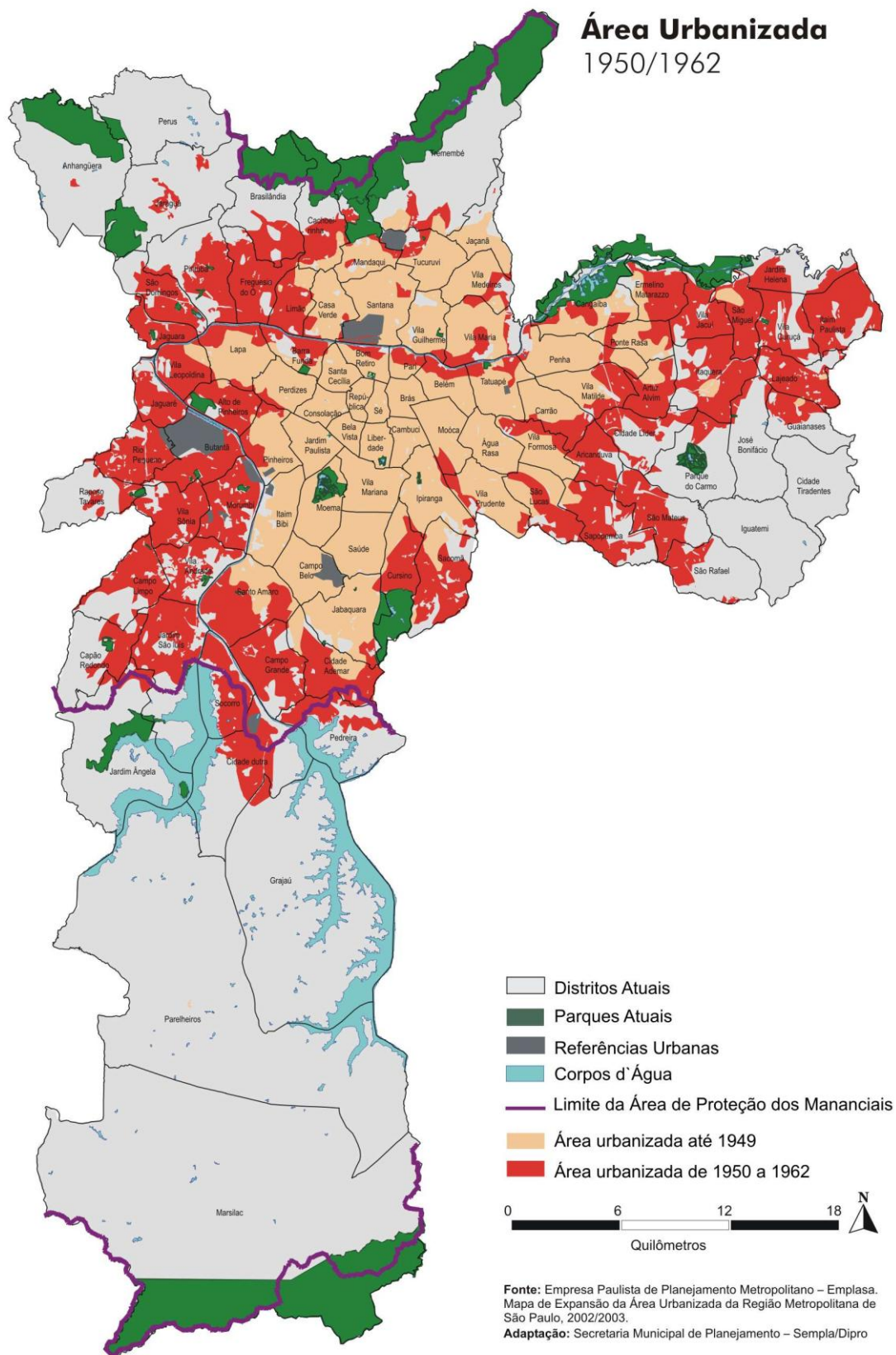
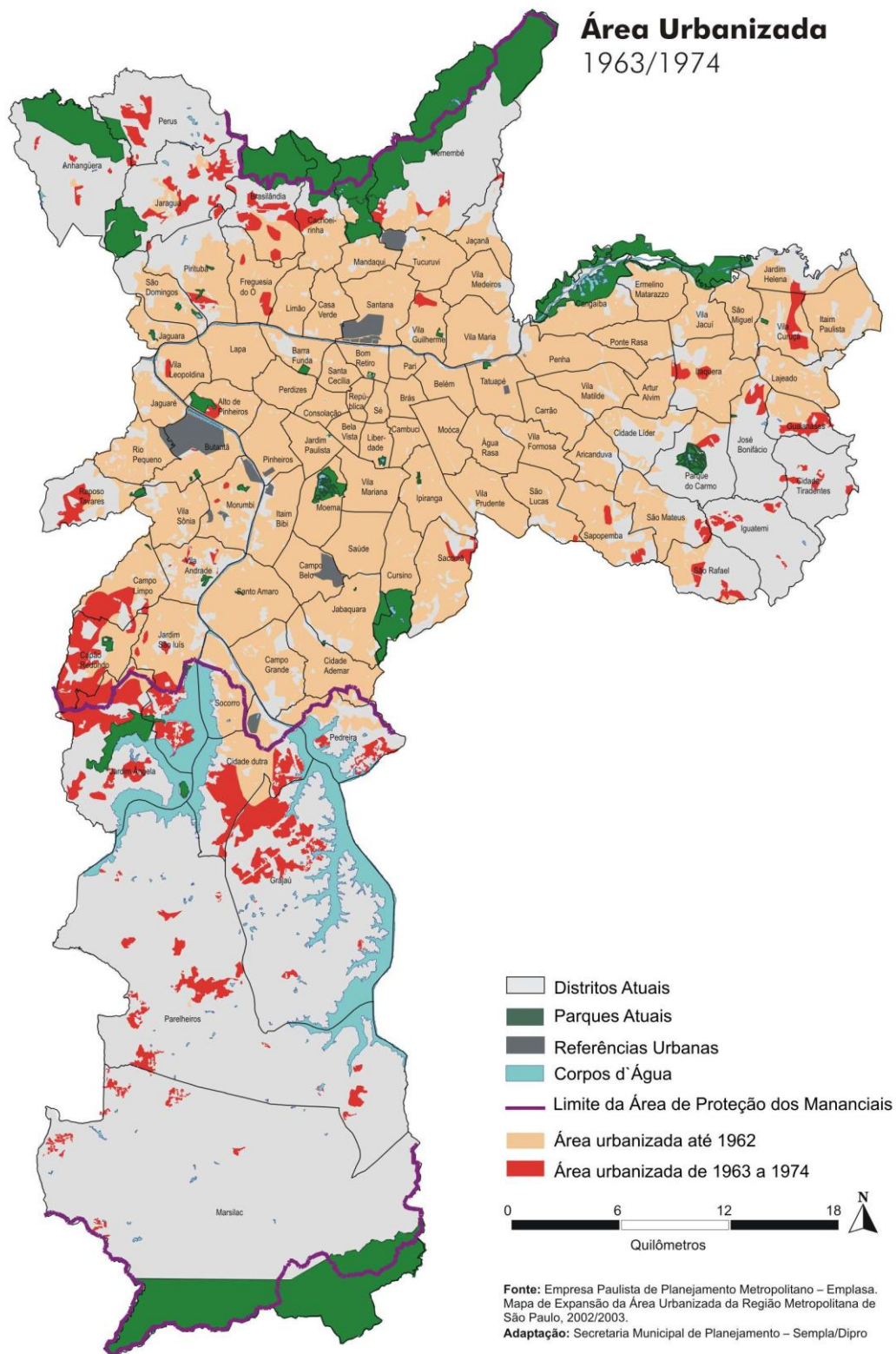


Figura 1.8. Município de São Paulo – Área urbana 1963/1974



Entre os anos de 1970 e 1980, o bairro acompanhou o intenso processo de urbanização de São Paulo. Em termos da funcionalidade com características mistas, o bairro manteve ainda muitas residências entremeadas por pequenas fábricas e estabelecimentos de comércio e serviços locais. Contudo, aqui identificamos o ponto crítico, não exatamente como ponto estático, mas como movimento que começa a delinear a metrópole, o bairro cada vez incorporado à mancha urbana de São Paulo, marcado pela fragmentação e pelas políticas do espaço.

No curso da urbanização, ocorreu um deslocamento das bases que configurariam o urbano como modo de vida. Se em princípio a reprodução da sociedade estava relacionada ao tempo e ao lugar da reprodução da vida, o cotidiano corresponderia a uma sequência lógica e necessária desse processo. Contudo, segundo Seabra, com o advento da modernidade-industrialização, esse processo se rompe enquanto realidade histórica para dar lugar a uma lógica *que rompe e redefine os nexos da vida imediata*. (SEABRA, 2003, p. 5). Segundo Seabra, como efeito dessa nova lógica interna da urbanização, a fragmentação do tempo e do espaço, provocando assim uma separação entre o viver e o vivido, percebidos doravante como experiências difusas na experiência social.

Como um efeito decorrente desse deslocamento, os termos vinculados a uma específica urbanização – especialmente no sentido da cidade histórica ou pré-industrial – e seus recortes – como a própria cidade, o bairro, o centro, o espaço público etc – exigem uma análise sobre os processos que levam a essa mudança de “lógica”, ou mesmo de paradigma, tal qual buscamos apresentar no item anterior, fazendo-nos perceber a influência da financeirização no processo de produção do espaço como algo determinante. Com o processo de fragmentação, consolidam-se novas formas de produção do espaço que aprofundam *políticas de espaço*, conduzidas principalmente pela lógica de mercado visando à reestruturação urbana da metrópole, em termos técnicos, funcionais e produtivos. As gestões municipais são as que empreendem no nível local estas políticas, constituindo normas e projetos que apontam para a reprodução do espaço nos termos aqui discutidos. No caso do Brasil e de São Paulo, as operações urbanas, concessões urbanísticas, são exemplos destas novas normas que norteiam as políticas de espaço. Portanto, com o objetivo de compreender o movimento de transformação da metrópole paulista, considerando, evidentemente, a mencionada

mundialização que se instaura nessa escala de análise, buscamos investigar como determinados fragmentos – como o bairro - podem revelar contradições, limites e possibilidades da produção do espaço.

Quando analisamos por meio de fotografias aéreas o bairro do Itaim podemos perceber traços de sua transformação em termos de uso e ocupação do solo a partir dos anos de 1960¹⁷. Pelas imagens, notamos elementos da paisagem que registram diferentes momentos da ocupação do bairro. Nos anos de 1960/70, o uso residencial era predominantemente horizontal, fato que pode ser notado na fotografia aérea de 1962 (**Mapa 1.1**). Embora o traçado das ruas do bairro já estivesse definido, ainda havia terrenos vazios, a drenagem não tinha sido canalizada e quase não identificamos edifícios. Também o comércio e serviços do bairro estavam restritos às ruas Joaquim Floriano e Clodomiro Amazonas, em pequenos estabelecimentos que serviam, quase que exclusivamente, aos moradores locais. (Cf. LOPES e TOLEDO, 1988). Na imagem de 1962, observa-se que além da ocupação residencial, apenas uma indústria fazia referência ao uso industrial no bairro, mas destaca-se a presença do quarteirão do Itaim do Parque do Povo, que representavam outros usos no bairro já naquela data, mais voltados ao uso público. Em geral, o bairro não se distinguia de forma expressiva dos bairros do entorno que estavam do mesmo lado do rio Pinheiros (basicamente residenciais), contrastando, por exemplo, com o bairro Cidade Jardim no entorno do Hipódromo/Jockey Clube¹⁸, que ainda estava sendo loteado. Pelas imagens, é possível identificar o relevo e a drenagem dessa porção da cidade, fato que começa a desaparecer com a canalização de córregos e rios no final dos anos de 1970, como veremos na fotografia de 1977.

O bairro estruturava-se em consonância com a cidade em uma relação de interdependência mútua. O papel que exercia a centralidade (do centro velho) era fundamental, mas só fazia sentido nessa relação com o alhures. Os bairros significavam os lugares de representação das identidades dos habitantes, marcado por distintos modos

¹⁷ Como o registro das fotografias aéreas levantadas somente registra o bairro a partir dos anos 1960, restringimos a comparação entre esse período e os subsequentes.

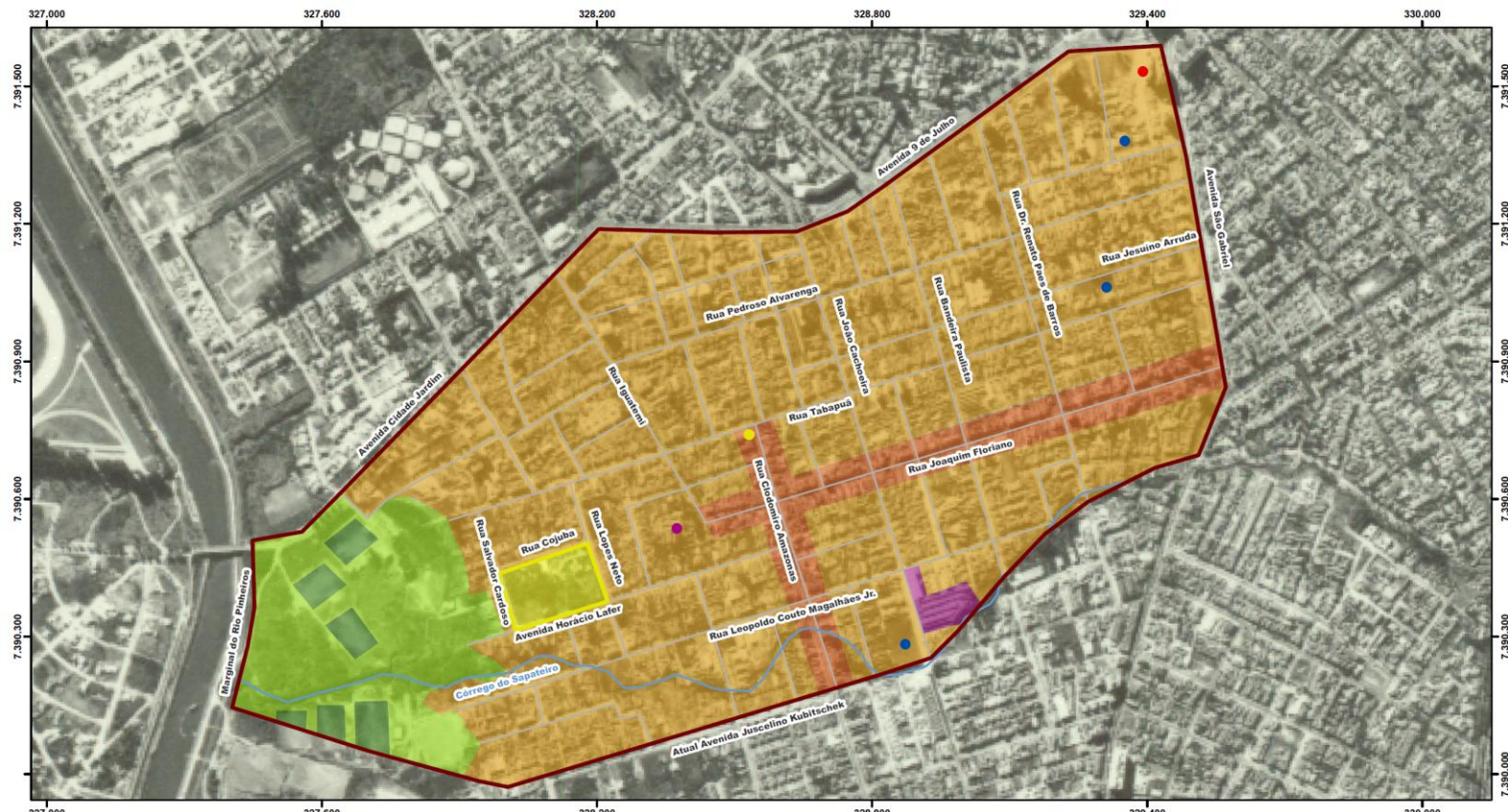
¹⁸ Na década de 1940, o papel que exerce a implantação do Hipódromo na Cidade Jardim na margem oposta do rio Pinheiros implicará significativas mudanças no sistema viário e de transportes, exigindo a transposição do rio por meio de pontes para que houvesse a ligação entre essa região e o centro da cidade. O avanço da urbanização nesta porção sudoeste da cidade impulsionado pelo loteamento dos bairros que formavam o “cinturão residencial suburbano” da cidade de São Paulo (Cf. LANGENBUCH, 1971), a partir dos anos de 1910.

de vida que podiam ser traduzidos pelas formas de apropriação do espaço e do emprego do tempo.

Nesse momento, a dinâmica urbana começa a impor mudanças sobre aquela materialidade que estava relacionada ao período anterior da evolução da cidade, mais voltado a usos rurais (como no caso da chácara Itaim). Conforme apontamos, a especulação imobiliária desempenhou forte influência nesse processo de urbanização, seja por meio de empresas como a Companhia City (Bairros Jardins, Cidade Jardins, etc.), ou mesmo na retaliação das chácaras que ocupam a várzea do rio em terrenos que eram menos valorizados naquele momento. O que hoje é o Parque do Povo próximo à várzea do rio Pinheiros junto à foz do córrego do Sapateiro era marcado, de acordo com o que se constata na imagem, pela presença dos campos de futebol de várzea constituídos então como importantes formas de integração cultural do bairro, mas que deixaram de existir, embora hoje seja considerado patrimônio cultural tombado pelo Condephaat¹⁹. Importa ressaltar que o tipo de uso do solo dos anos 1960 difere completamente do uso que começa a se consolidar nos anos 1970, fato que também passa a ser notado em outros bairros de São Paulo, em razão do avanço da verticalização a várias partes da cidade, sobretudo, aquelas com infraestrutura urbana melhor consolidada.

O processo de transformação socioespacial do bairro do Itaim vai implicar em mudanças no modo de vida do bairro. Nesse sentido, enquanto fragmento para se pensar o processo de reprodução da metrópole, o bairro se torna uma importante delimitação que nos ajuda a compreender tanto a fragmentação que passa a ser imposta ao espaço, que será levada ao extremo nos dias atuais com a especialização excessiva dos lugares (bairros, avenidas, entre outros) quanto à dinâmica da vida cotidiana de pessoas que lá vivem e realizam suas experiências práticas individuais e em alguns grupos, como por exemplo, a dos times de futebol de várzea que afirmam um uso próprio nos campos do Parque do Povo. A percepção dessa transformação do bairro, portanto, não se restringe apenas à mudança física da paisagem, mas antes partindo do vivido, da experiência cotidiana dos moradores do bairro que passa a ser orientada então pela mercadoria, ou seja, pode-se perceber que os referenciais da vida de bairro são deslocados para a esfera econômica, descortinando os processos mais gerais da produção do espaço.

¹⁹ Sobre o tombamento do Parque do Povo cf. MAGNANI e MORGADO (1996); SCIFONI (2013a).



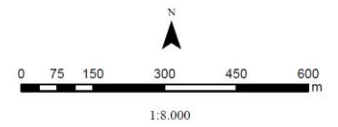
Mapa 1.1 Bairro do Itaim Bibi
Modalidades de Uso do Solo (1962)

Legenda

- Bairro Itaim Bibi
- Área de estudo
- Hidrografia
- Sistema viário principal

- Uso predominantemente institucional
- Uso predominantemente residencial horizontal
- Uso predominantemente comercial e serviços
- Uso industrial
- Uso público - Parque do Povo
- Campo de Futebol

- Convento
- Igreja
- Sede do Sítio Itaim
- Escola

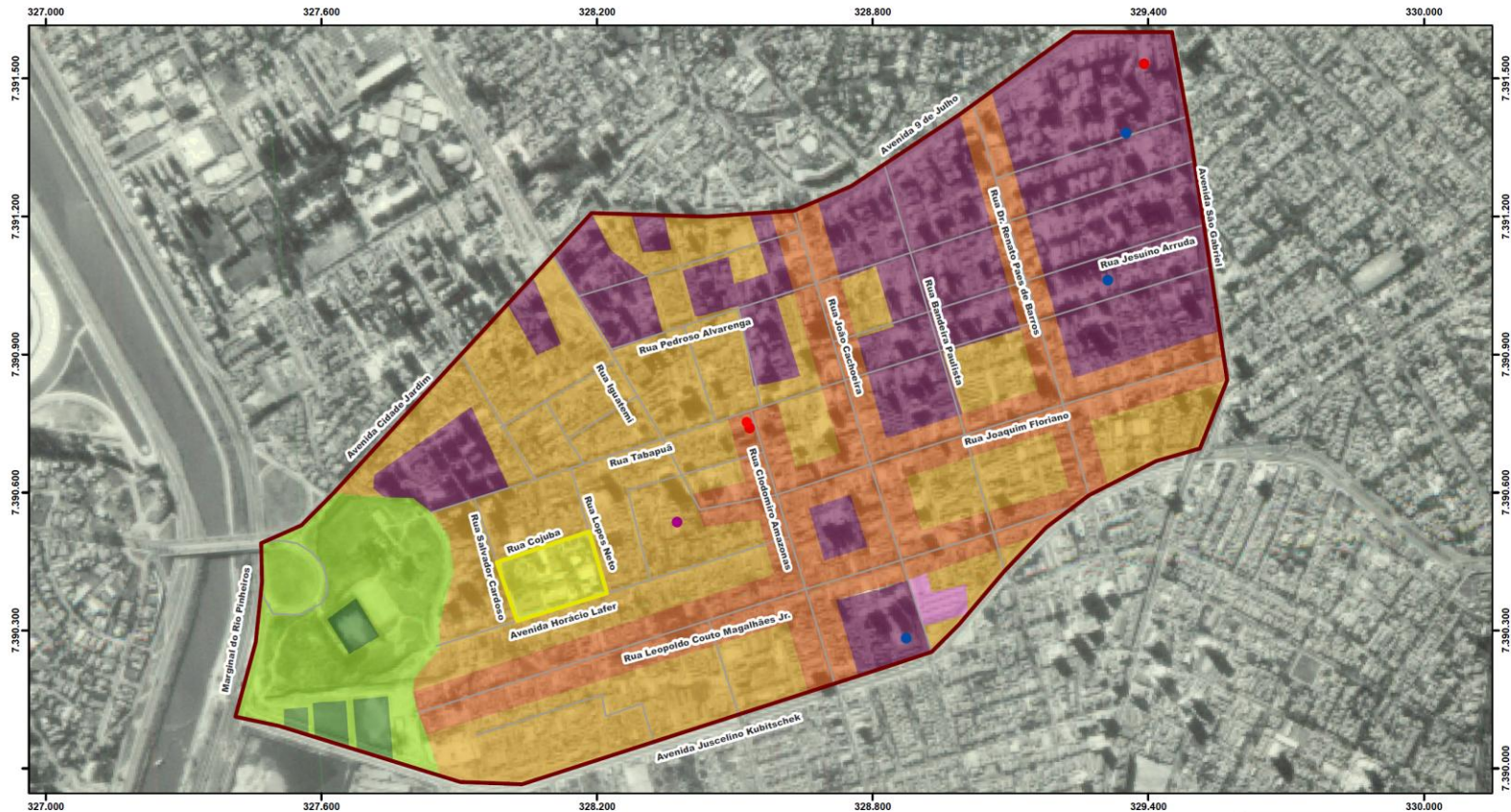


Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico, 1962. Foto aérea 3669 - Escala 1: 40 000
 Projeção Transversa de Mercator
 Datum Horizontal: WGS 1984 - UTM Zona 23 Sul
 Organização: Patrícia Fernandes; Elaboração: Maira Fernandes, 2015.



Na fotografia de 1977 (**Mapa 1.2**), novas mudanças na paisagem urbana dessa região da cidade podem ser notadas. Os usos se diversificam bastante em relação ao ano de 1962, principalmente os usos comerciais, de serviços e residencial vertical. Esse período é marcado pela ação do Estado como indutor da urbanização e é confirmado pelo grande investimento no sistema viário. A presença das marginais do rio Pinheiros e de pontes permite a transposição do rio, que nessa área passou a ser feita pela Ponte Cidade Jardim, integrando essa região sudoeste da cidade com os bairros Cidade Jardim e Morumbi. Também havia sido construída a Avenida dos Bandeirantes compondo um importante eixo viário com a zona sul da cidade e região da Baixada Santista, pois se tornou o principal acesso urbano às Rodovias Imigrantes e Anchieta. Comparando-se o mapa de 1977 com o ano de 1962, é possível perceber o aumento do adensamento urbano e também mudanças no perfil domiciliar: se antes havia predomínio de casas horizontais, já se nota uma concentração de edifícios nas proximidades da Avenida São Gabriel e ruas transversais. O entorno como um todo passou a ser mais adensado, mas há pontos em que a verticalização se destaca, como no caso do Itaim, em um período de apenas 15 anos. O uso comercial e de serviços se amplia, incluindo as ruas João Cachoeira e Leopoldo Couto de Magalhães que se consolidam a partir desse período como importantes eixos comerciais do bairro. A evolução do sistema viário também é notável e, na região do bairro do Itaim e Vila Olímpia, a construção da Avenida Juscelino Kubitschek marca fortemente a paisagem local ao se integrar ao conjunto de avenidas que garantem a articulação dessa região com o restante da cidade. Nessa fotografia não é mais possível identificar a drenagem, principalmente o córrego do Sapateiro em decorrência da canalização sob o sistema viário.

Ao final da década de 1970, é o desenho urbano, representado pelo traçado de ruas e avenidas, que passa a comandar os trajetos, transformando a própria lógica do espaço. A centralidade do uso volta-se ao automóvel, o repertório das experiências cotidianas, conseqüentemente, muda inexoravelmente. A vida de bairro cede cada vez mais lugar à dinâmica da metrópole, abrindo brechas para a imposição das intervenções urbanas de caráter homogeneizante, ou seja, a diferença entre os bairros tende ao desaparecimento.



Mapa 1.2. Bairro do Itaim Bibi
Modalidades de Uso do Solo (1977)

Legenda

- Bairro Itaim Bibi
- Área de estudo
- Sistema viário principal
- Uso predominantemente institucional

- Uso predominantemente residencial horizontal
- Uso predominantemente comercial e serviços
- Uso predominantemente residencial vertical
- Uso industrial
- Uso público - Parque do Povo
- Campo de Futebol

- Igreja
- Sede do Sítio Itaim
- Escola

1:8.000

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico, 1962. Foto aérea 3669 - Escala 1: 40 000
 Projeção: Transversa de Mercator
 Datum Horizontal: WGS 1984 - UTM - Zona 23 Sul
 Organização: Patricia Fernandes; Elaboração: Maira Fernandes, 2015.



Todavia, ainda nesse segundo momento da produção do bairro do Itaim, esse processo de transformação convive com as experiências do momento anterior. O comércio do bairro ainda é formado pelos açougues, mercearias, quitandas, oficinas, padarias, farmácias de pequenos comerciantes. Os moradores ainda realizavam a maior parte de suas necessidades do dia a dia no bairro, pois sabiam onde estava a costureira, a tinturaria, o botequim. A vida cotidiana não estava profundamente fragmentada. No livro *Espaço-tempo na metrópole: A fragmentação da vida cotidiana*, Carlos considera que o bairro seria a escala do vivido, do habitar. “A significância marcada pelo lugar onde se desenvolveu uma parte significativa da vida cria os símbolos do reconhecimento; a vida não se realiza suspensa no ar, mas enraizada no lugar”. (2001, p. 232). Essa imagem de enraizamento com o lugar se traduz na memória daqueles que permanecem no bairro, mesmo após sua transformação. Por isso, os espaços *residuais*, como o quarteirão, por exemplo, são a tradução da memória coletiva das pessoas que habitam o bairro. O relato de uma moradora antiga do Itaim, como Dona Guiomar traduz essa experiência:

“(...) recordo com emoção, raízes profundas, amigos verdadeiros. Não importa o que digo, o Itaim é meu cativo. Assim, rápido o tempo passou. E a imagem do Itaim antigo para sempre ficou. Recordar é viver, resolvi escrever do meu Itaim Bibi. Para minha satisfação, dos 75 anos, aqui vividos, só restou recordações. Da minha João Cachoeira (rua) lembro da minha infância, onde tantos anos brinquei. Passo hoje todos os dias e não reconheço mais ninguém. É o centro de todas as atenções, mas dos tempos distantes só ficou recordação. Quanto progresso, quanta valorização, mas do meu Itaim Bibi antigo só ficou recordação”. (CARLOS, 2001, p. 235)

A passagem do segundo para o terceiro momento da produção do bairro do Itaim corresponde ao movimento da passagem do espaço enquanto lugar da reprodução da vida para o espaço como produto e condição da acumulação do capital. O sentido do uso do espaço como apropriação cede lugar ao espaço dividido, fragmentado. Na qualidade de mercadoria, passa a ser gradualmente vendido aos pedaços, tornando-se predominantemente privado. No terceiro momento, esse processo se concretiza através das operações financeiras, marca da economia neoliberal que se consolida a partir de meados dos anos 1980, as quais são incorporadas na produção do urbano, como já discutimos, sobretudo por meio do setor imobiliário.

As transformações espaciais decorrentes das ações promovidas pelo Estado são intensificadas a partir da década de 1990. Podemos localizar neste momento um

processo mais ofensivo de reestruturação da metrópole, a qual, conforme mencionado, será caracterizada sobremaneira pela homogeneização, fragmentação e hierarquização dos recortes da cidade. Pois a fragmentação, como característica inerente à constituição da metrópole, transforma os lugares – que antes abarcavam espaço-tempo da vida, de realizações cotidianas as mais elementares e simples – em fragmentos homogeneizados e, conseqüentemente, hierarquizados. Ademais, esse momento da reprodução ganha novas características na medida em que a atuação do Estado é marcada agora por sua associação mais intrínseca com a iniciativa privada. No caso do Itaim Bibi, observa-se que este momento se caracteriza por uma ruptura no processo de produção do bairro ocasionado, mais precisamente, pela Operação Urbana Faria Lima.

A morfologia do bairro foi completamente transformada, reestruturando o sistema viário tanto com a construção de novas avenidas (especialmente a Nova Faria Lima e a Avenida Hélio Pelegrino) como também no traçado interno ao bairro. Muitas edificações foram alteradas, com a substituição das antigas casas pela forte verticalização do bairro a partir dos anos 1970. Também a valorização do solo decorrente da própria OUFL modificou o perfil das construções residenciais, privilegiando a construção de muitos edifícios de alto padrão e aumentando o número de edifícios corporativos, como se nota pela presença de diversos heliportos. Conseqüentemente, há uma combinação de edifícios corporativos que se concentram no eixo e adjacências das Avenidas Nova Faria Lima e Pres. Juscelino Kubitschek. Atualmente, o bairro do Itaim apresenta como principal modalidade de uso do solo a ocupação verticalizada, que contrasta principalmente com o ano de 1962, cuja predominância era a ocupação residencial horizontal. Como se observa na imagem a seguir do ano de 2014 (**Mapa 1.3**), o bairro do Itaim se diferencia também dos bairros do entorno imediato que tiveram sua origem urbana na mesma época, mas que ainda tem o uso residencial horizontal como predominantes (Cidade Jardim, bairros jardins, parte do Brooklin).

Em estudo sobre a Operação Urbana Faria Lima, Ramalho e Meyer (2004) constatam que houve profundas mudanças nos bairros afetados pela OUFL e, no caso do bairro do Itaim, ocorreu diminuição da densidade populacional e domiciliar, o que afeta diretamente o tipo de ocupação característica do bairro: deixa de ser predominantemente residencial e passa a sediar empreendimentos comerciais e de serviços como também

novos lançamentos residenciais verticais. Os dados do aumento do índice de verticalização e aumento do perfil socioeconômico da população local também evidenciam a transformação do bairro em relação às atividades que se concentram no local (presença de empresas AAA) e da classe social que passa a morar no bairro com maior poder aquisitivo. Acrescentamos ainda as consequências dessas mudanças para o uso público do espaço lá presente, conforme ainda veremos no próximo capítulo.
















No bairro do Itaim, existem poucos elementos constitutivos de sua origem na paisagem atual. De modo geral, estão presentes de forma residual e, portanto, constantemente ameaçados, visto que não há mais lugar no momento atual, a não ser como simulacro do passado. Além da perda das residências que se instaura nas ruas diretamente afetadas pelas intervenções ou mesmo com a especulação imobiliária que pressiona antigas estruturas, também ocorre a perda dos referenciais que formaram a constituição do bairro, atingindo, por exemplo, os espaços da memória coletiva construídos historicamente. A intensa e repetitiva transformação dos referenciais da vida urbana, como afirma Carlos, “remete os habitantes a uma prática social atomizada, acentuando os sentimentos de estranhamento, angústia e solidão presentes na grande cidade, onde o tempo, irreversível, que mescla passado e presente, traz a nítida sensação de se impor de modo inexorável”. (CARLOS, 2001, p. 53)

As imagens apresentadas acerca das modalidades de uso do solo em diferentes datas nos permitem sintetizar, de forma visual, os momentos do bairro a que nos referimos – formação, desenvolvimento e ruptura das estruturas do bairro. Em um período de quase 50 anos (1962 – 2014) quando se compara os usos existentes, nota-se que houve uma mudança significativa do uso residencial horizontal com sistema viário pouco desenvolvido para predomínio do uso comercial, de serviços e residencial de alto padrão bastante verticalizado e com sistema viário mais complexo e estruturado ao plano integrado à cidade.




Mapa 1.3. Bairro do Itaim Bibi
Modalidades de Uso do Solo (2014)

Legenda

- | | | | | | |
|---|-------------------------------------|---|--|---|---------------------|
|  | Área de estudo |  | Uso predominantemente residencial horizontal |  | Supermercado |
|  | Bairro Itaim Bibi |  | Uso predominantemente comercial e serviços |  | Área livre |
|  | Sistema viário principal |  | Uso predominantemente residencial vertical |  | Igreja |
|  | Uso predominantemente institucional |  | Sede do Sítio Itaim |  | Sede do Sítio Itaim |
| | |  | Cobertura vegetal |  | Escola |
| | |  | Uso público - Parque do Povo | | |

N



1:8.000

Fonte: Instituto Geográfico e Cartográfico, 1962. Foto aérea 3669 - Escala 1: 40 000
 Projeção Transversa de Mercator
 Datum Horizontal: WGS 1984 - UTM Zona 23 Sul
 Organização: Patricia Fernandes; Elaboração: Maira Fernandes, 2015.



O quarteirão exemplifica uma forma residual dos antigos usos do Itaim. Em todas as fotografias, identificamos o “quarteirão do Itaim” que sofreu transformações no período analisado. Em 1962 havia apenas parte das construções que hoje ali estão instaladas e que compõem o conjunto de equipamentos públicos em disputa por sua preservação. Nota-se nesse ano a presença marcante da vegetação. Já no ano de 1977, pode-se constatar a mudança em termos da ocupação, com redução da vegetação e consolidação dos edifícios. Também o avanço da verticalização é nítido (observa-se uma densidade maior de edifícios), acompanhado do sistema viário que igualmente se transforma. Já na fotografia do ano de 2014 a mudança é muito significativa em termos de adensamento, padrão construtivo, tipo de uso e ocupação, ressaltando a integração do bairro com um sistema viário redefinido. Podemos observar hoje que, em termos da morfologia urbana, o quarteirão é bastante diferente de seu entorno, muito mais destoante agora do que em comparação com os anos anteriores.

Pode-se dizer que, nesse terceiro momento, o bairro se insere de modo mais profundo no contexto da lógica do capital enquanto mundialização. A sequência de imagens revela assim um processo amplo em que o mundial está sobrepujando o local. As mudanças específicas assinaladas demarcam então um dos objetivos centrais dessa transformação: garantir a realização dos interesses econômicos (Cf. LENCIONI, 1991; CARLOS, 2001). Mas, para que a tendência ao mundial se realize nas cidades, é preciso uma articulação com interesses locais. De onde decorre, portanto, a necessidade das políticas urbanas. Isso permite observar não apenas o modo como se articulam as instituições e o mercado, mas também a própria vida social e suas amplas consequências.

Os elementos que guardam a história e a memória do bairro são apenas usados como atributos de valorização ao setor imobiliário, ou seja, estratégia para os negócios imobiliários. A incorporadora Cyrela, em divulgação de material institucional de um empreendimento imobiliário na região, apresenta da seguinte maneira o bairro do Itaim:

“Desde a década de 1970, o Itaim segue em pleno crescimento, atraindo lançamentos imobiliários residenciais e comerciais, como o Shopping JK Iguatemi. Este novo templo do luxo – orçado em R\$ 186 milhões – deve ser inaugurado no início de 2011. Na área cultural, o local reúne charmosas salas de cinemas, teatros, biblioteca e até a praça Luís Carlos Paraná com duas esculturas do artista plástico italiano Galileo Emendabili (1898-1974). No quesito qualidade de vida, o Parque do Povo representa um grande trunfo. Com cerca de

112 mil m², é perfeito para se praticar esportes ao ar livre. Outro agradável programa é andar pela Rua João Cachoeira, um dos mais tradicionais centros de compras da capital. Em breve, essa via vai receber o título de 100% ecológica. Porém, um dos pontos fortes da localidade é a alta concentração de bons restaurantes, com culinária cosmopolita. É lá que está, por exemplo, a única filial no mundo da hamburgueria nova-iorquina P.J. Clarke's. Apesar de o lado urbano e sofisticado ser predominante, o grande charme do Itaim é não ter perdido o clima pacato de seus primórdios. Uma prova disso são as diversas ruas arborizadas e as lojinhas charmosas”. (CYRELA, 2010 – grifos nossos)

Por isso, os nexos da relação entre o bairro e a cidade que discutimos têm como fundamento buscar algo que diz respeito a uma “unidade” perdida, um tipo de conexão que foi fragmentado pelo processo de urbanização, mas que em alguma medida ainda pode ser percebido na metrópole e, de forma distorcida, é usado como estratégia da venda, como ideologia. “O bairro”, lembra Odette Seabra, “produz também seus pertencimentos, os produz a partir de práticas simples, comuns e cotidianas (...) ambos, a cidade e o bairro, como *lugares apropriados* realizam-se como história que converge na forma metrópole”. (SEABRA, 2003 p. 9). Estamos assim diante de dois aspectos importantes no contexto de nossa pesquisa. A experiência do bairro permite elucidar de maneira mais clara a produção espacial do vivido, como também reforça que a dimensão de apropriação social do espaço possui indícios inerentes à formação da própria metrópole.

Logo, quando tomamos como referência um fragmento da cidade, e mais especificamente tal fragmento no contexto do bairro – como o quarteirão – insistimos na ideia de que, na escala do bairro, conseguimos identificar as práticas socioespaciais que se realizam e também onde se materializam as ações e necessidades dos indivíduos e dos grupos em sua relação com o espaço: trata-se da esfera do vivido, onde encontramos a dimensão do simbólico. Ao mesmo tempo, fica a pergunta: com a fragmentação da própria metrópole em relação ao modo como acontece sua reprodução – divisão das esferas do trabalho, da vida privada e do lazer – poderia o “quarteirão do Itaim”, enquanto fragmento espacial e, portanto, limitação espacial, elucidar os processos mais gerais de reprodução do urbano no contexto da metrópole? Entendemos que os processos políticos e econômicos que engendram a reprodução da metrópole, transformando assim os bairros em sua morfologia e em suas funções, articulam, inexoravelmente, a relação entre o bairro e a metrópole. Tal reprodução, ao promover a alteração das formas e dos usos dos espaços nos bairros, conduz a transformações na

vida das pessoas desse lugar. Nesse sentido, pensamos ser possível analisar a reprodução da metrópole a partir do bairro, pois entendemos que este é um nível de análise que não pode ser autonomizado, isto é, o bairro pode iluminar processos que são universais na produção do espaço. O meio pelo qual buscaremos esse entendimento se dá principalmente, como se verá mais adiante, pelo exame de como as pessoas envolvidas no processo social indagam e vivem as contradições acerca da reprodução da metrópole. Neste caso, entendemos que o processo de urbanização não ocorre sem tensões e, mais do que isso, se revela no nível da experiência vivida.

Carlos (2001), tomando como referência a OUFL, analisa os processos contraditórios em relação à produção do urbano, reforçando a ideia de que na atualidade a produção do espaço se consolida pela aliança entre o político e o econômico. A autora aponta as transformações sofridas pelos bairros atingidos pela OUFL:

“(…) a transformação morfológica, associada à operação urbana, mudou os usos em decorrência da mudança da propriedade privada do solo, pois a operação urbana modifica o valor de solo urbano, provocando a valorização da área, ao mesmo tempo em que deteriora o uso residencial” (CARLOS, 2001, p. 208).

A valorização da área, incrementada pelas Operações Urbanas, transforma todo o sentido do uso social enraizado no espaço “selecionado”. Temos não apenas um aumento do valor de mercado do espaço em questão, mas também uma redução brutal das possibilidades do vivido que vinham sendo constituídas pelo seu uso na escala do bairro. Não se trata de uma leitura que tem como propósito conservar a “velha forma de vida” (a partir de alguma noção idealizada de bairro), mas de compreender que o espaço ainda estava aberto às possibilidades da experiência prática cotidiana (e, como veremos no capítulo seguinte, do uso público daquele espaço). Da lógica do capital, a valorização da área, justificada em termos econômicos ou de política urbana, fragmentou, hierarquizou e homogeneizou os usos do espaço. A questão que nos interessa neste trabalho consiste em refletir sobre os conflitos em torno do espaço, especificamente aqueles travados como uma luta em prol do quarteirão, que entram em cena como consequência e reação prática aos efeitos considerados negativos da operação urbana no bairro do Itaim. Quando se expressa como luta pelo espaço (por determinado uso daquele espaço em particular), aponta indícios de como estão ocorrendo processos contraditórios da urbanização da metrópole paulista, revelando essa aproximação entre a

ordem próxima (vida de bairro - destituída de sua função social) e a ordem distante (a própria Operação Urbana – enquanto relação entre Estado e mercado).

Com o intuito de compreender o alcance das políticas de espaço no bairro do Itaim Bibi, definindo esse momento que caracteriza a fragmentação do próprio bairro, verificaremos como o bairro está inserido no contexto da Operação Urbana Faria Lima (OUFL), a qual, de nossa perspectiva, alterou os conteúdos e significados sociais e históricos do bairro, repercutindo na vida das pessoas desse lugar e nos usos dos espaços. Entendemos que a intenção de venda do quarteirão, que se coloca como um entrave ao setor imobiliário interessado na área pode ser vista como reflexo dessa política de espaço que atingiu o bairro. Na prática, a OUFL representa um marco na ruptura do que foi o bairro do Itaim, transformando usos, mudando o perfil dos moradores, transformando o sentido do lugar.

1.3. Políticas de espaço: a Operação Urbana Faria Lima

Enquanto *política de espaço*, as operações urbanas revelam formas de valorização do espaço e de intensificação da acumulação do capital que insistem em escamotear as desigualdades da produção do espaço em curso, justificando projetos de renovação urbana. Neste item, apresentaremos de que maneira a Operação Urbana Faria Lima se constituiu como a política de espaço que marcou o momento de ruptura que afetou o bairro do Itaim Bibi. Suas consequências são imensas, transformando sensivelmente seus usos e funções, alterando radicalmente sua morfologia e também promovendo a expulsão de antigos moradores e comerciantes. Quando a operação chega a seu termo, o bairro do Itaim se consolida como um dos bairros “renovados” do setor sudoeste de São Paulo.

Resultado da parceria público-privada que se caracteriza, por assim dizer, como uma “fórmula mágica” (Cf. FIX, 2001) da produção do espaço, a operação urbana²⁰ retrata justamente a concentração de investimentos financeiros públicos e privados em determinada área de interesse do mercado imobiliário. Mesmo que tendencialmente toda a metrópole seja passível de entrar no circuito da valorização, apenas algumas áreas são “escolhidas” para tanto. Isso nos remete mais uma vez aos critérios de seleção vinculados à relação que se constitui entre o Estado e a iniciativa privada, justificando

²⁰ Cabe chamar atenção ao fato de que a OUFL (1995) é anterior ao Estatuto da Cidade (2001).

pelas políticas de espaço a necessidade de atender as novas demandas na economia global. Contudo, fica escamoteado o processo de produção do espaço, que tornou o próprio espaço condição fundamental à acumulação do capital. Sob esse prisma, é possível compreender o instrumento da parceria-público privada como uma importante estratégia das políticas de espaço. Como analisa Fix (2001, p. 71):

“Os instrumentos de “parceria” tomam como justificativa a crise fiscal, diante da qual o Estado não teria mais condições de financiar as obras urbanas, e portanto deveria assumir o papel de *promotor* (normativo, regulador, indutor), ou seja, de criar as condições que facilitem a instalação da oferta de infraestrutura pela própria iniciativa privada”.

Porém, como também aponta Fix, esse instrumento de política urbana aprofunda a desigualdade de investimentos na cidade, uma vez que, respaldado pelo próprio Estatuto da Cidade – marco legal das operações urbanas – torna obrigatória o reinvestimento dos recursos financeiros na própria área de intervenção – como os CEPACs²¹ –, “criando um circuito de reinvestimento em regiões já favorecidas” (FIX, 2009, p. 51) Exemplos estudados pela autora refletem esse processo de favorecimento de áreas da cidade em detrimento de outras, como as Operações Urbanas Faria Lima (OUFL) e Água Espreada (OUAE).

O marco legal das operações urbanas, atualmente, é o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001)²² que “estabelece normas de ordem pública e interesse social que regulam o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Cap. I, art. 1º, par. Único). Dispõe que “a política urbana tem por objetivo ordenar o pleno funcionamento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” (Art.2º). Conforme consta no documento, as operações urbanas são um instrumento jurídico-político da política urbana (Capítulo II, Seção I), que recorrem, de maneira definitiva, à parceria público-privada, obrigam a aplicação de

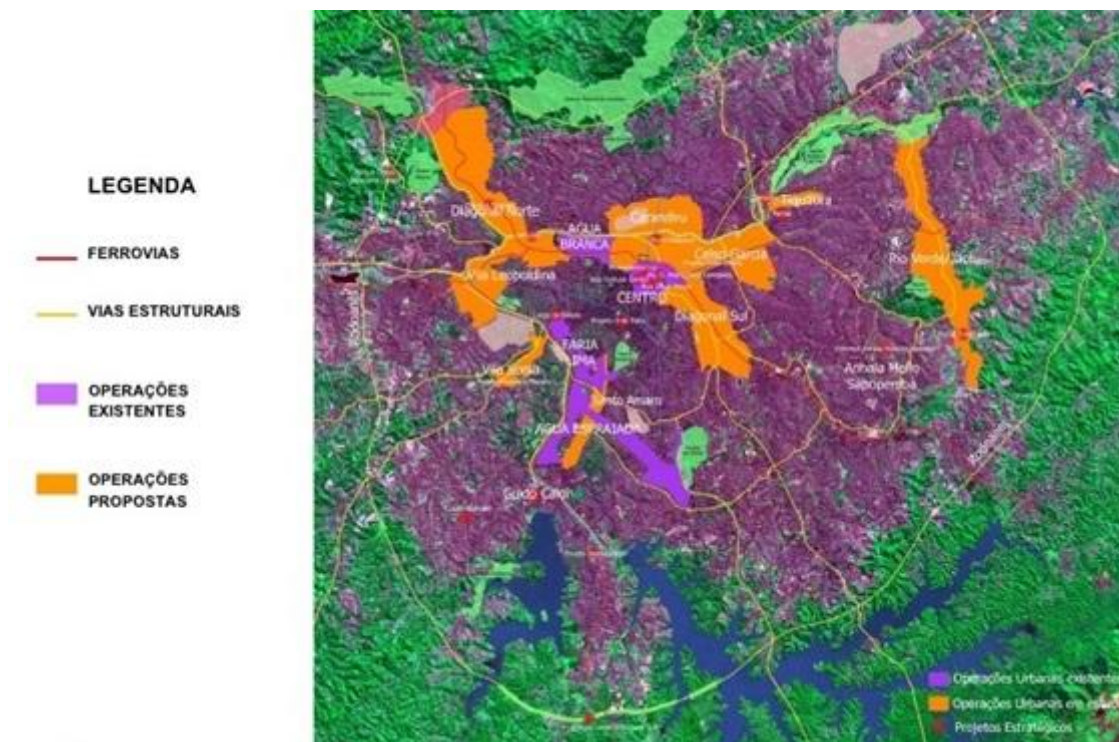
²¹ CEPACs – Certificados de Potencial Adicional de Construção. Mecanismo criado pelo Estatuto da Cidade como um título emitido pelo Município de quantidade determinada de certificados de potencial adicional de construção, que são alienados em leilão ou utilizados diretamente no pagamento das obras necessárias à própria operação. Como mecanismo de contrapartida para adquirir uma determinada quantidade de m² nas áreas das operações urbanas, não respeita o próprio zoneamento estabelecido. Em São Paulo, foi primeiramente utilizado na Operação Urbana Faria Lima, sendo negociável na bolsa de valores. Segundo Fix, gerou um novo tipo de especulação imobiliária “financeirizada”. (FIX, 2001, p. 100)

²² O Estatuto da Cidade regulamentou os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 acerca da política urbana.

recursos na própria área de intervenção da operação urbana e criam mecanismos de potencial adicional de construção etc. (Cf. Artigos 32º, 33º e 34º)

A origem das operações urbanas em São Paulo é anterior ao Estatuto da Cidade. Foi durante a gestão Mário Covas, com a proposta do Plano Diretor de 1985, que surgiu a noção de operação urbana enquanto instrumento de planejamento urbano. De acordo com Fix, “naquele momento, colocava-se a necessidade da redefinição da aliança entre os setores público e privado para a produção das condições materiais no espaço para a reprodução do capital”. (FIX, 2001, p. 71). Todavia, o próprio Plano Diretor de 1985 não conseguiu instituir a parceria. Posteriormente, na gestão de Jânio Quadros, o instrumento foi efetivado nas chamadas Operações Urbanas Interligadas, que tiveram sua origem com a “Lei das Favelas”, cujo objetivo era criar mecanismos de mudança nos direitos de construção dos proprietários de terrenos, especificamente para solucionar o impasse em torno das favelas da área central da cidade que dificultavam os negócios imobiliários. Desse modo, as operações se constituíram desde o início como um instrumento de parceria público-privada que privilegiava os interesses de construção do setor imobiliário, garantia mudanças nos padrões urbanísticos e no zoneamento como também corroborava com o interesse do Estado em remover favelas. Embora as operações interligadas já funcionassem em benefício do mercado imobiliário, elas se diferenciam das operações urbanas pelo seu caráter de investimento isolado, isto é, não se caracterizavam como uma intervenção da maior abrangência, mas estavam restritas a novos empreendimentos, como edifícios residenciais, shopping-centers, edifício corporativo, ou seja, não tinham potencial equivalente ao de uma reestruturação urbana. Na cidade de São Paulo, foram aprovadas as seguintes operações urbanas: Anhangabaú (Lei nº 11.090/1991), Faria Lima (Lei nº 11.732/1995; alterada pela Lei nº 13.769/2004), Água Branca (Lei nº 11.774/1995), Centro (Lei nº 12.349/1997), Água Espraiada (Lei nº 13.260/2001). Há ainda propostas de outras operações em estudo, como mostra a figura a seguir.

Figura 1.9. Operações Urbanas em São Paulo (previstas até dezembro de 2005)



Fonte: SEMPLA. Disponível em: <http://pt.slideshare.net/pelacidadeviva/ouvs-sempla>

Percebemos que mesmo hoje a intervenção da OUFL pressiona os espaços residuais do bairro, como, por exemplo, o quarteirão que estudamos nesta pesquisa, por ser considerado um *entrave* à realização do capital promovida pelo setor imobiliário. Se para o mercado imobiliário, aquele espaço não serve como estratégia de negócio, sua existência implica em um entrave. Por isso, entendemos que a luta pela sua permanência trouxe à superfície a contradição existente no processo de produção do espaço, mostrando que mesmo que haja uma tendência hegemônica, também existem outras possibilidades no processo social.

A Lei Municipal 11.732/1995 (alterada pela Lei 13.769/2004²³) aprovou a Operação Urbana Faria Lima definindo seu perímetro de intervenção em 650 hectares. A Operação envolveu os bairros de Pinheiros, Vila Olímpia e Itaim Bibi. Segundo a Prefeitura, os principais objetivos da OUFL previam a reorganização dos fluxos de tráfego através do prolongamento da Avenida Faria Lima, interligando as Avenidas

²³ Altera a Lei nº 11.732, de 14 de março de 1995, que estabelece programa de melhorias para a área de influência definida em função da interligação da Avenida Brigadeiro Faria Lima com a Avenida Pedroso de Moraes e com as Avenidas Presidente Juscelino Kubitschek, Hélio Pellegrino, dos Bandeirantes, Engº Luís Carlos Berrini e Cidade Jardim, adequando-a à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001 - Estatuto da Cidade. (Texto da Lei 13.769/2004)

Pedroso de Moraes e Hélio Pelegrino até à Avenida República do Líbano. Entre as ações de intervenção, estavam previstas a construção de um terminal multimodal junto a estações de trens e metrô (Terminal Pinheiros), também a reurbanização do largo da Batata e de favelas do entorno.

Cabe salientar que a ideia de intervenção na região tem origem com a construção da Avenida Faria Lima (alargamento da rua Iguatemi), junto ao Projeto Iguatemi realizado na administração do Prefeito Faria Lima (1965-1969).

“O projeto Iguatemi, criado por uma lei de janeiro de 1968, previa a abertura de uma avenida de cinco quilômetros de extensão, que interligaria os bairros da Lapa, Pinheiros, Itaim, Brooklin, Aeroporto e Jabaquara, exigindo a desapropriação de 1.800 imóveis. A execução parcial, no entanto, concluiu apenas o trecho entre o Pinheiros (Largo da Batata) e a avenida Cidade Jardim, de dois quilômetros, com o alargamento da rua Iguatemi”. (FIX, 2001, p. 100)

Nesse sentido, podemos reafirmar que o segundo momento do bairro que tratamos anteriormente já apontava a mudança qualitativa na produção do espaço, indicando os pontos críticos da passagem do bairro como lugar de reprodução da vida para se constituir como o lugar da condição da valorização do capital. As articulações entre o Estado e a iniciativa privada também já se delineavam mediante projetos encomendados a escritórios de arquitetura.

Posteriormente, durante a gestão do Prefeito Jânio Quadros (1985-1988), foi apresentado um projeto de extensão da Faria Lima, pelo arquiteto Júlio Neves, que na verdade era uma revisão do projeto original para os trechos de Pinheiros e Vila Olímpia ainda não executados. Sob o nome de Bulevar Zona Sul²⁴, o traçado original da Faria Lima foi alterado para interligar a avenida Juscelino Kubitschek com a avenida Luís Carlos Berrini, no Brooklin. Foi este o embrião da parceria público-privada da operação urbana que se configurava como um Plano de Renovação Urbana. Na gestão Erundina (1989-1992), incluiu-se o projeto, embora controverso dentro do PT, no Plano Diretor Municipal. Todavia, foi apenas na gestão seguinte do Prefeito Paulo Maluf (1993-1996) que o projeto deslanchou depois de ser mais uma vez reformulado pelo próprio Júlio Neves. O projeto foi muito polêmico pela amplitude de sua intervenção, sobretudo pelo elevado número de desapropriações. Por esta razão, um projeto *alternativo* foi

²⁴ Segundo Castro (2006) o projeto foi feito em parceria entre o escritório de Júlio Neves, a empresa norte-americana Richard Ellis Consultores Internacionais de Imóveis e pela EMBRAESP - Empresa Brasileira de Estudos do Patrimônio.

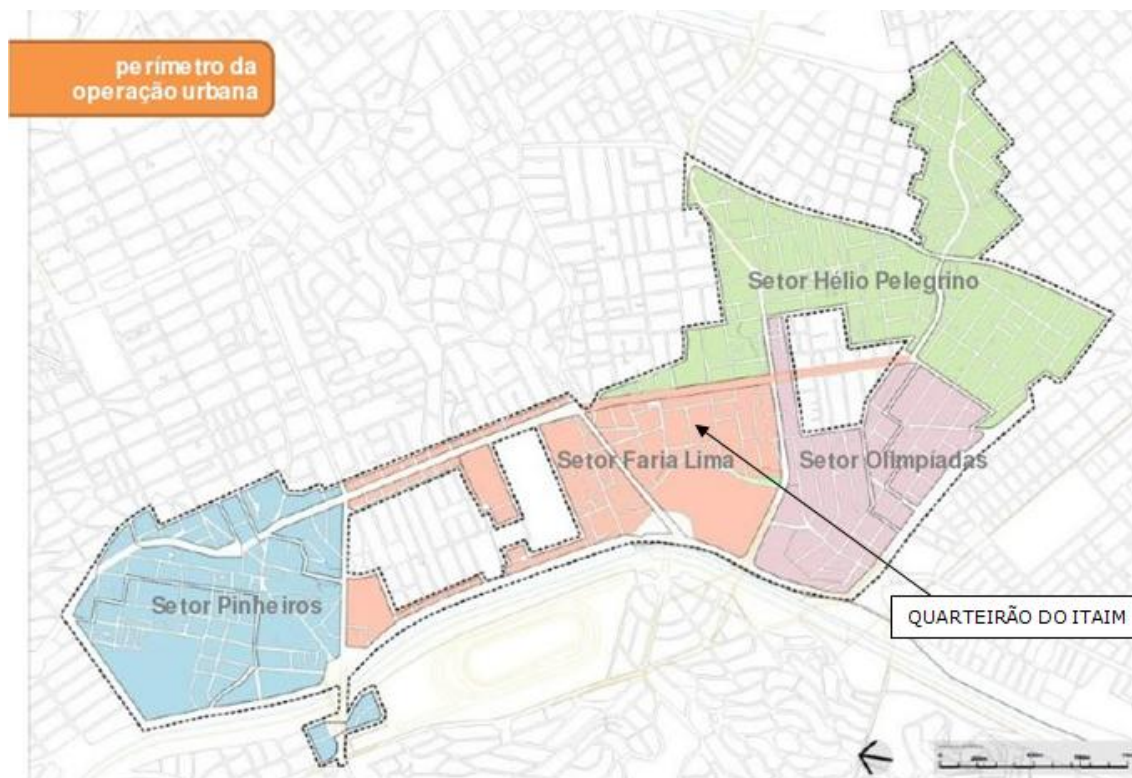
coordenado pelo professor Cândido Malta Filho, mas que não foi aprovado. De acordo com Fix, depois de modificações no projeto, foi possível aprovar na Câmara, por unanimidade, a OUFL. Segundo relatos de parte da população contrária ao projeto (principalmente de Pinheiros), a aprovação ocorreu por causa de um acordo entre a Prefeitura e os interesses do movimento da Vila Olímpia, o qual visava preservar o zoneamento do bairro (manter o Z9 – restrição para altura dos edifícios), reduzir o número de demolições e manter assim o sistema viário de ruas residenciais. (FIX, 2001, p. 106) O resultado foi o desmantelamento do movimento, uma vez que, como afirma Mariana Fix, parte da população sentiu-se vitoriosa com as modificações e diante da “posição inicial que era de recusa em relação à construção da avenida acabou sendo substituída pela sensação de que o acordo final era, dentro do possível, interessante”. (FIX, 2001, p. 107)

A participação popular pressionou o poder público a fim de garantir seus interesses. Ressalta-se novamente que esse mecanismo de pressão popular só foi eficaz no caso da OUFL porque se tratava da população de classe média e média alta, já que, ao compararmos este caso com aquele da Operação Urbana Água Espreada, os moradores da favela Jd. Edith, situada em área de intervenção da OUAE, não obtiveram o mesmo êxito, segundo Fix. Embora a população, no caso das duas operações urbanas, tenha sido deslocada de seu bairro de origem, a expulsão dos moradores da favela foi muito mais violenta. De todo modo, como a OUFL interviu no bairro do Itaim Bibi nos limitaremos a apresentar as informações sobre essa operação urbana específica.

A OUFL foi realizada em quatro setores (**Figura 1.10**) que impactaram diretamente 3 bairros: Pinheiros, Itaim e Vila Olímpia: Setor Pinheiros (azul), Setor Faria Lima (vermelho), Setor Hélio Pelegrino (verde) e Setor Olímpíadas (roxo). A imagem apresenta um aspecto interessante da forma de intervenção urbana direcionada a essa parte da cidade, justamente por ter uma abrangência espacial significativa, a divisão se deu por setores e não por bairros. Isso tem consequências importantes quando se leva em conta que a intervenção por setores tende a impactar o bairro em mais de uma situação. Os negócios urbanos são redirecionados por setores e, portanto, reverberam em mais de um bairro ao mesmo tempo. Desse modo, a referência à OUFL é imprescindível, pois ao intervir no bairro do Itaim muda profundamente sua dinâmica, em um movimento de ruptura na produção do bairro nos termos que desenvolvemos no item anterior. Os investimentos públicos e privados injetados nos bairros atingidos pela

OUFL revelam os mecanismos atuais da produção do espaço por meio da aliança entre o Estado e o setor imobiliário e redefinem as formas de uso e apropriação do espaço, com repercussão direta no âmbito das relações que se realizam no plano do vivido.

Figura 1.10. Área de Intervenção da Operação Urbana Faria Lima



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=773158> (Acesso em abril de 2015)

A OUFL impactou diretamente o cotidiano do bairro e seus moradores, principalmente aqueles que habitavam antigas residências, pois houve demolição de casas para dar lugar a novos edifícios corporativos e residenciais de alto luxo, também houve o fechamento de pequenos comércios e serviços de bairro. Hoje, o Itaim Bibi é reconhecido como um bairro de gastronomia sofisticada, casas noturnas, bares, abertura de novos shoppings que concentram compras, serviços de alto luxo. Esse movimento também muda a relação do consumo que antes acontecia no espaço do bairro, cumprindo determinadas funções para os habitantes do lugar, passando a ser o consumo do próprio espaço, ou seja, um determinado comércio, edifício corporativo, residencial pelo fato de ser localizado no bairro do Itaim carrega uma “marca” que reforça, concentra e tende a garantir os negócios e investimentos naquela porção da metrópole.

Uma das contradições a serem evidenciadas diz respeito à relação público-privado da concepção da OUFL, a quem se destina de fato, pois embora na sua concepção estejam previstos benefícios públicos se trata somente de justificativa legal, uma vez que os agentes e interesses imobiliários são privilegiados de fato. Por exemplo, de acordo com os Artigos 4º e 5º da Lei 13.769/2004, que tratam dos objetivos específicos da Operação Urbana Faria Lima, estão previstos “benefícios públicos” para a população e bairro afetados, como a criação e articulação de espaços públicos, de habitação multifamiliar e de habitação de interesse social, estímulo à ocupação residencial. Contudo, estes objetivos apresentam um caráter bastante genérico se comparados com aqueles das obras de intervenção no sistema viário que foram realizadas dentro do perímetro da OUFL, como se constata ao analisar as informações do **Quadro 1.1** e **Figura 1.11**. Ademais, pode-se dizer que “benefícios públicos” não realizados tiveram efeitos contrários, ou seja, a partir da implantação da OUFL houve a perda da densidade populacional e domiciliar, aumento da verticalização e mudança do perfil socioeconômico (Cf. RAMALHO e MEYER, 2004), uma vez que aumentou o número de pessoas mais ricas nos bairros afetados, inclusive no Itaim e, principalmente, mudança do uso e ocupação do solo na área da operação urbana.

Figura 1.11. Obras na área de intervenção da Operação Urbana Faria Lima



Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=773158> (Acesso em abril de 2015)

Quadro 1.1. Andamento das Intervenções na área da OUFL (2011).

Distribuição	INTERVENÇÃO	SITUAÇÃO
1ª	Passagem em desnível da Av. Brigadeiro Faria Lima com a Av. Cidade Jardim e Av. Nove de Julho	Concluída
1ª	Passagem em desnível da Av. Brigadeiro Faria Lima com a Av. Rebouças e Av. Eusébio Matoso	Concluída
1ª	Prolongamento da Av. Hélio Pellegrino e implantação de avenida duplicada no eixo formado pela Rua Funchal e Rua Haroldo Veloso	Concluída
1ª, 2ª, 3ª	Reconversão Urbana do Largo da Batata	Em execução
1ª	Projeto de serviços de enterramento da rede aérea e compatibilização da rede subterrânea das passagens em desnível	Concluída
1ª	Adaptação das redes elétrica e de telecomunicações das passagens em desnível	Concluída
1ª	Serviços de engenharia de tráfego - CET para a liberação das passagens em desnível das avenidas Cidade Jardim e Rebouças sob a Av. Brigadeiro Faria Lima.	Concluída
1ª, 2ª, 3ª	Projeto do Boulevard Juscelino Kubitschek e Obra (3ª Distribuição)	Em execução
1ª, 2ª, 3ª	Apoio às atividades da EMURB no gerenciamento de obras	Em execução
1ª, 2ª	HIS - Remoção completa da Favela Coliseu/Remoção Parcial da favela Real Parque	Em estudo/Em execução
3ª	3ª Fase da Interligação do Prolongamento da Av. Faria Lima com a Ligação Funchal - Haroldo Veloso	Em execução
3ª	Implantação de sistema de transporte coletivo	Em execução
3ª	Implantação de Ciclovia	Em estudo
3ª	HIS - Reserva de Recurso - Favela Real Parque	Em execução

Fonte: Relatório trimestral da SP Urbanismo, dados de 2011. Disponível em <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/fundos/cepacs/cepac-faria-lima.aspx?idioma=pt-br>. Acesso em abril de 2015

As intervenções voltadas ao uso social – como construção de HIS (Habitação de Interesse Social), estoque de imóveis para implantação de praças e equipamentos institucionais públicos, com intuito de criar e articular espaços públicos, obras de melhorias no transporte coletivo e implantação de ciclovias etc. – foram retardadas e reduzidas no processo de implantação. A questão dos espaços públicos também é muito controversa e genérica, pois as intervenções ficaram restritas basicamente à reurbanização do Largo da Batata²⁵, cuja principal característica está direcionada ao fluxo, à mera circulação, reduzindo e mesmo impedindo a reunião, o encontro. Isso reforça a tendência à privatização generalizada dos lugares como um todo e altera a esfera do vivido, empobrecendo a vida cotidiana. Como afirma Damiani: “A ampliação da esfera privada, submetendo o espaço, uniforme e homogêneo, imediato refluxo da esfera pública, modifica nossa esfera simbólica: reduz-se a distância entre espaços

²⁵ Sobre a reconversão urbana do Largo da Batata, cf. MASCARENHAS (2014).

domésticos e públicos, todos homogeneizados pelo *marketing*, levando a perda de nossa capacidade de reunião”. (DAMIANI, 2005, p. 429)

Igualmente importante para se compreender as contradições do processo de reprodução da metrópole são os mecanismos financeiros atrelados às operações urbanas que aprofundam a fragmentação do espaço, através de uma separação econômica e social do espaço, revelando formas de concentração de poder e também segregação espacial. Dentre esses mecanismos financeiros para a viabilização é importante sublinhar a *outorga onerosa do direito de construir* que altera os parâmetros urbanísticos da lei de uso e ocupação do solo, garantindo mudanças no zoneamento da área da operação, e o polêmico *CEPAC*, antes aludido, e que se refere ao Certificado de Potencial Adicional de Construção, que enquanto justificativa legal permite aumentar esse potencial mediante o pagamento de um valor determinado, tudo ocorrendo dentro da lei. Todavia, isso implica de fato na possibilidade do setor imobiliário, representado pelas grandes incorporadoras e construtoras, obter o monopólio de construção, acima da lei, em um fragmento da cidade que está constantemente se valorizando. Outra particularidade do CEPAC se refere ao fato de ser comercializado através da Bolsa de valores, garantindo ao setor imobiliário a flexibilidade inerente ao mercado financeiro e, mais do que isso, inserindo a negociação dos CEPACs na lógica da financeirização²⁶.

Pelo exposto, buscamos compreender o processo que envolve a produção do bairro do Itaim Bibi, impactado pela OUFL, que caracteriza o terceiro momento do bairro como uma intensa ruptura no processo de produção do espaço. Todavia, tamanha transformação não passou despercebida pelas pessoas atingidas neste processo. Grupos sociais adotaram posições contrárias à sua realização. Isso nos mostra que tais operações abrem pequenas “brechas” para as quais uma análise crítica do urbano pode voltar sua atenção. Trata-se de localizar contradições inerentes aos processos reconstruídos, compreendendo a questão da produção do espaço imbricada tanto por

²⁶ Segundo dados levantados junto à Prefeitura e à Bovespa, desde o ano de 2004, foram realizadas 7 operações de venda de CEPAC promovidas pela Prefeitura e o valor arrecadado foi utilizado nas Operações Urbanas Faria Lima e Água Espraiada. O setor Hélio Pellegrino tem o maior estoque máximo tanto residencial quanto não residencial ainda a ser consumido, seguido dos setores Pinheiros, Faria Lima e Olímpíadas. O setor Olímpíadas foi o que mais construiu acima do permitido pelo zoneamento. Destaca-se que o setor Faria Lima, onde está situado o quarteirão do Itaim Bibi, utilizou 13.527,27 m² de estoque residencial, restando ainda 274.662,73 m² e do estoque não residencial foram consumidos 49.363,39 m², e ainda há disponibilidade de 24.351,61 m². Dados da Prefeitura disponíveis em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/desenvolvimento_urbano/sp_urbanismo/arquivos/cepac/oucfl_prospecto.pdf. e da Bovespa disponíveis em <http://www.bmfbovespa.com.br/pt-br/mercados/fundos/cepacs/cepacs.aspx?Idioma=pt-br>. Acesso em abril de 2015.

processos econômicos e políticos, como também sociais. Assim, a resistência social gerada no processo mostrou que, mesmo sem conseguir impedi-la, não há uma voz em uníssono na produção da cidade. Igualmente, embora o movimento tenha um caráter ambíguo, como ainda veremos no terceiro capítulo, pois parte dos moradores estava apenas interessada na manutenção de suas residências (conservação da propriedade privada), a consciência das mudanças indesejadas impostas no bairro foi trazida à tona durante tal intervenção pelo movimento.

Mariana Fix (2001) relata sua experiência no processo de implantação da OUFL, tendo acompanhado audiências públicas, reuniões de moradores e de associações de bairro, com o intuito de captar a percepção daqueles que estavam excluídos dessa intervenção urbana. Ela mostrou como grupos de classe média também se organizaram em defesa de seus interesses, já que eram contrários à ampliação da avenida Faria Lima e demais intervenções porque estas resultariam na destruição do caráter residencial do bairro. A autora salienta que o processo de intervenção nos bairros da OUFL foi muito distinto daquele que ocorreu na mesma época no caso da OU Água Espraiada. Ambas tiveram significativa mobilização social por parte dos moradores. No entanto, o que os diferenciava era sua condição social, uns de classe média (OUFL) e outros de classe baixa (OUAE).

Como aponta Carlos (2001), foram derrubadas 104 casas em Pinheiros, 167 casas no Itaim e 109 na Vila Olímpia, além de outras construções voltadas a comércio e serviços, números que são capazes de alterar a paisagem local significativamente. Especialmente no caso da Operação Urbana Faria Lima, segundo Carlos, os bairros do Itaim e da Vila Olímpia foram profundamente afetados:

“a necessidade de expansão das áreas construídas voltadas ao setor de serviços na metrópole, em direção ao sudoeste, *tropeça* na existência de dois bairros residenciais, consolidados, que se elevam como barreira (Itaim e Vila Olímpia) que, nesse trecho, apresentavam ocupação residencial horizontal, com casas construídas em terrenos pequenos, muitas delas em vilas (fragmentadas a partir de uma chácara nos anos 20 do século XX), ocupada por antigos moradores”. (CARLOS, 2001, p. 23)

Embora esse bairro (Itaim) já viesse se transformando no curso da reprodução da metrópole, como apontamos ao discorrer sobre os três momentos da produção do bairro, a tendência à verticalização verificada (processo mais geral que também ocorria em outros lugares da metrópole) foi acentuada quantitativamente, mas também

qualitativamente, ou seja, o uso ampliou-se do residencial para os usos comerciais e de serviços. De modo geral, essa tendência reforçada pelos lançamentos de apartamentos de luxo e prédios corporativos forçou a mudança do perfil dos habitantes, pois estes lançamentos estavam direcionados à população de maior poder aquisitivo. Além da função habitacional e dos negócios, houve também uma nova função incorporada ao bairro assumida pelo lazer com a implantação de muitos bares, restaurantes e também shopping-centers próximos, dando ao bairro do Itaim um forte caráter de centralidade urbana capaz de competir com outras áreas da metrópole (FRÚGOLI JR.; 2000).

O discurso que envolve as operações urbanas tende a ocultar o aspecto essencial do processo de produção da cidade que considera o próprio espaço como condição para a realização do capital e que, atualmente sob o domínio da parceria público-privada, revela-se na qualidade “fórmula mágica” (Cf. FIX, 2001), como afirmamos anteriormente. Investe-se em determinados fragmentos da cidade em detrimento de outros para assim concretizar com mais eficácia a realização de lucros. As operações urbanas se constituíram como uma unanimidade pelos mais diferentes grupos sociais e partidos envolvidos na reforma urbana. Entre seus defensores, a parceria público-privada é vista como um instrumento avançado de reforma urbana, uma vez que, com a capacidade de realizar grandes obras, os custos públicos são repassados aos interessados, o que torna possível recuperar a “mais-valia urbana” na medida em que se captura parte da valorização sofrida pelos imóveis/empreendimentos. (FIX, 2001)

No entanto, também como aborda Fix (2001) as operações urbanas contradizem objetivos pressupostos (formalmente, vale dizer) em sua própria justificação. O impacto real de sua implantação se opõe abertamente ao propósito de desenvolver políticas de distribuição de renda (conforme citado anteriormente, segundo o Estatuto da Cidade, os recursos obtidos nas operações devem ser aplicados exclusivamente na área de intervenção), à democratização do acesso à terra (em vez de investimentos em habitação de interesse social, os recursos são dirigidos a obras viárias e de infraestrutura) e ao emprego justo dos fundos públicos.

Em nosso entendimento, é possível afirmar que, a título de política de espaço, a OUFL se insere nas transformações relacionadas ao processo de acumulação de capital e da reestruturação da metrópole. Se, em função da crise de acumulação das últimas décadas, as unidades fabris se dispersaram da capital metropolitana, por sua vez a

mesma passou a concentrar ainda mais a sede e gestão das empresas, bem como a receber investimentos imobiliários vinculados aos mecanismos do mercado financeiro (como os fundos de investimento imobiliário), iluminando um processo de transição do capital acumulado do setor produtivo industrial ao setor imobiliário, e a área de intervenção da OUFL é exemplar desse processo. Logo, a produção do espaço, especialmente nos fragmentos que são objetos de intervenções de projetos urbanos de reestruturação e/ou requalificação, tende a se realizar como *produto imobiliário*, uma vez que houve profundas mudanças no caminho percorrido pelo capital nos novos setores econômicos²⁷. O que se observa nesta porção da metrópole é que o capital passa a se reproduzir pela aquisição de terra urbana, constituindo um estoque de terras que é usado pelo setor imobiliário com a construção de edifícios corporativos voltados principalmente ao setor de locações. Isso permite a mobilidade do capital e, conseqüentemente, direciona as políticas urbanas à realização desse capital, transformando a produção do espaço urbano. (Cf. CARLOS, 2009)

De nossa perspectiva, a OUFL é extremamente representativa da forma pela qual as políticas de espaço revelam a concepção da *cidade como negócio*. Trata-se do poder de definir e orientar os investimentos capazes de garantir a reprodução do capital por meio do setor imobiliário, como também aprofundar novas e antigas desigualdades, como a fragmentação do espaço, tornando-o cada vez mais homogêneo e hierarquizado. Importa salientar que, ao se mostrar como realização eficaz da aliança entre o Estado e a iniciativa privada, a OUFL coroa uma estratégia de política urbana que atualmente se coloca como imperativa à reprodução do capital. Por seu turno, do ponto de vista dos “benefícios sociais” que constam das prerrogativas das operações urbanas, percebe-se que são, no geral, puramente discursivas.

Contudo, o aspecto principal de nossa pesquisa consiste em compreender o tipo de luta pelo espaço desencadeada como reação e crítica (com seus potenciais e problemas, como veremos no capítulo 3) à tendência vigente de mercantilização da cidade. Embora o Itaim seja atualmente um lugar privilegiado para a realização do capital, reconhecido por sua capacidade de negócios, com forte apelo de marketing urbano, ainda existem lugares que se revelam como *resíduo* de usos espacial e

²⁷ Sobre a concepção de “produto imobiliário” ver Carlos, 2011.

historicamente construídos e tem um papel político que precisamos levar em consideração. Quando criticamente apropriado, tal resíduo se converte em obstáculo à reprodução dominante. E só poderemos converter essa força de oposição em ganhos para um urbanismo mais radicalmente democrático quando a vinculamos às mobilizações sociais efetivas, às demandas de uma sociedade civil que, neste instante, podem “politizar” os termos do processo. Ainda que os resultados não tenham sido favoráveis a todos, ou, em outras palavras, ainda que o avanço do urbanismo de mercado tenha prevalecido, interessa ressaltar que também neste caso o processo não ocorreu sem contradições. Isso mostra, portanto, que o debate político não se manteve bloqueado. Ao contrário, houve resistência à dominação espacial em curso. Também a possibilidade de superação da tendência à privatização generalizada dos espaços é posta em questão pela práxis de movimentos sociais que lutam por diferentes formas de apropriação do espaço.

O “quarteirão do Itaim” exemplifica justamente como a operação urbana implantada modifica a dinâmica, as estruturas físicas e sociais dos bairros. Porque o Itaim Bibi guarda somente alguns resíduos de sua formação histórica e social, nosso interesse se volta assim a refletir sobre o que são esses resíduos no contexto da urbanização atual, como sobrevivem e também se constituem hoje na metrópole. Por isso, examinaremos as consequências que surgiram da intenção do governo municipal (gestão Kassab - 2009/2012) em vender o terreno onde está o quarteirão do Itaim²⁸, que é de propriedade da prefeitura de São Paulo, para incorporadoras interessadas em construir na área edifícios corporativos e residenciais de alto padrão, alegando que os equipamentos educacionais, de saúde e cultura que ali funcionam seriam trocados por creches na periferia da cidade, por meio de permutas com essas empresas. Essa intenção de venda é uma declaração contra o valor de uso já materializado no bairro. A luta para preservar seus usos faz assim com que o quarteirão seja entendido, em certa escala, como entrave ao processo de produção do espaço.

Assim, no próximo capítulo, apresentaremos o quarteirão propriamente dito, o qual se concretiza no presente como potência da luta pelo espaço. Pretendemos

²⁸ De acordo com a Embraesp, em levantamento realizado em 2011, esse terreno no Itaim foi considerado bastante valioso sendo estimado em R\$ 140 milhões. Fonte: O Estado de São Paulo/Caderno Metrópole – 28/02/2012.

reconstruir sua origem, história e desenvolvimento ao longo da constituição da metrópole, tentando identificar seu *ponto crítico*. Em articulação com a produção do bairro, veremos como o quarteirão, primeiramente local da residência dos primeiros proprietários da chácara, se tornou esse espaço voltado, entre outros aspectos, ao “uso público” no segundo momento, ou seja, no período de desenvolvimento do bairro. Posteriormente, ao longo desse processo, sobretudo após a implantação da OUFL, buscaremos reconstruir os nexos que o tornam objeto de disputa, isto é, quando a área começa a sofrer pressão significativa ao ser considerada o *filet mignon* do Itaim, cobiçada pelo mercado imobiliário. *Esta valorização, como frisaremos, representará simultaneamente a desvalorização do uso público da área*. O que está posto em questão, como discutimos, é o movimento de privatização dos espaços urbanos em geral, mostrando como esse lugar pode revelar o esgotamento de uma tentativa de projeto de cidade (e de sociedade). Desse modo, os termos da urbanização devem ser analisados de forma crítica, considerando seu duplo significado, isto é, um processo que se realiza de forma grave e violenta e, ao mesmo tempo, é cheio de contradições, as quais nos desafiam a refletir sobre os sentidos do seu uso. Por esta razão, será no próximo capítulo que poderemos identificar a contradição posta *no* processo: os três momentos já expostos no primeiro capítulo serão formulados, no capítulo seguinte, como contradição mais explícita entre “valor de troca” e “valor de uso”, ou melhor, entre o momento em que se configura um “uso público” do espaço do quarteirão e aquele momento no qual, conforme vimos, se efetiva a generalização da privatização do espaço. Mas a luta pelo quarteirão, como ainda veremos no terceiro capítulo, diz respeito mais propriamente ao terceiro momento, constituindo-se assim como essa possibilidade de repensar os termos da urbanização e tirando do núcleo das contradições presentes objetivamente no processo analisado possibilidades de colocar em questão a naturalidade com que a cidade se transformou em negócio. A pesquisa visa assim elucidar os potenciais, ainda que pequenos e ambíguos, do processo de luta pelo espaço, dando voz àqueles que ainda resistem e lutam por outras formas mais democráticas de apropriação do espaço.



Capítulo 2. A Produção do Quarteirão do Itaim Bibi

“Foi desapropriada e transformada em área de interesse social e cultural – diversos serviços estão aí concentrados. (...) É uma quadra de construções baixas e árvores altas, a única área verde, que tende a conservar essas características. Por isso o setor imobiliário qualifica as ruas adjacentes como o ‘filet mignon’ do Itaim, pois ali não há o risco de prédios que diminuam a insolação e ventilação”
(LOPES e TOLEDO, 1988, p. 57)

A epígrafe citada refere-se justamente ao quarteirão do bairro do Itaim Bibi em São Paulo que pretendemos interpretar neste capítulo como um lugar em que o uso público do espaço fez parte de sua constituição e ainda resiste de alguma maneira. Precisamente por estar inserido no contexto da metrópole, tal forma de “espaço público” convive hoje com o predomínio de apropriações privadas do espaço. Além disso, no âmago desse entrelaçamento de “público” e “privado”, tal lugar também poderia ser visto como espaço simbólico, dotado de experiências sociais, históricas, intersubjetivas, carregando ainda a potencialidade da ação política no contexto das metrópoles dos dias atuais.

Nosso objetivo consiste em apresentar os elementos que constituem o quarteirão como lugar que revela a luta pelo espaço, uma luta levada a cabo por um grupo social que se contrapôs à Lei municipal²⁹ que visava extingui-lo por meio da venda de área pública ao mercado imobiliário. Mas não é apenas isso. Entendemos que a expressão política da luta pelo espaço traz à tona antes a contradição de dois projetos de sociedade (e de cidade) historicamente diferenciados e, por assim dizer, aparentemente concorrentes. Conforme afirmado no capítulo anterior, o quarteirão do Itaim nos revela em sua reprodução espacial a contradição entre o valor de uso e o valor de troca do espaço, mais precisamente a contradição, expressada inclusive na paisagem urbana atual do bairro, entre o uso público do espaço e a reprodução da cidade como negócio. Portanto, a luta mostra que, nas condições de reprodução do espaço para a valorização do capital, os dois projetos de cidade parecem se expressar de forma concorrente. Ainda que de maneira um tanto velada, muitas vezes até pouco notada, a presença simultânea desses dois modos de compreender e realizar a cidade compõe a paisagem peculiar e contraditória do quarteirão e das funções sociais subjacentes.

É por essa razão que, no presente capítulo, apresentaremos o quarteirão do Itaim Bibi a partir de sua contextualização no bairro, sua história e origem como integrante do projeto tanto estatal quanto social de procedência modernista de criar escolas públicas,

²⁹ Lei nº 15.397 de 06 de julho de 2011 decretada pelo Prefeito Gilberto Kassab. Dispõe sobre desafetação de área municipal e autoriza o Executivo a alienar, mediante licitação, na modalidade concorrência, imóvel situado entre a Avenida Horácio Lafer, a Rua Salvador Cardoso, a Rua Cojuba e a Rua Lopes Neto, Distrito do Itaim Bibi, Subprefeitura de Pinheiros. Em tramitação na Câmara Municipal está o Projeto de lei nº 117/2012 que revoga a referida lei. Em função de ação civil pública e do estudo de tombamento da área por parte do Condephaat, qualquer alteração no local ficou vetada pela justiça. A estratégia do Estado, através da promulgação da lei, expõe a forma como o poder político tenta naturalizar, uma vez que está respaldado pela garantia jurídica, a privatização do espaço.

bibliotecas e espaços de lazer para a população. Na sequência, será analisada sua dimensão atual, isto é, os usos e significados que ainda hoje lhe são atribuídos pelas pessoas. O intuito do capítulo consiste assim em sublinhar, mediante a apresentação das características que marcaram a história do bairro, os resquícios de um projeto de cidade que ainda concebia o uso público do espaço, ou seja, uma possibilidade inscrita na cidade de apropriação social do espaço. Nas últimas décadas, o modo como o bairro foi incorporado ao circuito da valorização pelos interesses políticos e econômicos reduziu sensivelmente as possibilidades práticas uma vez experimentadas naquela área, tendo o bairro sido profundamente transformado. Tal transformação será descrita assim pela passagem de um período em que se notava uma maior valorização do espaço público (tanto da área quanto das características das unidades que a compõem) – no que se refere a dar prioridade ao uso coletivo e às práticas cotidianas de uma cidade aberta para necessidades que acompanhavam as mudanças da sociedade do período – para aquele em que se constata, atualmente, a tendência geral de uma dominação do espaço sustentada por interesses do mercado.

Sendo assim, na primeira parte, o enfoque resgata seu processo histórico, sobretudo como um dos integrantes do projeto dos Parques Infantis e sua relação com o Convênio Escolar. Após a leitura histórica, será exposta também, a partir do levantamento feito pela pesquisa de campo, uma caracterização em forma de diagnóstico das unidades que compõem o quarteirão, apresentando o perfil de cada uma delas, seu uso atual e a quem se destinam. Por fim, pretendemos refletir sobre os processos de produção do espaço urbano no presente. Para tanto, retomaremos brevemente o conceito de espaço público a partir da contribuição da filosofia política e das reflexões de Henri Lefebvre, pensando-o como espaço *social*, que é resultado da reprodução das relações sociais de produção. Também Ana Fani Carlos (2013) afirma que, sob o exercício do direito à cidade, o espaço público aparece como lugar de realização da vida coletiva. A questão consiste em compreender o modo como espaços públicos são incorporados ao circuito da reprodução por meio de estratégias ligadas ao mercado e ao Estado, trazendo à tona, entretanto, uma possível contradição: todo o espaço, como afirma Otília Arantes (2014), teria o seu potencial avaliado em função da produção da mais-valia e, ainda que de forma ambígua, também poderia revelar seu potencial em termos de ação política. Mas como entender esta ambiguidade?

Para responder a esta questão, propomo-nos problematizar igualmente se o quarteirão pode ser caracterizado na qualidade de um espaço público em que tal ambiguidade da reprodução do espaço na metrópole seria revelada. Pois o bairro do Itaim (em especial a área do quarteirão) foi objeto de mudanças significativas da política estatal e social para modernização da cidade. Discernir esta contradição de maneira crítica, compreendendo a radicalidade com que o uso público do espaço tem sido submetido unilateralmente à valorização econômica da reprodução do espaço, é um dos objetivos principais da presente pesquisa. O quarteirão torna patente hoje, na configuração de sua área, o processo histórico de transformação da cidade, sendo possível discernir dois momentos distintos, que nos ajudam a entender a razão mesma da luta pelo espaço. Em outros termos, a luta pelo espaço, que se revela pelo caso do quarteirão, parece indicar um confronto entre duas concepções diferentes de cidade, articulando, por vezes de forma contraditória, “público” e “privado” no processo de produção do espaço.

2.1. A produção do quarteirão do Itaim Bibi

Dentre os objetivos de retomarmos o histórico da área que formou o quarteirão, está a intenção de reconstruir o movimento que a transformou, ao longo do tempo, de chácaras residenciais em unidades de serviço público voltadas à população. Por diversos motivos, esse movimento é muito importante para a análise da reprodução do espaço e para a compreensão posterior de seus conflitos específicos. De início, carrega consigo a passagem da terra urbana da propriedade privada para propriedade pública. Também nos mostra que, na gênese tanto espacial quanto social, identificamos processos de apropriação do espaço cujo sentido estaria fundado no uso público da área. O levantamento histórico indica ainda a mudança de função mais recente da dominação espacial da área, cada vez mais satisfazendo interesses privados do mercado. Isso significa que o “uso” foi ameaçado pela busca da produção da mais-valia sob a égide das relações capitalistas de troca, baseada no estreitamento entre o político e o econômico.

Descreveremos a área, primeiramente, tendo em vista sua caracterização enquanto propriedade privada, ou seja, propriedade da família originária do bairro que loteou os terrenos e os vendeu a imigrantes que buscavam locais para moradia fora do centro. No segundo momento, a área será descrita enquanto parte de um projeto mais

abrangente do Estado e da sociedade de atender às demandas sociais da época, implantando as unidades de educação e cultura para os cidadãos. Ainda que de forma geral, poderíamos organizar este momento considerando certa priorização do uso público do espaço. Também procuraremos indicar o que tal projeto teria legado ao presente, a partir de um levantamento de todas essas unidades, seus usos e sua representação social. Por último, propomos uma análise sobre o sentido do uso e da apropriação socioespacial daquele lugar. Para tanto, os estudos sobre a questão do *espaço público* no contexto da cidade capitalista nos servirão de base para essa análise. Eles trazem à tona a ambiguidade da constituição do espaço público nas metrópoles, o qual se mantém por intermédio de interesses privados muitas vezes em conflito. No entanto, a estes interesses está subordinada a contradição que nos importa analisar. Pois ainda que o espaço seja condição da reprodução capitalista, por outro lado, analisando espaços de apropriação do uso, como no caso do quarteirão, identificamos processos contraditórios da relação entre uso e troca. A peculiaridade desta relação, e a maneira como se tornou constitutiva do espaço “público” da cidade, poderá ser delineada, por exemplo, quando vemos o papel exercido pela função social da propriedade da terra urbana no caso do quarteirão. Os resquícios do “uso público” do espaço em um dos principais corações econômicos da metrópole constituem um dos aspectos centrais dos processos contraditórios que o presente capítulo procura investigar.

2.1.1. Propriedade privada: a porção de terra que originou o Sítio Itaim

A quadra onde hoje está localizado o “quarteirão do Itaim” tem sua origem ligada a uma chácara de 120 alqueires que foi usada como espaço de lazer e de atividades voltadas à pesca, caça e cultivo de frutas. Esta chácara pertenceu ao general José Viera Couto de Magalhães, datada de 1896. Segundo Lopes e Toledo (1988), a área do Sítio Itaim que deu origem ao bairro antes de pertencer ao general foi de alguns proprietários, que tinham interesse naquelas terras localizadas na estrada entre o centro de São Paulo e Santo Amaro. A sede da chácara – ou sede do Sítio Itaim, como ficou conhecido – corresponde, atualmente, à Casa Bandeirista, tombada pelo Condephaat em 1982, que é considerada “remanescente da arquitetura do século XVIII, cuja construção em paredes de taipa de pilão obedece ao *partido bandeirista*, típico das construções

residenciais rurais daquela época” (CONDEPHAAT, Resolução nº 46, artigo 1º, 13/05/82).

Como se pode observar na **Figura 2.1** a sede da chácara e o quarteirão apresentam uma proximidade significativa, de modo a fazer do quarteirão parte da área envoltória relativa ao tombamento da sede do Sítio Itaim³⁰. Sobre a sede do Sítio Itaim, o Condephaat descreve-a da seguinte maneira:

“As referências mais precisas do Sítio Itaim remontam a 1846, quando pertenceu a Anna Joaquina Duarte Ferraz. Em 1896, após sucessivos proprietários, foi adquirido pelo general Couto de Magalhães que ampliou o seu patrimônio comprando terras à sua volta. Por volta de 1915, seu sobrinho, Leopoldo Couto de Magalhães, apelidado de "Bibi", iniciou o loteamento da área. Após sediar o Abrigo de Santa Maria, entre 1918 e 1921, a edificação foi adquirida pelo médico Brasília Marcondes Machado, em 1922, tornando-se a sede do Sanatório Bela Vista, cujas atividades se encerraram em 1980. Construção típica de meados do século XVIII, em taipa de pilão, conservava, até à época do seu tombamento, características do seu partido original” (CONDEPHAAT, material eletrônico³¹)

Somente a partir do loteamento das terras da chácara, entre os anos de 1910 e 1920, é que a paisagem começou a transformar-se de fato. Surgiram neste período as primeiras ruas, consideradas passagens entre as chácaras divididas. Além disso, elas resultaram da Divisão Judicial do Sítio Itaim ao bairro de Pinheiros, ocorrida nesse ínterim, entre os herdeiros de Leopoldo Couto de Magalhães, que adquirira as terras de seu irmão, o general³². A área onde hoje está localizado o “quarteirão do Itaim” foi destinada ao Sr. Leopoldo Couto de Magalhães Jr. (o Bibi, sobrinho do general), área onde ele residiu com o filho Arnaldo e a família após ter vendido a sede do Sítio Itaim para o Sanatório Bela Vista, em 1922. Nessa ocasião se realizou a referida divisão entre os herdeiros e também o traçado original da planta do bairro do Itaim Bibi e parte de seu entorno. (ver **Figura 2.2**)

³⁰ O quarteirão também faz parte da área envoltória referente ao tombamento do Parque do Povo. Cf. Condephaat. Consultar: <http://www.cultura.sp.gov.br>. Condephaat; Bens Tombados, Sede do Sítio Itaim e Parque do Povo.

³¹ Cf. Condephaat; Bens Tombados, Sede do Sítio Itaim.

³² Pertenceu ao distrito de Pinheiros até 1934, ano em que foi criado o subdistrito do Itaim, sendo transferido em 1935 para o distrito do Jardim Paulista. Hoje, é parte novamente do distrito de Pinheiros. (LOPES e TOLEDO, 1988, p. 27)

Figura 2.1. Localização da sede do Sítio Itaim em relação ao quarteirão.



Fonte: Googlemaps, 2015. Adaptado pela autora.

Figura 2.2. Planta da Divisão Judicial do Sítio do Itaim entre os herdeiros da família Couto de Magalhães.



Fonte: LOPES e TOLEDO, 1988, p. 20.

Sua origem rural logo foi modificada pela ocupação urbana à medida que o processo de urbanização se intensificava na cidade de São Paulo. As fotos na sequência mostram a sede do Sítio Itaim nos anos de 1980 (**Foto 2.1**), após o fechamento do sanatório que ali funcionou e, em 2013 já restaurada e situada sob o edifício comercial Pátio Victor Malzoni, construído na Av. Brigadeiro Faria Lima. (**Foto 2.2**). As fotos a seguir ilustram esses momentos distintos da sede do Sítio Itaim. Destaca-se na **foto 2.3** o contraste desigual promovido pela reprodução da cidade e nos permite questionar o modo como o patrimônio tombado, mesmo sendo reconhecido, se relaciona com a cidade hoje. Para garantir a produção de valor por meio do espaço, e já que é proibido derrubá-lo em virtude do tombamento do edifício, o novo projeto criou um grande vão sobre a antiga casa, incorporando-a ao espaço privado, empobrecendo sua função social enquanto patrimônio.

Como aborda Simone Scifoni (2015a), diante da fase crítica a que se insere a “questão patrimonial”, o patrimônio revela um sentido duplo e contraditório, isto é, está voltado ao consumo visual e, portanto, constitui-se como mediação para a mercadoria, e de outro ângulo, enquanto portador de símbolos se oferece à consciência social. A autora analisa em outro texto especificamente o tombamento da sede do Sítio Itaim onde afirma que a solução encontrada para preservar o bem se transformou em destruição, na medida em que houve um *ajuste do patrimônio* para atender as estratégias de reprodução da cidade como negócio (Cf. SCIFONI, 2015b). Mais adiante, no capítulo 3, retomaremos essa análise de Scifoni sobre a relação entre o patrimônio e a reprodução da metrópole, buscando compreender a questão patrimonial em seus aspectos ambivalentes.

De acordo com a documentação levantada³³, a casa onde hoje funciona o Centro Educacional Infantil Santa Teresa de Jesus foi a residência da família dos Couto de Magalhães. A primeira ocupação da casa foi feita pelo Parque Infantil do Itaim (1948). Posteriormente, ela serviu de instalação para a Biblioteca Infantil, que depois recebeu um novo edifício, onde hoje funciona a Biblioteca Anne Frank (1955). Embora tenha sido modificada por obras de ampliação, o serviço técnico da prefeitura constatou, após uma obra em 1984, que se tratava, de fato, da residência da família. (Ver **fotos 2.4 e 2.5**)

³³ Trata-se do levantamento histórico-arquitetônico elaborado por Vanessa Kraml em 2011. Este estudo faz parte da documentação que integra o pedido de tombamento do quarteirão e de seus equipamentos protocolado no Condephaat, Processo nº 64.106/2011.



Foto 2.1. Sede do Sítio Itaim em ruínas, após fechamento do sanatório. Fonte: Condephaat



Foto 2.2. Sede do Sítio Itaim reconstruída, 2013. Foto da autora.



Foto 2.3. Edifício Pátio Victor Malzoni e a Casa Bandeirista, 2013. Foto da autora.



Foto 2.4. Casa dos Couto Magalhães. Local onde funcionou o Parque Infantil e a Biblioteca, hoje CEI Santa Teresa de Jesus, antes da reforma em 1984. Fonte: Gazeta do Itaim Bibi, 1983 apud KRAML, 2011.



Foto 2.5. A casa onde hoje funciona a CEI Santa Teresa de Jesus. Foto da autora

Em levantamento das matrículas dos imóveis localizados no quarteirão e também em pesquisa bibliográfica, constatou-se que a maior parte dos terrenos foram vendidos nos anos seguintes pela família Couto de Magalhães e parte deles, a maioria na várzea do rio Pinheiros e seus afluentes, foi desapropriada pelo governo do Estado por meio da Lei Estadual nº 2.249/1927, que concedeu a Cia. Light (*The São Paulo Tramway Light na Power Company*) autorização para canalizar os leitos dos rios Pinheiros e seus afluentes. Nos anos seguintes, parte dos terrenos pertencentes à Light foi retomada por alguns dos proprietários, inclusive alguns do quarteirão, por meio de ação judicial ou por retro-venda.

Pela análise das matrículas dos terrenos situados no quarteirão, encontra-se o histórico dessa transmissão de propriedade de parte deles para a Light bem como a transação de compra e venda, sobretudo nos anos de 1920 e 1930, entre os Couto de Magalhães e os compradores, em sua maioria imigrantes. O **Quadro 2.1** abaixo relaciona as matrículas que compõem os terrenos que foram sendo desmembrados e que, atualmente, formam o quarteirão do Itaim. Com exceção dos terrenos

particulares³⁴, todos os demais desde os anos de 1940 e 1950 pertencem à Prefeitura de São Paulo.

A partir da constatação dessa transmissão da propriedade para a municipalidade de São Paulo, ganha relevância a mudança de funções que o próprio bairro adquire diante do contexto da cidade. Isto ocorre pelo fato de o Estado assumir naquele momento um papel específico. Suas ações estavam dirigidas à população do bairro do Itaim e à produção do espaço, permitindo-nos entrever que o planejamento estatal estaria mais voltado a consolidar sua forma de apropriação ancorado no uso, sem intervir na produção daquele espaço priorizando seu valor de troca. Nesse sentido, tal papel assumido pelo Estado é emblemático para a relação entre espaço e valor em um sentido específico da produção do espaço. Se pensarmos no espaço como condição da produção de valor, os anos de 1930/40 são sintomáticos, uma vez que se descortinava neste período um amplo processo de metropolização. Mas foi somente após o fim do Estado Novo, graças ao processo de abertura política, que as demandas sociais insurgentes tiveram algum retorno por parte do Estado, ou seja, em decorrência da situação político-econômica da época, os serviços urbanos passaram a entrar na pauta de uma política de massas, principalmente a partir dos anos de 1950, momento em que a maior parte das unidades do quarteirão é implantada.

Quadro 2.1. Histórico das Matrículas dos terrenos que integram o quarteirão³⁵

	Nº da Matrícula	Endereço	Histórico da propriedade
1	32.452	Rua Cojuba	1942 – Venda pela família Couto de Magalhães para família Mojarovski; 1947 – Prefeitura adquire por desapropriação dos Mojarovski.
2	45.100	Av. Horácio Lafer	1938 – Ações de compra e venda entre os Couto de Magalhães; 1941 – Light adquire por desapropriação da família Couto de Magalhães; 1954 – Família Capella adquire o terreno da Light; 1954 – Ações de compra e venda entre família Capella e família Sampaio; 1956 - Prefeitura adquire por desapropriação de Sampaio.
3	76.881	Rua Cojuba	1927 – Marovitz adquire dos Couto de Magalhães; 1938 – Arnaldo Couto de Magalhães compra novamente de Marovitz; 1941 - Light adquire por desapropriação da família Couto de Magalhães; 1953 – Família Couto de Magalhães adquire por meio de retro-venda da Light;

³⁴ Trata-se dos terrenos ocupados pelo Buffet Torres (fechado); Buffet Giardini (em funcionamento) e do Edifício Vitra (residencial – construído pela Incorporadora JHS).

³⁵ As matrículas constam do estudo de tombamento do quarteirão consultado no Condephaat. Processo nº 64.106/2011.

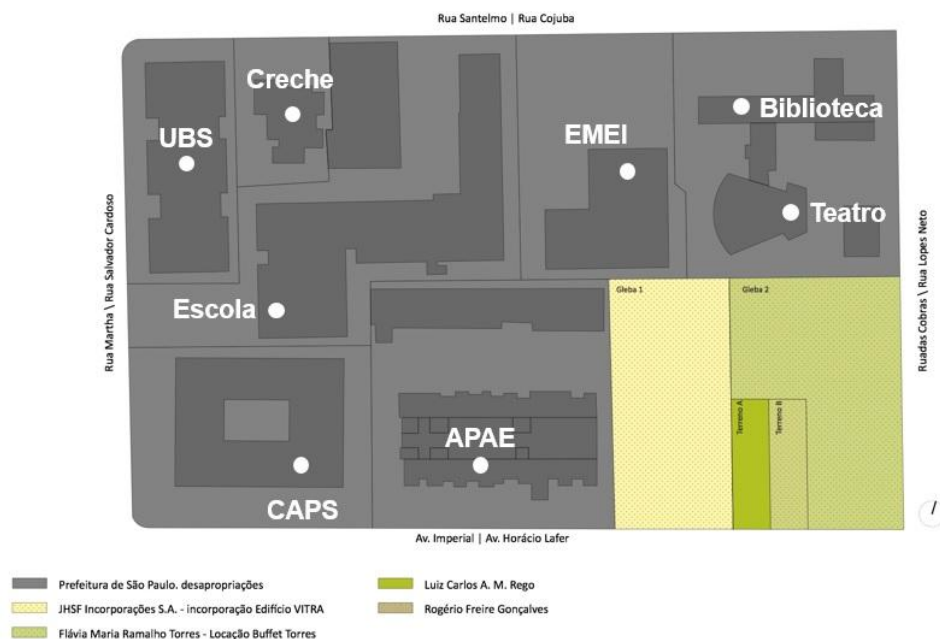
	Nº da Matrícula	Endereço	Histórico da propriedade
			1970 – Prefeitura adquire da família Couto de Magalhães por meio de permuta por outro imóvel em Indianópolis.
4	34.117	Rua Lopes Neto	1927 – Família Costa adquire da família Couto de Magalhães; 1949 - Prefeitura adquire por desapropriação da família Costa.
5	38.430	Av. Horácio Lafer	1926 – Parte do terreno é adquirida da família Couto de Magalhães pela família Rosa; 1928 – Rosa adquire o restante da família Couto de Magalhães e de Santos; 1936 – Família Jacobsen adquire da família Rosa; 1952 - Prefeitura adquire por desapropriação da família Jacobsen.
6	32.277	Rua Salvador Cardoso	1936 – Família Bernard compra da família Couto de Magalhães (frente do terreno) e de Santos compra os fundos do terreno; 1947 - Prefeitura adquire por desapropriação da família Bernard.
7	30.010	Rua Cojuba esquina com Rua Salvador Cardoso	1943 – Ações de compra e venda entre os Couto de Magalhães; 1946 - Prefeitura adquire por desapropriação da família Couto de Magalhães e de Dante Pazzanese
8	38.624	Av. Horácio Lafer	1952 - Prefeitura adquire por desapropriação da família Couto de Magalhães.
9	34.442	Av. Horácio Lafer	1934 - Família Otvos comprou da família Couto de Magalhães; 1949 - Prefeitura adquire por desapropriação da família Otvos
10	38.307	Av. Horácio Lafer	1929 - Família Klose adquire da família Couto de Magalhães; 1952 - Prefeitura adquire por desapropriação da família Klose.
11	37.700	Av. Horácio Lafer	1928 – Família compra da família Couto de Magalhães; 1928 – Costa Valente adquire de Teixeira Filho; 1941 – Bignardi compra de Costa Valente; 1945 – Hoch adquire de Bignardi; 1951 - Prefeitura adquire por desapropriação da família Hoch.
12	31.933	Av. Horácio Lafer	1933 – Família Reigado compra da família Couto de Magalhães; 19XX - Prefeitura adquire por desapropriação da família Reigado.
13	38.306	Rua Cojuba	1934 - Família Sonnemaker adquire da família Couto de Magalhães; 1952 - Prefeitura adquire por desapropriação da família Sonnemaker.
14	33.399	Rua Lopes Neto	1927 – Família Oliveira compra da família Couto de Magalhães; 1941 – Família Rodrigues adquire da família Oliveira; 1941 – Médici Filho comprou da família Oliveira; 1948 - Prefeitura adquire por desapropriação de Médici Filho.
15	31.853	Rua Cojuba esquina com Rua Lopes Neto	1928 – Família Jorge adquire da família dos Santos; 1947 – Prefeitura adquire por desapropriação de família Jorge.
16	31.429	Rua Lopes Neto	1927 – Família Garcia compra da família Couto de Magalhães; 1930 – Família de Sá adquire da família Garcia;

	Nº da Matrícula	Endereço	Histórico da propriedade
			1946 - Prefeitura adquire por desapropriação da família de Sá.
17	43.426	Av. Horácio Lafer	1939 – Félix e Trecente compram da família Couto de Magalhães; 1940 – Light adquire de Félix e Trecente por desapropriação; 1952 – Trecente adquire por retro-venda da Light; 1955 - Prefeitura adquire por desapropriação de Trecente
18	92.113		Propriedade particular Família Rego
19	71.600	Av. Horácio Lafer	Propriedade particular – Família Torres
20	106.703	Av. Horácio Lafer	Propriedade particular – Família Torres
21	14.811	Av. Horácio Lafer	Propriedade particular – Família Torres
22	126.264	Av. Horácio Lafer	1927 – Família Correa comprou da família Couto de Magalhães; 1950 - Prefeitura adquire por desapropriação da família Correa, que entra com ação judicial e consegue reaver o terreno. 2010 - Propriedade particular que foi adquirida pela incorporadora JHS, onde foi construído o Edifício Vitra.

Obs. Nas matrículas os imóveis aparecem com o endereço antigo, na época Rua Cojuba correspondia a Rua Santelmo; Av. Horácio Lafer era Av. Imperial; Rua Lopes Neto era Rua das Cobras e Rua Marta atual Rua Salvador Cardoso. Foram atualizadas para facilitar a localização atual.

De acordo com dados levantados pela pesquisa realizada pelo Movimento SOS Quarteirão do Itaim, a situação atual dos lotes do quarteirão e seus respectivos proprietários é ilustrada na figura 2.3 a seguir.

Figura 2.3. Loteamento e proprietários do quarteirão do Itaim Bibi (2010)



Fonte: Acervo Movimento SOS Quarteirão do Itaim.

Da propriedade privada à propriedade pública, o quarteirão deixou de ser um lugar voltado ao uso residencial para tornar-se um espaço de uso público. Isto ocorreu por meio de ações da municipalidade e pelas demandas sociais da época, marcando o que será a função social consolidada até o presente momento na prática, no uso cotidiano daquela comunidade de bairro e da cidade, e garantindo aos cidadãos serviços de cultura, saúde, educação e assistência social. Evidentemente, se olharmos o processo de um ponto de vista amplo, percebe-se que tal função resultou de uma conjunção de ações estatais e de ações sociais. Pois esse lugar também é resultado de uma conquista social daqueles anos de abertura política, que estava baseada nas mobilizações populares, principalmente operárias, permitindo avanços na criação de um sistema público, especialmente na área educacional.³⁶

Além disso, o levantamento do histórico jurídico do lugar revela um significativo movimento da propriedade privada à propriedade pública. Este movimento se torna importante a um dos objetivos desta pesquisa que visa pensar de forma crítica o papel do Estado. Em um primeiro momento, o Estado mobiliza a propriedade urbana para o público, para as necessidades da população de uma determinada época. No entanto, é justamente o Estado que se volta posteriormente contra esse mesmo público, satisfazendo agora os interesses da propriedade urbana que estão voltados à realização do capital, tendo nos *negócios urbanos* um de seus pilares no presente. Ressalta-se que o próprio Estatuto da Cidade³⁷ (ainda que anos mais tarde) regulamentou os termos da função social da propriedade, principalmente o uso especial de terras urbanas públicas. Contudo, na contemporaneidade, o estreitamento entre o político e o econômico nos negócios urbanos, a despeito da legislação, é o que garante a realização dos lucros e, ao mesmo tempo, empobrece a vida social. Por isso, a ocasião atual é ainda mais crítica, conforme afirma Amélia Damiani:

“(…) Os negócios urbanos, ou a urbanização como negócio, constituídos em um saber arquitetônico e urbanístico instrumental e compatível, têm como consequência o empobrecimento da vida urbana, a privação da vida social, um voltar-se para a vida privada: conjuntos habitacionais, periferias urbanas, espaços funcionalizados

³⁶ Sobre conquistas sociais na área da educação, conferir os trabalhos de Abreu (2007) sobre o convênio escolar; Caldeiras sobre escolas públicas em SP (2005) e Niemeyer (2002) sobre os parques infantis são importantes referências. A partir dos anos 1970, sobre movimentos populares e conquistas sociais ver Gohn (1991) e Kowarick (2009).

³⁷ Lei Federal nº 10.257/2001, que regulamenta atualmente o ordenamento do solo urbano no Brasil, modificando aspectos do direito à propriedade – ao incluir direitos urbanos e de sustentabilidade.

ou ultrafuncionalizados, operações urbanas, redefinidoras da vida citadina, lhe são sinônimos” (DAMIANI, 2012, p.46):

Diante dessa situação crítica, entendemos que o quarteirão guarda aspectos do uso público e da conquista social, cuja importância não está relacionada apenas àquele período em que a cidade se expandia e criava novas demandas sociais, mesmo que seja de infraestrutura urbana para os bairros que foram se constituindo fora da região central da cidade. Sua importância deve ser sublinhada principalmente nos dias atuais, em que o sentido da terra urbana enquanto espaço de uso público voltado a diferentes camadas da população, em geral com menor poder aquisitivo, foi perdido em seu entorno. O interesse naquele espaço deixa de lado o sentido do uso e tenta naturalizar sua privatização. Esse processo nos revela e nos confronta com um uso social que se cristalizou na reprodução das relações sociais do presente, isto é, a reprodução sob o signo da troca e que se realiza em detrimento do uso. Essa interpretação é fundamental para a discussão sobre a urbanização atual, pois a prática cotidiana mais elementar, como ir à escola, ao posto médico, ao teatro, à biblioteca, tornou-se empobrecida, está usurpada de seu uso pelas relações de troca. Como conclui Carlos, “esse processo revela o fato de que o valor de troca tende a se impor à sociedade em um espaço onde os lugares de apropriação diminuem até quase desaparecerem – como é o caso dos espaços públicos”. (CARLOS, 2012, p. 35). Também Otília Arantes (1998), em seu *Urbanismo em fim de linha*, analisa a direção seguida pelo curso da urbanização atual, avaliando qual seria o *status* do espaço público:

“Tudo se passa como se a ideologia do espaço público, economizando o momento retórico da frase (oficial ou difusamente oposicionista), fosse enunciada diretamente pela fisionomia das cidades, definida agora por uma estratégia empresarial de novo tipo, que vai determinando com lógica própria os parâmetros de sua interpretação, realocando populações e equipamentos segundo as grandes flutuações do mercado”. (ARANTES, 1992, p. 138-139)

Isto é um fato, o espaço público segue em direção a seu estreitamento, até mesmo à sua estetização. Contudo, ainda que a resistência pareça insignificante, sua existência abre a via do possível. Mais adiante voltaremos a esta questão acerca da imposição do privado sobre o público, trazendo para a análise conceitos que ajudam a ponderar essa interpretação sobre o *fim de linha*³⁸. Em todo caso, trata-se de interpretar

³⁸ Cf. O Urbanismo em fim de linha de Otília Arantes (1998). O texto é referencial sobre o papel dos processos atuais da urbanização que se propõem as ciências dedicadas à questão urbana. Todavia, segue

as possibilidades do presente concluindo de modo um pouco diferente daquele de Otília Arantes, para quem “vivemos uma situação de transição para o moderno abortada, de instabilidade sem horizonte, nem recuo possível”. (ARANTES, 1998, p. 139). A dinâmica da reprodução do espaço baseada unicamente na troca, na maximização dos interesses econômicos, encontra resistência localizada, onde resíduos do “social”, de uma experiência prática simbolicamente mais rica com o espaço, continuam presentes. O sentido do espaço público aparece enquanto realização coletiva contraposta à tendência de realização do espaço individual – privado. A sociedade não se calou completamente diante dos constrangimentos impostos pela negociação econômica da cidade, motivando movimentos contrários à sua extinção. A esse respeito veremos no próximo capítulo as motivações e estratégias próprias da luta pelo espaço no caso do quarteirão, mas este não é exemplo único.

Precisamos agora nos deter mais no período em que o quarteirão passa pelo processo de tornar-se esse espaço público, por meio da aquisição dos terrenos pela municipalidade. Trata-se de um período extremamente rico para a compreensão daquela área como um espaço voltado para o uso da cidade. O quarteirão foi objeto de uma série de significativas experiências modernistas de projetos de educação e cultura para a população do bairro do Itaim, experiências que resumiam a expressão das novas demandas sociais criadas a partir da intensificação da urbanização e que revelava, conseqüentemente, o papel das classes trabalhadoras diante do processo de reprodução das relações sociais. Uma vez que os filhos necessitavam de escolas enquanto os pais trabalhavam, o tempo livre, em oposição ao tempo do trabalho, tornou-se mais uma necessidade a ser suprida pela cidade. Diante desse cenário, surgiram os Parques Infantis, as Bibliotecas Circulantes e Infantis, os Teatros públicos em São Paulo, todos como parte de conquistas sociais. Vale destacar o papel de uma figura central nesse processo, Mario de Andrade³⁹, que foi criador dos Parques Infantis em São Paulo. A restituição desse processo é analisada na sequência.

uma linha interpretativa de que o *status quo* se generalizou a tal ponto irreversível, embora reconheça exemplos “de boa vontade progressista” ainda assim não há brechas para o possível, para resistências etc.

³⁹ O escritor Mário de Andrade teve papel decisivo na criação dos Parques Infantis em São Paulo. Durante a gestão do Prefeito Fábio Prado nos de 1934 a 1938, Mário de Andrade assume o cargo de diretor do Departamento Municipal de Cultura, tendo realizado importantes projetos para a cidade. Conforme aponta Arantes, “o Departamento de Cultura criou o Serviço Municipal de Jogos e Recreio, ao qual estavam subordinados os Parques Infantis, a Biblioteca Circulante e a Biblioteca Infantil”. (ARANTES, A. C., 2008, p. 71)

2.1.2. Propriedade pública: o projeto do quarteirão

É importante reconstruir o sentido da formação do “quarteirão do Itaim” não apenas para situarmos sua origem em relação ao bairro, mas também para compreendermos o momento em que aquele lugar se torna um espaço de apropriação voltado ao uso coletivo público. Este momento será crucial para a comparação com o processo posterior, uma vez que anos mais tarde este espaço, que ainda resguardava um uso público, será posto em xeque pelo próprio Estado em gestões urbanas recentes. A compreensão desse processo nos permite questionar o papel do Estado e problematizar o próprio uso público do espaço nos dias atuais, uma vez que ilumina a função social que aquele lugar exerce no conjunto do bairro e mesmo da cidade, uma função atrelada historicamente à produção da cidade e que esteve ligada também a demandas sociais. Porém, esta função social é colocada em xeque à medida em que o bairro foi diretamente integrado às políticas de espaço (OUFL) o que potencializou o processo de valorização do espaço, e tornou o quarteirão uma fronteira a ser conquistada pelos interesses do setor imobiliário. Deste modo, os novos conteúdos na produção atual da cidade revelam que, em detrimento do uso, o potencial do espaço se volte quase exclusivamente à reprodução do capital.

A história de transformação do quarteirão em um espaço público destinado à educação, à cultura, ao lazer e à saúde para a população remonta aos anos 20 e 30 do século XX. Nesta história, destacam-se o projeto modernista de criação dos *Parques Infantis* na cidade de São Paulo (décadas de 1930 e 1940), o movimento da *Escola Nova*⁴⁰ e também o projeto da *Escola-Parque*⁴¹ (idealizado por Anísio Teixeira, sob influência da pedagogia do norte-americano John Dewey), que em conjunto servirão de base para a proposta do *Convênio Escolar*⁴² (unindo arquitetura e a nova pedagogia),

⁴⁰ O Movimento da Escola Nova surge a partir da renovação do pensamento pedagógico idealizado por intelectuais na década de 1920. Influenciado pelas ideias de John Dewey (filósofo e pedagogo norte-americano) a escola nova tinha como filosofia a universalização da educação pública, laica e gratuita. No Brasil, o movimento surge de um grupo de intelectuais – dentre eles Fernando de Azevedo e Anísio Teixeira, a partir do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova de 1932. Cf. AZEVEDO, 2010.

⁴¹ A Escola Parque, idealizada pelo educador Anísio Teixeira, estava baseada em três pilares: a escola como uma proposta de educação completa, princípios modernos de arquitetura e como ponto de convívio da comunidade, influenciada pela pedagogia do norte-americano John Dewey. (Cf. BASTOS, 2009)

⁴² O Convênio Escolar foi firmado como um acordo entre a Prefeitura e o Estado de São Paulo, por meio da Portaria nº 26/48, em que a Prefeitura deveria investir 20% de seu orçamento na construção, conservação e restauração dos edifícios escolares, enquanto o Estado tinha a incumbência de implementar os sistemas educativos e financiar o restante das obras. Esse Convênio surge como consequência do

implantado em São Paulo a partir dos anos de 1950 e tendo o quarteirão como um de seus representantes. Sobre os Parques Infantis, Carlos Niemeyer escreve:

“Projeto maior da gestão modernista de Mário de Andrade junto ao recém-criado Departamento de Cultura, os Parques Infantis tiveram seu programa lapidado pelos ideólogos do *escolanovismo* no Brasil, como instrumento pedagógico, embora não escolar, porém capaz de mudar os destinos de uma sociedade que pretendia-se higienizada e educada. Uma educação para a cidadania, em sua concepção original, delineando com isso um projeto de nação com cores modernistas”. (NIEMEYER, 2002, p. 16)

Constata-se pela análise das matrículas que os terrenos do quarteirão somente passam a ser propriedade da municipalidade de São Paulo a partir dos anos de 1940, mais especificamente em 1946, quando ocorre a primeira aquisição. Todavia, a implantação do Parque Infantil do Itaim, que data de 1948, pode ser compreendida à luz do projeto de criação dos Parques Infantis na cidade, com início em 1935. A filosofia desta implantação, tendo no horizonte então um projeto de sociedade abrangente com “cores modernistas”, estava baseada na ideia de Mário de Andrade de permitir que as crianças, especialmente os filhos dos operários⁴³, tivessem a possibilidade e um lugar do exercício da livre expressão em qualquer manifestação, inclusive baseadas no folclore e atividades recreativas, ou simplesmente “um espaço onde as crianças pudessem brincar tranquilas”. (Cf. ARANTES, A. C., 2008, p. 80; 113). Os primeiros Parques Infantis foram criados em bairros operários, sendo os três primeiros o do D. Pedro I, da Lapa e do Ipiranga.

Os objetivos dos Parques Infantis eram oferecer, por meio do Estado, assistência, educação e recreação para crianças carentes. Destaca-se que, no seu ato de criação (Ato nº 861/1935), os Parques Infantis, eram considerados instituições extra-escolares, complementares à educação escolar já existente na rede de ensino, fazendo com que fossem localizados próximos a escolas e bairros operários. Arantes descreve o que era o Parque Infantil da década de 1930 e também a quem foi destinado:

Decreto-lei Federal nº 4.598/42, que visava implantar um sistema de ensino primário no país, através de convênios entre a União, Estados e Municípios. (Cf. NIEMEYER, 2002, p. 155; ABREU, 2007, p. 63)

⁴³ É fundamental destacar que até aquele período, a educação pela via escolar dos filhos da classe trabalhadora era ignorada pelo Estado, estando, quando havia, vinculada às igrejas e algumas pessoas da sociedade. Segundo o estudo de Arantes, o grupo de artistas da Semana de 1922, do qual fazia parte Mário de Andrade, foi o primeiro a pensar na questão do atendimento educacional das crianças voltado às classes populares, isto porque até a criação dos Parques Infantis, o acesso escolar existia apenas para parte de elite paulistana, que iam estudar na Escola Caetano de Campos, região central da cidade. (Cf. ARANTES, A.C. 2008)

“Os Parques Infantis de 1935, em São Paulo, eram instituições públicas e ofereciam atividades recreativas e jogos organizados para a infância operária. Visavam à educação da criança, oferecendo assistência indispensável ao seu desenvolvimento. Procuravam tirá-la da rua, atraindo-a pela diversão. Eram destinados à população infantil de 3 a 12 anos, de classes mais carentes, provenientes de habitações coletivas, porões e favelas, de nulos ou escassos recursos higiênicos”. (ARANTES, A. C., 2008, p. 114)

Durante a gestão de Mário de Andrade à frente do Departamento de Cultura foram criados 8 Parques Infantis dos 46 propostos pelo programa, os já mencionados do Ipiranga (pioneiro), Parque D. Pedro I, Lapa e, posteriormente, Santo Amaro, Tatuapé, Barra Funda, Catumbi e Vila Romana. Nos anos seguintes, durante a gestão de Prestes Maia, houve um retrocesso na realização do programa, pois o mesmo foi cancelado após Prestes Maia ter criado apenas duas unidades, os Parques Infantis da Penha e do Itaim, justamente o que se situa no quarteirão. De qualquer modo, todos os parques faziam parte de um projeto mais amplo de sociedade, e seu programa é implementado mediante um entrelaçamento entre incipientes ações do Estado (que tinha no horizonte a modernização da nação) e as crescentes necessidades sociais da cidade em expansão. Sobre o surgimento dos Parques Infantis, Niemeyer o analisa como resultado de uma importante conquista social:

“O surgimento dos Parques Infantis dá-se num raro momento de busca de ampliação dos direitos sociais das classes populares num contexto historicamente marcado pelo abandono desse segmento social sempre submetido aos imperativos da sociedade do trabalho. A demanda de equipamentos lúdicos e culturais por uma população cada vez mais urbanizada e laicizada levará o Departamento de Cultura da administração municipal de Fábio Prado (1934-1938) a instituir o programa dos Parques como parte do ambicioso projeto político-social das elites ilustradas tendo em vista recuperar a hegemonia do Estado no contexto nacional (...)”. (NIEMEYER, 2002, p. 16)

Apesar do desmantelamento do programa dos Parques Infantis durante a gestão municipal de Prestes Maia, já sob a hegemonia do Estado Novo, nos anos subsequentes ainda houve a continuidade de implantação de Parques Infantis em São Paulo, após 1947. Entre 1947 e 1948, na administração de Paulo Lauro e depois de Cristiano Stockler, foram construídos 23 Parques Infantis na cidade, embora com características físicas menores do que previa o projeto original. Subsequentemente, como renovação do programa dos Parques Infantis, foi criado o projeto do Convênio Escolar a partir de 1949.

Vale ressaltar que a maior parte dos equipamentos urbanos que estão situados no “quarteirão do Itaim” foi instalada entre os anos de 1940 e 1960 e são fruto dos projetos de criação de unidades escolares implantadas em São Paulo, desde Mário de Andrade até o 3º Convênio Escolar: o Parque Infantil (1948), a Biblioteca Anne Frank e o Teatro Décio de Almeida Prado (1955), o Centro de Saúde Psicossocial (1960). Nas décadas seguintes, surgiram as outras unidades, como a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE em 1967, o Posto de Saúde em 1976, a Creche Santa Teresa que foi instalada no lugar do Parque Infantil, o novo edifício da instalação da EMEI Tide Setubal em 1995, e por fim, entre 1995/1996, foi construído o edifício da Escola Estadual Ceciliano José Ennes.

O avanço proporcionado pela criação dos Parques Infantis foi reconhecido pelos governos que foram levados a discutir sua importância, evidenciado pela proposta do Convênio Escolar que viria em seguida. Como ressalta Abreu:

“Os parques infantis, além de criarem uma referência para o desenvolvimento de projetos educacionais, consideradas as questões do uso dos espaços livres urbanos, possibilitaram o início da discussão sobre a questão educacional de iniciativa municipal” (ABREU, 2007, p. 59).

Desse modo, afirma-se que a modernização do sistema escolar quanto à renovação pedagógica aliada à arquitetura modernista tem sua origem nos Parques Infantis e sua continuidade nos Convênios Escolares que os sucederam. De acordo com a bibliografia consultada sobre o Convênio Escolar⁴⁴, existiram três acordos firmados entre o Estado e o Município em São Paulo, realizados em três fases: o 1º Convênio escolar (1943-1947), o 2º Convênio escolar (1949-1953) e o 3º Convênio escolar (1954-1959). Segundo Abreu, no 1º Convênio foram construídas apenas 3 unidades, sem importância arquitetônica. O 2º Convênio foi o mais significativo quanto ao resultado arquitetônico, quando foram construídas 52 unidades em apenas cinco anos sob os princípios da arquitetura modernista, e o 3º Convênio produziu 15 edifícios. (ABREU, 2007, p. 64)

Em decorrência da criação do Convênio Escolar, os Parques Infantis existentes passaram a integrar o conjunto de edifícios escolares sob sua atribuição, inclusive o do Itaim, que foi criado durante o 1º Convênio na gestão de Prestes Maia. Somente em

⁴⁴ Cf. AMADEI, 1951; NIEMEYER, 2002, CALDEIRA, 2005; ABREU, 2007.

1948 é instituída a Comissão Executiva do Convênio Escolar, que tinha como atribuição estudar as bases para renovação do programa, bem como as demandas existentes para o ensino escolar. O 2º Convênio beneficia-se do trabalho da Comissão, que foi subdividida em duas, uma de planejamento e a outra de construções, o que facilitou a execução prática da proposta. Vale ressaltar que foram nomeados diretores das subcomissões o arquiteto Hélio Duarte (para o planejamento), que havia trabalhado recentemente na Bahia com o educador Anísio Teixeira e o engenheiro José Amadei para a subcomissão de construções.

É na esteira do Convênio Escolar que surge a intenção de transformar a área do quarteirão em um dos integrantes do projeto. Isso porque, no conjunto de instituições que compunham o Convênio, também estavam incluídas as bibliotecas e parque infantis, entre outras. Mascaro indica, de acordo com o decreto do Convênio, quais eram as instituições auxiliares em questão:

“Consideravam-se instituições auxiliares de ensino primário: as bibliotecas e parques infantis, os serviços de assistência médica, terapêutica e dentária, de alimentação supletiva, cinema educativo, parques recreativos, de desportos ou de educação física, colônias de férias, desde que destinadas aos escolares de estabelecimentos de ensino primário oficial e particular não remunerado, registrado no departamento de educação do Estado”. (MASCARO⁴⁵ apud ABREU, 2007, p. 71)

O objetivo do Convênio visava também, tal como os Parques Infantis, atender à população mais necessitada da cidade, criando condições de suprir as novas demandas sociais que surgiram principalmente nas áreas de educação, saúde e lazer. A procura por vagas nas escolas da rede pública havia aumentado consideravelmente após os anos 1940, exigindo do Estado a execução de um programa de massas. Como consequência da criação do Convênio para dar conta dessa nova demanda social, foi preciso, além de renovar os princípios pedagógicos e arquitetônicos, adquirir terrenos para a implantação dos edifícios. A principal alternativa escolhida pela municipalidade daquela época foi pela via da desapropriação, como aconteceu no caso do quarteirão. Corresponde exatamente a esse período a aquisição dos terrenos do quarteirão via desapropriação através de projetos de lei, conforme o levantamento das matrículas dos terrenos (ver **Quadro 2.1**).

⁴⁵ A referência do original é MASCARO, C. C. *O Município de São Paulo e o Ensino Primário (ensaio de Administração Escolar)*. Livre-Docência. FFLCH-USP, 1960.

Sobre esse processo de execução serial de projetos escolares e quanto à forma de aquisição de área, Mascaro também escreve:

“Em cinco anos, a Comissão se mostrava capaz de construir quase noventa salas de aulas, cerca de 180 por ano. Ela também já havia, na mesma ocasião, localizado 41 terrenos, colocando-os em vias de desapropriação, para neles serem levantados edifícios para grupos escolares de diferentes tamanhos, além do relacionamento de 19 outros prontos para receber as construções projetadas pela Comissão do Convênio, duas na fase de pronto início das obras, 4 em concorrência pública e as restantes com os projetos em estudo. Havia ainda 34 Projetos de Lei de desapropriação preparados. Acrescentem-se a esses, 12 outros, cujas obras iriam ser postas em concorrência pública”. (MASCARO apud ABREU, 2007, p. 72)

Para além da análise da realização dos Parques Infantis e do Convênio Escolar como conquistas sociais da primeira metade do século XX, de nosso ponto de vista, a implantação desses edifícios nos bairros também se constitui como um elemento estruturador do espaço desses bairros, bem como do cotidiano que se realizava. Durante a Primeira República (1889-1930), como analisa Abreu, ainda que o edifício escolar tenha substituído o lugar de centralidade que exercia a igreja e o campanário da cidade colonial⁴⁶, sua localização ainda se limitava ao espaço urbano do centro da cidade. À medida que os edifícios escolares passam a ser construídos em bairros mais afastados e, baseados no projeto modernista voltado aos bairros operários, a constituição desses espaços, segundo Abreu, torna-se ainda mais emblemática, “*a centralidade física* foi substituída pela *centralidade funcional*”. (ABREU, 2007, p.83)

No caso do quarteirão, especialmente, essa nova *centralidade funcional* integrava edifícios escolares e também aqueles considerados auxiliares como a biblioteca, o teatro, o centro de assistência social etc. organizando o espaço e o cotidiano do bairro em função de sua existência. Além disso, também se realizava a título de espaço de representação, isto é, formava uma vida de bairro não vinculada estritamente ao *mando da Igreja* – espaço concebido da época. Ao contrário, vincula-se

⁴⁶ Complementarmente a essa ideia de centralidade que exercia a Igreja, interessa ainda pensar na disputa da prática social entre o Estado e a Igreja no sentido de organizar a vida ética-política dos cidadãos, como faz Odette Seabra em sua pesquisa sobre os processos de urbanização e fragmentação da metrópole a partir do bairro. Seabra aponta que “enquanto a modernização da sociedade *entrava pela cidade*, com a imigração, com a luz elétrica, com os bondes e fábricas, ainda permanecia a estrutura do mando que, realizando-se, sobretudo de modo ritual em conformidade com o calendário religioso tinha por suporte material a territorialidade da Igreja. Nas paróquias e freguesias, com suas igrejas e capelas, começava a se fazer confundir o comando da Igreja e do Estado, com o advento da República”. (Cf. SEABRA, 2001, p.2; 2003)

ao espaço percebido/vivido, próximo às relações sociais de reprodução, ao modo de vida, do tempo livre X trabalho, das experiências afetivas e das práticas simbólicas. No entanto, ainda naquela época, o processo de fragmentação da vida urbana – e da vida de bairro – não tinha sido generalizado. Isso porque a própria apropriação do quarteirão no que diz respeito ao seu valor de uso era determinante na integração da vida social daquele lugar.

É fundamental, nesse sentido, compreendermos o processo que transforma as relações sociais de reprodução e produção da vida do bairro, como apresentado no capítulo anterior. Ele evidencia, pela atuação do Estado em aliança com o setor privado, os desdobramentos dessa perda de identidade e de sentido dos usos públicos do espaço na metrópole, a Operação Urbana Faria Lima veio aprofundar tal perda. De fato, percebe-se que há um recuo dos espaços públicos na cidade contemporânea – como exemplo, veja-se o surgimento de novos espaços produzidos para simular o uso coletivo dos espaços, como os teatros e casas de shows dentro de shopping-centers. Também os espaços públicos são, atualmente, locais de consumo visual, mediados pela mercadoria e, também, locais de fluxo, de passagem, que negam o encontro das pessoas, o momento de interação social. Há assim uma nova organização da vida urbana em que o espaço público não exerce mais o papel principal, enquanto protagonista do modo vida sob o exercício do direito à cidade. Pelo contrário, tornado estratégia da cultura, enquanto marketing urbano, o espaço público é privado. Isso nos leva a afirmar que alguns dos espaços públicos ainda existentes hoje, como o quarteirão do Itaim, são residuais, raros e, ainda assim, podem revelar a contradição dos projetos de cidade aparentemente concorrentes.

2.1.3. O quarteirão hoje

Refletir sobre o que é o quarteirão hoje se mostra um desafio. Primeiramente, no plano imediato da paisagem, já que ele se tornou perceptivelmente um verdadeiro contraste de seu entorno, pois quase sua integralidade não é verticalizada, não tem edifícios espelhados, não é usado como habitação e nem pelo setor empresarial, à exceção do Edifício Vitra e do Buffet Giardini que ali se instalaram recentemente. Continuam presentes algumas unidades que caracterizaram o quarteirão como espaço público, de conteúdo simbólico dotado de representações que diferem substancialmente do modo como se formam os espaços de uso coletivo na metrópole hoje, isto é,

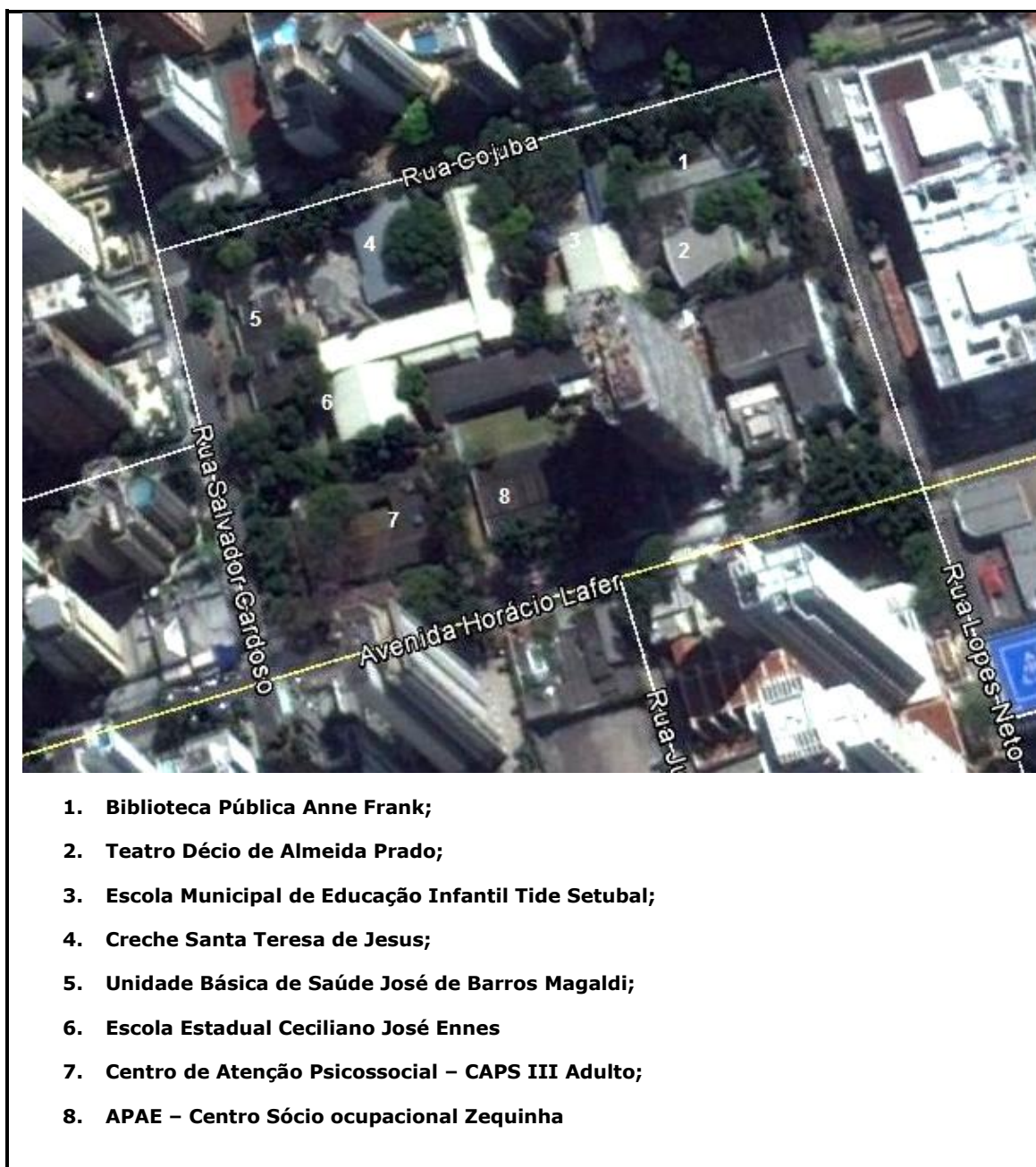
predominantemente privados. A existência de lugares como a Biblioteca Anne Frank e o Teatro Décio de Almeida Prado são quase anacrônicos no contexto atual da produção do espaço, pois o consumo do espaço, que tem nos shoppings centers e nas grandes casas de shows da cidade seus modelos de lazer, por exemplo, nos obriga a repensar o que é o espaço de uso coletivo, “público”, na cidade contemporânea, sejam eles da cultura, parques ou de serviços públicos essenciais para a população.

Durante as pesquisas de campo, visitamos o quarteirão com o intuito de conhecer mais de perto esse lugar e as pessoas que o frequentam, bem como para observar o uso que lhe é atribuído no cotidiano. Buscamos registrar um pouco da percepção das pessoas que encontramos e entrevistamos, material que será apresentado no capítulo seguinte. Foi possível saber, em conversa com alguns dos moradores e pessoas que usam os serviços do quarteirão, detalhes sobre a situação da área, sobretudo em relação ao processo inicial de intenção de venda e possibilidade das unidades serem fechadas ou transferidas de local por parte da Prefeitura. Relataram que o Movimento SOS Quarteirão do Itaim foi muito importante para que isso não ocorresse. Não tinham visto algo parecido antes no bairro, disseram em conversa. Alguns contaram que houve passeatas e um ato simbolizando um abraço no quarteirão que reuniu pessoas que moram no bairro e que usam aqueles serviços. Segundo informações obtidas na Biblioteca Anne Frank, o movimento ganhou forças e conseguiu uma sala na própria biblioteca para guardar material referente ao bairro e ao quarteirão, servindo ainda de espaço para reuniões e encontros com a comunidade. Houve uma sensibilização de grande parte da comunidade com a possibilidade da perda desse lugar coletivo. Para as assembleias, também lhes foi cedido o salão da Paróquia Santa Teresa de Jesus, na medida em que o grupo crescia. Tais relatos, de nosso ponto de vista, em conjunto com o levantamento histórico da área, permitem-nos afirmar que há potencialidade política em torno daquele lugar. Segundo a liderança do movimento, em princípio, não associavam sua pauta à política, percepção que foi se transformando ao longo do processo. A mobilização social, a despeito de suas razões, dá àquele espaço público a possibilidade de agir politicamente, evitando bloqueios na apropriação social do espaço. Mas as consequências políticas da composição e dos processos concernentes ao quarteirão serão analisadas no próximo capítulo.

Procuraremos descrever agora o quarteirão de hoje por meio do levantamento de cada uma das unidades, sob a forma de um diagnóstico de seu uso e daqueles que o usam, para, finalmente, no fechamento deste capítulo, procurar refletir sobre sua função social no contexto da metrópole, particularmente na relação entre bem público e interesse privado.

Como vimos, após a criação do Parque Infantil na década de 1940, o quarteirão tornou-se objeto de intervenção pública por intermédio do projeto de implantação do Convênio Escolar, após a desapropriação dos terrenos por parte da municipalidade. A maior parte das unidades que estão presentes na área é daquele período, conforme já foi apresentado, e as demais vieram complementar o conjunto de unidades de uso coletivo destinadas às distintas necessidades sociais. Atualmente, como se observa na **Figura 2.4**, com exceção dos terrenos de uso privado, funcionam nessa área de 20 mil m² as seguintes unidades:

Figura 2.4. Croqui de identificação das unidades no quarteirão

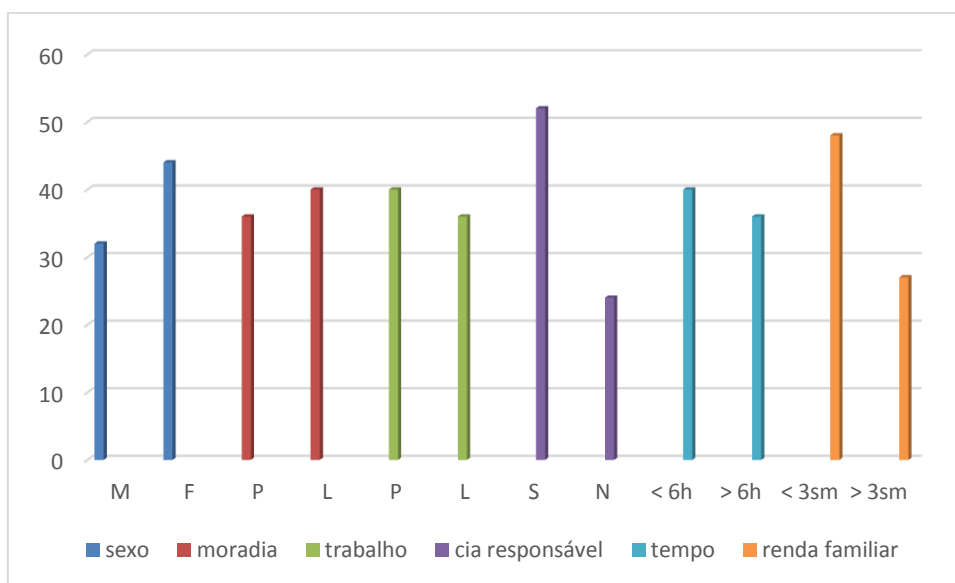


Fonte: Googlemaps, 2015. Adaptado pela autora

O perfil das pessoas que usam as unidades do quarteirão foi caracterizado por uma pesquisa simplificada baseada em questionário socioeconômico, que pode ser verificada no **Gráfico 2.1**. Foram realizadas entrevistas⁴⁷ com 10 pessoas em média de cada uma das unidades, tendo sido avaliadas as seguintes questões (KRAML, apud Processo Condephaat nº 64.106/2011, p. 208):

- a) Sexo: **masculino/feminino**;
- b) Onde mora: **perto/longe do bairro do Itaim Bibi**;
- c) Onde trabalha (pessoa ou responsável que usa): **perto/longe do bairro do Itaim Bibi**;
- d) Se vai acompanhado de responsável: **sim/não**;
- e) Tempo que fica em 1 dia: **menos de 6h/mais de 6h**;
- f) Renda familiar: **menos de 3 salários mínimos/ mais de 3 salários mínimos**.

Gráfico 2.1. Perfil das pessoas que usam as unidades do quarteirão



Fonte: Elaborado a partir de dados de KRAML (2011) e entrevistas realizadas pela autora em novembro de 2014.

A faixa etária não foi levantada na pesquisa individual, mas em cada uma das unidades em questão. Constatou-se que o perfil das pessoas que usam o quarteirão é

⁴⁷ O roteiro de entrevista foi publicado por Kraml no estudo já citado de 2011. Como a pesquisa não tinha sido feita em todas as unidades, realizamos sua complementação no Teatro Décio de Almeida Prado, na APAE e na Escola Estadual tendo como base na mesma metodologia, ou seja, adotamos as mesmas perguntas e mesma quantidade de pessoas entrevistadas para analisarmos o resultado de forma comparativa.

diversificado em relação à faixa etária, visto que nas escolas são atendidas crianças e jovens entre 3 e 11 anos. No caso da APAE, trata-se de uma das unidades onde estudam apenas os adultos, como também é o caso no CAPS. Nas demais unidades, a faixa etária é bastante variada.

A partir desta pesquisa, nota-se que, no contexto geral das unidades, o público feminino é maioria entre as pessoas que usam os serviços. Isso ocorre, sobretudo, pelo fato da responsável ser do sexo feminino mais do que o próprio atendido. A maioria mora e trabalha perto da unidade com exceção da APAE e do Teatro em função do tipo de atendimento ou serviço que oferecem. O público do teatro vem de diferentes lugares da cidade, enquanto a APAE é a unidade da instituição que atende apenas adultos. As escolas, o posto médico, o CAPS e a APAE, pelo fato de atender a um público dependente, de crianças e jovens/adultos com necessidades especiais, contam na maior parte dos casos com acompanhamento de algum responsável. É também nestas unidades que as pessoas afirmam passar mais tempo.

Por fim, a renda familiar da maior parte do público é inferior a 3 salários mínimos. Este dado revela assim que o público do quarteirão tem renda bastante inferior em relação à maioria dos moradores do bairro, fato que pode ser observado desde os dados do Censo de 2000, mostrando que o bairro do Itaim é constituído em sua maioria por pessoas de alta renda. Em geral, não são moradores do bairro propriamente que usam o quarteirão, salvo exceções, mas sim de bairros vizinhos, sobretudo Vila Olímpia e Vila Funchal. Os bairros do Butantã e Rio Pequeno também foram citados como locais de moradia.

Na sequência, descreveremos as unidades públicas em funcionamento no quarteirão do Itaim, tendo como base o levantamento realizado em pesquisa atual de campo (2013/2014) bem como o estudo elaborado por Kraml (2011), que realizou o histórico das unidades e o uso atual de cada uma delas como parte do estudo que foi enviado ao Condephaat para o pedido de tombamento do conjunto do quarteirão.

1. Biblioteca Infanto-Juvenil Anne Frank

Rua Cojuba n° 45

Horário de funcionamento: 2ª a 6ª das 8 ÀS 17h; sábado das 9 às 16h

Número de pessoas (média pessoas): 1019 pessoas

Número de funcionários: 9 funcionários



Foto 2.6. Biblioteca Anne Frank Foto da autora, 2013

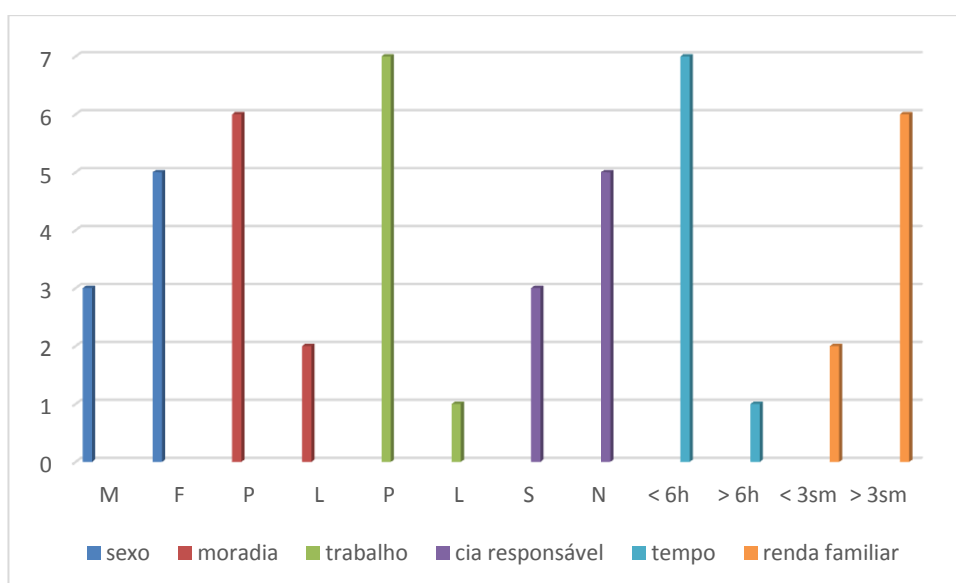
A Biblioteca Anne Frank, denominada inicialmente de Biblioteca Infantil do Itaim, foi inaugurada em 1946, mas só começou a funcionar ao público no ano seguinte no local onde ficava a casa da família Couto de Magalhães e que, posteriormente, funcionou o Parque Infantil e a creche.

Assim como os Parques Infantis, as Bibliotecas Infantis foram criadas pelo Departamento de Cultura sob gestão de Mário de Andrade e teve sua continuidade durante a implantação do Convênio Escolar. A unidade do Itaim surgiu justamente nesse período e tornou-se emblemática, pois foi a segunda Biblioteca Infantil criada na época e que estava distante do centro da cidade. Após alguns anos, durante a realização do Convênio Escolar, propôs-se a ampliação da Biblioteca, que vinha aumentando o número de pessoas que a frequentava. Para tanto, foi construído o prédio atual da Biblioteca, em terreno adquirido pela Prefeitura via desapropriação, tendo um edifício

do teatro como anexo, o atual Teatro Décio de Almeida Prado. Começou a funcionar no novo edifício de traços modernistas em 1955 e teve seu nome mudado para Anne Frank em 1962. Além do acervo de 45 mil livros e das salas de leitura, a biblioteca ainda promove diferentes atividades para a comunidade, como feira de livros, contação de histórias, projeção de filmes, cursos e oficinas etc. Atualmente, integra o Sistema Municipal de Biblioteca - SMB, que é composto por 106 bibliotecas, sendo 51 de bairros, 6 centrais, 45 nos CEUs e outras 4 abertas ao público em geral.

O perfil daqueles que frequentam a biblioteca mostra que a maioria mora e trabalha perto da unidade, permanece menos de 6 horas e tem renda superior a 3 salários mínimos. O público é diverso quanto à faixa etária, embora tenha programas específicos para as crianças com visitas orientadas e atividades culturais.

Gráfico 2.2. Perfil das pessoas que usam a Biblioteca Anne Frank



Fonte: Adaptado de KRAML (2011).

2. Teatro Décio de Almeida Prado

Rua Cojuba nº 45 A

Horário de funcionamento ao público: espetáculos aos finais de semana à noite

Número de pessoas (média por espetáculo): 200 pessoas

Número de funcionários: de 8 a 20 funcionários



Foto 2.7. Teatro Décio de Almeida Prado. Foto da autora, 2013

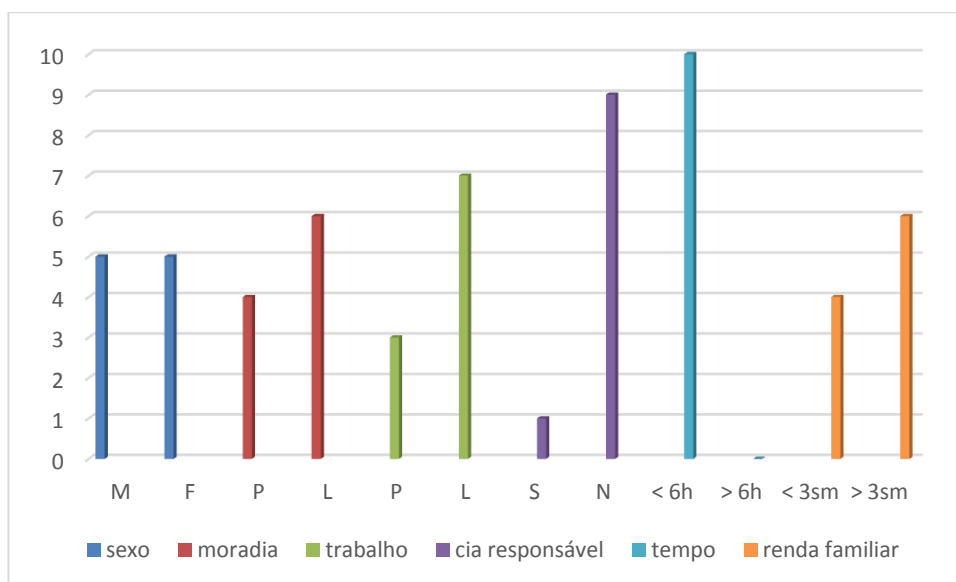
O Teatro Décio de Almeida Prado surgiu em conjunto com novo projeto da Biblioteca Anne Frank, isto é, foi projetado e construído em 1955 junto com a biblioteca. No terreno escolhido para sua construção funcionava um posto médico que foi transferido para outro terreno do quarteirão, hoje a UBS, já mencionada. Na época de sua inauguração, o público era formado principalmente por alunos das escolas públicas e particulares que assistiam a programação oferecida. Também foi usado como local para ensaios de peças de escolas e apresentações de fim de ano.

Nos anos 1970, por meio da Lei Estadual nº 8477/76, foi cedido por um período de 20 anos à Escola de Comunicações e Artes da USP, para o TUSP – Teatro da USP época em que o professor e crítico de arte Décio de Almeida Prado assume a direção do Teatro. A trajetória do TUSP é marcada por seu posicionamento político, com apresentação de peças de vanguarda que marcam a história do teatro. Nos anos 1980,

também passa a receber os espetáculos curriculares dos cursos da EAD – Escola de Arte Dramática e do Departamento de Artes Cênicas. O teatro permaneceu fechado após esse período de concessão. Entre 1996 e 1998, elaborou-se um projeto de reforma do teatro e da biblioteca pela Secretaria Municipal de Cultura, mas tal ocorreu reforma apenas entre 2003 e 2004.

O Teatro Décio de Almeida Prado integra o conjunto de teatros distritais do município. De acordo com as informações da Prefeitura, a programação dos teatros é realizada por meio de seleção pública de projetos, em que são analisados por uma comissão formada por funcionários da Secretaria Municipal de Cultura. Há também uma divisão da programação em que se notam as diferentes expressões artísticas entre os teatros. Atualmente, o Teatro Décio de Almeida Prado tem uma programação regular aos finais de semana de shows de música oferecidos de forma gratuita à população. Verificamos em pesquisa de campo que o público adulto é maioria, possivelmente em função do horário da programação, mas bastante diversificado, com pessoas de diferentes bairros da cidade e diferentes faixas de renda familiar.

Gráfico 2.3. Perfil das pessoas que usam o Teatro Décio de Almeida Prado



Fonte: Entrevista realizada em novembro de 2014 pela autora.

3. Escola Municipal de Educação Infantil Tide Setubal

Rua Cojuba nº 97

Horário de funcionamento: das 8 às 15h

Número de crianças entre 5 e 6 anos: 210

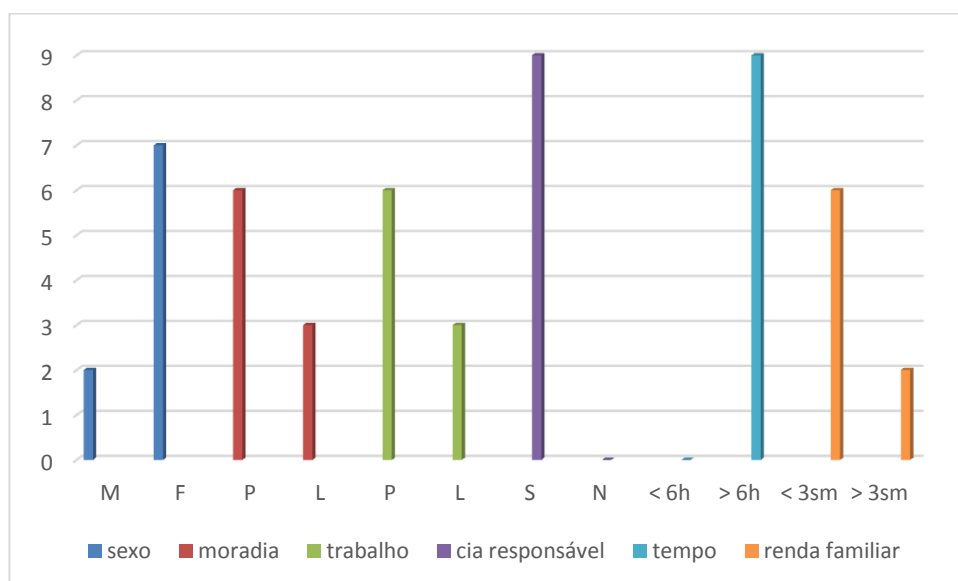
Número de funcionários: 25



Foto 2.8. EMEI Tide Setubal. Foto da autora, 2013

A Escola Municipal de Educação Infantil Tide Setubal tem sua história ligada ao Parque Infantil do Itaim, pois correspondeu a essa instituição até que seu nome fosse mudado em 1977. Permaneceu no mesmo endereço até 1982, ano em que foi transferida para um imóvel na Rua Cojuba nº 157. Somente em 1995 foi construído o atual prédio que abriga a escola, em terreno ao lado. Segundo levantamento do perfil das crianças que frequentam a escola, conforme depoimento do responsável, a faixa de renda é inferior a 3 salários mínimos, e as crianças são acompanhadas pelo responsável uma vez que a escola é destinada à primeira etapa do ensino fundamental do 1º ao 5º ano. As crianças permanecem na escola mais de 6 horas no dia e a maioria mora ou o responsável trabalha perto da escola. Atualmente frequentam a escola 210 crianças.

Gráfico 2.4. Perfil das pessoas que usam a EMEI Tide Setubal



Fonte: Adaptado de KRAML (2011).

4. CEI Santa Teresa de Jesus

Rua Cojuba nº 159

Horário de funcionamento: das 7 às 17h

Número de crianças de 1 a 4 anos: 110

Número de funcionários: 18



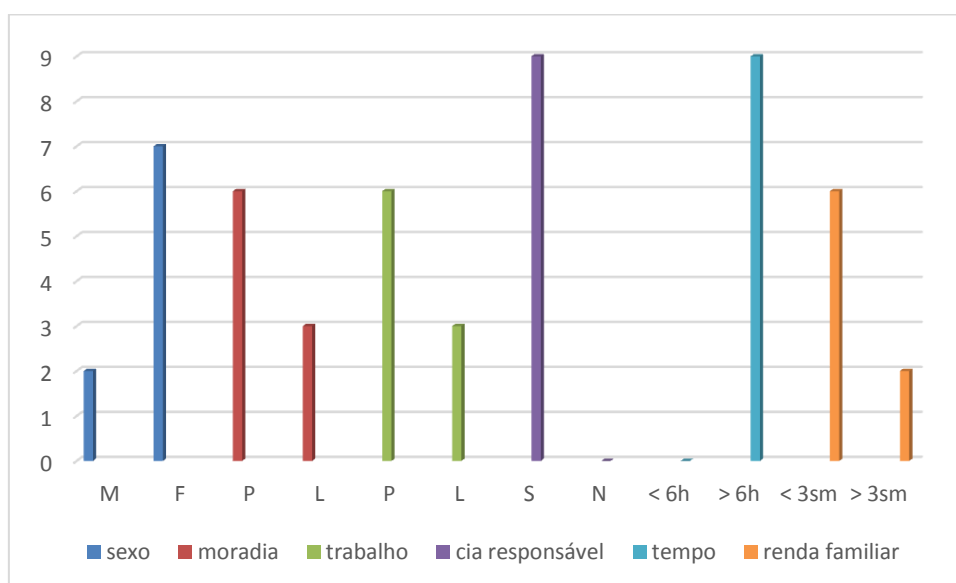
Foto 2.9. CEI Santa Teresa de Jesus. Foto da autora, 2013

Esta unidade corresponde à creche em funcionamento no quarteirão denominada Centro de Educação Infantil – CEI Santa Teresa de Jesus, que atende crianças entre 1 e 4 anos em período integral.

Historicamente, foi a casa da família Couto de Magalhães, tendo abrigado inicialmente o Parque Infantil e a Biblioteca Infantil do Itaim. Nos anos 1980, foi realizada uma reforma no edifício para abrigar a Creche Cojuba, em terreno que pertencia à municipalidade desde a década de 1950. E a partir de 1988, a creche passa a ser administrada pela Paróquia Santa Teresa de Jesus em convênio com a Prefeitura de São Paulo.

Sobre o perfil que consta no gráfico a seguir, nota-se que o público é formado principalmente de crianças acompanhadas do responsável. Os responsáveis pelas crianças têm faixa de renda familiar menor do que 3 salários mínimos, além de morar e trabalhar no entorno. As crianças permanecem mais de 6 horas na unidade.

Gráfico 2.5. Perfil das pessoas que usam a CEI Santa Teresa de Jesus



Fonte: Adaptado de KRAML (2011).

5. Escola Estadual - Ceciliano José Ennes.

Rua Salvador Cardoso nº 219

Horário de funcionamento: das 7 às 18h

Número de pessoas (1º ao 5º ano): 650 pessoas

Número de funcionários: 90

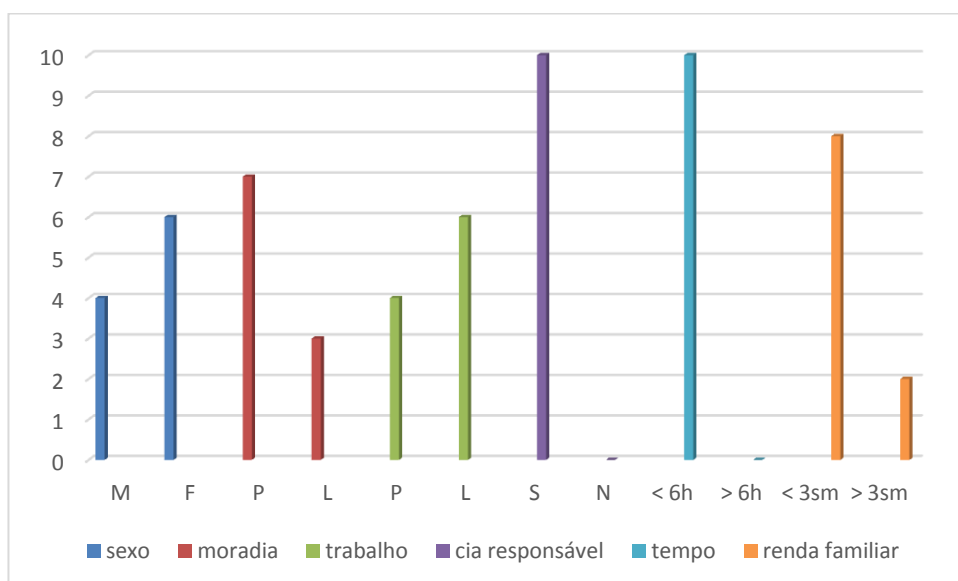


Foto 2.10. E.E. Ceciliano José Ennes. Foto da autora, 2013

Antes de ser instalada no quarteirão, a Escola Estadual Ceciliano José Ennes já havia ocupado 2 outros endereços até ser transferida para o quarteirão. O último endereço em que funcionou foi na Av. Juscelino Kubitschek até à época da extensão da Av. Faria Lima nos anos 1990. A Prefeitura construiu um novo edifício no terreno onde tinha funcionado a Escola Municipal Tide Setubal em 1995. Essa unidade, juntamente com a creche e a EMEI, compõe o conjunto de escolas voltados à educação infantil instalado no quarteirão, oferecendo o 1º ciclo do ensino fundamental para 650 crianças.

Quanto ao perfil dos que usam a unidade, o gráfico mostra que a maioria entrevistada tem faixa de renda inferior a 3 salários mínimos, vai acompanhada do responsável; fica mais de 6 horas na escola; mora perto da unidade, mas trabalha longe.

Gráfico 2.6. Perfil dos usuários da Escola Estadual Ceciliano José Ennes



Fonte: Entrevista realizada em novembro de 2014 pela autora.

6. Unidade Básica de Saúde - José de Barros Magaldi

Rua Salvador Cardoso, nº 117

Horário de funcionamento: das 7 às 19 h.

Número de funcionários: 70

Número de pessoas (média diária): 800

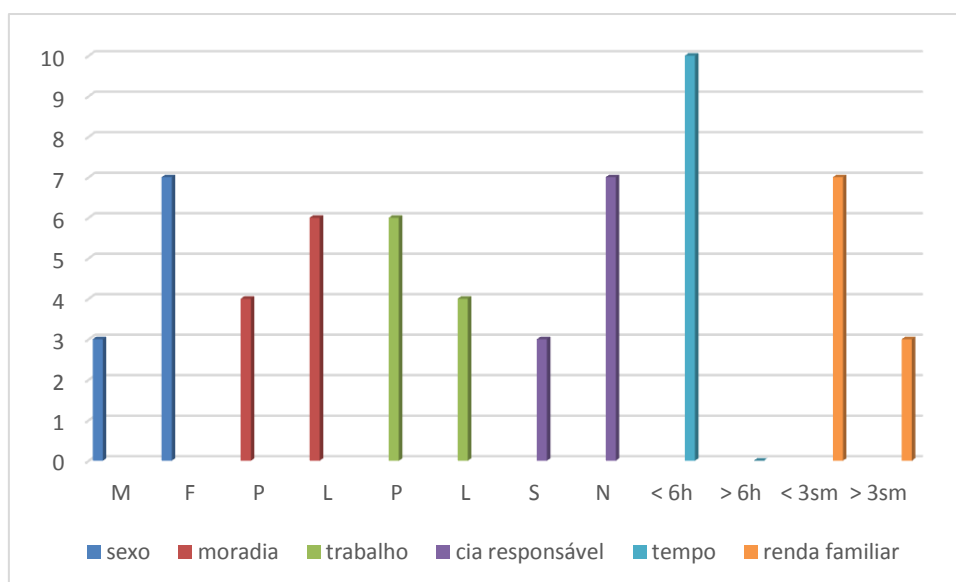


Foto 2.11. UBS José de Barros Magaldi. Foto da autora, 2013

A unidade foi implantada no final dos anos 1970 e atende a população de todas as idades do bairro do Itaim Bibi e também dos bairros vizinhos Vila Olímpia, Vila Funchal e Jardim Paulista. Segundo informações levantadas na UBS, são realizados atendimentos médicos e psicológicos, nas especialidades clínica geral, ginecologia, nutricionista, oftalmologia, pediatria, ortopedia, reumatologia, fonoaudiologia, otorrinolaringologia, terapia-ocupacional, exames de ultrassom e aplicação de vacinas.

Sobre o perfil das pessoas que usam a UBS, conforme se observa no gráfico a seguir, a maioria é do sexo feminino, mora longe da unidade, porém trabalha perto, não vai acompanhada de responsável, permanece menos de 6 horas no local e tem renda inferior a 3 salários-mínimos.

Gráfico 2.7. Perfil das pessoas que usam a UBS



Fonte: Adaptado de KRAML (2011).

7. Centro de Atenção Psicossocial – CAPS III - Adulto

Av. Horácio Lafer nº 560/590

Horário de funcionamento: 24 horas

Número de pessoas (média mensal): 360 adultos

Número de funcionários: cerca de 60

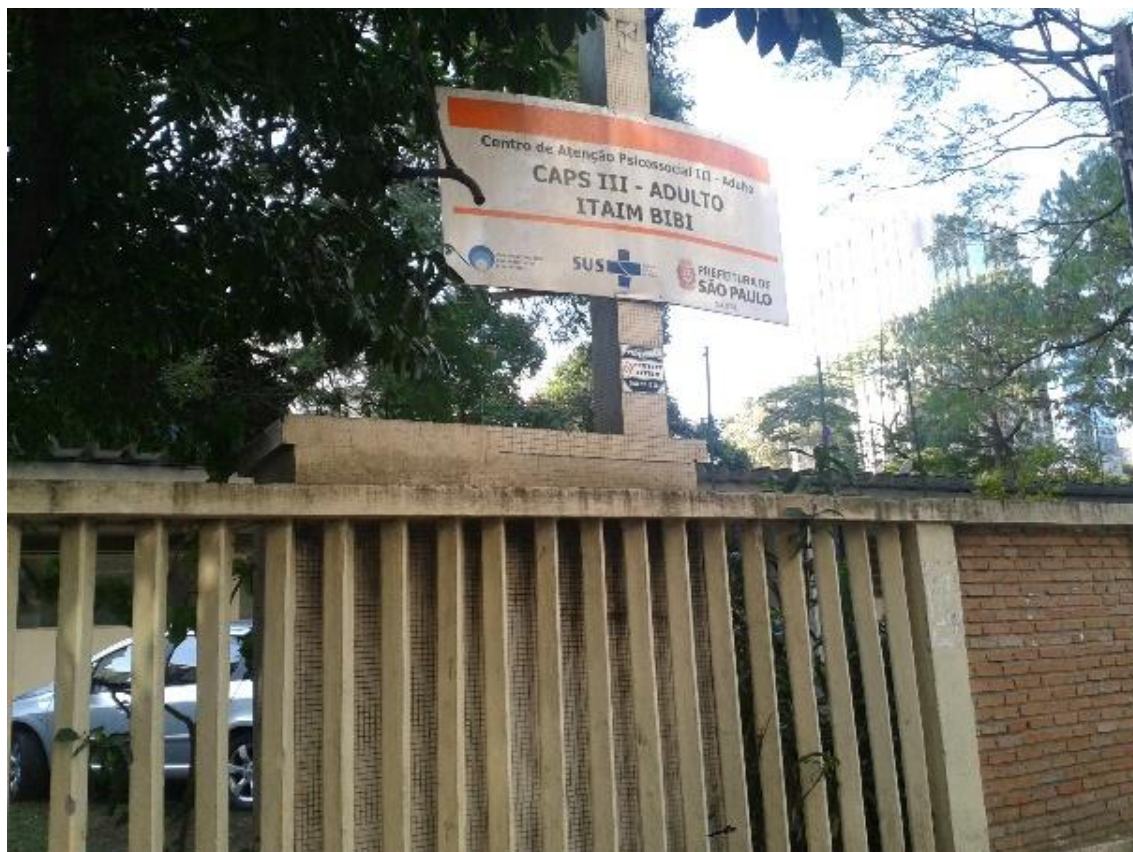


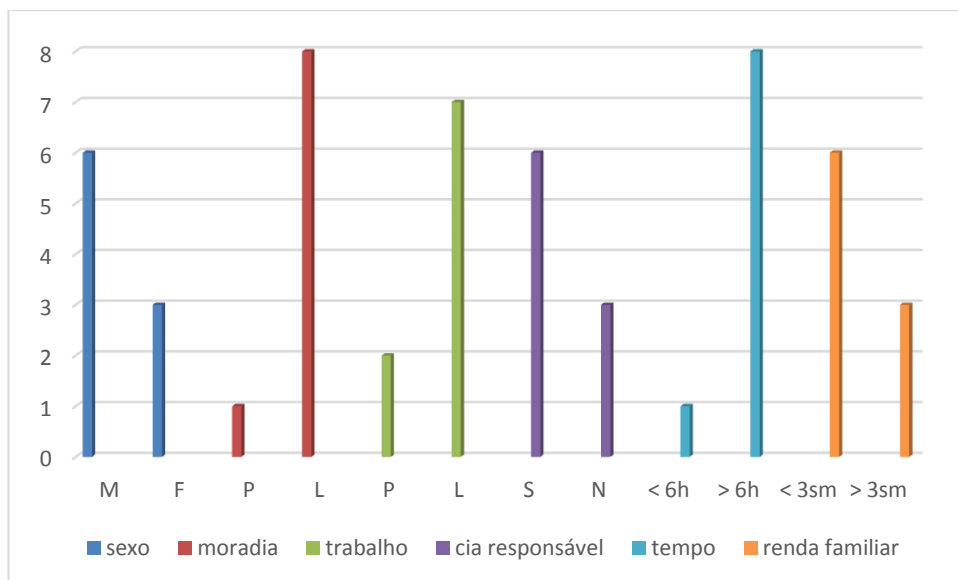
Foto 2.12. CAPS II Itaim Bibi. Foto da autora, 2013

Os Centros de Atenção Psicossocial são unidades de atendimento a pessoas que sofrem de distúrbios mentais, em crise ou em tratamento. Também oferece apoio de serviço social às famílias e aos pacientes durante tratamento. As unidades são divididas entre faixas etárias e tipo de atendimento. O Centro de Atenção Psicossocial – CAPS III Adulto do Itaim teve seu início nos anos 1960 como Clínica Psicológica do Itaim. O CAPS atende adultos com problemas psicológicos que moram no bairro ou em bairros vizinhos como Pinheiros e Butantã e também população sem moradia, visando seu reestabelecimento social por meio do eixo trabalho, cultura e moradia. Em paralelo ao atendimento médico são realizadas oficinas de música, pintura e outras expressões artísticas. Atualmente cerca de 360 pessoas frequentam a unidade que funciona 24 horas por dia.

Segundo dados da Prefeitura⁴⁸, a unidade Itaim Bibi oferece farmácia, consultórios, salas de atendimento, de informática e de convivência, quartos de acolhimento noturno, salas de terapias em grupo e cozinha experimental. Os pacientes, encaminhados pela rede ou que buscam atendimento por própria conta, são atendidos por psiquiatras, psicólogos, enfermeiros, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais.

Na pesquisa do perfil daqueles que usam o CAPS III, identificamos uma maioria de homens com faixa etária é muito diversa, de jovens a idosos, a maioria dos atendidos ou dos responsáveis mora e trabalha longe da unidade, permanece mais de 6 horas no local, vai com responsável e tem renda familiar menor do que 3 salários mínimos.

Gráfico 2.8. Perfil das pessoas que usam o CAPS III.



Fonte: Adaptado de KRAML (2001).

⁴⁸ Informações disponíveis no site da Prefeitura de São Paulo.

8. APAE – Centro Sócio Ocupacional Zequinha

Av. Horácio Lafer nº 540

Horário de funcionamento: das 7:30 às 16:30

Número de alunos a partir de 30 anos: 140

Número de funcionários: 28



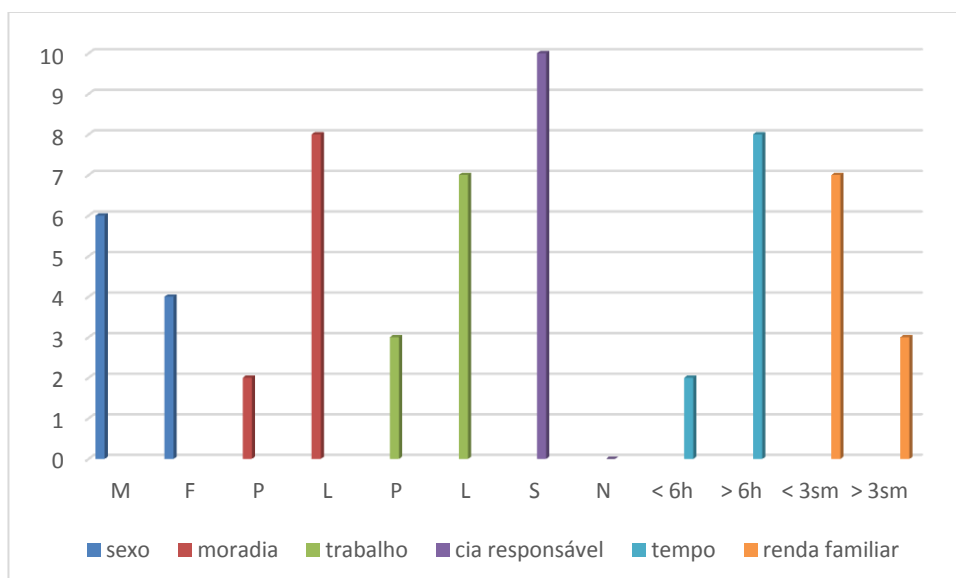
Foto 2.13. APAE Itaim. Foto da autora, 2013.

A instituição APAE de São Paulo, que atende pessoas com deficiência intelectual, foi fundada em 1961. A Unidade do Itaim foi implantada na gestão de Olávo Setubal em 1967, ano em que a Prefeitura cedeu o edifício para instalação do CTI – Centro de Treinamento do Itaim, cujo objetivo era atender adolescentes com deficiência intelectual. A unidade é constituída por salas de aula, jardins, piscina, sala de ginástica, de música, de teatro, de dança e campo de futebol. Atualmente atende cerca de 140 adultos com mais de 30 anos. Existe uma divisão interna da instituição de atendimento por faixa etária. O principal objetivo da instituição é incluir socialmente as pessoas com deficiência através do desenvolvimento de habilidades e potencialidades que possibilitem práticas escolares e laborais.

A Unidade do Itaim integra o conjunto de unidades da APAE São Paulo, que ao longo dos últimos anos vem atuando no sentido de ampliar a abrangência territorial na cidade. Além das unidades centrais, da qual o Itaim faz parte, a APAE está presente em Campo Limpo, Parelheiros, Capela do Socorro, Freguesia do Ó e Itaquera. O sistema de acesso às unidades é realizado por meio de análise socioeconômica, em que as famílias com renda superior pagam mais e aquelas sem condições financeiras não pagam.

Ressalta-se que o terreno da APAE Itaim também é da Prefeitura e teve parte de suas instalações prejudicadas com a venda de um dos terrenos que ocupava (que era de propriedade particular usado em acordo de concessão), para a incorporadora JHS tendo em vista a construção do Edifício Vitra, que será descrito a seguir.

Gráfico 2.9. Perfil das pessoas que usam a APAE



Fonte: Entrevista realizada em novembro de 2014 pela autora.

9. Outros usos

Existem no quarteirão ainda outros usos que se destinam basicamente à habitação e serviços. Foram identificados o Buffet Torres (desativado), o Buffet Giardini e o Edifício Vitra, os quais estão situados nos terrenos particulares que não foram incorporados na ocasião da consolidação da área como de uso público do espaço. Pela análise da documentação, não identificamos a razão da não incorporação desses terrenos ao projeto, que se situam na Avenida Horácio Lafer, a partir da Rua Lopes Neto. Vale lembrar que, em um dos terrenos onde hoje está o Buffet Torres, localizava-se a primeira construção a abrigar o Parque Infantil, antes de ser transferido pela primeira vez para a residência dos Couto de Magalhães. Também é importante repetir que um dos terrenos ocupados pela APAE foi recentemente adquirido pela Incorporadora JHS, na mesma época em que surgem os primeiros boatos sobre o projeto de lei que visava à desafetação da área para o mercado imobiliário. A seguir descreveremos sucintamente esses outros usos encontrados no quarteirão.

Quanto ao uso voltado ao setor de serviços encontrado no quarteirão, ambos se referem a estabelecimentos de serviços de festas e eventos, sendo que um está desativado – o Buffet Torres e o outro em funcionamento – Buffet Giardini. No caso do Buffet Torres, inaugurado em 1955, pode-se verificar sua origem relacionada ao segundo momento da produção do bairro, vinculado ao seu desenvolvimento, quando amplia as atividades e funções, a marca “rural” do momento de formação do bairro já era muito incipiente. O Buffet Giardini, por outro lado, refere-se ao terceiro momento em que o bairro inserido no processo de reprodução da metrópole ganha novas funções, ou seja, novos serviços são incorporados ao bairro do Itaim, vinculados à lógica do espaço enquanto mercadoria.

- **Buffet Torres**

Avenida Horácio Lafer, 430

Desativado em 2012

Estabelecimento de serviços de festas e eventos



Foto 2.14. Buffet Torres. Foto da autora, 2013.

- **Buffet Giardini Gastronomia e Eventos**

Avenida Horácio Lafer, 440

Estabelecimento de serviços de festas e eventos



Foto 2.15. Buffet Giardini. Foto do Google (Street view), 2015.

- **Edifício Vitra**

Avenida Horácio Lafer, 500

Edifício Residencial

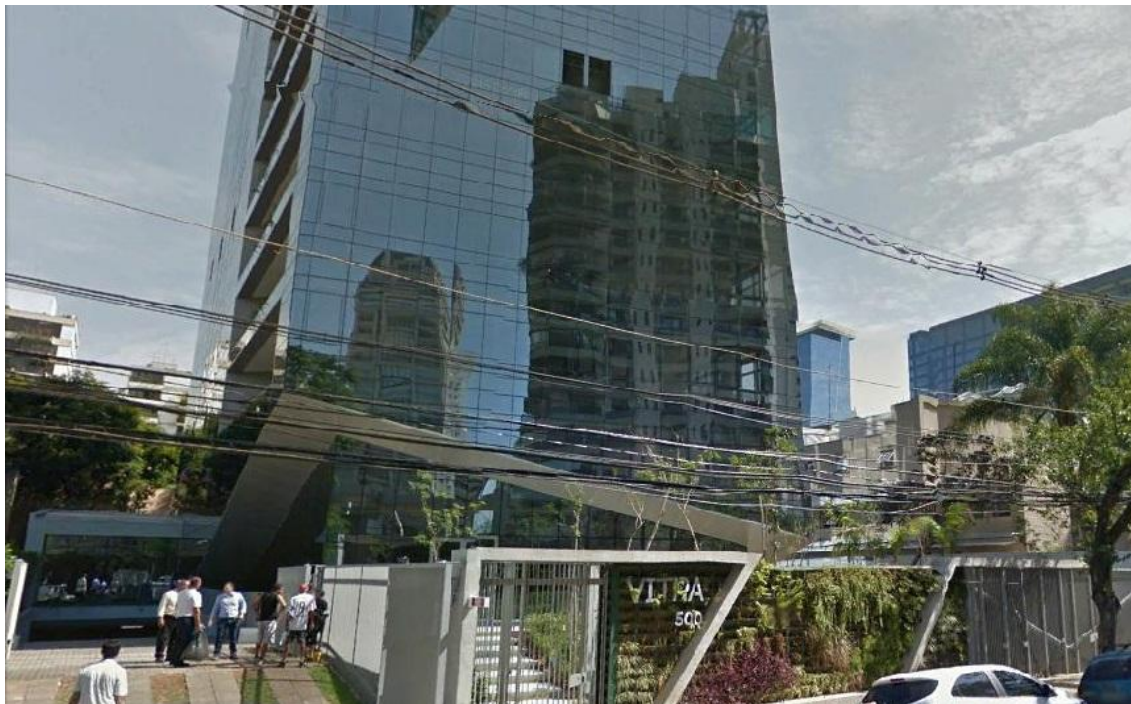


Foto 2.16. Edifício Vitra. Foto do Google (Street view), 2015.

O Edifício Vitra representa o único uso residencial da área analisada. Tornou-se emblemático para o caso do quarteirão, pois o terreno foi adquirido pela Incorporadora JHS, justamente a mesma que apresentou em 2010 um projeto de reestruturação do uso e ocupação do solo da área ao prefeito Gilberto Kassab, na mesma época em que surgiu o Projeto de lei que visava a desafetação da área. Como o terreno onde hoje está o edifício era particular, as matrículas mostram que houve uma negociação de compra e venda, cujo valor girava em torno de R\$ 17 milhões de reais.

O projeto é de autoria de Daniel Libeskind, seu primeiro projeto exclusivo na América Latina. O arquiteto tem projetos assinados em diversos países do mundo, da Espanha a Abu Dhabi, sendo o autor do plano de revitalização do marco zero em Manhattan, onde ficavam as torres gêmeas. Inserido no movimento de espetacularização dos espaços, e apoiando-se na concepção de projetos exclusivos, baseados em conceitos de sustentabilidade, seguem a perspectiva de objetos publicitários que compõem um típico cenário da cidade de consumo. São 14 apartamentos com plantas entre 565 e 1145 m². Cada imóvel está avaliado atualmente em cerca de R\$ 30 milhões. A Revista Época em 2011 divulgou informações sobre o projeto, como ilustra a **Figura 2.5** a seguir.

Figura 2.5. Divulgação do Edifício Vitra

NA CAIXA DE VIDRO Prevista para ficar pronta em setembro de 2013, a torre de luxo projetada por Libeskind para o Itaim Bibi é muito mais que uma fachada bonita

15 ANDARES
14 APARTAMENTOS
77 METROS de altura

PISCINA
coberta, com raia de 25 metros, deque e piscina infantil

ACADEMIA
com 86 m²

6 VAGAS DE GARAGEM
por apartamento. Uma delas, chamada Hobby Box, será totalmente fechada, ideal para os colecionadores de carros antigos

BIBLIOTECA
com 40 m² e espaço para reuniões

O MAIOR APARTAMENTO
será a cobertura, um duplex de 1.145 m²

O MENOR APARTAMENTO
vai ter 565 m² e ocupará o 12º andar

TERRAÇO
Cada apartamento terá uma extensão próxima à janela da sala, ladeada por uma floreira externa

SPA
Banheiras com cascata e salas para massagens estão entre os mimos

SALA DOS MOTORISTAS
Aqui eles poderão almoçar, jogar cartas e descansar enquanto aguardam o próximo chamado

R\$ 8 milhões
é o preço médio dos apartamentos

LOCALIZAÇÃO Av. Horácio Lafer Piva, entre as ruas Lopes Neto e Salvador Cardoso, no Itaim Bibi

7.515 m³
DE CONCRETO
serão consumidos durante as obras

“Nós moramos numa casa de 1940, bem tradicional, e **ESTAMOS APOSTANDO QUE A ARQUITETURA DO VITRA VAI VALORIZÁ-LO MUITO.** O Nizan adora investir em imóvel. E estilo é algo que faz parte de nossa vida profissional. Arquitetura, arte e moda andam juntas”

DONATA MEIRELLES, empresária, é casada com o publicitário Nizan Gamaes e comprou um dos 14 apartamentos

9.545 m²
DE VIDRO
revestirão as quatro faces do prédio

Para evitar o aquecimento do interior, a fachada terá uma **TECNOLOGIA ESPECIAL QUE REFLETE PARTE DA LUZ.** Com o objetivo de manter o padrão estético exterior, as janelas serão iguais em todos os imóveis

ILUSTRAÇÃO: Eduardo Nunez/EPoca SP

Fonte: Revista Época, 2011.

O montante de recursos envolvido na compra do terreno, bem como as características arquitetônicas e o tamanho dos apartamentos revelam que se trata de um projeto destinado à residência de parte da elite paulistana e coloca em evidência os anseios da construtora JHS (e outras) na possibilidade de privatização dos terrenos do entorno, exatamente os que abrigam o uso público.

2.2. O Quarteirão do Itaim: *espaço de uso público?*

Temos empregado neste capítulo a ideia de que, principalmente a partir da década de 1940, o quarteirão do Itaim foi utilizado em grande medida como um espaço de apropriação pública, concentrando uma série de usos sociais fundamentais na formação do bairro. Isso permitiu estabelecer um modelo de uso do espaço que, de nossa perspectiva, era mais adequado à vida social da cidade, em especial do próprio quarteirão. O quarteirão adquiria um sentido “público” não do ponto de vista da função

de seus equipamentos e unidades que, como afirma Carlos (2011, p. 133), em si mesmos não asseguram uma apropriação efetivamente pública do espaço, mas da dimensão *relacional* que a cidade incorporava: nas ruas, praças, escolas e teatros, as pessoas passaram a constituir um modo de vida próprio do bairro, podendo inclusive intensificar e diversificar suas experiências no cotidiano da cidade. Todavia, Carlos (2013) analisa que atualmente, a contradição entre espaço público e espaço privado se revela pela extensão da privação, ou seja, a forma jurídica da propriedade privada define os acessos aos lugares da cidade, pontuando a diferença. Mediante tal processo, a cidade contemporânea aponta a passagem do espaço do consumo ao consumo do espaço marcado pela mediação da troca. (CARLOS, 2013, p. 6). Neste contexto, o espaço público não tem incorporado a participação dos indivíduos no projeto coletivo da cidade. Enquanto simulacro da vida pública é o suporte justamente para reforçar a organização da sociedade sob o signo da mercadoria.

Mesmo que de forma geral, procuramos assim atribuir uma valorização pública do uso do espaço a um projeto de cidade (o qual, de maneira ainda mais abrangente, se constituía como um projeto histórico de sociedade) que, segundo nossa reconstrução, foi posto em cheque pelos processos que fizeram efetivamente da cidade um negócio. Assim, se empregamos o termo “uso público do espaço” com o propósito descritivo, de um lado, sua própria ambiguidade, de outro lado, pode assumir um sentido crítico. A situação atual do quarteirão é uma fotografia da contradição que ali se instalou quando o bairro se submeteu abertamente ao processo de reprodução do capital. A tensão entre o que restou da possibilidade de apropriação pública da área e sua valorização como negócio ressalta justamente que a cidade praticamente viu eliminado seu valor de uso. Neste ponto, uso público e interesses imediatamente financeiros se opõem com mais força. O quarteirão resiste de forma estática, encontrando-se limitado quanto às possibilidades sociais distintas e renovadas de apropriação. Entretanto, como veremos no próximo capítulo, a contradição desse processo recebe ainda uma expressão política peculiar, mostrando que a luta pela apropriação do espaço, por menor que seja, segue junto com a história de sua reprodução. Assim, como afirma Carlos (2013), o espaço público carrega uma potencialidade, ou seja, pode ser entendido como condição da realização da esfera pública enquanto momento da prática socioespacial.

Para uma reflexão a respeito do processo de urbanização enquanto tal, o próprio conceito de espaço público ganhou novos conteúdos. Sem retomar de forma exaustiva a discussão filosófica acerca da questão do espaço público (ou da “esfera pública”) enquanto espaço político, traremos somente alguns apontamentos acerca dessa discussão a fim de situarmos o termo *espaço público*, tal qual empregado por parte da filosofia política contemporânea. Evidentemente, importa-nos antes a questão da materialidade dos espaços, não apenas o quadro dos discursos como aponta parte da filosofia política. A efetividade do espaço público nos aproxima mais da discussão da sociologia, do urbanismo e da geografia interessadas na questão urbana, ou seja, disciplinas que pensam o termo na qualidade de espaço social que não prescinde de sua materialidade, pois é onde ocorrem *modos de sociabilidade particulares* ou, em outros termos, as experiências do *vivido*, da vida cotidiana⁴⁹. Como ressalta Angelo Serpa em seu livro *O espaço público na cidade contemporânea*, importa retomar das ideias de Lefebvre a diferença entre o espaço homogêneo – *concebido* –, o qual ganha um caráter abstrato em contraposição ao espaço absoluto (materializado), – e “o espaço vivido/percebido das representações e das práticas espaciais cotidianas” (SERPA, 2014, p. 19). Portanto, não seria suficiente pensarmos o espaço público apenas enquanto dimensão abstrata do discurso e da justificação de princípios e normas⁵⁰. Tal abstração, ainda que seja um recurso importante em determinadas filosofias políticas, não nos interessa a título de espaço físico descolado da realidade e de seus respectivos processos. Por isso, o esforço do método nos impele a compreender a mediação entre o espaço abstrato e o absoluto, tomando como referência também as concepções de espaço concebido; vivido e percebido. Consideraremos igualmente relevante o enfoque proposto por Carlos (2011) sobre o tema, pontuando a contradição entre espaço privado/espaço público e revelando o significado do papel do espaço público na cidade contemporânea, carregado de contradições, limites e possibilidades.

No livro *Espaço Público: do urbano ao político*, Sergio Luís Abrahão, retoma a trajetória do conceito de espaço público nos termos da filosofia política.⁵¹ Segundo o

⁴⁹ Não estamos com isso afirmando que o conceito de “vivido” se reduz ao de “público”, pois entendemos que aquele, tal como é empregado por Lefebvre, engloba aspectos da dimensão tanto “privada” quanto “pública”, ou seja, refere-se a um conceito amplo de práxis social.

⁵⁰ Para uma discussão do conceito de esfera pública na tradição da filosofia política moderna, baseada em Kant, cf. HABERMAS, 2014, § 13.

⁵¹ Cf. ABRAHÃO, 2008. A discussão de Abrahão vai tomar como referências teóricas, as ideias de Hannah Arendt; Jürgen Habermas; Richard Sennet e no Brasil de Otília Arantes e Marilena Chauí. As

autor, os aspectos normativos do conceito remetem especialmente a Hannah Arendt, uma vez que ela entendeu o espaço público como aquele ligado intimamente à vida pública, em referência a pólis grega que é constituída pela ação (práxis) e pelo discurso (conversação). Este mesmo sentido normativo de “público” na obra de Arendt é mencionado por Otília Arantes (1995, p. 114):

“É sabido que Hannah Arendt foi buscar na *polis* grega o modelo a partir do qual julgar as transformações modernas da esfera pública. Mais especificamente, tomou como paradigma uma interpretação da política antiga como domínio da ação em conjunto, ação desencadeada pela prática discursiva exercida entre iguais. Em função desse paradigma – a ação comunicativa por excelência – não só interpretou a distinção antiga entre o público e o privado, como avaliou seu concomitante declínio moderno”.

Tanto Otília Arantes quanto Sérgio Abrahão recorrem a outro teórico da esfera pública, o filósofo Jürgen Habermas, afirmando que para o autor foi o modelo ideológico (*as feições desejáveis e autênticas, da vida e dos espaços públicos*) o que se manteve ao longo do tempo e não a formação social a que se originava, implicando em um modelo de esfera pública vinculado à constituição do Estado moderno e, portanto, público, tornando-se em determinado momento o mesmo que *poder público*. Mais do que isso, para o autor, a esfera pública constituía-se enquanto esfera pública “burguesa”, que em sua origem referia-se a experiência de uma esfera privada íntima, constituída fundamentalmente por um público de leitores enquanto pessoas que discutiam mediante razões, o qual passou ao longo do tempo a assumir um papel de crítica do poder ao confrontar a autoridade monárquica e, posteriormente, a avaliar a legitimidade do Estado moderno. Após a Revolução Francesa, as funções políticas da esfera pública ganham um sentido ampliado, não mais restrito ao público politizado da época, o que lhe atribui uma função central, isto é, para Habermas “a esfera pública com atuação política passou a ter o status normativo de um órgão da sociedade burguesa com um poder estatal que correspondia às suas necessidades”. (ABRAHÃO, 2008, p. 27)

Tal função central, a partir do início do século XX, encontrou no intervencionismo estatal o ponto que culmina com o imbricamento do público e do privado, inicialmente visto pelo autor como a deturpação da separação, constitutiva para

obras de referências desses autores são: *A condição humana*, de Hannah Arendt; *Mudança estrutural da esfera pública*, de Habermas; *O declínio do homem público*, de Richard Sennet; *O lugar da arquitetura depois dos modernos*, de Otília Arantes e *O espaço público e a democracia; Público, privado e despotismo*, de Marilena Chauí.

o conceito de esfera pública, entre o Estado e a sociedade civil. Neste período, uma esfera pública com intenções críticas e funções políticas perde sua base normativa efetiva e passa a assumir um caráter ideológico. Levando em consideração a formação e a deturpação do conceito de esfera pública, Habermas, como ressalta Arantes, mostra assim seus aspectos ambíguos e ideológicos atuais, principalmente diante da forma das novas aglomerações urbanas.

Quando nos voltamos também à perspectiva do espaço absoluto, uma discussão de que se apropria Abrahão a partir da concepção de espaço público de Richard Sennet, surgem outros aspectos dignos de nota. Para Sennet, teríamos de atentar para a materialidade do espaço público, em termos sociais ou psíquicos, necessária para o desenvolvimento dos *modos de sociabilidade particulares*. No entanto, Arantes vai criticar o ponto de vista de Sennet, dizendo que o autor estava em busca de uma restauração excessivamente concreta da urbanidade, pois confiava que a cidade moderna seria o lugar de restituição da vida social ativa, onde se poderiam viver as possibilidades humanas por meio de um “urbanismo anárquico”, isto é, a partir de “uma vasta rede de contatos sociais diferenciados entre camadas diversas de população e em lugares de atividades e funções múltiplas, de modo a gerar novas formas de instituições urbanas e de auto-regulação mais eficazes”. (ARANTES, 1995, p. 118). Mais do que isso, Arantes vai afirmar que Sennet corre o risco de cair em uma armadilha, conduzindo sua argumentação a uma apologia do caos, “onde em geral a mais perversa especulação imobiliária acaba sendo interpretada como espontânea e criativa”. (Ibidem, p. 119)

Diante do que foi exposto por Arantes e Abrahão, estaríamos diante de posições bem diferentes de espaço público. Com Habermas, não seria mais possível manter o conceito de esfera pública tendo como pano de fundo a teoria de Hannah Arendt, muito presa à concepção clássica de polis. Segundo o autor, a análise do presente apresenta antes um espaço público funcionalizado pela economia, pela política e pela indústria cultural, e possibilidades localizadas de comportamentos críticos no espaço público muito ligadas ainda a grupos e interesses particulares da sociedade civil. Por outro lado, Sennet aposta em uma perspectiva bem diversa, nem romântica e nem fundada na crítica da ideologia, acreditando que a cidade possibilitaria o resgate direto da vida pública.

Recorreremos à discussão que vai fazer Carlos, no texto “A representação arcaica do espaço e o espaço público para além da esfera pública, e seu sentido atual”

(CARLOS, 2011, p. 125-140), porque entendemos que ali podemos encontrar um tipo mais adequado de questionamento do sentido atual do espaço público para compreender os processos atuais de urbanização. Na verdade, em sentido abrangente, trata-se de pensar uma concepção de espaço público que incorporasse os termos da “mundialização” e seus impactos na metrópole, na reprodução do espaço e, mais especificamente, nas contradições presentes no quarteirão. Voltaremos, além disso, a Lefebvre e suas considerações a respeito do espaço social⁵², pois não pretendemos dissociar os processos de apropriação pública do espaço de uma compreensão do sentido geral da cidade e do urbano, tratando de distinguir o urbano da cidade tradicional. Esse movimento de pensar a cidade enquanto produto histórico visa nos auxiliar a pensar na mutação do conceito de espaço público, problematizando seu papel e o sentido que adquire no presente. Iluminado pelas tensões entre público e privado, tal percurso de análise acaba precisando incorporar movimentos aparentemente contraditórios, mas que inevitavelmente constituem a realidade da área do quarteirão: mesmo que de maneira residual, ainda não se conseguiu excluir totalmente do quarteirão uma dimensão pública (e atualmente portadora de resistência) uma vez já consolidada naquele espaço social.

Ana Fani Carlos procura marcar distinções mais claras entre a dimensão pública e a privada. Na sociedade atual, o espaço privado pertence ao mundo privado, aquele do habitar, da casa, do corpo etc., enquanto o espaço público se refere ao coletivo, onde, além de ocorrer a prática cotidiana, encontra-se guardada uma multiplicidade de sentidos para a sociedade, revelando as contradições e conflitos. Para a autora, o espaço público é o “lugar onde se realiza um tipo de troca de conteúdo social diferente daquela que dá conteúdo ao espaço privado – do *oikos* dominado por relações hierárquicas definidas no seio da família e das relações de parentesco –, o espaço público expõe tensões, ambiguidades, conflitos”. (CARLOS, 2011, p. 130) O espaço público, portanto, ligado à práxis socioespacial, não se reduz a uma forma, mas define-se pelas relações dessa práxis. Para a autora o sentido do espaço público diz respeito aos espaços da cidade como um todo, por isso mesmo contemplando as contradições. Também nos esclarece que a cidade, não no sentido estrito da polis grega, é a mediação necessária

⁵² No livro *A produção do espaço*, Lefebvre vai afirmar a tese central de que “o modo de produção organiza – produz – ao mesmo tempo que certas relações sociais, seu espaço (e seu tempo)”. Cf. LEFEBVRE, 2006, p. 13.

para se superar a contradição público-privado, pois reitera que a cidade é o nível onde se realiza a prática social, implicando por isso o espaço-tempo da ação em relação às contradições da vida. Como afirma Carlos (2011, p. 139):

“assim aparece a cidade, como terceiro termo, apontando e superando a contradição entre público e privado através da constituição da luta em torno do *direito à cidade* como negatividade, isto é, como projeto transformador no seio da reprodução social, restaurando o sentido da liberdade contida no âmbito do espaço urbano”.

Portanto, na análise do espaço público torna-se fundamental pensar a cidade e, conseqüentemente, seus processos de transformação, pois é precisamente em torno do conceito de cidade que a dimensão pública da vida social adquire realidade. Talvez seja esse o único ponto em comum entre as diferentes abordagens acerca do espaço público apresentadas. Igualmente para Lefebvre a reflexão sobre a cidade nos leva a entendê-la fundamentalmente como um produto da história por meio do qual compreendemos a formação das sociedades precedentes à sociedade urbana. Como mostra Lefebvre, a partir de um determinado momento surge um ponto crítico ocasionado pelo processo de industrialização, em que a cidade implode e explode, deixando de estar atrelada ao movimento da história. Nos livros *A revolução urbana* (2008a) e *O direito à cidade* (2011), Lefebvre identifica o “ponto crítico” pelo qual atravessa a sociedade atual, quer dizer, ao traçar-se um eixo relativo ao grau de urbanização da sociedade de zero a cem (0% a 100%), em relação ao tempo e ao espaço, tem-se que zero é o ponto onde se predomina totalmente a vida agrária, o campo. Enquanto que o ponto 100% indica a predominância completa da urbanização da sociedade. Entre eles, colocando-se as descontinuidades momentaneamente de lado, podemos situar as formas-conteúdo que caracterizaram as sociedades e os pontos críticos percorridos pelo fenômeno urbano. Desse modo, a cidade, que se transformou ao longo da história por seu caráter de mediação entre a sociedade e seu espaço, vai assumindo diferentes morfologias, estruturas e funções que podem ser situadas no eixo espaço-temporal. A cidade política estaria mais próxima do ponto inicial, a qual organiza e domina a vida campesina; em seguida, localiza-se a cidade comercial, em que a troca comercial ganha uma função urbana. A troca comercial não apenas influencia a forma da cidade ao destinar a função urbana às periferias, como ao mesmo tempo as integra a partir da ampliação das trocas.

A cidade também deve ser entendida a partir do entendimento do movimento de transição espaço-temporal, que abarca continuidades e descontinuidades. A cidade

política, por exemplo, está contida na cidade comercial, assim como esta também constitui a cidade industrial. Em outras palavras, Lefebvre ressalta que não se deve dissociar a cidade política da cidade comercial, a comercial da cidade industrial, nem de sua “*marcha ascendente*”, a sociedade urbana. Isso porque ao longo do processo histórico há continuidades e descontinuidades, negligenciadas pelas ciências parcelares em seus esforços de síntese, que ocultaram o movimento dialético da cidade e do urbano.

Em *O direito à cidade*, Lefebvre, ao considerar o movimento das continuidades e descontinuidades, dialetiza a história com o movimento linear ao afirmar que,

“formas, estruturas, funções urbanas (na cidade, nas relações da cidade com o território influenciado ou gerido por ela, nas relações com a sociedade e o Estado) agiram umas sobre as outras e se modificaram, movimento este que o pensamento pode hoje reconstruir e dominar. Toda forma urbana conheceu uma ascensão, um apogeu, um declínio. Seus fragmentos e restos serviram em seguida para/em outras formações”. (LEFEBVRE, 2011, p. 60)

Ainda como parte do movimento histórico, Lefebvre (2008a) aponta que da superação da cidade comercial surge a cidade industrial. Tal processo gerou uma concentração populacional enorme e tornou o tecido urbano estendido e corroído, implicando de maneira ainda maior no predomínio da realidade urbana sobre a vida agrária. Pela análise do processo de industrialização-urbanização, o autor diagnostica o fenômeno da implosão-explosão, no qual se dá a concentração urbana de pessoas, atividades, riquezas, objetos etc., ocasionando uma explosão de fragmentos múltiplos e difusos – periferias, subúrbios, residências secundárias, satélites etc. A fase crítica em que se situa a problemática urbana atual seria consequência desse processo, que não possui mais referenciais históricos, isto é, sob os efeitos da generalização da mercadoria e do capital nas relações sociais, o espaço social, enquanto produto social, tornou-se ele próprio uma forma de mercadoria que reflete sobre tais relações. Ainda ao apresentar a problemática do espaço social, Lefebvre afirma:

“O espaço social contém, ao lhe assinalar os lugares apropriados (mais ou menos), as *relações sociais de reprodução*, a saber, as relações bio-fisiológicas entre os sexos, as idades, com a organização específica da família – e as *relações de produção*, a saber, a divisão do trabalho e sua organização, portanto, as funções sociais hierarquizadas. Esses dois encadeamentos, produção e reprodução, não podem se separar: a divisão do trabalho repercute na família e aí se sustenta; inversamente, a organização familiar interfere na divisão do trabalho; todavia, o

espaço social discerne essas atividades para localizá-las”.
(LEFEBVRE, 2006, p. 57)

Esse retorno às ideias de Lefebvre no ajudam a entender de que maneira o conceito de espaço público, enquanto espaço social complexo da cidade, contém em si as relações sociais de produção e reprodução. Parece frutífero também retomar a partir de Lefebvre os conceitos de espaço *percebido-concebido-vivido*, assim como o fez Angelo Serpa (2014) ao se apropriar destes conceitos lefebvrianos para analisar o papel do espaço público na cidade contemporânea. Quando se aproxima a análise teórica da experiência social construída no espaço, apreende-se de maneira mais concreta não apenas os processos estruturais e históricos de ampla escala, mas as práticas da vida cotidiana da cidade. Caso contrário, nossa análise sobre a realidade do quarteirão se tornaria apenas resultado de considerações abstratas, um conjunto de ideias que suprimiria sua existência social. Desse modo, para Lefebvre, é imprescindível que o *percebido-concebido-vivido* sejam entendidos enquanto uma tríade, que significam espacialmente – percebido: prática do espaço; concebido: representação do espaço e o vivido: espaços de representação. A respeito da tríade, Serpa considera-a como uma contribuição fundamental de Lefebvre para se pensar o espaço público uma vez que esta conteria as representações das relações de produção, conforme escreve:

“As reflexões de Lefebvre são sem dúvida fundamentais para a análise do papel do espaço público na cidade contemporânea. Se o espaço público é, sobretudo, social, ele contém antes de tudo as representações de poder, nos espaços públicos, mas também nos edifícios, nos monumentos e nas obras de arte. A triplicidade ou tríade lefebvriana é também uma característica subjacente à estrutura espacial da esfera pública urbana: a) as práticas espaciais, englobando produção e reprodução, lugares específicos e conjuntos espaciais característicos para cada formação social, assegurando continuidade em um quadro de relativa coesão; b) as representações do espaço, ligadas às relações de produção, à ordem imposta, ao conhecimento, aos signos e códigos, às relações “frontais”; c) os espaços de representação, apresentando simbolismos complexos, expressão do lado clandestino e subterrâneo da vida social, mas também da arte”. (SERPA, 2014, p. 19)

Se encontrarmos tais elementos presentes na caracterização do quarteirão do Itaim, com a ajuda da concepção de Lefebvre, então estaríamos mais perto de responder à questão de saber se aquela área poderia ser reconstruída e compreendida como um espaço público. Entendemos que se levarmos em consideração a tríade lefebvriana, podemos encontrar um caminho, um movimento reflexivo na produção daquele espaço.

Isso porque nosso objeto aparece tanto ao nível do percebido, isto é, como prática espacial, constatada pelo uso e apropriação que as pessoas fazem daquele espaço; ao nível do concebido, carregado de uma objetividade a partir das relações que se estabelecem entre o espaço e o poder político; mas também ao nível do vivido, como espaço de representação, aquele que se realiza nas situações vividas, de afeto, do corpo, da memória, contrários à coerção, implicando ainda, como aponta Lefebvre, imediatamente o tempo.

Por sua vez, conforme apontamentos feitos no capítulo anterior, esse lugar é visto do ponto de vista da especulação imobiliária como um entrave ao processo de valorização e reestruturação que vem ocorrendo no bairro do Itaim nas últimas décadas, sobretudo em função da Operação Urbana Faria Lima (OUFL). Isso ocorre em virtude da relação que aquele espaço exerce com seu entorno, isto é, prédios residenciais de alto padrão, torres de edifícios corporativos, novos traçados no sistema viário e uma transformação radical do bairro em seu uso e sua função. Tudo isto dá ao “quarteirão” um sentido de lugar perdido, excluído, portanto, lançado à sorte dos interesses político-econômicos. No entanto, em um processo contínuo de procura por novos lugares que se insiram no processo de valorização e revalorização do espaço, este lugar enquanto espaço de representação das relações sociais transformou-se em resíduo, e também raridade no cenário da cidade contemporânea.

Por outro lado, todo o processo de resistência à valorização da área para fins especulativos indica que esse lugar carrega a potencialidade de criar novos conteúdos à produção do espaço, sobretudo em razão das ações sociais levadas a cabo contra a possibilidade de sua perda. Por isso, cabe ressaltar que, quando se fala de resíduo diante das políticas urbanas nos dias atuais, cujos protagonistas são o Estado e a iniciativa privada, nosso enfoque se direciona para a demanda social suscitada por um grupo de pessoas que tem relação com o quarteirão do Itaim. Entre suas reivindicações, listamos a tentativa de manter em aberto os usos potenciais daquele espaço, reconsiderando também a finalidade pública de suas unidades. É evidente que, quando se trata de avaliar a luta política travada em prol da apropriação daquele espaço, muitas estratégias são apresentadas. Uma das mais importantes estratégias do conflito, como veremos com mais detalhes, consiste na discussão sobre a preservação patrimonial. Embora não diga respeito diretamente à defesa do quarteirão como um “espaço público”, a consequência

política desdobrada das reivindicações também reafirma o uso público do lugar, mediado pelo tema da especificidade de um direito social urbano que diz respeito à preservação do uso social coletivo constituído no curso da história desse bairro. De fato, é preciso considerar que o espaço público carrega contradições, seja em termos políticos, quando reproduz a norma e as estratégias do Estado, seja quando é tomado pelo mundo da mercadoria, tornando-o potencialmente lucrativo ao mercado. Mas, para aqueles interessados nos potenciais críticos inscritos em processos de reprodução da metrópole, ressalta-se também a contradição decorrente do uso público da cidade, na medida em que este uso “se liga às possibilidades dos lugares apropriados (imediato ou mediato) e supõe o sujeito ativo em contraposição à ideia de um ator atuando no cenário preestabelecido de cidade”, como analisa Carlos (2011, p. 134).

Também como afirma Carlos (2013), o espaço público, contrapondo-se à lógica da mercadoria, reúne uma multiplicidade de sentidos que marca formas diferenciadas de apropriação, ampliando a práxis socioespacial. Desse modo, a luta pelo uso do espaço surge como urgência no sentido de resgatar a potencialidade do espaço público como prática concreta da história coletiva da cidade. Para Carlos (2013, p. 7):

“na análise da cidade, nos confrontamos com as situações que emergem no seio da realidade como urgência advinda de uma vida cotidiana fragmentada, realizada em espaços segregados, como aspiração à uma “outra vida” restaurando a dialética da necessidade e do desejo. Aqui o espaço público se converteria em lugar da experiência coletiva da troca generalizada pela ação dos indivíduos que lhe dão significado e conteúdo. Sob o exercício do direito à cidade, o espaço público aparece como lugar da realização concreta da história individual como história coletiva, pela mediação dos lugares de realização da vida”

Podemos reconhecer assim os processos contraditórios da reprodução da metrópole no momento atual. Como tentamos reforçar no presente capítulo, isso pode ser entendido a partir das contradições postas por dois projetos de cidade aparentemente concorrentes. As políticas urbanas atuais do Estado e a estratégia da especulação financeira na cidade não estão indo ao encontro de um modelo de urbanização cujo propósito incluiria o uso público de seus espaços. Se o bairro do Itaim foi objeto de maciça negociação financeira, uma tendência explícita da reprodução das metrópoles concretizada por meio da OUFL, o quarteirão enquanto tal representa um verdadeiro obstáculo, sintoma do resíduo de um modo de vida diferente na cidade. Além disso, mesmo com a imposição dos interesses do Estado e do mercado, que forçaram a perda

dos referenciais do tempo e do espaço no urbano, sublinha-se que houve ação da sociedade, como foi possível notar no curso da OUFL com intensa oposição dos moradores que sofreram com a implantação dessa operação. Contudo, evidentemente o jogo de forças em geral é desigual, pois se percebe que as intervenções em decorrência da OUFL impuseram novas relações espaço-tempo e trouxeram transformações profundas na vida cotidiana dos moradores dos bairros. A mudança de uso redefine a função do lugar da moradia, da escola, do comércio local para os que ali moram, ou mais do que isso, expulsa os antigos moradores de suas casas, rompendo a relação dos habitantes com o lugar, o que conseqüentemente gera processos como *gentrificação* (forma de enobrecimento dos habitantes de um determinado lugar em detrimento dos antigos) e segregação socioespacial. Alguns ainda conseguirão contrapor-se a esse processo destrutivo da vida de bairro, mas novos espaços são exigidos e novas relações são irremediavelmente colocadas como desafio à vida urbana.

Dessa forma, na medida em que a reprodução social se realiza enquanto práticas socioespaciais, conforme afirma Isabel Alvarez, “entende-se que o modo como o capital se realiza hoje pressupõe a reprodução das relações sociais, das relações de dominação através do Estado, e das necessidades, dos desejos e das lutas (...)” (ALVAREZ, 2008, p.91). Essas práticas abrem a possibilidade de compreender aspectos contraditórios nos processos de produção do espaço. Portanto, é nesse processo de mudança, geralmente impositiva, que se percebe por meio da vida cotidiana o surgimento de dinâmicas socioespaciais que passam a estabelecer novos modos de vida e de relação com o lugar, que tendem à exclusão do uso social da cidade, mas incitam sua potencialidade de ação política. Além disso, o processo de produção da metrópole comporta as alienações, inclusive quanto ao processo de produção do espaço. Mas as transformações, que pesam sobre o cotidiano, como no caso estudado, podem levar as pessoas, aqueles que fazem uso do lugar, a questionar a natureza das transformações, gerando conflitos e impulsionando uma luta pelo espaço.

Conseqüentemente, a dimensão do cotidiano surge como uma instância fundamental da análise, como aponta Odette Seabra (1996), pois considerando os processos hegemônicos, as lutas e resistências seriam cruciais para se assegurar o uso dos lugares na cidade. Assim, se o cotidiano é a contradição entre o “vivido” e o “concebido”, a análise do cotidiano contém em si mesma a própria dimensão negativa

que nos orienta. Como afirma Lefebvre, “é preciso que se supere o cotidiano, dentro do cotidiano, a partir da cotidianidade” (LEFEBVRE, 1991, p. 204). A análise que Seabra (1996) faz sobre o conceito de uso na obra de Lefebvre também nos auxilia no sentido de iluminar a dimensão dada pelo autor ao par dialético uso/troca. Para Lefebvre, a constituição da realidade enquanto totalidade está formada pelas contradições entre aquilo que está susumido pelo capital, mas, ao mesmo tempo, pelos elementos que constituem a espontaneidade da vida. Tal pressuposto torna-se fundamental para se compreender o “reino das possibilidades”, das contradições, sem o que não faria sentido construir uma crítica do real e do devir. A reprodução social, a vida, é constituída por uma relação conflituosa entre momentos racionais e irracionais. E seria através da análise dos conflitos que “ele explora os possíveis”. (LEFEBVRE, 1991, p.84)

A construção de determinados argumentos nos conduz, juntamente com Seabra, ao entendimento da forma como Lefebvre (1991, p. 72) “trabalha com o uso, o costume e a diferença para indicar as possibilidades, e eventualidades, de insurreição do uso”. A insurgência do conflito entre apropriação e a racionalidade dominante, entre uso e troca, aparecem, desse modo, no cotidiano, dimensão ao mesmo tempo abstrata e concreta, do concebido e do vivido. Nas palavras de Seabra:

“o cotidiano é ao mesmo tempo abstrato e concreto; institui-se e constitui-se a partir do vivido (...) o cotidiano, ele próprio, é uma mediação entre o econômico e o político, objetivação de estratégias do Estado no sentido de uma gestão total da sociedade. (...) Enfim, no cotidiano, entre o concebido e o vivido, travam-se as lutas pelo uso, sempre envolvendo as particularidades na direção e com o sentido de firmarem-se como diferença” (SEABRA, 1996, p.77)

É nesse sentido que a relação entre o uso/troca e o cotidiano, por seu caráter intrinsecamente conflitante, isto é, instância ao mesmo tempo potencialmente capaz de criar o “possível”, permite uma análise da realidade como algo não acabado, não dominado estritamente pela lógica material. A distinção dialética entre uso e troca permanece aberta, dependendo das relações práticas e sociais subjacentes, uma vez que, ao ser considerada a relação entre vivido/percebido e o concebido como um movimento dialético que não se encerra em si mesmo, considera-se real a existência dos resíduos, das resistências, das particularidades tendo em vista vislumbrar as possibilidades de realização da vida, como apropriação do ser, do tempo, do espaço vital, do habitar. Seria necessário deslocar o sentido das possibilidades da esfera do produto e elevá-lo ao

sentido da obra, esta entendida de forma ampla que contém o individual, o social, o mundial, no limite, a própria civilização. Esta noção de obra supera a ideia de obra de arte, apenas contempla-a no âmbito do ato criador.

Diante da questão que nos colocamos, ou seja, se o “quarteirão do Itaim” é um espaço público, nos importa de fato entender os processos que o envolvem no contexto da reprodução da metrópole e a capacidade que este conceito de espaço público teria para reter as contradições que a produção espacial do quarteirão requer. Procuramos entendê-lo como um lugar capaz de revelar um projeto de sociedade que ainda oferecia um papel importante ao espaço público na cidade. E atualmente, diante da contradição que o constitui de maneira tão íntima, o quarteirão permanece ali como símbolo dos efeitos colaterais produzidos pela especulação do bairro, trazendo à tona os problemas de uma cidade *à venda*. Trata-se assim do resíduo de um projeto que poderia ter no horizonte o ideal de um espaço produzido coletivamente com consciência e vontade pelas pessoas – um ideal crítico de cidade. Ele se contrapõe ao projeto de cidade que se expõe e impõe, cuja supremacia da esfera privada ocasiona o estreitamento do sentido do público e do valor de uso da cidade em geral. Além disso, constitui-se como prática socioespacial, de uso público e coletivo, portanto, um espaço resíduo nos termos da urbanização atual, carregando, porém, a potencialidade da ação política em virtude da luta que se forma em prol de sua permanência.

No próximo capítulo pretendemos apresentar a questão da luta pelo quarteirão examinando quem são os sujeitos e grupos que se voltam a esse fim; suas estratégias, discursos e limites, por que e como lutam, uma vez que nosso enfoque visa analisar os processos contraditórios que podem ser percebidos em torno de mobilizações sociais, inclusive pelo fato de que aqueles que lutam podem não estar preocupados com um questionamento do mundo, mas antes reafirmar aspectos ambivalentes da própria reprodução da metrópole hoje.



Capítulo 3. “O Quarteirão é nosso”: Luta pelo uso do espaço

A análise da reprodução do urbano que desenvolvemos até este ponto do trabalho evidenciou que o processo de urbanização cada vez mais se revela como um processo de reprodução do capital. Dentro deste processo, identificamos as relações de dominação que, envolvendo uma forte aliança entre Estado e setores econômicos, definem o processo urbano. Todavia, como ressaltamos já no primeiro capítulo, tal processo não ocorre sem conflitos nem contradições, pois envolve igualmente os sujeitos sociais. No interior do próprio processo de urbanização se formam brechas de luta política constituídas como resistência por parte daqueles que vivem e são afetados pelas contradições. Por esta razão, é necessário analisar tal processo também e, sobretudo, do ponto de vista daqueles que constroem a produção social da metrópole, mediante suas vivências cotidianas. Seus efeitos, ligados à adversidade das situações cotidianas, impulsiona a construção das lutas sociais, das lutas *pelo* espaço. Elas geram resistências à tendência dominante da cidade como negócio e nos mostram, junto com um leque substantivo de novos movimentos sociais, que também pela luta em prol do espaço podemos almejar uma sociedade mais democrática e produzir um espaço socialmente mais justo.

David Harvey (2014) sublinha a necessidade de se olhar para a *urbanização capitalista* também do ponto de vista social e não somente do poder da classe capitalista que domina o processo urbano. Isto nos parece fundamental uma vez que estamos diante de um processo que se configura pela colisão de perspectivas em grande medida opostas: além da tendência, por parte do capital, de destruição da cidade enquanto bem comum, político e habitável, temos visto, ao mesmo tempo, diferentes manifestações de luta política, mais ou menos organizada, por parte da sociedade. É por esta razão que a “produção, proteção e uso de bens públicos e comuns urbanos em cidades como Mumbai, São Paulo, Johannesburgo, Los Angeles, Xangai e Tóquio tornam-se uma questão central a ser abordada pelos movimentos sociais democráticos” (HARVEY, 2014, p. 169). Logo, a ideia de que a produção do espaço é conduzida por uma via de mão única deve ser ao menos problematizada. Além de um diagnóstico a respeito da urbanização que leva em consideração os interesses de valorização do capital, uma análise crítica do urbano também implica em avaliar o potencial dessas manifestações sociais contrárias à hegemonia capitalista, compreendendo sua força efetiva e, certamente, seus limites. Ou seja, ainda existem questionamentos inerentes à própria urbanização capitalista decorrentes das vozes, organizações e manifestações dos

movimentos que, brigando por dirimir injustiças econômicas e culturais, pela ampliação da esfera pública, por direitos básicos e diversos, por formas diferenciadas de reconhecimento, acabam colocando em pauta a questão urbana. Por aí então insurgem no cotidiano brechas e fissuras no processo de urbanização que, tal como as entendemos, estão longe de ser insignificantes. Muitas vezes surgem como mobilizações localizadas, aparentemente isoladas, mas que são capazes de tocar em pontos centrais da discussão que temos tentado realizar.

Os movimentos sociais urbanos têm a luta política como fundamento. Portanto, a luta pelo espaço igualmente passa pela política. Trata-se, por conseguinte, de compreender os aspectos políticos que os movimentos em defesa do espaço urbano conseguem mobilizar. Ao analisar os movimentos que eclodiram na última década em várias cidades do mundo, de Cairo a Madri, passando por Nova York e São Paulo (sem desconsiderar a história das lutas de classe de base urbana – Paris de 1789 a 1830, de 1848 a 1871) Harvey sugere que há “algo de político no ar das cidades lutando para se expressar” (2014, p. 211) O difícil de compreender nos movimentos políticos urbanos atuais, segundo o autor, é o fato de não haver mais uma pauta única e, sobretudo, claramente definida como anticapitalista. O atual “movimento” que incorpora diversas e distintas pautas reivindicatórias se constitui como um “movimento de movimentos” (Ibidem, p. 215). De nossa perspectiva, as mobilizações que se formam em defesa do espaço urbano, de lugares de memória coletiva urbana etc., revelam a urgência de se questionar o processo urbano em curso e, ainda que sejam ambivalentes em alguma medida, pois não radicalizam sua luta no sentido de questionar a essência do capitalismo e a centralidade da propriedade privada, podem no decorrer da luta adquirir consciência do processo urbano dominado pelo capital e, portanto, aprofundar uma disputa política que atinge as contradições existentes no próprio processo de urbanização.

Se considerarmos o conceito tradicional de movimento social (grupo com identidade, com opositor e que tem um projeto comum de sociedade), entendemos que a essência da mobilização em torno do quarteirão do Itaim diz respeito ao contexto dos movimentos sociais contemporâneos, em que há uma ampliação e renovação de termos fundamentais da luta política, como explica Gohn (2011) sobre esses novos movimentos:

“(…)Não são só reativos, movidos apenas pelas necessidades (fome ou qualquer forma de opressão); podem surgir e desenvolver-se também a partir de uma reflexão sobre sua própria experiência. Na atualidade, apresentam um ideário civilizatório que coloca como horizonte a construção de uma sociedade democrática. Hoje em dia, suas ações são pela sustentabilidade, e não apenas autodesenvolvimento. Lutam contra a exclusão, por novas culturas políticas de inclusão. Lutam pelo reconhecimento da diversidade cultural. Questões como a diferença e a multiculturalidade têm sido incorporadas para a construção da própria identidade dos movimentos. Há neles uma ressignificação dos ideais clássicos de igualdade, fraternidade e liberdade. A igualdade é ressignificada com a tematização da justiça social; a fraternidade se retraduz em solidariedade; a liberdade associa-se ao princípio da autonomia – da constituição do sujeito, não individual, mas autonomia de inserção na sociedade, de inclusão social, de autodeterminação com soberania. Finalmente, os movimentos sociais tematizam e redefinem a esfera pública, realizam parcerias com outras entidades da sociedade civil e política, têm grande poder de controle social e constroem modelos de inovações sociais” (GOHN, 2011, p. 336-337)

A autora aponta a *pluralidade* concernente aos novos movimentos sociais no que diz respeito às lutas políticas, que, inseridas no contexto de crise da sociedade contemporânea, têm a urgência de lutar não apenas por necessidades básicas, mas igualmente pelo reconhecimento das diversas esferas da vida, todas sob forte domínio da mercadoria mediando as relações sociais. Não é de hoje que as questões relativas à problemática urbana também emergem como pauta dos movimentos sociais, mas diante da fase crítica a que estamos submetidos, as lutas sociais *urbanas*, incorporando novas necessidades, mostram-se ainda mais relevantes, sobretudo, na medida em que o espaço, tornado ele mesmo mercadoria, implica uma urgência reivindicatória fundamental, é preciso lutar pelo próprio espaço.

Nesse sentido, o movimento em defesa do quarteirão do Itaim Bibi, ao ser entendido como uma luta pelo espaço, leva à compreensão de como o processo urbano está sendo disputado no campo da política. Há uma patente desigualdade na reprodução da metrópole que o movimento traz à tona quando, por exemplo, se opõe ao modo como o Estado privilegia uma fração de classe capitalista representada pelo setor imobiliário. No decorrer do processo de luta, os envolvidos tomaram consciência de que as políticas urbanas levadas a cabo pela gestão municipal visavam à intensificação da produção do espaço como negócio. Veremos mais adiante que essa constatação surge explicitamente nas ações e discursos do movimento, marcando definitivamente suas estratégias (recorre-se conscientemente a instrumentos e instâncias jurídicas para bloquear o avanço da especulação imobiliária). Assim, se retomarmos a análise de Harvey sobre a

importância dos movimentos sociais urbanos, é possível destacar dois aspectos fundamentais da luta política que também parecem importantes para a reconstrução que pretendemos realizar acerca do Movimento SOS Quarteirão do Itaim, a saber, as *estratégias urbanas de revolta* e a *capacidade de interromper a economia urbana*. Mas nem sempre ambos os aspectos encontram uma articulação bem sucedida. Além das estratégias e potencialidades geradas da mobilização, também será crucial evidenciar alguns limites que são inerentes ao próprio movimento, o qual se apresenta imerso em certas ambiguidades.

Ainda assim, se assumirmos o ponto de vista prático daqueles que também participam desse processo urbano (ainda que desigual e contraditório), podemos compreender como determinadas mobilizações se colocam contrárias à produção da cidade como negócio e, conseqüentemente, disputam politicamente a produção do espaço. Consideramos essa posição contrária uma forma de resistência que integra contraditoriamente o processo de reprodução da metrópole. Como afirma Fabiana V. Ribeiro (2015), a resistência enquanto prática socioespacial surge nas fissuras e é intrínseca à relação de poder que produz as próprias contradições.

“Como nela (produção do espaço) estão contidas lutas e afrontamentos incessantes, significa dizer que a resistência como um dos termos irredutíveis da relação de poder, visível ou não, está presente como constituinte das relações de modo geral, seja em transgressões cotidianas, em grupos e organizações ou em acontecimentos que abalam práticas e pensamentos” (RIBEIRO, 2015, p. 172)

Como mencionado, nossa investigação sobre a experiência prática da mobilização pelo quarteirão aponta não somente potencialidades inscritas dentro do próprio processo pesquisado, mas também diagnostica limites que são revelados a partir da relação entre o modo concreto de resistência assumido pelo movimento e a produção do espaço. Nosso objetivo é reconstruir o caminho que levou à formação do movimento pela preservação do quarteirão do Itaim e mostrar por que ele se constituiu como um movimento que luta em prol de um uso diferenciado do espaço. Em seu aspecto geral, interpretamos o movimento a partir de sua possibilidade de resistir e bloquear o sentido unilateral da dominação privada do espaço. Trata-se de uma nova forma de luta que incorpora em suas reivindicações a defesa pela permanência dos lugares da cidade que vem sendo indiscriminadamente incorporados ao circuito de valorização do capital e

que a partir do processo de reprodução da metrópole se apresentam, no presente, como *privação ao espaço urbano*⁵³ decorrentes do processo de privatização que se instaura não apenas sobre o espaço, mas sobre todos os âmbitos da vida.

O interessante é que a luta pelo espaço está absorvendo uma gama múltipla de pautas reivindicatórias. A cidade é tanto palco de lutas quanto, em si mesma, objeto de disputas. Não seria frutífero restringir as reivindicações que estão cruzando o urbano apenas a lutas historicamente reconhecidas como lutas por direitos urbanos básicos, por exemplo, por moradia, acesso a bens de consumo coletivo etc. Os próprios movimentos, agindo e produzindo seus diagnósticos de tempo, ampliam, diversificam e aprofundam suas reivindicações e lutas de acordo com a complexidade e intensidade de processos em curso, suas dificuldades e efeitos colaterais e a percepção de suas necessidades. Partindo-se de uma análise da conjuntura, os próprios movimentos realizam, de forma sempre renovada, a interpretação da realidade. Nesse sentido, Gohn faz um balanço da potencialidade dos movimentos sociais:

“Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede. Tanto os movimentos sociais dos anos 1980 como os atuais têm construído representações simbólicas afirmativas por meio de discursos e práticas. Criam identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, como bem acentuou Melucci . Ao realizar essas ações, projetam em seus participantes sentimentos de pertencimento social. Aqueles que eram excluídos passam a se sentir incluídos em algum tipo de ação de um grupo ativo” (GOHN, 2011, p. 336)

Isso nos conduz a refletir sobre como as lutas pelo espaço se formam também tendo como base o questionamento acerca da impossibilidade de realização do urbano para todos, e por consequência, do direito à cidade. Contra a reprodução continuada do espaço submetida ao processo de acumulação, contra a “naturalização” das leis do setor financeiro e do investimento produtivo sobre a vida da cidade, contra uma política urbana que garante que a reprodução do espaço se manterá aliada à especulação imobiliária, contra a alienação em uma cidade impossibilitada de se constituir como espaço do vivido, as referidas lutas poderiam até mesmo almejar transcender a

⁵³ Esta é uma ideia desenvolvida amplamente por Ana Fani A. Carlos. Cf. especialmente, 2013; 2015a e 2015b.

racionalidade capitalista, vislumbrando as necessidades sociais atreladas aos *usos* projetados no espaço. Mas isso dependeria, certamente, de que as urgências que motivam lutas sociais se convertessem em uma tomada de consciência capaz de se voltar de fato para a reprodução social e da cidade. Diferentes grupos e reivindicações surgem na disputa política da cidade mostrando que, embora haja forças hegemônicas atuando na produção do espaço, existem também aqueles que se contrapõem e, ao fazê-lo, apontam para a dinâmica em movimento da relação entre sociedade e política e iluminam a possibilidade de se resistir e, quem sabe, superar a produção do espaço urbano que está em curso. Sob esse prisma, depreende-se que o sentido das lutas, a despeito de suas particularidades, aponta para o questionamento da cidade e da vida urbana atual, tendo em vista, ainda que indiretamente, o direito à cidade, clamando pelo direito *pleno* à vida urbana, isto é, pelo *reino do uso*. (Cf. LEFEBVRE, 2011, p.139). As lutas pelo direito à cidade levadas a cabo, não em termos teóricos, mas no seu sentido prático, como aponta Harvey (2014, p. 15), refletem, no limite, a queixa e a exigência dos movimentos urbanos que surgem das ruas, dos bairros, como um grito de socorro e amparo de pessoas oprimidas em tempos de desespero. Por outro lado, podem também reforçar aspectos da dominação em suas pautas reivindicatórias, apontando limites.

3.1. Breves considerações sobre lutas sociais urbanas

Antes de apresentar e analisar o Movimento SOS Quarteirão do Itaim, gostaríamos de demarcar alguns aspectos das lutas sociais contemporâneas. Embora este Movimento tenha suas peculiaridades, sem dúvida ele deve ser compreendido no contexto daqueles movimentos sociais contemporâneos que têm a questão *urbana* como eixo central. Mas os paralelos são elucidativos. No quadro das lutas sociais contemporâneas, entra em cena definitivamente a sociedade civil organizada⁵⁴. A história da participação social e política passa diretamente pela atuação de grupos e associações civis que agem politicamente em torno de pautas específicas. Nas décadas de 1970/1980 foram amplamente representados pelos movimentos operários e sindicais, girando em torno de direitos sociais básicos, mas também por novos movimentos sociais que apresentam novas pautas e reivindicações – reconhecimento de minorias, discriminação de gênero,

⁵⁴ Há uma extensa bibliografia que trata historicamente da relação entre luta social e o papel assumido pela sociedade civil organizada. Cf. especialmente COHEN e ARATO, 1994; GOHN, 1997. Uma síntese do caso brasileiro pode ser encontrada em NEVES, 2013.

de identidade cultural, lutas antirracistas, e que direcionaram suas reivindicações também para o sistema político institucional.

Algumas dessas pautas já tinham surgido mesmo antes dos anos 1970, porém foram se tornando mais frequentes, diversificadas e intensas na medida em que caminhávamos para uma tão esperada abertura democrática. O espírito daquele tempo (o da *redemocratização*) estava entrelaçado necessariamente com o advento de diversos movimentos sociais, levando ao surgimento de movimentos por uma *sociedade civil autônoma e democrática*, como constatam alguns autores. (Cf. GOHN, 1991; 1997; 2011; COSTA, 2002; AVRITZER, 2004). Essa esfera “democrática e autônoma”, contendo expectativas sociais e políticas represadas pelos anos de Ditadura Militar, acabou sendo protagonista desde então de relações sociais renovadas, divergentes e conflitivas que modificaram as formas de participação e atualizaram as reivindicações sociais. No que diz respeito a este período, parece sintomático que tal diversidade (que expressava os novos conflitos em pauta) tenha convergido para uma Constituição (1988) bastante plural e, de certo modo, representativa das vozes e necessidades dos novos movimentos sociais.

Os movimentos populares dos anos 1970/1980 no Brasil, segundo Maria da Glória Gohn (1991, p. 9), foram movimentos de classe, movimentos com “caráter de classe” e movimentos com problemáticas específicas. Sem dúvida, naquele momento os movimentos operário-sindical e de luta por necessidades básicas foram os que tiveram maior magnitude e campo de ação, pois estavam em luta por direitos sociais fundamentais. De acordo com Lúcio Kowarick (2009, p. 34-35):

“(...) no contexto da Grande São Paulo daquela época, o movimento operário-sindical e aqueles que se processaram em torno do acesso à terra, moradias e bens de consumo coletivo foram os que demonstraram maior vigor nas suas iniciativas de luta. Presentes de maneira dramática no cotidiano de milhões de pessoas, as consequências da exploração do trabalho e da espoliação urbana⁵⁵

⁵⁵ O conceito de espoliação urbana foi usado pelo autor primeiramente no livro *A espoliação urbana* (1979) e posteriormente retomada e ampliada no livro *Escritos urbanos* a fim de explicar a condição de vida do trabalhador (*subcidadão*) das cidades e que para ele, está intimamente ligado à acumulação do capital e pobreza subsequente. O termo, segundo Kowarick, corresponde à “somatória de extorsões que se opera pela inexistência ou precariedade de serviços de consumo coletivo, que juntamente ao acesso à terra e à moradia apresentam-se como socialmente necessários para a reprodução dos trabalhadores (...) são números as manifestações dessa situação espoliativa, que vão desde as longas horas despendidas nos transportes coletivos até a precariedade da vida nas favelas, cortiços e casas autoconstruídas (...) isto sem falar da inexistência das áreas verdes, da falta de equipamentos culturais e de lazer, da poluição ambiental, da erosão e das ruas não pavimentadas e sem iluminação”. (KOWARICK, 2009, p. 22)

afloram, mais do que outros, como problemas coletivos, adquirindo no cenário metropolitano aquilo que pode ser designado como visibilidade social e política”.

Os movimentos populares tinham lutas isoladas em busca por melhorias nas condições básicas para a vida nas cidades, reivindicando saneamento, luz, creches, transportes. Somente a partir dos anos 1980 é que os movimentos se transformaram, ampliando a pauta das reivindicações bem como a participação no sistema político. Já constituída de maneira organizada, a sociedade civil passou a atuar mais na esfera legal-institucional, propondo leis mediante debates e fóruns públicos a fim de garantir ou transformar seus direitos, em um processo que a autora identificou, sustentada pela análise de Jürgen Habermas, como “juridicização da sociedade organizada” (GOHN, 1991, p. 11). Desses movimentos, como sugere Rudá Ricci, teria surgido uma “alternativa de cidadania” no sistema político vigente (RICCI, 2004, p. 60). Entretanto, esse processo não ocorre sem tensões e lutas, pois não bastava atingir o sistema político, era preciso torná-lo democrático. Este ponto é muito relevante para o contexto de nossa pesquisa. Pois ele mostra que a democratização das instituições formais do sistema político dependia fortemente de uma *política de influência*, de movimentos de *pressão* que a sociedade civil, por meios diversos, seria capaz de exercer sobre o Estado (Cf. COHEN e ARATO, 1994)

No contexto em que as demandas se unificaram, os movimentos sociais dos anos 1980 tinham alguns denominadores comuns, que segundo Gohn eram: “a construção das identidades através das semelhanças pelas carências; o desejo de se ter acesso aos direitos mínimos e básicos dos indivíduos e grupos enquanto cidadãos; e fundamentalmente, a luta contra o *status quo* predominante: o regime militar”. (GOHN, 1991, p. 13). No entanto, essa unidade foi quebrada na medida em que as diferenças se consolidavam expressas, por exemplo, na formação de diferentes grupos e partidos políticos. Novos conteúdos surgiram nas pautas dos movimentos sociais que se formaram a partir de paradigmas específicos que orientaram diferentes grupos e linhas teóricas. Importa-nos destacar que a diferenciação desses paradigmas inclui também os movimentos “urbanos” que surgem pela reivindicação do patrimônio público (histórico, cultural etc.) e pela “qualidade de vida” nas cidades.

Os movimentos sociais incluindo temas com abordagens culturalistas⁵⁶ se distinguiram dos movimentos em luta por necessidades básicas e por direitos mínimos. Entram em cena lutas pelo reconhecimento de direitos que não aqueles tradicionalmente vinculados ao movimento operário, isto é, sustentados por injustiças socioeconômicas, mas direitos ligados à identidade e a questões “culturais”. A sociedade civil passa assim a reivindicar mais justiça e o aprofundamento democrático de instituições formais considerando antes de tudo – fenômenos de “injustiça cultural” (GOHN, 1991, p.27). Como aponta a literatura especializada, em uma abordagem que tem a “autonomia”⁵⁷ no centro das lutas, os novos movimentos sociais podem assim diferenciar questões voltadas a soluções “distributivas”, sem que estas sejam desconsideradas, daquelas em que as injustiças culturais vão requerer soluções voltadas ao reconhecimento de identidades. O diagnóstico de fundo está ligado a um grande leque de formas de dominação cultural, ao não reconhecimento da diferença em instâncias representativas, ao desrespeito social às identidades de gênero, sexualidade e raça etc., que despontam como núcleo de parte das lutas sociais do presente (Cf. FRASER, 2001; TOURRAINE, 2004). Isso não significa, contudo, que devemos engessar uma separação entre as injustiças econômica e cultural, como aponta Fraser:

“Apesar das diferenças, injustiça socioeconômica e injustiça cultural perpassam as sociedades contemporâneas. Ambas são enraizadas em processos e práticas que sistematicamente prejudicam alguns grupos em detrimento de outros. Por conseguinte, ambas deveriam ser remediadas. (...). Portanto, longe de ocuparem esferas separadas, injustiça econômica e injustiça cultural normalmente estão imbricadas, dialeticamente, reforçando-se mutuamente.” (FRASER, 2001, p. 251)

Em recente análise sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, Gohn (2011) considera fundamental reconhecer que é preciso acompanhar as mudanças políticas, econômicas e sociais, realizar um diagnóstico das novas demandas, uma vez que não é possível falar de movimentos sociais como um processo estático, mas antes como um rico processo interativo. Para a autora, os movimentos sociais

“são fontes de inovação e matrizes geradoras de saberes. Entretanto, não se trata de um processo isolado, mas de caráter político-social. Por isso, para analisar esses saberes deve-se buscar as redes de articulações que os movimentos estabelecem na prática cotidiana e

⁵⁶ Segundo Gohn, os principais autores dessa abordagem são Alain Tourraine e Alberto Mellucci. Cf. GOHN, 1991.

⁵⁷ Os movimentos em defesa da autonomia, de acordo com Gohn, são analisados por diferentes autores, destacando-se: Foucault; Deleuze; Habermas, Marcuse e Heller (GOHN, 1991).

indagar sobre a conjuntura política, econômica e sociocultural do país quando as articulações acontecem. Essas redes são essenciais para compreender os fatores que geram as aprendizagens e os valores da cultura política que vão sendo construídos no processo interativo” (GOHN, 2011, p. 333-334)⁵⁸.

De nossa perspectiva analítica, o Movimento SOS Quarteirão do Itaim pode ser entendido como uma mobilização que se define enquanto luta pelo espaço e se situa no contexto dos movimentos sociais urbanos contemporâneos. Como afirma Maria da Glória Gohn, esses movimentos são definidos pelas:

“ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas” (GOHN, 2011, p.335).

Ora, este sobrevoo pela literatura dos movimentos sociais tem o intuito de localizar questões urbanas em cruzamento com a diversidade de temáticas politicamente mobilizadas. Tal como ocorre com a pluralização dos temas, as novas necessidades e demandas, ampliando também a questão da desigualdade para além da esfera do trabalho, permitem repensar de maneira radical a inclusão de problemas referidos à totalidade da esfera social. Especificamente no contexto urbano, permitem que movimentos se formem em defesa do espaço, não apenas nas reconhecidas lutas por moradia, mas também em reivindicações pelo espaço no sentido de reconhecer identidades cultural e historicamente construídas. Constitui-se aí uma intersecção entre questões sociais e culturais. Além disso, a própria ampliação das pautas demonstra que a sociedade reage às experiências negativas experimentadas em todo o âmbito da vida cotidiana. Os efeitos colaterais produzidos na dominação unilateral do espaço pelo mercado imobiliário não impactam a consciência política apenas na direção de reivindicações por moradia, por exemplo. As pautas estão reunindo a totalidade das experiências que estão sendo sistematicamente tolhidas de uma vida comum na cidade, a qual envolve todos os espaços potencialmente necessários para a reprodução do capital, como os de uso coletivo, públicos, de memória etc., já que estão sendo privados e privatizados. Algumas mobilizações em defesa do patrimônio cultural também estão inseridas nessa gama de pautas renovadas dos movimentos sociais. No geral, elas

⁵⁸ Para uma compreensão mais abrangente sobre as redes de mobilização no Brasil atual, cf. GOHN, 2013.

mostram que as experiências frustradas de uma vida plena na cidade podem motivar as pessoas para a ação⁵⁹.

Para a reflexão que pretendemos fazer sobre a luta que se constituiu em relação ao nosso objeto de estudo, isto é, a luta em defesa da preservação do “quarteirão do Itaim” em São Paulo, a vinculação do tipo de reivindicação com a forma da experiência social precisa ser adequadamente compreendida. Afinal, uma vez que estamos diante de uma questão urbana, por que se trata de uma *luta pelo uso* daquele espaço? Na verdade, considerando o processo urbano descrito principalmente em nosso primeiro capítulo, vemos que o quarteirão foi colocado em xeque no presente pelo modo como se produz a cidade contemporânea. Além disso, conforme tema já analisado em nosso segundo capítulo, o mesmo lugar que no passado era parte integrante de um projeto de cidade, ancorado em ideais modernistas, que ainda viam o uso (mesmo que funcionalizado) como parte essencial da apropriação da cidade, agora passa a ser de grande interesse ao setor imobiliário, que quer se apropriar daquele lugar a fim de torna-lo privado, destituindo-o de seu sentido do uso coletivo e público após as transformações urbanas sob influência da mundialização. Isso significa que a experiência social consolidada neste processo apenas reforçou uma espécie de *apropriação denegada* daquele espaço. Portanto, entendemos que a motivação política do movimento pela preservação do quarteirão diz respeito à *inviabilidade de sua apropriação social, consciente e voluntária*. Neste quadro, considerar a luta pelo espaço como ponto central de nossa reflexão significa dizer que seu fundamento questiona, de um lado, a privação a que estão submetidos os usos coletivos e públicos na produção do espaço urbano. De outro, implica compreender o papel da política no processo de urbanização, ou seja, entender que também se trata de uma luta política pela produção da cidade. O que a análise deste movimento nos revela é uma tentativa de se *reapropriar* do sentido político da cidade como espaço do uso comum, coletivo, democrático produzido socialmente. Buscaremos assim compreender quem são aqueles que lutam pela preservação desse espaço, suas motivações, reivindicações, estratégias e ações.

Após introduzir alguns traços característicos das lutas sociais urbanas, pretendemos apresentar a seguir uma breve reconstrução do Movimento SOS Quarteirão

⁵⁹ Essa noção de “experiência” remete àquela empregada, em outro contexto, sobre a constituição da classe operária inglesa por Thompson (2011).

do Itaim, bem como as associações que o integram, suas ações e estratégias jurídicas e políticas. A composição de cada uma delas e a análise de suas orientações práticas nos ajudam não apenas a reconstruir o histórico que envolveu a disputa da sociedade civil contra o Estado no caso do quarteirão, mas também a apreender as ambiguidades, limites e potencialidades em jogo nesse processo. Daremos atenção especialmente ao papel do “tombamento” e à função que a preservação patrimonial assumiu na luta em defesa do quarteirão. Pretendemos compreender, também neste caso, limites e potencialidades das políticas de preservação no quadro das lutas urbanas.

Cabe ressaltar que não se trata de entender de maneira abrangente as políticas de preservação. Gostaríamos antes de reforçar sua utilização como estratégia política do movimento, uma saída jurídica com força o suficiente para “resistir” aos planos da urbanização capitalista. Mas nos perguntamos também se o recurso ao tombamento, apesar de suas conquistas, ainda que parciais, foi capaz de retirar de dentro do processo em torno do quarteirão todo seu potencial de resistência⁶⁰. Apenas uma radicalização do sentido político da luta pela preservação do quarteirão poderia fazer com que a oposição entre uso *público* e dominação *privada* viesse para o primeiro plano. E isto, como veremos ao final do capítulo, poderia refletir positivamente inclusive nas estratégias do movimento, impactando a opinião pública e radicalizando a voz de suas próprias reivindicações. A contradição público x privado está presente no espaço do quarteirão, porém sem que haja luta social, sem que tal contradição seja de fato assumida politicamente, os resíduos de um outro uso (porque público, neste caso) estarão condenados a se cristalizar e assim, como a tendência da urbanização capitalista nos mostra, estaríamos fadados a perder a disputa contra a cidade como negócio.

3.2. O Movimento SOS Quarteirão do Itaim

Como vimos em nosso capítulo inicial, o terceiro momento que caracteriza a ruptura (dissolução) do bairro do Itaim é marcado pela realização da OUFL, uma operação que não ocorreu sem conflitos e tensões. A relação bairro/cidade posta como premissa no processo urbano, até o segundo momento do bairro do Itaim, foi implodida juntamente com a noção de cidade que tinha como cerne a própria centralidade/concentração. Com a formação da metrópole (que implode-explode), há

⁶⁰ Sobre lutas sociais e resistência, cf. ALVES, 2015; RIBEIRO, 2012; 2015.

um deslocamento da produção do urbano, que passa a ser determinada pela acumulação capitalista (momento que o espaço se torna ele também condição da acumulação). Entretanto, como apontam Lefebvre (2008b) e Harvey (2014), o processo urbano envolve uma complexidade de relações sociais que compõem a estrutura social e, portanto, é preciso estabelecer que a reprodução social diz respeito não somente às esferas econômica e política, mas igualmente à esfera social.

O avanço da urbanização como negócio pode encontrar na esfera social entraves à sua realização. Em alguns lugares da cidade, a contestação ao processo urbano capitalista surge dos habitantes de bairros diretamente afetados por tais políticas urbanas e que são contrários ao tipo de mudanças propostas para a área. As razões dos moradores contrários às intervenções, no que concerne às suas pautas, podem ter tanto o caráter conservador de manutenção das condições hegemônicas dadas – preservação da propriedade privada, segregação socioespacial de determinadas camadas sociais etc. – quanto podem assumir a forma de contestações ao modo como o capital destitui os diferentes modos de vida, seja por meio da expulsão de moradores de bairros em processos de desapropriação, alteração do zoneamento do bairro etc., atingindo profundamente seu dia-a-dia. A ambiguidade consiste assim no fato de que, mesmo envolvidos por motivações ora mais progressistas ora mais conservadoras, por vezes os grupos chegam também a ocasionar intensa e organizada participação social coletiva sob a forma de diferentes movimentos, inclusive de lutas abertas pelo espaço.

O Movimento SOS Quarteirão do Itaim surge como oposição à lógica da produção da cidade como negócio. Mais especificamente, em razão da intenção de se intervir no quarteirão, isto é, de um projeto de barganha levado a cabo pelo poder público municipal. *“Troca-se área (altamente valorizada) de uso público e coletivo em bairro nobre por creches na periferia”*. Essa é a origem dessa mobilização. A partir do questionamento dessa intenção, um grupo de associações formaram o movimento. As associações envolvidas já tinham uma história de participação social no contexto da cidade de São Paulo, algumas delas inclusive voltadas ao tema do patrimônio cultural. Contudo, uniram-se para lutar pela permanência de um espaço, que traz como traço marcante o uso público e coletivo, cada dia mais raro em São Paulo.

3.2.1 Breve reconstrução do processo

O movimento em defesa da preservação do quarteirão do Itaim Bibi começa a se organizar após o anúncio da venda da área com a finalidade de reinseri-la no mercado imobiliário, oficializada através do projeto de Lei Municipal nº 271/11 e posterior promulgação da Lei Municipal nº 15.397/2011, que permitia à Prefeitura de São Paulo vender a área da qual é proprietária da maior parte dos terrenos que integram o quarteirão. Anterior aos instrumentos jurídicos, a matéria publicada no jornal *Folha de São Paulo* do dia 04 de dezembro de 2010 (ver **Figura 3.1**) divulgou o projeto que estava em elaboração pela administração de Gilberto Kassab (2009-2012), liderado pelo Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico e do Trabalho, Marcos Cintra, ex-vereador e autor do projeto de lei que criou o CEPAC à época da Operação Urbana Faria Lima. (Cf. FIX, 2001, p. 104). Foi a partir dessa publicação que eclodiu o conflito: de um lado, a administração municipal que justificava a troca do terreno como forma de resolver o problema do déficit de vagas nas creches municipais; do outro lado, a população, especialmente do bairro do Itaim, que ficou perplexa com o projeto e começou a se organizar contra, como mostra a reportagem do dia 07 de dezembro de 2010 (ver **Figura 3.2**). Daí nasce o “Movimento Popular em Defesa do Quarteirão da Cultura”, que ficou conhecido popularmente como Movimento SOS Quarteirão do Itaim, liderado principalmente pelo Grupo Memórias do Itaim Bibi, pela Sociedade Amigos do Itaim Bibi, pela Associação Preserva São Paulo e Movimento Defenda São Paulo. Também apoiam oficialmente o movimento: Conseg Lapa, União dos Movimentos contra a Especulação Imobiliária e pela Ética na Política, Sociedade Amigos da Colina Verde, Sindesp (Sindicato dos Trabalhadores na Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo).

O percurso do Movimento SOS Quarteirão do Itaim apresenta alguns momentos distintos que são significativos para se compreender as ações e estratégias utilizadas pelo grupo e ao mesmo tempo, fornecem um quadro próprio de sua participação no contexto das mobilizações sociais em defesa do patrimônio. Esses momentos caracterizam a dinâmica do movimento ora mais ativa ora mais contida. No entanto, é importante salientar que, atualmente, por exemplo, o movimento embora não tenha o mesmo vigor das fases precedentes - origem (a partir da proposta da Prefeitura) e desenvolvimento (processo de organização, mobilização e ação); a liderança ainda

continua mobilizada e está acompanhando através de seu setor jurídico o pedido de tombamento junto ao Condephaat. Também realiza, de forma esporádica, encontros para discutir a questão do tombamento da área do quarteirão e questões de interesse da comunidade do bairro.

Figura 3.1. Reportagem do dia 4 de dezembro de 2010 publicada pelo Jornal Folha de São Paulo

FOLHA DE S. PAULO SÁBADO, 4 DE DEZEMBRO DE 2010 cotidiario1



Kassab quer trocar terreno no Itaim por 200 creches

Quem oferecer a construção de mais unidades infantis ficará com a área

Com a permuta, prefeito pretende conseguir 32 mil novas vagas em creches; deficit no município é de 125 mil

TROCA-SE UM TERRENO
Prefeitura de SP oferece área de 20 mil m² para quem construir mais creches

EVANDRO SPINELLI DE SÃO PAULO

Trocaram-se 20 mil m² em uma das regiões mais valorizadas de São Paulo por creches. Quem dá mais? É assim que a prefeitura quer começar a cumprir a promessa mais difícil da gestão Gilberto Kassab (DEM): zerar o deficit de creches. Mas é só o começo. Com a permuta, a prefeitura pretende conseguir 200 creches com 160 vagas cada uma, totalizando 32 mil novas vagas. A demanda registrada pela própria prefeitura em setembro deste ano, porém, era de 125 mil crianças. Kassab já tentou construir creches por meio de uma PPP (parceria público-privada), mas a ideia parou no Tribunal de Contas do Município. "Agora não é PPP, é chave na mão. Recebemos o prédio pronto e a prefeitura equipa e opera. Na PPP tinha serviço envolvido, pagamento, era mais difícil", diz Marcos Cintra, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Pela ideia, apresentada ontem por Kassab, o terreno na avenida Horácio Lafer, no Itaim Bibi (zona oeste), será entregue a quem oferecer o maior número de creches nas regiões escolhidas pela Secretaria da Educação. ÁREA NOBRE Pelos cálculos da prefeitura, o terreno vale de R\$ 20 milhões a R\$ 30 milhões. A escolha da empresa que fará a permuta será feita por licitação, a ser aberta no primeiro trimestre de 2011. Pelo cronograma elaborado por Cintra, até o final do ano que vem, ou no mais tardar no começo de 2012, as creches já poderão começar a funcionar. "O poder público tem muito menos flexibilidade que o setor privado para ir atrás do terreno, construir, etc. A iniciativa privada pode ir, comprar o terreno, pagar, construir, tudo muito mais facilmente", afirma o secretário municipal. Se o modelo der certo, diz Cintra, outros imóveis da prefeitura podem ser usados na permuta por creches. O próximo da fila, afirmou, é o terreno onde fica a sede da Subprefeitura de Pinheiros (zona oeste), na marginal Pinheiros.

O que prevê o projeto
Creche, Emei e as outras construções serão demolidas e ganharão um prédio na mesma área. A Apae vai para outro lugar

Quanto vale a área?
É avaliada entre R\$ 20 mi - R\$ 30 mi

DE CURITIBA DE PORTO ALEGRE

Carlos Eduardo Sundfeld Nunes foi avaliado por equipe com psiquiatras e psicóloga

DE CURITIBA DE PORTO ALEGRE

Carlos Eduardo Sundfeld Nunes, assassino confesso do cartunista Glauco e seu filho, não tem condições de responder na Justiça pelos crimes que cometeu. A conclusão é de dois psiquiatras e uma psicóloga que avaliaram seu estado mental. O laudo psiquiátrico e psicológico foi produzido por determinação da Justiça de Osasco (Grande SP), onde teve início o processo criminal. Se aceito pela Justiça, pode impedir que Nunes seja levado a júri. Com isso, o destino do réu seria o tratamento em instituição psiquiátrica. A Justiça Federal, em Foz do Iguaçu, cidade onde Nunes foi preso tentando fugir, decretou sigilo judicial sobre o conteúdo do laudo. Após permanecer recolhido no presídio federal de Ca-

tanduvas (PR), Nunes está preso em hospital psiquiátrico na região de Curitiba.

O cartunista e líder religioso Glauco Villas Boas e o filho, Raoni, foram mortos a tiros em 12 de março, em frente de casa, em Osasco.

(DIMITRI DO VALLE e GRACILEANO ROCHA)

MEMÓRIA

CÂMARA FAZ HOMENAGEM A CARTUNISTA

Na quarta-feira, a Câmara Municipal de SP homenageou Glauco (1957 - 2010) com o título de "Cidadão Paulistano in memoriam", proposto por Cláudio Fonseca (PPS) e Penna (PV), com a presença de amigos como Laerte e Angeli.



O que prevê o projeto
Creche, Emei e as outras construções serão demolidas e ganharão um prédio na mesma área. A Apae vai para outro lugar

Quanto vale a área?
É avaliada entre R\$ 20 mi - R\$ 30 mi

FOLHA DE S. PAULO

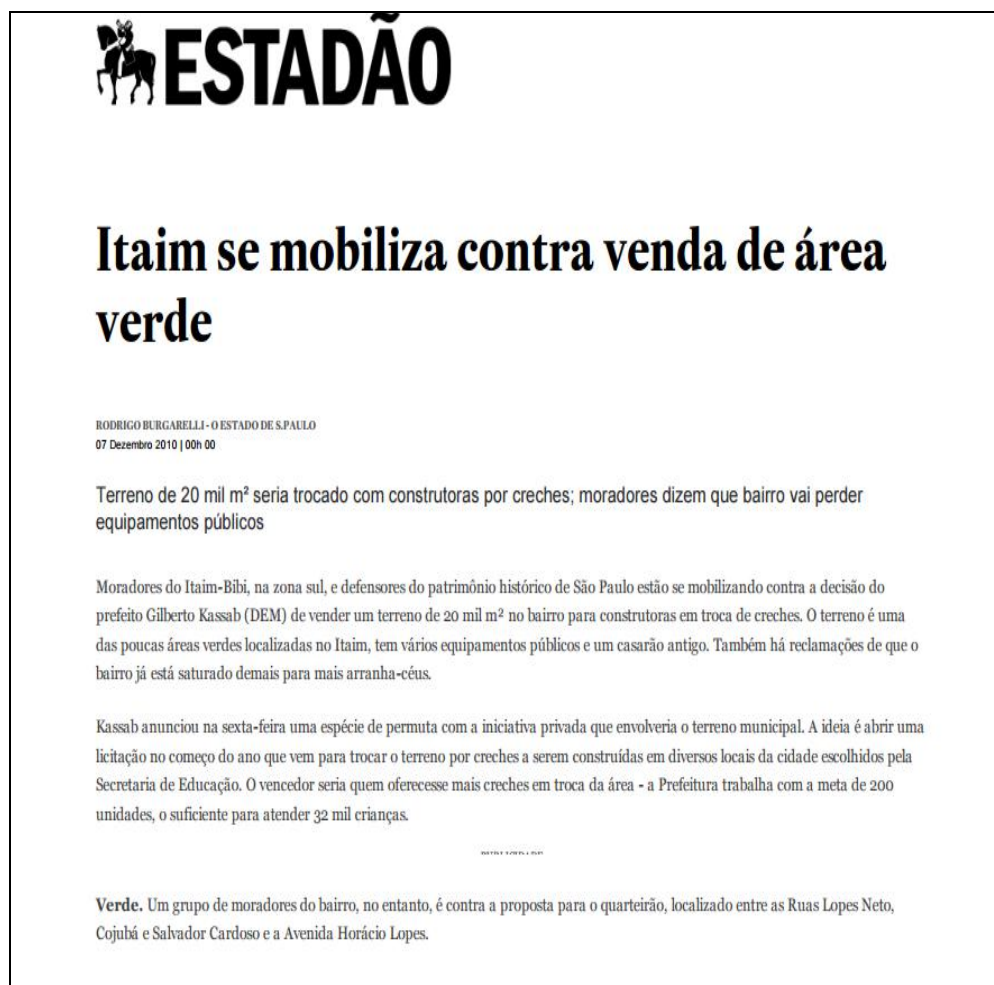
REPÓRTER DE NEGÓCIOS E CARREIRAS E EMPREGOS

Se você quer trabalhar para a FOLHA, não dá pra não ler o caderno de Empregos. Veja anúncio na edição de hoje.

Kalunga

Fonte: Folha de São Paulo. <http://acervo.folha.com.br/fsp/2010/12/04/15/>

Figura 3.2. Matéria publicada no dia 07 de dezembro de 2010 pelo Jornal Estadão



Fonte: Disponível em: <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,itaim-se-mobiliza-contravenda-de-area-verde-imp-,650383>

O movimento logo passou a ser apoiado por políticos e artistas, por moradores do Itaim Bibi, por ONGs, associações de outros bairros de São Paulo e pelas pessoas que usam os serviços públicos oferecidos no quarteirão⁶¹. Embora a pauta de reivindicação do movimento tenha se voltado contra a venda da área (e, nas palavras de seus próprios interlocutores, especialmente contra a especulação imobiliária), em nosso entendimento, o fundamento principal do movimento, do qual poderia retirar ainda mais força, diz respeito à luta pela garantia de apropriação daquele espaço voltado ao *uso público*. Revela-se, nesse sentido, a distinção posta pela reprodução capitalista entre espaço público x espaço privado. Trata-se, é verdade, de uma questão geral concernente à análise urbana crítica, pois cada vez mais o sentido privado do espaço se naturaliza e

⁶¹ Ficaram conhecidos pelo seu envolvimento no movimento os vereadores Eliseu Gabriel, o deputado Carlos Giannazi e a atriz Eva Wilma. O vereador Aurélio Miguel foi o responsável pela ação popular contra a venda da área, com o pedido de suspensão da lei que autorizava a venda. Em agosto de 2011, a justiça concedeu liminar impedindo a venda da área.

relega ao segundo plano o lugar do espaço público na metrópole de hoje. O sentido da luta urbana, portanto, passa necessariamente pela politização dos usos, pela disputa da esfera pública, orientada hoje pela generalização da mercadoria. De acordo com Francisco de Oliveira (1999), essa *privatização do público*, fenômeno que se projeta com o advento do neoliberalismo, insiste em uma *desnecessidade* do público, caracterizada pela desvalorização do Estado naquele momento de predomínio do mercado. O “público”, por sua vez, está presente nas reivindicações do movimento, mas poderia, como ainda veremos, ser radicalizado na luta em prol do quarteirão.

A intervenção no quarteirão foi autorizada pela Prefeitura que contratou a incorporadora JHSF a realizar estudos técnicos de viabilidade econômica para “aproveitar” a área de 20 mil m² do quarteirão, como foi divulgado em reportagem do Jornal da Tarde do dia 24 de março de 2011. Cabe ressaltar que a mesma incorporadora já havia comprado um dos poucos terrenos privados do quarteirão, como apontamos no capítulo 2, onde foi construído o Edifício Vitra. Além de usar o terreno como barganha para a construção de creches na periferia, a prefeitura propôs construir um edifício que abrigaria a maior parte das unidades no próprio quarteirão e transferir a unidade da APAE para outro bairro, de acordo com matéria divulgada pela Folha de São Paulo de 28 de agosto de 2011 (ver **Figura 3.3**) e também nos documentos divulgados pelo Movimento SOS Quarteirão do Itaim.

A repercussão junto à opinião pública foi constante. A mídia circulou uma série de matérias sobre o caso, sublinhando o conflito que ao longo do tempo foi se formando em torno do quarteirão. Deu-se atenção aos grupos divergentes e se consolidou de forma midiática as posições a favor ou contra o projeto da Prefeitura. Basicamente, dois grupos ganharam especial destaque: um grupo representado pela sociedade civil (entidades de bairro e em defesa do patrimônio) e outro pelo mercado imobiliário (grandes incorporadoras e construtoras). A partir da reconstrução do conflito, parece-nos que a arena do litígio ficou então estruturada na disputa entre tais grupos e no modo como efetuaram uma série de negociações com o poder público. No âmbito das discussões sobre a venda da área, são revelados aspectos que se referem justamente ao *processo de valorização* diferenciado que acontece na metrópole de São Paulo, impulsionado pelo fenômeno da mundialização. Em tal processo, estão envolvidos o nível econômico, o político e o social num embate cheio de consequências pela

dominação ou apropriação desse lugar. O imaginário da disputa pode ser sintetizado de acordo com os termos conceituais empregados na pesquisa: a oposição valor de uso e valor de troca, como elementos constitutivos do espaço capitalista, são configurados mediante as posições de grupos de interesse e de um poder público que procura assegurar a manutenção de interesses estritamente econômicos, de um lado, e de outro na luta pela preservação do quarteirão do Itaim, resgatando o caráter “público” já enraizado naquele espaço. A luta expõe, dessa forma, o embate entre uso e troca e, conseqüentemente, exige que sejam redefinidos alguns conceitos essenciais para a compreensão do direito à cidade – principalmente por intermédio da oposição entre público e privado.

Figura 3.3. Reportagem da Folha de São Paulo de 28 de agosto de 2011 que divulga o projeto da JHS

28/08/2011 - 10h42

Terreno do Itaim Bibi, em SP, terá parque aberto à população

DE SÃO PAULO

O terreno do Itaim Bibi, bairro nobre da zona oeste de São Paulo, que o prefeito Gilberto Kassab (PSD) pretende trocar por creches na periferia ganhará quatro prédios com 25 apartamentos de alto luxo cada e um parque aberto ao público com cerca de 10 mil m² de área verde.

[Veja as fotos do projeto](#)

Carlos Cecconello/Folhapress



Maquete do projeto que será executado no terreno do Itaim Bibi, em SP, que o prefeito Kassab quer trocar por creches

A informação é da reportagem de **Evandro Spinelli** publicada na edição deste domingo da **Folha**. A [reportagem completa](#) está disponível para assinantes do jornal e do UOL (empresa controlada pelo Grupo Folha, que edita a **Folha**).

A **Folha** apurou que os envolvidos no projeto decidiram fazer apenas prédios residenciais justamente para evitar um impacto muito grande no trânsito da área. Edifícios comerciais são considerados polos geradores de tráfego.

Todos os equipamentos públicos que existem hoje no quarteirão –duas escolas, creche, duas unidades de saúde, teatro e biblioteca– serão mantidos no terreno em um prédio com 10 mil m² de área construída. Só a unidade da Apae (Associação de Pais e Amigos de Excepcionais) será transferida, a pedido da instituição.

Fonte: Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/966526-terreno-do-itaim-bibi-em-sp-tera-parque-aberto-a-populacao.shtml>

O projeto para o quarteirão do Itaim Bibi elaborado pela gestão Kassab chegou a ser denominado de “Complexo Horácio Lafer”. (ver **Figura 3.4**) A estratégia usada pela própria prefeitura foi divulgar o projeto, procurando assim dissuadir a opinião pública, que tinha reagido fortemente à divulgação, em final de 2010, contra a intervenção na área. Ao incluir as unidades dentro do projeto, a prefeitura visava levar adiante sua proposta. No entanto, essa estratégia foi igualmente recebida de maneira negativa pelo movimento que se formara. O ato da intervenção, aos olhos do movimento, tinha alvo

definido. Pois o deslocamento das unidades públicas simbolizava a ação do Estado aos interesses econômicos, a esmagadora vitória da privatização do espaço corroborada pelo próprio poder público. Com a bandeira reivindicatória “*o quarteirão é nosso: queremos todas as unidades públicas ocupando todo o quarteirão da cultura*” o movimento se engatou com o resíduo de um projeto de cidade que foi historicamente promissor. Além disso, o que nos parece ainda mais relevante, verbalizou em termos políticos uma contradição que constituiu espacial e temporalmente o desenvolvimento do quarteirão. Expressar tal contradição em sua bandeira reivindicatória significaria muito para a compreensão de todo este processo de luta pesquisado.

Como apresentamos no capítulo anterior, o quarteirão é formado em sua maior porção por terrenos de propriedade da Prefeitura e alguns poucos terrenos privados. Aqueles pertencentes à municipalidade foram adquiridos por meio de desapropriações ao longo das décadas de 1940 e 1950, com o objetivo de formar um espaço de uso coletivo e público, especialmente voltado aos serviços de educação, saúde e lazer. Nesse sentido, a proposta da prefeitura coloca em oposição dois projetos para aquele espaço, reforçando, por sua vez, o embate entre o uso público (constituído durante os anos 1940 e 50) e o uso privado (proposto no presente).

Figura 3.4. Proposta da JHSF para a ocupação do quarteirão



Fonte: Acervo Movimento SOS Quarteirão do Itaim

De nosso ponto de vista, em virtude das transformações no processo de urbanização, como já tratamos no primeiro capítulo, a proposta de intervenção do quarteirão personifica a concepção da cidade como negócio, ou seja, gerenciada pelo poder público, que atua como indutor da privatização do solo urbano e é financiada pelo setor imobiliário, tudo em detrimento do uso público. As estratégias de ação (como por exemplo projetos de lei) por parte daqueles que propõem esse tipo de “gestão empresarial” da cidade buscam derrubar também mecanismos jurídicos que protegem os bens públicos. No Código Civil (Lei Federal nº 10.406/2002⁶²), os bens públicos estão divididos em: bens de uso comum do povo, bens de uso especial e os bens dominiais⁶³. Ora, essa mudança de classificação seria a garantia para que a área do quarteirão pudesse ser negociada no mercado imobiliário.

Embora protegida pelo Código Civil, a área do quarteirão foi o objeto da Lei Municipal 15.397, decretada no dia 6 de julho de 2011, *contrariando* a definição de bem público voltado ao uso especial e a de função social da propriedade urbana. A lei foi escrita especialmente para modificar o status do quarteirão, estampando o modo como o poder público abriu concessões aos interesses do mercado imobiliário com o privilégio de adquirir a área, conforme consta no texto da lei:

“Dispõe sobre desafetação de área municipal e autoriza o Executivo a alienar, mediante licitação, na modalidade concorrência, imóvel situado entre a Avenida Horácio Lafer, a Rua Salvador Cardoso, a Rua Cojuba e a Rua Lopes Neto, Distrito do Itaim Bibi, Subprefeitura de Pinheiros. Gilberto Kassab, Prefeito do Município de São Paulo, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, faz saber que a Câmara Municipal, em sessão de 4 de julho de 2011, decretou e eu promulgo a seguinte lei:

⁶² Alterado pela Lei Federal nº 13.105/2015, que dispõe sobre o Novo Código Civil Brasileiro. Este não alterou a definição sobre os bens de uso público.

⁶³ De acordo com o Código Civil: “Art. 98. São públicos os bens do domínio nacional pertencentes às pessoas jurídicas de direito público interno; todos os outros são particulares, seja qual for a pessoa a que pertencerem. Art. 99. São bens públicos: I - os de uso comum do povo, tais como rios, mares, estradas, ruas e praças; II - os de uso especial, tais como edifícios ou terrenos destinados a serviço ou estabelecimento da administração federal, estadual, territorial ou municipal, inclusive os de suas autarquias; III - os dominicais, que constituem o patrimônio das pessoas jurídicas de direito público, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades. Parágrafo único. Não dispendo a lei em contrário, consideram-se dominicais os bens pertencentes às pessoas jurídicas de direito público a que se tenha dado estrutura de direito privado. Art. 100. Os bens públicos de uso comum do povo e os de uso especial são inalienáveis, enquanto conservarem a sua qualificação, na forma que a lei determinar. Art. 101. Os bens públicos dominicais podem ser alienados, observadas as exigências da lei. Art. 102. Os bens públicos não estão sujeitos a usucapião. Art. 103. O uso comum dos bens públicos pode ser gratuito ou retribuído, conforme for estabelecido legalmente pela entidade a cuja administração pertencerem”.

Art. 1º. Fica desincorporada da classe dos bens de uso especial e transferida para a classe dos bens dominiais a área municipal localizada na Avenida Horácio Lafer, a Rua Salvador Cardoso, a Rua Cojuba e a Rua Lopes Neto, Distrito do Itaim Bibi, Subprefeitura de Pinheiros.

Art. 2º. A área referida no art.1º, configurada no croqui 300608, do arquivo do Departamento de Gestão do Patrimônio Imobiliário, rubricado pelo Presidente da Câmara e pelo Prefeito como parte integrante desta lei, assim se descreve: área 1M, de formato irregular, com frente para a Avenida Horácio Lafer, confrontando, para quem de frente olha para o imóvel, pelo lado esquerdo, com a Rua Salvador Cardoso e, pelo lado direito, com a Rua Lopes Neto; deflete à direita em linha reta, confrontando com os lotes 27 e 33, e deflete à esquerda até a Rua Horácio Lafer, confrontando com o lote 33, e, pelos fundos, com a Rua Cojuba, delimitada pelo perímetro 1-2-3-4-5-6-8-10-12-14-13-16-17-18-19-20-24-25-29-30-33-34-38-39-43-44-45-461, com aproximadamente 20.016,00m².

Art. 3º. Fica o Poder Executivo autorizado a alienar, mediante licitação, na modalidade concorrência, a área de propriedade municipal de que trata esta lei.

Art. 4º. (VETADO)

Art. 5º. A área, cujo valor venal de referência calculado pela Secretaria Municipal de Finanças é R\$ 38.018.442,00 (trinta e oito milhões, dezoito mil e quatrocentos e quarenta e dois reais) em maio de 2011, deverá ser avaliada pelo órgão competente da Prefeitura, à época da licitação, levando-se em conta as condições de mercado vigentes na ocasião.

Parágrafo único. No julgamento das propostas, deverá ser considerado o critério de maior vantagem econômica.

Art. 6º. As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias.

Art.7º. Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação. Prefeitura do Município de São Paulo, aos 6 de julho de 2011, 458º da fundação de São Paulo. Gilberto Kassab, Prefeito; Nelson Hervey Costa, Secretário do Governo Municipal Publicada na Secretaria do Governo Municipal, em 6 de julho de 2011”.

No Artigo 1º da referida lei fica explícita a intenção de alterar o uso do quarteirão, o qual, antes classificado como bem público de uso especial, passou a ser redefinido para a classe dos bens dominiais. Isso permitiu simplesmente criar um dispositivo para normatizar a privatização da área. Embora no caso da desafetação da área não ocorra o descumprimento da função social da propriedade urbana, garantido pela Constituição de

1988 e pelo Estatuto da Cidade⁶⁴, a mudança do uso público para uso privado revela o papel que assume o Estado no momento atual, ou seja, que se caracteriza como uma gestão de perfil empresarial. Trata-se do direcionamento da venda da terra urbana para fins privados e, concomitantemente, da exclusão do direito ao uso social da propriedade pública.

Porém, o direito de acesso à propriedade urbana, mesmo que esteja garantido pela legislação que trata da questão urbana, não se realiza plenamente, pois não está garantido na prática a todos os cidadãos, nem mesmo pela norma, e requer constante luta a fim de realizar a sua função social. Como afirma Arlete Rodrigues (2004, p. 12), “uma lei não garante, como afirmam os participantes dos movimentos de reforma urbana, o Direito à Cidade, mas é importante para sua construção”. Também se reconhece a importância do Estatuto da Cidade, pois ao colocar em debate o direito à cidade, relativiza em alguma medida a desigualdade socioespacial que se formou historicamente (Cf. CARLOS, 2013, p. 10), mas é preciso ter como premissa, como apontam as autoras, o limite da base jurídica na construção do direito à cidade, já que este, na negatividade da luta, impõe a necessidade de superação da contradição entre uso e troca, mas “esta contradição só se resolveria na superação daquilo que funda o capitalismo, a propriedade privada”. (Ibidem, p. 9)

Isso decorre do processo de inserção do solo (e do espaço) no processo de acumulação, da produção do valor, fato que aponta a principal contradição da urbanização atual: na medida em que o espaço é dominado pelo capital, deixa de ser um direito de todos. Por isso, a luta pelo espaço, também entendida como desdobramento das lutas em torno da questão urbana, requer na prática ações que questionem o modo como a sociedade atual está submetida à mercadoria. (as lutas pela preservação patrimonial e pelo uso público são exemplos desse questionamento). A luta, ao se orientar no sentido de priorizar o uso, contrapõe-se à hegemonia da troca, em um constante embate entre dominação e apropriação. Daí a importância em se ressaltar o sentido do direito à cidade como o entende Lefebvre, o qual não se restringe apenas ao

⁶⁴ Ainda que a função social da propriedade apareça nas constituições brasileiras desde 1934, o principal marco jurídico que de fato promoveu um debate sobre a função social da propriedade no Brasil decorre da Emenda Popular para a Reforma Urbana à época do Congresso para a Constituinte em 1988, com efetiva participação de movimentos populares. Os artigos 182 e 183 da Constituição Federal decorrentes deste debate apontam como premissa a função social da cidade e da propriedade urbana, transferindo a sua aplicação aos planos diretores municipais. Contudo, somente com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001 é que foram regulamentados os artigos da constituição sobre a função social da propriedade.

acesso de bens de consumo coletivo a fim de atender necessidades individuais e básicas, mas deve ser compreendido pelo predomínio do valor de uso sobre o valor de troca, priorizando a existência social dos homens na vida da cidade. Para tanto, a participação social pode exercer papel fundamental na busca da restituição pela prática do uso, como se observa na pauta de alguns movimentos sociais organizados, tendo em vista a concepção segundo a qual a produção da cidade é um produto coletivo e em contínua construção. Portanto, as lutas sociais também são essenciais para a afirmação desse sentido do uso da cidade, a partir de referenciais que não estão sujeitados à mercadoria, mas correspondem antes às práticas sociais constituídas por diferenças, conflitos, contradições, construções coletivas, memórias etc.

Nesse sentido, a intenção da Prefeitura em colocar a área do quarteirão à venda não afirma apenas o modelo de gestão urbana alinhada aos interesses do setor imobiliário, que vê como entrave espaços como o quarteirão do Itaim. O uso público ali presente, sem função imediata para suprir as necessidades econômicas impostas pela acumulação, torna-se obsoleto e um entrave a ser descartado pelo Estado e pelo mercado. Além disso, a aliança entre o governo municipal e o setor imobiliário cria obstáculos para as conquistas sociais historicamente construídas na luta por direitos urbanos e também relativas aos marcos jurídicos das políticas urbanas, como por exemplo, do Estatuto da Cidade. Seu movimento denuncia que um novo paradigma da urbanização realmente vinculado à função social da cidade e da propriedade urbana está posto somente no horizonte. Arlete Rodrigues (2004) vai apontar a necessidade desse paradigma ser cotidianamente construído pelos movimentos sociais, mediante lutas sociais, a exemplo do próprio Estatuto da Cidade, que é fruto de ampla mobilização e participação da sociedade. Mas a autora ressalta que “não é o Estatuto que a contém (a conquista do direito à cidade) e, sim, o movimento da sociedade.” (RODRIGUES, 2004, p. 16). Dessa forma, sublinhamos a importância da reação da sociedade civil, apoiada por movimentos reconhecidos no contexto das reivindicações pela preservação de bens públicos e culturais na cidade de São Paulo, como uma forma de oposição à gestão urbana atual, que tem se pautado por intervenções que colocam em primeiro plano a valorização da propriedade imobiliária.

Precisamos investigar mais de perto a mobilização que se formou em defesa da área levando em consideração agora seus respectivos participantes e seus interesses

distintos sobre o uso do quarteirão. O movimento se ampliou e mobilizou perspectivas diferentes, ainda que todos confluíssem, na nossa perspectiva, em uma luta pelo espaço. Mesmo que a característica dos grupos envolvidos revele algumas ambiguidades, eles têm sido capazes de, em alguma medida, bloquear o avanço da privatização e questionar a forma de produção da metrópole de São Paulo. Neste caso, teremos de analisar melhor o papel que a preservação patrimonial acabou assumindo no contexto desse conflito como uma estratégia política possível da qual o movimento lançou mão. Pois, em princípio, o recurso do pedido de tombamento da área do quarteirão serviu de entrave contra os planos da Prefeitura. Simone Scifoni (2013a) aponta que há estratégias semelhantes dos movimentos em defesa pelo patrimônio, uma vez que muitos deles obtiveram sucesso em reivindicações análogas por meio de pedidos de tombamento, como pode se constatar a partir da experiência paulista. De nosso ponto de vista, cabe ressaltar que, apesar de uma série de dificuldades que envolvem as questões de preservação patrimonial, no caso do quarteirão o tombamento remete à contradição que mais pretendemos reforçar, a saber, aquela entre espaço público x espaço privado. Esta contradição de modo algum se reduz ao recurso do tombamento, porém este pode apontar também para a urgência de se reivindicar o direito ao uso público dos espaços da cidade, pode indicar que a presença de espaços públicos guarda a potencialidade de questionar as adversidades do processo urbano imposto hoje. Isso diz respeito igualmente à compreensão da importância do espaço público como o lugar da prática capaz de realizar, por meio do uso coletivo e democrático, a própria história coletiva da cidade, redefinindo os modos de apropriação do espaço. Ao menos no conflito em torno do quarteirão, o pedido de tombamento foi precedido pela mobilização da sociedade, pela participação de pessoas que, como veremos, foram às ruas e se colocaram no espaço público para também defendê-lo.

Associações

As associações diretamente envolvidas no Movimento SOS Quarteirão do Itaim são a Sociedade Amigos do Itaim Bibi, que representa uma vertente de movimentos sociais de pautas mais conservadoras (associações de bairro), o Grupo Memórias do Itaim Bibi, voltado à preservação da memória do bairro (cujas ações são caracterizadas por políticas de identidade do espaço), e a Associação Preserva SP e Movimento Defenda São Paulo, que são representantes de movimentos que atuam em

torno de diversas pautas reivindicatórias, desde a defesa do patrimônio como também contra a especulação imobiliária, políticas urbanas (planos diretores), violência urbana, corrupção etc. (mais alinhados, vale dizer, com preocupações da “elite”).

O Grupo Memórias do Itaim Bibi, liderado pelo Sr. Hércias de Pádua, também morador e líder comunitário do bairro, foi o principal articulador a contatar outras entidades para discutir o futuro do quarteirão. Segundo Jorge Rubies, presidente da Associação Preserva São Paulo, foi o Sr. Hércias que entrou em contato com a própria entidade e também com as demais, convidando-as a participar.

Além dessas entidades, a mobilização criada pela questão do quarteirão contou com mais participações. A Paróquia Santa Teresa de Jesus, muitos moradores, estudantes e trabalhadores do bairro, também figuras públicas como políticos e artistas apoiaram o movimento, agregando diferentes pessoas e grupos pela preservação do quarteirão. Em conversa com o Sr. Hércias de Pádua, porta-voz do movimento, atualmente cerca de 20 pessoas continuam envolvidas mais diretamente no Movimento SOS Quarteirão do Itaim. Segundo a liderança, a principal motivação que levou à formação do movimento foi a possibilidade de perda para o mercado imobiliário daquele espaço que é de uso coletivo e público. De forma enfática, a principal preocupação do grupo que se formou inicialmente era perder um lugar de representação da memória do bairro. Outra pauta significativa que a liderança do movimento frisa, como se pode perceber pelas entrevistas, é a importante cobertura vegetal da área, que se constitui como reserva verde do bairro.

Também em seu discurso, o que nos chamou a atenção foi a importância dada ao *uso cotidiano* do presente, seguido do valor histórico e arquitetônico.

“São oito equipamentos públicos que prestam importantes e necessários serviços a mais de duas mil pessoas por dia, entre usuários, pacientes, funcionários, alunos e pais de alunos. No quarteirão temos: uma biblioteca, um teatro, uma EMEI, uma creche, uma escola fundamental, um posto de saúde, a Apae e o CAPS 24hs. Também estamos reivindicando a instalação de um Telecentro dentro da biblioteca. Isso sem listar a importância da área na questão da memória e histórias desenvolvidas na região desde o século 18 e o valor arquitetônico principalmente da casa que foi residência do Sr. Bibi, família Couto de Magalhães, e dos edifícios da arquitetura modernista, do teatro e da biblioteca” (Trecho da entrevista

realizada com Sr. Hércias de Pádua do Movimento SOS Quarteirão do Itaim).

O Movimento SOS Quarteirão do Itaim buscou afirmar que sua mobilização tem caráter “pacífico e transparente”, por isso, denominou sua reivindicação como “movimento em defesa do quarteirão” e não como *luta*, como relatou Sr. Hércias, pois para o grupo o termo *defesa* se distanciaria da ideia de que partiriam para algum tipo de confronto mais efetivo.

Ao reconstruir o processo de formação do movimento, por meio das entrevistas realizadas, percebemos que os pilares que sustentam a reivindicação do grupo são principalmente as questões relativas à memória coletiva; ao meio ambiente urbano (verde) e ao uso público/coletivo do quarteirão. De forma mais indireta, a especulação imobiliária, mudança do perfil econômico e social do bairro, do uso residencial para o uso comercial e de serviços aparecem como questões de fundo. Percebe-se que há uma preocupação com os processos mais gerais da urbanização, do planejamento urbano, todavia, o que de fato surgiu como ponto nuclear do movimento foi a iminência da perda de um lugar bastante significativo para a comunidade do bairro.

O Sr. Hércias nos contou, por exemplo, que foi mais fácil conseguir assinaturas recolhidas em locais do bairro para o abaixo-assinado contra a proposta do Kassab do que pela internet, fato o surpreendeu durante a fase de mobilização do movimento. Ao colocar uma mesinha na calçada com cartazes e abordar as pessoas que caminhavam na região do quarteirão contribuiu significativamente para divulgação e ampliação da participação popular.

Mesmo tendo diferenças na forma como atuam no contexto da participação social, as entidades que se envolveram no movimento se identificaram quanto à hipótese de perda do quarteirão e decidiram se unir para defender sua preservação. Como veremos a seguir, na breve caracterização das principais entidades envolvidas, algumas já estiveram envolvidas em movimentos que tinham como centro da reivindicação a questão patrimonial. Como discutiremos mais adiante, essa experiência precedente foi fundamental na decisão da estratégia do pedido de tombamento do quarteirão. Esse aspecto é relevante, uma vez que se dá uma aproximação entre a prática e a teoria, revelando o papel (contraditório) do patrimônio no âmbito da reprodução da metrópole.

a) Grupo Memórias do Itaim Bibi

O Grupo Memórias do Itaim Bibi, a entidade mais recente que integra o movimento, surgiu em 2006. O principal objetivo consiste em resgatar e preservar as memórias da história do bairro do Itaim Bibi e do entorno. Também atua como “fiscalizador” que denuncia as intervenções pontuais que vem ocorrendo no bairro, como demolição de casas antigas para dar lugar a novos empreendimentos ou corte de árvores pela municipalidade. Atua também na qualidade de articulador de reivindicações de melhorias de infraestrutura para o bairro. O grupo se reúne regularmente para discutir alguns problemas do bairro, mas tem como foco resgatar a memória do bairro. Através de listas de discussões e redes sociais, o grupo, liderado pelo Sr. Hélcias de Pádua, divulga as denúncias e também eventos que acontecem no bairro. É a principal associação que atua no movimento, articulando as demais entidades, e é responsável pela organização das atividades e divulgação das ações.

Trata-se de um grupo que busca o reconhecimento de uma identidade marcada fortemente pelo passado do bairro, que tem no território e na história do bairro seus pilares. Isso marca o tipo de denúncia geralmente feita. Em sua percepção, o bairro do Itaim hoje, com seus edifícios de alto luxo e de negócios, sua vida noturna agitada e restaurantes chiques, teve sua história e paisagem apagadas. Para o grupo, é fundamental, portanto, resgatar e preservar a história do bairro, mostrar para os novos moradores e também pessoas que frequentam o bairro que “o Itaim era bairro de gente pobre, que só vinha para cá porque não tinha escolha. Meu pai, por exemplo, era ascensorista e minha mãe costureira. E escolheram aqui porque não tinham lugar melhor para ir”, conta Hélcias de Pádua. (Jornal O Estado de São Paulo, 21/07/2010).

O grupo ficou mais conhecido poucos meses antes do surgimento do Movimento SOS Quarteirão do Itaim, quando aparece em alguns veículos de comunicação apresentando a proposta de se implantar em escolas, lojas e empresas a “bandeira” do bairro do Itaim Bibi, como símbolo da memória do bairro. Para viabilizar sua proposta, o grupo recorreu à Câmara de Vereadores de São Paulo para oficializar a bandeira. Após a aprovação junto ao legislativo municipal, o grupo promove ações em escolas, empresas e estabelecimentos comerciais do bairro para popularizar esse símbolo e, por conseguinte, esclarecer a importância da preservação.

A ambiguidade do grupo está justamente em *reduzir* o conceito de cidadania ao de civismo, em seu sentido clássico, ligando assim à preservação conotações conservadoras⁶⁵. O Memórias do Itaim representa os movimentos vinculados ao território, tendo a bandeira como um exemplo claro dessa marca. O discurso do civismo acompanha intimamente o do símbolo. “Conseguimos um patrocínio de uma empresa e imprimimos 5.500 cartões postais, fizemos camisetas e bandeiras para distribuir. (...) Primeiro, porque é civismo; depois porque é uma demonstração de apreço pelo ambiente”, completa Pádua. (Jornal O Estado de São Paulo, 21/07/2010)

Deve-se atentar a esse reducionismo, sobretudo porque essa ideia de civismo esteve atrelada a regimes autoritários, como durante o regime Militar no Brasil (1964-1985), e não elevam o conceito de cidadania à de conquista social, igualmente limitando a cidadania ao modelo cívico vinculado à economia e política vigentes. Como aponta Tatyana A. Maia (2013, p.1):

“a cidadania foi atrelada à construção de um discurso cívico que se apoiou na história como lugar de produção e divulgação de um modelo societário desejado pelos agentes atuantes no regime (...) O Estado esperava que o cidadão ativo vivenciasse um processo de conscientização cívica, o que pressupunha a participação desse patriota na condução dos destinos da nação dentro de limites bem definidos”.

Somente a partir da premissa de que a gestão do uso do espaço deve ser democrática e também instrumento de ação para intervir nas políticas públicas, com a finalidade de garantir políticas redistributivas e de acesso universal à terra urbana, é que se deve pensar em um novo modelo cívico como o entendeu Milton Santos no livro *Espaço do cidadão*. Para Santos, no Brasil, o modelo cívico está atrelado ao modelo econômico e, conseqüentemente, a figura do cidadão não se realizou de fato. Para se alcançar um novo modelo cívico que não seja subordinado ao economicismo, é

⁶⁵ Essa redução pode ser entendida, a partir da ideia de “sentimento nacional”, que José Murilo de Carvalho trata no livro *Cidadania no Brasil*, ao reconstruir o conceito de cidadania no Brasil. Vale salientar a aproximação entre civismo e identidade territorial, que tem sua origem na disputa bélica por territórios, tema tradicional da geopolítica. “No início da guerra contra o Paraguai, as primeiras vitórias despertaram autêntico entusiasmo cívico. Formaram-se batalhões patrióticos, a bandeira nacional começou a ser reproduzida nos jornais e revistas, em cenas de partida de tropas e de vitória nos campos de batalha. O hino nacional começou a ser executado, o imperador D. Pedro II foi apresentado como o líder da nação, tentando conciliar as divergências dos partidos em benefício da defesa comum”. (CARVALHO, 2002, p. 76)

fundamental que a ideia de cidadania esteja orientada pela ação política e sobre bases da solidariedade social. (SANTOS, 2007, p. 125-126)

O Memórias do Itaim teve sua maior visibilidade com a formação do Movimento SOS Quarteirão do Itaim, momento em que amplia sua forma de atuação. Ele passa a agir não apenas como grupo de resgate da memória, mas assume um caráter de “denúncia”. Em pesquisa ao material de divulgação do Grupo, entre os anos de 2005 até 2009, basicamente os textos publicados se referiam à história do bairro e dos moradores. A partir de 2010, o tom se modifica e textos de denúncia, especialmente contra os imóveis do bairro, são compartilhados na internet. A constante destruição de antigas casas para dar lugar aos novos edifícios que passam a dominar a paisagem do bairro se torna o principal objeto de denúncia. É nesta mesma ocasião que o projeto da prefeitura é divulgado pelo jornal Folha de São Paulo, em dezembro de 2010. Mas esta luta travada pela preservação do quarteirão coloca no horizonte a formação de uma consciência em oposição ao avanço da cidade como negócio, que extingue diferentes modos de apropriação e uso do espaço. Ao longo do processo também foi possível perceber que, da preocupação com o sentido simbólico da memória do bairro, emergiu a discussão da preservação do bem cultural, principalmente ao recorrer ao tombamento como forma de impedir a transformação do bairro.

Atualmente, o Grupo vem atuando no movimento ao acompanhar o processo junto ao Condephaat, uma vez que a decisão final do órgão ainda não foi deliberada. O movimento entrou com um pedido de recurso após o órgão ter publicado que somente a biblioteca e o teatro seriam tombados. Segundo entrevista com o Sr. Hércias, a experiência de atuação do Memórias no Movimento SOS Quarteirão do Itaim permitiu ampliar a pauta de atuação do grupo para além de temas atrelados a memória do bairro. Outras entidades tem procurado o Grupo para conhecer sua experiência no contexto da participação popular.

b) Sociedade Amigos do Itaim Bibi

A Sociedade Amigos do Itaim Bibi (SAIB) foi fundada em 1995 com o objetivo de atuar como a mediadora dos problemas do bairro junto à Prefeitura e defender a melhorias urbanas dos moradores. Define como princípio a “qualidade de vida e a defesa da cidadania de seus moradores”. (Estatuto SAIB). De modo geral, suas pautas e

demandas tem caráter conservador. Parece claro que um de seus principais princípios está voltado à proteção da propriedade, ou seja, ela se mobiliza contra a possibilidade de “desvalorização” do bairro, o que inclui os fatos que podem gerar “incômodo” aos moradores – basicamente atua na “fiscalização da ordem pública”, contra barulho alto, presença de casas noturnas, eventos de rua etc. Também atua como “fiscalizadora” da infraestrutura urbana do bairro, denunciando buracos, obras irregulares, pontos de taxi, pousos e decolagens de helicóptero, necessidade de limpeza urbana, poda de árvores, e também solicitando reorganização do sistema de tráfego, linhas de ônibus etc., de acordo com os informativos divulgados pelo site da SAIB.

Um dos casos mais emblemáticos que envolveram a SAIB foi o do Parque do Povo (Cf. SCIFONI, 2013a). Em oposição ao tombamento que ocorreu em 1995, que teve início com o pedido de tombamento (mediante demanda popular) e a abertura do estudo pelo Condephaat, a associação tinha por intenção eliminar as atividades que ocorriam naquele espaço, revelando a estratégia de desqualificar as práticas populares historicamente construídas no local. Como o tombamento protegia o patrimônio vinculado às práticas populares – do futebol de várzea, circo, teatro etc. – a única forma de garantir a exclusão destes usos e pôr em prática a requalificação urbana do Parque do Povo foi construir um discurso de que a área estava dominada pela criminalidade. Para tanto, a entidade recorreu a instâncias jurídicas (Ministério Público) e laudo técnico pericial. A SAIB venceu a disputa, fato que foi evidenciado pela requalificação do Parque do Povo (projeto de 2006) e que mostrou sua força. Mesmo sem ter o apoio do conjunto dos moradores do bairro, saiu vencedora, pois a estratégia de abrir várias ações judiciais ao mesmo tempo e em varas distintas desarticulou alguma possibilidade de mobilização por parte daqueles que ainda resistiam no local. Essa associação deslegitimou o uso daquele lugar e, conseqüentemente, o próprio tombamento da área.

A atuação da SAIB evidencia seu caráter contraditório e conservador, uma vez que o mesmo argumento serviria para deslegitimar ou legitimar um bem cultural. No caso do Parque do Povo, a associação se colocou contra a proteção do bem cultural com o objetivo de garantir a valorização da propriedade privada dos moradores do bairro. No outro caso, o do quarteirão do Itaim, a associação apoia o Movimento SOS Quarteirão do Itaim que recorre justamente ao tombamento, porém baseada também no discurso da

prática cotidiana tradicional do universo popular. Isso fica evidente, como mostra Scifoni ao analisar a atuação da SAIB:

“Aquilo que aparecia como a defesa veemente do tombamento era, em realidade, um álibi justificador e legitimador para uma atuação jurídica contra a presença dos usuários e pela sua remoção. A defesa do tombamento, por princípio, deveria ser a salvaguarda do bem cultural, objeto daquele tombamento, ou seja, as práticas culturais tradicionais relacionadas ao universo da cultura popular” (SCIFONI, 2013a, p. 145)

Nesse sentido, a contradição se evidencia pelas posições que a associação assume ora a favor ora contra o bem cultural e público. Esse modo de atuar coloca à mostra que, enquanto tal, o discurso da preservação patrimonial pode ser assumido, tendo em vista interesses bem diferentes e contraditórios. Revela-nos que, em muitos exemplos, são os interesses particulares que estão conduzindo as pautas mobilizadas politicamente, voltados à preservação da propriedade e a valores da elite que surgem geralmente atrelados a posições moralistas, pela defesa dos bons costumes e em prol da manutenção do *status quo* vigente. Entretanto, o que nos interessa mais especificamente é que, por tentar bloquear a privatização desenfreada do quarteirão, ela também integra a luta que supera seus próprios interesses imediatos.

Todavia, durante a pesquisa, essa entidade não esteve acessível para discutir sua participação do Movimento SOS Quarteirão do Itaim. Buscamos em diversas ocasiões marcar entrevistas com seus integrantes, mas sem sucesso. A percepção que pudemos construir desta entidade se deu pela mediação dos demais grupos, que afirmaram a participação da SAIB desde a origem do movimento, estando presente nas reuniões, inclusive cedendo o espaço da associação para os primeiros encontros. Também deram apoio jurídico e financeiro para o movimento e, segundo Sr. Hércias, enquanto instituição consolidada e reconhecida no bairro teve fundamental importância dentro do movimento.

c) Associação Preserva São Paulo

A origem da Associação Preserva São Paulo surgiu de uma lista de discussões em 2005 sobre patrimônio histórico de São Paulo. Posteriormente, em 2007, o grupo de discussão resolveu criar oficialmente a associação, ampliando suas pautas. A partir da

criação da Preserva São Paulo, como uma Oscip⁶⁶, envolveram-se com a questão urbanística em geral, incluindo o meio ambiente urbano e, especialmente, o tema do patrimônio arquitetônico e cultural, como relata Jorge Rubies. Os integrantes são voluntários e, por não ter fins lucrativos, a associação é financiada pelas próprias pessoas nela envolvidas. Como consta em seu estatuto, dentre seus objetivos gerais, tem destaque o patrimônio:

“Artigo 3º. O PRESERVA SP tem por finalidades: I. defender o patrimônio cultural da cidade de São Paulo e sua região metropolitana, sua memória, especialmente o patrimônio construído, paisagístico, urbanístico, histórico, estético, artístico, turístico, arqueológico, ambiental, e quaisquer manifestações e elementos artísticos a eles associados e tudo que se compreende como patrimônio cultural nos termos do art. 216 da Constituição Federal de 1988; defender a qualidade da paisagem urbana e combater o processo de verticalização indiscriminada, de destruição, descaracterização, vandalismo e depredação do patrimônio construído da cidade de São Paulo e sua região metropolitana (...)” (ESTATUTO, Preserva SP, material eletrônico.)

De maneira mais clara e consciente, a associação assume uma posição contrária ao processo de urbanização atual. Ela compreende que a especulação imobiliária tem dominado o processo urbano, influenciando também a política municipal⁶⁷. Segundo Rubies, o poder das incorporadoras é total. As políticas urbanas, como o Plano Diretor, têm favorecido o setor imobiliário na produção da cidade de forma “perniciosa”, declarou em entrevista.

No caso específico dos órgãos de defesa do patrimônio, a situação atual está mais complicada, aponta Rubies. Nos últimos anos, a comunicação entre a sociedade e esses órgãos (Iphan, Condephaat e Conpresp) tem se mostrado mais difícil quando comparada com alguns anos atrás. Ele ressalta a respeito do Condephaat que, até o ano de 2011, quando foi solicitado o pedido de tombamento do quarteirão, o órgão estadual construiu um canal de comunicação mais intenso com o Movimento SOS Quarteirão do Itaim, mas após a mudança de gestão, com a troca dos conselheiros, ocorreu um bloqueio.

⁶⁶ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. São sociedades civis, sem fins lucrativos, de direito privado e interesse público, ou atuam em áreas associadas ao setor público, através de parcerias e convênios. Trata-se de uma ONG (Organização Não-Governamental) em termos jurídicos, pois é uma qualificação dada pelo Ministério da Justiça. A Lei Federal nº 9.790/1999 regula a Oscip.

⁶⁷ Pois as empresas do setor imobiliário seriam os principais financiadores de campanha partidária no município. Sobre isso, cf. também o texto de Jorge Rubies publicado na Folha de São Paulo em 08/07/11. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz0807201107.htm>

A Associação Preserva São Paulo aderiu ao Movimento SOS Quarteirão do Itaim após ser procurada pelo Sr. Hércias do Grupo Memórias do Itaim Bibi. De forma imediata, a associação identificou-se com a luta em defesa do quarteirão, em razão de ter uma história de mobilização contra a perda dos bens culturais na região metropolitana. A participação da comunidade local (entidades de bairro) é fundamental nesse processo. Também como ocorreu em outros casos, a associação se envolveu no Movimento SOS Quarteirão do Itaim ajudando a comunidade e entidades de bairro a se organizarem. As principais orientações foram ajudar nas ações essenciais, como divulgação, mobilização, sugestão de abaixo-assinados, protestos, ações judiciais e também o pedido de tombamento. Rubies ressalta, no entanto, que este recurso cada dia mais tem se mostrado menos eficiente. Se antes era uma forma de impedir o avanço da cidade como negócio, atualmente, em função da atuação dos órgãos de defesa do patrimônio, não tem contribuído efetivamente para sua preservação. Ainda assim, a via judicial tem sido o recurso mais importante para impedir a destruição de bens culturais, de acordo com o representante da associação.

O Movimento SOS Quarteirão do Itaim se mostrou ao longo de todo processo muito coeso e motivado por lutar pela preservação integral da quadra, contou Rubies. Dentre as principais conquistas do movimento, ele destaca que a abertura do estudo de tombamento foi muito importante, pois significou que a maioria dos conselheiros do Condephaat à época considerou relevante estudar a área. Todavia, a divulgação da primeira resolução, indicando o tombamento apenas da biblioteca e do teatro, apesar de ser importante, não correspondeu à demanda do movimento, que pedia a preservação do conjunto, justamente por entender que a preservação não seria restrita às edificações, mas às práticas cotidianas e ao valor afetivo que o quarteirão guarda.

d) Movimento Defenda São Paulo

O Movimento Defenda São Paulo é bastante conhecido pelas discussões sobre urbanismo na cidade de São Paulo, desde o final dos anos 1980. Tornou-se uma entidade jurídica apenas nos anos 1990, fundada por arquitetos e urbanistas. Atualmente, agrega cerca de cem sociedades de bairro em defesa de temas relativos à cidade. Mais recentemente, liderou a Frente em Defesa do Plano Diretor Participativo.

De acordo com Nigro (2001), o Movimento Defenda São Paulo surgiu de encontros realizados por representantes de associações de bairro preocupados com alguns projetos de autoria do então Prefeito Jânio Quadros (1985-1988), dentre os quais

se destaca o *Plano de Reurbanização* (1986), que atingia os bairros da Luz, Bela Vista, Santa Ifigênia, Bom Retiro e Liberdade, e ainda alguns bairros às margens dos rios Pinheiros, Tietê e Tamanduateí, com o objetivo de aumentar o adensamento nessas áreas para “aproveitar melhor” a infraestrutura já existente. À mesma época, a proposta de alteração do zoneamento da região dos bairros da Bela Vista e Jardins também motivou a criação do movimento, tendo aumentado, por conta dessa pauta, o número de participantes do movimento. Contudo, como aponta Nigro, foi a partir da gestão de Paulo Maluf (1993 – 1996) que o Movimento Defenda São Paulo se consolidou e ganhou visibilidade no cenário da participação social da cidade.

Sempre recorrendo à via judicial, as principais pautas e campanhas do movimento nos anos 1990, segundo Cíntia Nigro, foram:

- “1) campanha contra a aprovação do Plano Diretor apresentado na gestão Celso Pitta (por seu caráter demasiadamente genérico e permissivo);
- 2) campanha em favor da melhor distribuição do tráfego aéreo e controle do adensamento nas áreas próximas ao Aeroporto de Congonhas e Campo de Marte;
- 3) apoio ao projeto de lei *bairro verdes* de autoria do ex-vereador Nelson Proença;
- 4) campanha em favor da regulamentação da instalação de torres de telefonia celular e anúncios publicitários;
- 5) apoio aos projetos de *bolsões de tráfego*;
- 6) encaminhamento de denúncias de corrupção em órgãos públicos e apoio na investigação da Máfia da Propina;
- 7) moção de ações civis públicas contra a construção de garagens subterrâneas sob parques e praças da capital;
- 8) moção de ações civis públicas, denunciando o uso irregular dos imóveis localizados em bairros Z1;e
- 9) moção de ação de inconstitucionalidade contra a Lei das Operações Interligadas.” (NIGRO, 2001, p. 198-199)

Identificado por abraçar causas da “elite”, o Movimento Defenda SP busca, através do apoio de entidades de bairro, se aproximar de bairros da periferia, mas é no conjunto dos bairros centrais e do entorno que o movimento atua de forma mais contundente. O Movimento Defenda São Paulo esteve envolvido na maior parte dos casos de tombamentos de bairros na cidade de São Paulo. As associações que se formaram para lutar pelo tombamento de seus bairros (Jardim Europa e Paulistano, Pacaembu, Perdizes e Higienópolis; Sumaré; Jardim da Saúde; Pinheiros; Alto da Lapa entre outras) integram o Movimento Defenda São Paulo. A estratégia do tombamento é fortemente difundida pelo movimento e, dada sua visibilidade, tem bastante força na luta pela ampliação e legitimação dos meios de participação social. A criação e

regulamentação dos “Conselhos de Bairro”, capazes de garantir a participação popular na gestão da cidade e, conseqüentemente, ampliar a esfera política dos movimentos sociais, foi uma das principais bandeiras assumidas pelo movimento.⁶⁸

Atualmente, o movimento continua atuando em pautas relacionadas a participação popular na gestão da cidade de São Paulo. Como já mencionamos, lidera juntamente com outras entidades a Frente Popular em Defesa do Plano Diretor Participativo, criada em 2006. Em 2008, essa Frente entrou com pedido de ação civil pública contra o Plano Diretor e exigindo a participação da sociedade civil na produção deste documento. O Defenda SP reivindica, especificamente, a manutenção das áreas residenciais na cidade, contrapondo-se à alteração do zoneamento dos bairros estritamente residenciais. Sua alegação é de que apenas 4% do uso do solo da cidade é restrito às residências, sendo o restante de uso misto, portanto, diminuir esse percentual implica em perda da qualidade ambiental de São Paulo. Também participou recentemente das mobilizações contra o Projeto Nova Luz⁶⁹ – que pretendia promover uma requalificação urbana da região do bairro da Luz e de seu entorno – ao modelo das *cidades globais* - a exemplo de Barcelona, Nova York, Buenos Aires entre outras.

Seu envolvimento com o Movimento SOS Quarteirão do Itaim ocorreu imediatamente após a publicação da matéria na Folha (04/12-10) sobre a venda da área, e, juntamente com as demais entidades já comentadas, participou das primeiras reuniões do grupo. De acordo com entrevista de Lucila Lacrete, presidente da associação, concedida à época⁷⁰ “a ideia das creches mascara a intenção da prefeitura de se desfazer apenas de áreas nobres, favorecendo, portanto, a especulação imobiliária”. Em outra entrevista, ela reforça sua crítica dizendo que “os únicos que estão ganhando são o

⁶⁸ A discussão sobre os Conselhos de bairro se prolonga desde o processo de abertura política, após o regime militar. Foram realizadas muitas propostas de criação desses conselhos, cuja finalidade principal é a de garantir a participação popular. (Cf. FERRARI, 1984). No caso da cidade de São Paulo, a criação desses conselhos foi oficializada através do Decreto nº 45.551/2004 que dispõe sobre a criação, composição, atribuições e funcionamento do Conselho de Representantes na área de cada Subprefeitura. Alguns conselhos temáticos, como os da saúde são exemplos da representação popular nas experiências de participação social (Cf. COELHO e VERÍSSIMO, 2004). Todavia, somente na atual gestão de Haddad é que foram criados os tais conselhos. No ano de 2013, a cidade de São Paulo regulamentou 32 conselhos populares, com 1.125 representantes eleitos diretamente pela população. Para o Prefeito Haddad “A democracia representativa é uma conquista fundamental, mas hoje, com os novos meios de comunicação, as novas formas de interação, com mais de 50% da população mundial habitando grandes cidades, ela tem que ser aprimorada com a participação popular” (Disponível em: <http://www.spbancarios.com.br/Noticias.aspx?id=5261>). Segundo o Prefeito os conselhos foram inspirados no Conselho das Cidades como importante espaço de participação popular.

⁶⁹ Sobre o Projeto Nova Luz, cf. VAZ, 2009; DONEUX, 2011.

⁷⁰ Disponível em: <http://advivo.com.br/blog/rafael-cruz/a-venda-do-quarteirao-do-itaim-bibi;http://terramagazine.terra.com.br/interna/0,,OI5087338-EI6578,00-Lacrete+So+imobiliarias+ganham+com+a+venda+de+area+no+Itaim.html>

mercado imobiliário e todos aqueles que o cercam. É isso que deixa a comunidade perplexa”. Durante a etapa da pesquisa não conseguimos entrevistar diretamente nenhum representante da entidade, e como no caso da SAIB, obtivemos conhecimento da participação do Defenda SP a partir dos relatos de outros envolvidos no movimento.

Ações e estratégias

Durante a pesquisa, constatamos que o Movimento SOS Quarteirão do Itaim não existia antes do anúncio feito pela administração municipal, na gestão de Kassab, de intervir na área do quarteirão. Foi após a publicação da notícia já comentada da Folha de São Paulo (04/10/2010) que surgiram as primeiras conversas entre alguns moradores e lideranças do bairro do Itaim para questionar o projeto da Prefeitura para o quarteirão, pois até àquele momento não se via possibilidade de o local mesmo, considerado o “filet-mignon” no bairro, ser incorporado ao mercado imobiliário. Tal impossibilidade estava baseada em certas “garantias” legais, ou seja, pelo fato da área ser propriedade pública, definida como bem público de uso especial. Esse entendimento foi claramente percebido pela municipalidade que tratou de viabilizar a alteração do uso do quarteirão, por meio da Lei Municipal 15.397/2011 anteriormente comentada.

As primeiras reuniões aconteceram na sede da Sociedade Amigos do Itaim-bibi, que logo aderiu ao movimento, e também na Paróquia que cedeu um espaço para realizar encontros e assembleias. Posteriormente, o movimento conseguiu também uma sala dentro da Biblioteca Anne Frank, que passou a ser usada como acervo e local de reuniões. Desde o início, a participação popular se mostrou fundamental para a organização do movimento, visto que muitas assembleias e reuniões eram promovidas e divulgadas pelo grupo principal que liderou o movimento, como se observa nas documentações levantadas (ver figuras a seguir). Além dos meios tradicionais de divulgação, mediante cartazes colocados nas unidades de serviços públicos no quarteirão, o movimento também se apropriou dos novos meios de comunicação, principalmente da internet – redes sociais, blogs e listas coletivas de discussão. Para o grupo, a formação do movimento tinha que explicitar não apenas uma posição contrária ao projeto de Kassab, mas antes construir um discurso que explicitasse a função daquele lugar no contexto da cidade. A origem do quarteirão como projeto de “construção da cidadania”, como consta em material elaborado pelo movimento, deveria ser resgatada e

amplamente divulgada. Essa foi a justificativa central que norteou as ações, reivindicações e estratégias escolhidas pelo grupo.

Paralelamente à formação do Movimento SOS Quarteirão do Itaim, o vereador Aurélio Miguel solicitou ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a suspensão da Lei Municipal 15.397/2011, por meio de ação popular contra o Prefeito Gilberto Kassab. A justificativa da ação foi a de que não houve participação popular para discutir o projeto de lei e que a mesma feria o patrimônio público. Esta ação resultou na liminar concedida pela justiça, suspendendo a lei. O principal argumento do juiz baseou-se no próprio pedido de tombamento que à ocasião já estava em estudo e, portanto, impedia a alienação do bem público. De acordo com Rubies, da Preserva SP, essa ação foi voluntariamente pedida pelo vereador sem ter envolvimento direto com o movimento. De todo modo, essa ação judicial ajudou a luta em defesa do quarteirão.

Além do objetivo comum, as primeiras pautas do Movimento SOS Quarteirão do Itaim tinham por finalidade, conforme relatou o representante da Preserva São Paulo, organizar o movimento, definindo então as primeiras ações e estratégias a serem realizadas para impedir o projeto de Kassab. Assim, dentre as ações estavam:

- Conversar com os responsáveis e com as pessoas que trabalham e usam as instituições situadas no quarteirão, explicando o projeto do Prefeito Kassab, com o objetivo de criar um canal de comunicação com a comunidade do bairro e convidá-los a participar de reuniões, manifestações e protestos;
- Abrir um canal de diálogo com a municipalidade para que fosse, oficialmente, apresentado o projeto para a área, a fim de garantir a participação popular;
- Recolher assinaturas em forma de abaixo-assinado contra a venda da área;
- Organizar manifestações públicas para mostrar a posição do movimento contrária ao projeto;
- Buscar apoio junto à opinião pública, nos meios de comunicação e junto a representantes políticos;
- Formação de comissão jurídica para representar legalmente o movimento e para apresentar a ilegalidade do projeto;

- Formação de grupo técnico (formada por especialistas e profissionais ativistas) a fim de garantir a preservação da área e das unidades que funcionam no quarteirão, através de pedido de tombamento, entre outras.

Dessas pautas, a maior parte foi concretizada no decorrer do ano de 2011 e 2012. As ações executadas pelo movimento foram⁷¹:

- Realização de Assembleias frequentes com a participação dos grupos envolvidos e interessados
- Realização de Audiência Pública na Assembleia Legislativa organizada por representantes do poder legislativo e com a participação do Ministério Público;
- Contratação de especialista para elaboração de estudo técnico para fundamentar o pedido de tombamento;
- Elaboração e apresentação do pedido de tombamento;
- Instrução e acompanhamento do processo.

O movimento, que esteve bastante organizado naquela ocasião, conseguiu atingir a opinião pública em geral, e diversas matérias em meio eletrônico e mídia impressa foram publicadas nesse período. Foram realizadas várias manifestações, desde passeatas nas ruas do bairro do Itaim e em volta do quarteirão. O abaixo-assinado recolheu milhares de assinaturas (cerca de 12 mil) que foram entregues ao Ministério Público. Além de assembleias regulares, também uma audiência pública foi realizada para discutir a questão (ver **Figura 3.5**). Essas ações levaram a uma construção sólida da reivindicação do movimento sobre a necessidade de preservar o quarteirão.

Segundo o jornal *O Estado de S. Paulo*, a manifestação “Abração no Quarteirão”, ocorrida em março de 2012, reuniu aproximadamente 800 pessoas (ver **Figura 3.6**). O movimento também organizou protestos em locais onde se dirigia o Prefeito Gilberto Kassab, com direito a apitaços, cartazes etc. Em reportagem do Jornal Estadão do dia 25 de janeiro de 2011 foi registrado um desses protestos. (ver **Figura 3.7**). Essas ações reafirmavam o sentido da participação social do movimento como

⁷¹ Cf. A entrevista publicada pelo Instituto Innovare, com o título “Movimento SOS Itaim Bibi: Justiça e Sustentabilidade”, divulgada em 2012 e realizada com a Comissão jurídica do movimento formada por Áurea Ap. Colaço; Edgard S. Bueno Filho; Nelson J. L. O. Ribeiro e Lívio de Vivo. Disponível em <http://www.premioinnovare.com.br/praticas/movimento-sos-itaim-bibi-justica-e-sustentabilidade/>

ação política. Como relatou Sr. Hélcias em uma de nossas entrevistas, a experiência dessas ações construiu uma conscientização da importância da ação política. Esta permite ressaltar, principalmente, o papel que assume a comunidade como atuante nos processos de reprodução da vida social.

As fotos na sequência registram uma das manifestações que aconteceram nas ruas envolta do quarteirão, a qual foi amplamente divulgada em vários meios de comunicação. Vale notar os dizeres nas faixas: ataques mais diretos à especulação imobiliária e destaque para a reivindicação de ocupação integral do quarteirão pelas unidades públicas.

Figura 3.5. Cartaz da 4ª Assembleia do Movimento e 1ª Audiência Pública



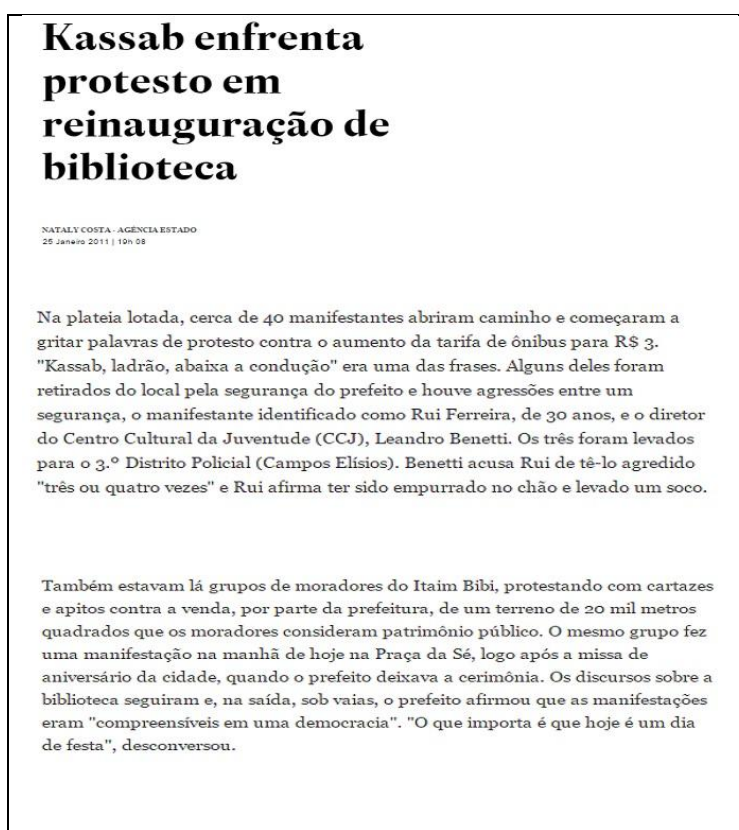
Fonte: Acervo do Movimento SOS Quarteirão do Itaim

Figura 3.6. Reportagem no Jornal Estadão do dia 22 de março de 2012.



Fonte: Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,protesto-reune-800-para-protetger-quarteirao-do-itaim-imp-,851651>

Figura 3.7. Reportagem do dia 25 de janeiro de 2011 – Jornal Estadão



Fonte: Disponível em <http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,kassab-enfrenta-protesto-em-reinauguracao-de-biblioteca,671059>



Foto 3.1. Registro da Manifestação realizada no Quarteirão do Itaim, promovida pelo Movimento SOS Quarteirão do Itaim. Fonte: Acervo do Grupo Memórias do Itaim; do Deputado Giannazi e do Jornal Estadão; <http://infograficos.estadao.com.br/galerias/gerar/2455>

Após a formação das comissões jurídica e técnica, a principal estratégia e justificativa adotada pelo movimento foi recorrer ao instrumento de tombamento⁷², tendo sido eleito como instrumento de ação social por seus integrantes “para o exercício da cidadania e preservação da dignidade humana”. Esse recurso jurídico foi instituído pela Constituição de 1988 tendo em vista a proteção do patrimônio cultural brasileiro. Segundo a comissão jurídica do Movimento, a justificativa foi apresentada nos seguintes termos:

“A adoção do tombamento, instituto jurídico de Direito Administrativo adequado à preservação do patrimônio cultural, arquitetônico, arqueológico e do meio ambiente, no presente caso, ganhou contornos constitucionais de remédio social destinado à manutenção e preservação não só dos bens protegidos pela Constituição da República Federativa do Brasil, como também dos direitos sociais e de sustentabilidade da comunidade do distrito do Itaim Bibi, do seu habitat, do equilíbrio do seu meio ambiente urbano e social, contribuindo também para a manutenção de indivíduos arbóreos e permeabilização do solo, meios de prevenção e dissipação de ilhas de calor, que elevam as temperaturas durante o inverno, aumentando o desconforto da população”. (INNOVARE, 2012, p. 2)

Parte das entidades envolvidas no movimento já havia recorrido a esse instrumento jurídico em outras circunstâncias. Jorge Rubies, da Preserva São Paulo, comenta em entrevista que a associação também apoiou outros pedidos de tombamento, como por exemplo o do Cine Belas Artes em São Paulo. Cíntia Nigro (2001), em pesquisa sobre entidades que lutam em defesa do patrimônio em São Paulo, já apontava a participação do Movimento Defenda São Paulo como importante “aglutinador de entidades civis que estão envolvidas nos casos analisados de pedidos de tombamento na cidade de São Paulo” (NIGRO, 2001, p. 200)

⁷² O tombamento de bens culturais é realizado em três esferas do poder público – federal, estadual e municipal. O IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) é o órgão federal responsável; em nível estadual o órgão responsável é o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico) e na esfera municipal corresponde ao CONPRESP (Conselho Municipal de Preservação Do Patrimônio Histórico, Artístico e Ambiental da Cidade de São Paulo). O tombamento só se consolida oficialmente após a homologação do Secretário de Cultura, publicação da Resolução de Tombamento no Diário Oficial; como também pelo Registro no Livro de Tombo. Para que um bem seja tombado, primeiramente deve ser solicitado um pedido (requerimento com justificativa e informações sobre o bem) junto a um dos órgãos de preservação, o qual após analisar deve deliberar junto ao Conselho se irá abrir ou não o estudo de tombamento. Na prática qualquer pessoa (física) ou grupo (pessoa jurídica) pode solicitar o pedido de tombamento. Todavia, cabe ao Conselho, formado por instâncias colegiadas, de caráter aparentemente democrático, a decisão sobre os tombamentos.

Além da função jurídica que o tombamento carrega, pois é um ato administrativo em que o poder público reconhece, oficialmente, um determinado lugar ou objeto de importância para a comunidade, nos interessa sua possibilidade política, trazendo à tona a maneira como, mediante o uso do próprio patrimônio, a produção da cidade se apresenta como políticas de espaço. O procedimento que envolve o tombamento ou mesmo outras formas de proteção do patrimônio⁷³ é bastante contraditório, pois se de um lado pode impedir o avanço da cidade como negócio, pode igualmente reforçar essa tendência, inclusive tornando o próprio patrimônio um negócio que garante a reprodução do capital. Nota-se que as estratégias usadas pelos movimentos em defesa do patrimônio da cidade, como o próprio tombamento, dependem sobremaneira da legislação que ainda pode garantir o avanço da cidade como negócio. Por isso, quando um grupo de pessoas solicita o tombamento de um bem cultural coletivo, coloca-se em questão diversos termos relativos à gestão urbana, ou seja, se é de interesse ou não do Estado, do mercado, uma vez que o próprio patrimônio vem se ajustando com o objetivo de garantir o processo de valorização dos espaços na metrópole. (Cf. SCIFONI, 2015b). Contudo, ressalta-se que nem todo bem cultural (material ou imaterial) da comunidade é tombado, pois a decisão ainda recai sobre os Conselhos de Patrimônio, os quais, como aponta Scifoni, têm se mostrado como instâncias aparentemente democráticas e participativas. Ainda assim, enquanto estratégia evidencia o caráter político de atuação dos movimentos, já que é por meio deste instrumento jurídico que pressionam o poder público representado pelos órgãos de proteção e bloqueiam, ainda que parcialmente, a destruição dos bens culturais. Outrora, o recurso do tombamento foi uma conquista da própria história da preservação patrimonial, tendo sido recorrente em diversos casos de luta pela preservação de bens culturais.

⁷³ No âmbito estadual, o Condephaat tem dois mecanismos de preservação, regulamentados por lei que também valorizam o patrimônio. O Registro do Patrimônio Imaterial, Decreto nº 57.439/2011, que definem como patrimônio imaterial: 1. Conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades; 2. Rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social; 3. Manifestações orais, literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas; 4. Espaços onde se concentrem e se reproduzem práticas culturais coletivas. (Artigo 1º, § 1º). A Declaração de Lugar de Interesse Cultural, aprovada em 2014, novo instrumento de valorização da cultura paulista que associa o lugar e o uso sem a obrigatoriedade do tombamento. Em nível federal, o IPHAN também criou a chancela de Paisagem Cultural, através da Portaria nº 127/2009, definida como “uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores”.

Na história da preservação patrimonial em São Paulo⁷⁴ coube inicialmente ao poder público definir os bens que seriam tombados. Salienta-se que a origem do Condephaat, órgão de defesa estadual criado em 1968, foi marcada por uma matriz conservadora, personificada por uma elite conservadora e intelectuais defensores da tradição, fato que pode ser constatado ao se observar o conjunto de bens tombados inicialmente pelo Condephaat, que tinham na colonização portuguesa sua orientação. Capelas e igrejas; a aldeia de Carapicuíba e os núcleos urbanos de Cananeia, Iguape e São Sebastião são os representantes dessa arquitetura colonial portuguesa tombada. Somente a partir de 1975, quando novos conselheiros⁷⁵ passam a integrar o conselho do órgão, é que o sentido da preservação ganha novos rumos, pois questionam a ação preservacionista, ou seja, o papel da participação social no contexto das políticas de preservação. É nesse momento que a mobilização social em defesa do patrimônio cultural ganha visibilidade. De acordo com Cíntia Nigro (2001), até os anos 2000 a história das mobilizações sociais em favor do tombamento na cidade de São Paulo foi marcada por três fases distintas: Tempos de Afronta (1975 – 1981); Tempos de Abertura (1982 – 1992) e Tempos de Clausura (1993 – 2000). Para a autora, a participação da sociedade civil se tornou fundamental para pensarmos as políticas de preservação do patrimônio.

Nos anos 1970, sob o regime militar, a participação social ganhou o caráter de afronta. Por isso, o período é caracterizado por Nigro exatamente como Tempos de Afronta, uma vez que o autoritarismo político impedia o avanço dos movimentos sociais em geral, e também daqueles em defesa do patrimônio. Todavia, assim como no contexto social mais amplo que buscava meios para romper com o sistema político, nas políticas patrimoniais, o rompimento com a forma tradicional de se pensar o patrimônio foi crescendo dentro dos órgãos de preservação. É desse período a criação da Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade (CDPC), que teve o geógrafo Aziz Ab'Saber como seu principal mentor. A primeira e emblemática mobilização em favor da

⁷⁴ Sobre a história da preservação patrimonial em São Paulo, cf. RODRIGUES, M. 1996; 2000; MARINS, P.G. 2008.

⁷⁵ A chegada ao Condephaat de Aziz Ab'Saber, Ulpiano Menezes, Antonio Arantes, Murilo Marx, Carvalhosa, Titarelli mudou os rumos das políticas de preservação pelo menos no contexto do Condephaat.

preservação foi do Instituto de Educação Caetano de Campos⁷⁶ (1975) que marca o primeiro período a que Nigro chamou de Tempos de Afronta (NIGRO, 2001, p. 84). A importância histórica relacionada ao ensino público foi, nesse período, a principal justificativa à preservação, o que diferia do modo como o tombamento de bens culturais vinha ocorrendo, isto é, preservação dos bens que estavam vinculados à histórica oficial, de valor monumental e excepcional, sobretudo relacionado aos bens da cultura da elite. Mesmo em tempo de repressão, o caso do Caetano de Campos anunciava como luta política a voz da sociedade civil que se organizou como mobilização popular em defesa de um bem cultural. Além disso, a questão da memória, do valor afetivo, surge na esfera das discussões patrimoniais. A luta popular conseguiu evitar a destruição do edifício, com o tombamento pelo Condephaat em 1976. Contudo, não pôde evitar a mudança de uso do lugar, que até aquele momento tinha 4.500 alunos na instituição, e após o tombamento tornou-se sede da Secretaria de Educação do Estado.

O período seguinte (1982 – 1992), denominado por Nigro como Tempos de Abertura, é marcado pelas conquistas políticas e sociais advindas do processo de redemocratização do país. Nesse período, um grande número de mobilizações agita o debate sobre a preservação patrimonial, sobretudo no que se refere à participação popular e também à reestruturação pela qual passaram os órgãos de defesa do patrimônio— como no caso do Condephaat. Como aponta Nigro (2001, p.92):

“A maior parte dos pedidos de tombamento desse período referem-se à defesa de áreas verdes da cidade. Esse predomínio de solicitações está apoiado no pioneirismo do Condephaat na utilização do instrumento do tombamento como meio de preservação de áreas naturais do Estado de São Paulo, afirmando o critério *ambiental* como elemento constitutivo do bem cultural”.

Esse período se caracteriza pela ampliação da participação da sociedade civil e aproximação da sociedade no debate preservacionista, uma vez que a demanda pelo tombamento de bens culturais passa a ocorrer não apenas a partir do Estado (dos órgãos), mas igualmente ganha volume o número de solicitações. Esse processo foi chamado de “política de balcão” (Cf. MARINS, 2008), que tinha a intenção de atender as demandas vindas da sociedade. Dentre os inúmeros pedidos de tombamento desse período, os casos mais emblemáticos de mobilizações sociais em defesa dos bens

⁷⁶ Em 1975 o Metro de São Paulo anunciou que construiria uma estação da linha vermelha leste-oeste na Praça de República, sendo necessária a destruição do edifício, bem como de grande parte da praça, isso levou a sociedade civil a se organizar para impedir a intervenção na área.

culturais em São Paulo foram os bairros jardins, o Parque do Ibirapuera, a Casa Modernista e a da fábrica de Cimentos Perus. De novo, as justificativas pelo tombamento dessas áreas transcendiam a concepção tradicional de patrimônio, ligada apenas à arquitetura e fatos históricos considerados relevantes, tocando em temas como memória coletiva, afetiva, popular, operária e, ainda ecológicos a perda de áreas verdes na cidade. Ademais, a produção do espaço urbano, fortemente impactada pela verticalização, passava a ser contestada pelos grupos que já se contrapunham a esse processo que substituíam usos residenciais de predominância horizontal para dar lugar a edifícios residenciais e comerciais, transformando a morfologia dos bairros e também seus usos e funções.

O espaço inserido no circuito da valorização, em um movimento, como vimos no primeiro capítulo, de expansão e ampliação do capital, e conseqüentemente de implosão e explosão da cidade, se consolida enquanto metrópole. Esse processo atinge, portanto, os referenciais da cultura popular que tendem a ser substituídos por formas homogêneas e destituídas de memória, significados diversos etc. Logo, essa forma de produção do espaço urbano, ao promover formas diferenciadas de apropriação, gera um empobrecimento das relações sociais, pautadas pela privatização generalizada. Todavia, isso também conduz diferentes grupos sociais a lutar pela preservação dos lugares considerados importantes por essas pessoas, encontrando nos instrumentos de proteção aos bens culturais – como o tombamento – uma importante estratégia para impedir a destruição do patrimônio.

Ao mesmo tempo, como analisa Gohn (1991), a conjuntura política dos anos 1980, principalmente, após a queda do regime militar, apontava para um cenário propício aos movimentos sociais que ampliaram a participação da sociedade civil na esfera política. “Os anos 80 foram de politização do setor social, de generalização da política para toda a sociedade”. (GOHN 1991, p. 11). Esse processo ocorrerá também no contexto das políticas de preservação patrimonial, tanto na ampliação da participação social como também na abertura que os órgãos de proteção (aqui analisado o Condephaat) conduzem a partir de uma noção ampliada do próprio patrimônio. A proteção dos bens culturais passa a incorporar o patrimônio não-consagrado, popular, ambiental, das minorias. Esse período marca, assim, uma importante experiência de tombamento voltada ao uso dos bens culturais, que é um instrumento que está

relacionado à proteção de bens de natureza material (NIGRO, 2001). Mais do que isso, os tombamentos que resultam de demandas da sociedade devem ser entendidos como uma importante estratégia de luta pelo espaço, mesmo que se questione a própria legitimidade desse instrumento devido ao fato de seu fundamento jurídico poder ser definido a partir da sua materialidade apenas.

Sem dúvida, o uso exige uma determinada materialidade, mas sua importância não está circunscrita a tal aspecto, mas da prática que se concretiza socialmente. Esse elemento que se desloca da materialidade à prática é que nos interessa destacar, pois evidencia uma experiência social presente nas políticas de patrimônio, uma experiência na qual cabe à sociedade atribuir ao bem cultural seu significado. Isso ocorre também pelo fato de o tombamento ser o recurso jurídico socialmente mais reconhecido na preservação de bens culturais, e que garante em alguma medida a preservação. Em muitos casos, nos quais havia a iminência de destruição do bem, a estratégia dos movimentos da sociedade civil em pedir o tombamento trouxe à esfera pública a discussão da preservação e, em última instância, da própria produção do espaço.

Entendemos também que, no caso do quarteirão do Itaim, a mobilização que surge em sua defesa corresponde a essa forma de compreender o bem cultural, ou seja, a prática cotidiana da comunidade que usa e ressignifica aquele lugar. Para a autora, também fundamental nesse período de abertura é a noção de território urbano, que amplia a própria dimensão do patrimônio e a postura política da sociedade na defesa dos bens culturais coletivos. Um exemplo significativo de tombamento nesse período foi o do Parque Modernista, que para além de sua importância arquitetônica teve como base a mobilização popular para tombar o lugar e torná-lo um bem cultural público, uma vez que a casa e o jardim modernista eram particulares (família Warchavchik). Revela-se aqui um movimento oposto ao da produção privatizada dos espaços urbanos.

Assim, esse período, responsável por construir a noção de patrimônio como campo de afirmação de identidades coletivas e de constituição da cidadania (Cf. NIGRO, 2001), é substituído por um novo momento, caracterizado pela autora como Tempos de Clausura (1993 – 2000), sendo iniciado pela política neoliberal levada a cabo a partir do Governo de Fernando Collor de Melo. São poucos os casos de tombamento de bens culturais em São Paulo que marcam o período se comparados com o momento anterior. Importa ressaltar que vem ocorrendo significativo retrocesso nas

políticas de preservação patrimonial, bem como sério desvirtuamento do sentido da preservação, sobretudo ao explorar a “cultura” como forma de promover a preservação de bens culturais, através de interesse do mercado, nas intervenções que ficaram conhecidas a partir dos anos 1990 como “revitalização das áreas centrais” das cidades brasileiras. Soma-se a isso o fato de que o avanço da especulação imobiliária tem pressionado com mais intensidade o poder político local, garantindo seus interesses por meio de alianças com o objetivo de atuar em determinadas áreas da cidade. Estas alianças reverberam sobre os órgãos de preservação que se colocam como instâncias deliberativas “neutras”, mas que em suas decisões têm mostrado de que lado estão no jogo político. De acordo com as justificações apresentadas por tais órgãos, os tombamentos se tornaram “problemas” e consideram a grande quantidade de pedidos de tombamento uma “perda de sentido”. Isso apresenta um retrocesso na construção ampliada da noção de patrimônio, pois tem-se orientado novamente a partir de uma ideia de que o patrimônio deve ter um valor excepcional, monumental e de relevância histórica.

Ressalta-se que o recorte temporal que a autora utiliza neste último período pode ser prolongado, uma vez que os traços que o caracterizam permanecem. Como aponta Simone Scifoni (2015b), o patrimônio hoje, na esteira da cidade como negócio, tem sido “ajustado” a fim de eliminar barreiras da produção do urbano, tornando-se ele mesmo negócio, isto é, necessidade e condição da reprodução do capital. Na medida em que o patrimônio, ao ser incorporado pelo mercado, entra no campo da política e da economia como estratégia da produção do espaço, perde seu sentido emancipador na construção mais democrática do espaço. Também ocorre um distanciamento entre os órgãos de preservação e a sociedade civil, o que havia sido construído politicamente no período anterior. Por fim, o período atual é marcado pelo empobrecimento da noção de cultura, uma vez que o valor simbólico é deixado de lado para exaltar seu sentido como mercadoria cultural.

Sobre o momento atual da questão patrimonial, e partindo da perspectiva de Nigro, Scifoni (2015a) faz uma abordagem bastante interessante da relação entre a cultura e o patrimônio. Ela aponta a necessidade de situarmos dentro da problemática urbana, como a entendeu Lefebvre, uma vez que estamos diante de uma fase crítica da reprodução do urbano, resultado do processo de implosão-explosão que produz

contradições capazes de se materializar em desigualdade e segregação socioespacial, processo que atinge inclusive os bens culturais. Nesse sentido, o patrimônio também assume um caráter contraditório: se é mediação para a realização da mercadoria, quando explorado no sentido do consumo visual, ao mesmo tempo possui um caráter simbólico, possível de ser reafirmado quando apropriado pelos sujeitos que se mobilizam em sua defesa. Outro elemento central de sua análise é a de que no Brasil há uma *natureza desigual do patrimônio*, pois este nem sequer chegou se a realizar de forma ampla (“patrimonialização generalizada”)⁷⁷ como ocorreu nos países centrais. Ao contrário, as políticas patrimoniais interessadas na realização do capital produzem inclusive uma diferenciação do patrimônio expressa em *tipos de patrimônio* que são “escolhidos” para serem preservados. Fica evidente que “o que se preserva e restaura reflete um tipo de passado e de sociedade que se deseja perpetuar no tempo. As omissões, os esquecimentos são resultado de uma construção política de um passado”, segundo Scifoni. (2015a, p. 140)

Mas para que o patrimônio recupere o sentido simbólico que lhe é próprio, a possibilidade da preservação patrimonial, de acordo com Scifoni (2015a, p. 136), só consegue se realizar por meio de movimentos sociais que se organizam em sua defesa, como se viu, por exemplo, no Movimento SOS Quarteirão do Itaim, Movimento pelo Cine Belas Artes e Reapropriação da Fábrica de Cimentos de Perus. A experiência do Movimento SOS Quarteirão do Itaim trouxe àqueles que a vivenciaram a noção de que também estão fazendo política. “Em uma certa reunião do movimento, o vereador Eliseu Gabriel, nos falou que nós também fazemos política”, disse o Sr. Hélcias. Essa consciência foi sendo percebida por eles à medida que se envolviam e se apropriavam daquele lugar que defendiam. Em um processo de *conscientização* dos diferentes significados que o quarteirão apresenta aos moradores do bairro, daqueles que trabalham, estudam ou estão presentes de outra maneira naquele espaço, foi possível construir um plano para o movimento. A práxis, assim, foi se realizando em momentos, em encontros, em reuniões, em organização: a luta se apresentando como potência para a desalienação em relação à produção do espaço.

Houve um percurso do Movimento SOS Quarteirão do Itaim até que se chegasse ao pedido de tombamento para o Condephaat. Em conversa com o grupo, pudemos

⁷⁷ Sobre esse assunto cf. JEUDY, 2005.

perceber pelos relatos registrados em entrevistas que o momento inicial de mobilização, após o anúncio do projeto de Kassab divulgado na Folha de São Paulo, ocorreu de forma muito rápida e intensa. Durante o processo foi preciso, como nos relatou Rubies em entrevista, organizar o grupo em “tarefas”, conforme a “habilidade” e mesmo a “experiência” dos que se envolveram diretamente. Isso permitiu uma maior sintonia do grupo e, principalmente, “amenizar conflitos e problemas”, que segundo ele, são parte do processo da ação política. A experiência das entidades na organização do Movimento foi fundamental, como o próprio Preserva SP e o Defenda SP. As reuniões pautaram as principais necessidades do grupo, como criar frentes de mobilização, de pesquisa histórica do quarteirão, de apoio técnico, jurídico e financeiro para que movimento tivesse coesão e decidisse seus objetivos. Quando perguntados sobre a decisão pelo tombamento, foram enfáticos em dizer que houve consenso sobre essa estratégia. “Como havia a experiência do Preserva SP e do Defenda SP na participação em movimentos que também recorreram ao pedido de tombamento, essa possibilidade foi imediatamente considerada”, disse Sr. Hércias. Para o movimento ficou claro – e por isso o pedido se tornou consenso – que o instrumento do tombamento era capaz de impedir a perda imediata do quarteirão, devido à legislação concernente a pedidos de tombamento proibir a alteração do objeto em análise até que a decisão final seja tomada. No que diz respeito à questão patrimonial, portanto, eles estavam conscientes desde o início de que essa estratégia deveria ser muito importante. Por esta razão, a contratação de um estudo técnico dos aspectos históricos e arqueológicos do quarteirão foi uma das primeiras ações do movimento que auxiliaram na construção do pedido junto ao Condephaat.

Em conversa já no fechamento da pesquisa, eles reafirmaram que a coesão do grupo se manteve na maior parte do processo. Em alguns momentos chegaram a recorrer à ajuda especializada para melhorar a organização do grupo, assim como houve alguns desacordos entre participantes. Embora atualmente não seja evidente o mesmo “calor” que moveu o início do processo, a liderança vem acompanhando de perto o desenrolar da decisão junto ao Condephaat, enquanto o quarteirão não for preservado em seu conjunto.

E mesmo sabendo que a decisão do Condephaat pode não ser plenamente favorável, a experiência da participação no movimento trouxe uma dimensão muito

positiva no que se refere à “consciência da ação social e política”, afirmou Sr. Hércias. Também entendem que o recurso do tombamento, de um certo ponto de vista, é limitado, uma vez que poderia ser um alibi (Cf. MONNET, 1996) no contexto da preservação patrimonial, mas, de outro, ainda pode impedir o avanço da cidade como negócio, na medida que põe em disputa política os espaços de uso social da cidade. Se não impede totalmente tal avanço, ao menos dificultam esse processo. Desse modo, na sequência buscamos reconstruir o caminho escolhido pelo Movimento SOS Quarteirão do Itaim, a partir do pedido de tombamento do quarteirão.

3.3. O pedido de tombamento do quarteirão

O Movimento SOS Quarteirão do Itaim se mobilizou rapidamente em pedir o tombamento da área ao Condephaat. Após contratar no começo de 2011 um estudo técnico elaborado pela arquiteta Vanessa Kraml - “Caderno de Pesquisa Histórica para Tombamento da área dos equipamentos públicos do Itaim Bibi, o movimento protocolou o pedido de tombamento em março de 2011 no Condephaat, em nome da Preserva São Paulo. Ao final do mês de abril do mesmo ano, o órgão iniciou processo de estudo (nº 64.106/2011) do tombamento da área. Isso implicou no “congelamento” do projeto de Kassab”, pois como já dissemos, o processo que envolve o tombamento de um bem cultural, bloqueia intervenções na área em estudo. Foi por essa razão que a Justiça suspendeu em 2011 a venda da área, tendo o juiz alegado que o instrumento do tombamento impede que o terreno seja vendido. A estratégia do movimento consistiu então em aproveitar o recurso do tombamento em benefício de sua luta pelo espaço.

Para o pedido de tombamento feito pelo Movimento SOS Quarteirão do Itaim foi entregue ao Condephaat o seguinte material:

- Levantamento histórico-urbanístico da área;
- Levantamento histórico-arquitetônico dos equipamentos;
- Estudo do perfil dos usuários dos equipamentos;
- Levantamento paisagístico do quarteirão;
- Certidões;
- Decretos;
- Pareceres;
- Notas da imprensa;

- Abaixo assinado
- Ação Popular
- Liminar da Justiça.

De acordo com parecer da Diretoria da UPPH do Condephaat que foi acatado pelo Conselho do Condephaat, a abertura do estudo de tombamento teve como justificativa:

- A mobilização popular em prol da defesa da área;
- A importância do uso público consolidado da área;
- Os atributos ambientais existentes na área;

Dentre os documentos que integram o processo de tombamento junto ao Condephaat, tomaremos como referência o Parecer Técnico UPPH Nº GEI-214-2013⁷⁸ até o pronunciamento final sem data pré-definida. Em princípio, o citado Parecer Técnico obteve a deliberação do Conselheiro Relator, comunicada pelo Diário Oficial de São Paulo do dia 07 de janeiro de 2014⁷⁹, em que decide tomar somente parte do que inicialmente foi solicitado, como segue na descrição a seguir:

“De acordo com o que dispõe o artigo 142 do Decreto 13.426. de 16.03.79, notificamos a todos os interessados que o Egrégio Colegiado do CONDEPHAAT - Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado, em sua Sessão Ordinária de 16-12-2013, deliberou, em relação ao estudo de tombamento do “Quarteirão Cultural do Itaim Bibi”, aprovar o parecer do Conselheiro Relator pelo tombamento apenas do conjunto formado pela Biblioteca Anne Frank e pelo Teatro Décio

⁷⁸ O referido Parecer Técnico emitido no dia 16/12/2013 pela Unidade de Preservação do Patrimônio Histórico (UPPH), corresponde ao Processo Nº 64.106/2011 solicitado pela Associação Preserva São Paulo, protocolado em 02/05/2011, sobre o pedido de tombamento do Quarteirão do Itaim. Segundo consta no parecer, o pedido de tombamento foi feito pela sociedade, acompanhado por estudo “cuidado e detalhado que descreve as características de formação do bairro do Itaim e enfoca o Quarteirão do Itaim e os prédios e instituições que o compõem”. Além disso, ressalta a motivação do pedido por parte da sociedade, que pela intenção de venda da área por parte da Prefeitura de São Paulo via a iminência de sua extinção. As arquitetas Sílvia Ferreira Santos Wolff e Adda Ungaretti, que assinam o Parecer Técnico afirmam que buscaram avaliar o valor do Quarteirão do Itaim sob o ponto de vista do patrimônio cultural.

⁷⁹ Até o fechamento da dissertação, não houve decisão final do tombamento do quarteirão, uma vez que o movimento contestou a decisão preliminar de tomar somente a biblioteca e o teatro. No dia 24 de fevereiro de 2014, foi julgado e atendido o recurso pedido pelo movimento, fazendo com que o processo tivesse de ser novamente analisado. Para o grupo, o tombamento integral do quarteirão e das unidades públicas corresponde ao que consideram o patrimônio a ser preservado relativo a memória coletiva, do meio ambiente urbano e do uso social público do bairro. A omissão das unidades que não foram consideradas patrimônio seria um retrocesso à noção de patrimônio, aqui discutida, ampliando a visão restrita de que o patrimônio é somente aquele de valor arquitetônico “relevante”.

Almeida Prado com seu respectivo terreno remanescente, situados a Rua Cojuba, 45 e 45A, nesta Capital.

Nos termos do parágrafo único do já citado artigo 142 e do artigo 146 do mesmo Decreto, a deliberação ordenando o tombamento ou a abertura do processo de tombamento assegura, desde logo, a preservação do bem até decisão final da autoridade competente, ficando, portanto, proibida qualquer intervenção que possa vir a descaracterizar os referidos imóveis, sem prévia autorização do CONDEPHAAT, podendo ser punido o descumprimento do acima disposto com as sanções penais previstas no artigo 63 da Lei Federal 9605, de 12-12-1998, as sanções administrativas previstas na Lei Estadual 10.774, de 01-03-2001, regulamentada pelo Decreto Estadual 48.439, de 21-12-2004, além das consequências de natureza civil previstas na legislação vigente.

Estabeleça-se o prazo de 15 dias para apresentação de eventual contestação, conforme disposto no artigo 143 do já citado Decreto Estadual, contados a partir do recebimento da notificação.” (DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO. EXECUTIVO. CADERNO 1. 07/01/2014, p. 31)

Em relação ao Parecer Técnico da UPPH, importa essencialmente destacar o valor que lhe foi atribuído no sentido de subsidiar o Conselho em sua decisão, embora isso não seja condição *sine qua non*, como já se constatou na primeira decisão divulgada pelo Conselho. Isso implica refletirmos sobre o distanciamento entre o respaldo técnico e a deliberação política, momentos que fazem parte do instrumento jurídico do tombamento, bem como a distância, já mencionada, entre a própria demanda da sociedade e as instâncias de tomada de decisão, a qual marca o caráter do atual Conselho (sobretudo no âmbito político que assume) como alheio ao entendimento do patrimônio enquanto direito social reconhecido por uma esfera democrática.

Especificamente no caso do Parecer Técnico, percebe-se que este procurou investigar a área do quarteirão à luz da preservação de bens que se destacam dentro do perímetro espaço-temporal, bem como das decisões de tombamento já realizadas antes pelo Condephaat. Vale ressaltar que houve uma preocupação de incluir na análise valores tanto dos aspectos arquitetônicos quanto também urbanísticos, sociais e ambientais. Esse procedimento embasou a avaliação técnica que indicou o interesse de preservação da área e de alguns edifícios. Conforme se lê na conclusão do Parecer:

“Neste presente parecer o esforço foi o de subsidiar o Conselho em sua decisão. Para tal estão aqui reunidos:

1. Caracterização da quadra do ponto de vista de sua ocupação atual.
2. Histórico da constituição da quadra e das edificações que abriga.
3. Avaliação dos valores para a preservação do lugar e dos imóveis que mais se destacam dentro do perímetro histórico⁸⁰.
4. Memória das decisões de tombamento anteriores pelo Condephaat que tenham pontos de contato com o caso em análise.
5. Avaliação das possibilidades de tombamento da área.

Em síntese o que se pode dizer é que interessa a preservação da integridade do perímetro da quadra. Interessa a preservação integral da Biblioteca, Teatro e Casa de D. Marta, edificações aí inseridas. Interessa o controle rigoroso das transformações nesse espaço e ainda, que há precedentes de tombamentos nesse sentido pelo Condephaat.” (PARECER UPPH, p. 95)

A conclusão do Parecer Técnico marca um momento importante da preservação patrimonial por insistir na inclusão de um conjunto de bens culturais que dizem respeito a certos valores atribuídos pela sociedade, marcados pelo uso, pela apropriação, pela vivência, e que são materializados em edifícios que correspondem a um ideal de educação, por exemplo. Aludem também a outro momento da história da cidade de São Paulo. Além disso, dentre os valores mencionados no parecer, que refletem sobre a prática da preservação a partir de uma noção *ampliada* do que seja patrimônio cultural, isto é, que permita superar o caráter tradicional consagrado – nacionalista, sagrado, excepcional, exclusivo, elitista – a ideia de atribuição de valor aparece calcada em uma concepção voltada ao reconhecimento de grupos diversos que integram o conjunto da sociedade, inclusive dos historicamente excluídos, como os trabalhadores, imigrantes, também crianças e deficientes, entre outros.

Interessante mencionar alguns aspectos destacados pelo Parecer a fim de sintetizar os motivos pelos quais se deveria tombar o quarteirão à luz de uma concepção mais democrática de preservação patrimonial. Podemos elencar, dentre eles, os seguintes: lugar que carrega a marca de um espaço público destinado ao atendimento e formação da população menos assistida (Parque Infantil Biblioteca); carrega a memória da origem do bairro (Chácara dos Couto Magalhães); memória da obra social de caráter pedagógico, cultural e humanitário que resultou da somatória de esforços de várias

⁸⁰ Este item merece ser destacado para esclarecer que no pedido de tombamento não foram excluídos lotes particulares que também integram a quadra do Itaim-bibi. No entanto, o parecer já indica que não há construções significativas para preservação nesses lotes, e sobretudo, porque o avanço de construções de edifícios corporativos já vem ocorrendo nesses lotes particulares, como foi constatado em trabalho de campo realizado em abril de 2013.

gerações (Convênio escolar), introdução da arquitetura moderna nas edificações públicas em área distante do centro da cidade (Biblioteca e Teatro); atendimento à educação e à saúde pública (Primeira entidade a assistir crianças e adultos excepcionais – APAE); espaço residual e de resistência diante da produção da cidade nos dias atuais, pois apresenta traços de caráter pouco adensado e não verticalizado, com significativa presença de massa arbórea em oposição à densidade vertical e pouco arborizada do entorno.

Assim como no caso do pedido de tombamento do quarteirão, nas experiências anteriores de tombamento realizadas pelo Condephaat que tiveram ampla participação popular, como mencionado no início do capítulo, a atribuição do valor esteve essencialmente ligada ao reconhecimento das vivências, do uso, das realizações que ocorriam nesses lugares, mais do que somente voltada ao valor arquitetônico das edificações. Como consta no parecer:

“Muito do que constitui hoje o patrimônio cultural paulista oficialmente preservado que está totalmente incorporado ao imaginário da população teve esse tipo de avaliação de origem – valorização do significado cultural prevalecendo sobre a representatividade arquitetônica” (PARECER UPPH, p. 92)

Nesse sentido, defender o tombamento restrito apenas à Biblioteca e ao Teatro é não fazer jus à história da luta por tombamentos em São Paulo⁸¹. Tal restrição também pode ser vista como um retrocesso à atribuição de valor dos bens culturais, da própria noção de patrimônio, que no curso da história vem conquistando o reconhecimento enquanto direito da sociedade. Aliás, o tombamento de patrimônios culturais coloca em pauta, dado seu caráter normativo, simbólico e político, os riscos de perda de legitimidade que envolvem os dilemas da produção da cidade e da preservação patrimonial. Além do que, motiva-nos a questionar em que medida o poder público, detentor do reconhecimento oficial de determinados bens culturais, interage com a sociedade civil a fim de permitir um amplo debate público acerca da disputa pelo tombamento. De nossa perspectiva, o problema do distanciamento entre demanda e deliberação expõe não apenas a fragilidade da esfera democrática que cerca o debate patrimonial, mas da gênese democrática das instituições formais em geral. Igualmente, o

⁸¹ Vale ressaltar que, em uma concepção “reificada” do patrimônio, o tombamento apenas da Biblioteca e do Teatro guardaria um “glamour” considerado maior do que os outros pelos usos “culturais” que empregam e pela arquitetura “modernista”. Sua importância, de nossa perspectiva, reside antes na apropriação social e pública de seu uso.

papel dos movimentos sociais que recorrem ao tombamento como estratégia de luta precisa ser dimensionado, no sentido de questioná-los se com a conquista do tombamento se encerra a mobilização do grupo. Em que medida a experiência da participação social traz à consciência a perspectiva de que o patrimônio precisa ser disputado politicamente de forma contínua.

A fase de mobilização e ação já não tem a mesma vitalidade que atingiu à época do pedido de tombamento da área, com grande apoio da população e da opinião pública, mas de acordo com a liderança do grupo há muita atenção quanto ao processo no Condephaat. Em seu relato, Sr. Hércias, um dos líderes do movimento, voltou a afirmar que não basta o tombamento apenas da biblioteca e do teatro, pois entendem que o patrimônio é o conjunto dos edifícios, a cobertura vegetal ali presente e o uso público e coletivo das 2 mil pessoas que frequentam diariamente o quarteirão. Ao ser questionado sobre o desfecho do processo, isto é, sobre o posicionamento do movimento após a divulgação final (positiva ou não) do tombamento, foi taxativo: “A luta continua”. A mesma opinião é a de Jorge Rubies, representante do Preserva SP e também um dos líderes do movimento. “É preciso estar atento, acompanhando os processos de intervenção na cidade, criando espaços de discussão sobre os problemas da cidade”, disse Rubies.

3.4. A preservação patrimonial: da estratégia à reapropriação

A ideia de preservação é em si contraditória. Quando observamos o conjunto de bens culturais na cidade que estão preservados, encontramos uma geografia desigual do patrimônio que reflete a reprodução desigual da sociedade em seu processo histórico. (Cf. SCIFONI, 2015a)

A cidade possui um conjunto de bens socioculturais que foi produzido ao longo da história por um intenso processo de relações sociais. Contudo, na história das políticas de preservação patrimonial, considerou-se passível de ser preservado nacionalmente apenas os bens da elite, que estavam relacionados aos fatos memoráveis de nossa história e tinham valor monumental, excepcional e estético. Essa escolha revela que os bens culturais estavam atrelados à história dos “vencedores”, para fazer uma alusão a Walter Benjamin, e que tinham, portanto, uma origem desigual e excludente. Tudo que fizesse referência ao popular e ao banal, comum, do cotidiano,

não seria considerado um bem cultural com direito à preservação. Entre as décadas de 1930 e 1970, a preservação patrimonial desconsiderou os bens culturais dos trabalhadores, dos camponeses, dos imigrantes, da arquitetura que não tivessem valor artístico, deixando de lado também o que estivesse relacionado ao período da industrialização.

Como mencionamos anteriormente, foi a partir dos anos de 1970 que se configurou um *processo de democratização do patrimônio*. (Cf. NIGRO, 2003) Uma gama importante de novos conceitos passou a compor o cenário das discussões patrimoniais, tais como memória, relação espaço-temporal dos bens culturais e principalmente os sujeitos da preservação. Isso foi possível porque os órgãos estatais responsáveis pelas políticas patrimoniais mudaram seus princípios e objetivos, fazendo com que a participação social e as demandas vindas da sociedade ganhassem um importante lugar nos debates. E mais ainda, a organização da sociedade civil em associações de bairro, em comunidades eclesiais de base etc. teve uma trajetória de luta fundamental no percurso das transformações sociais que incluem a preservação patrimonial⁸². No Brasil, com o fim da ditadura militar e a consolidação da Constituição de 1988, esse processo de mudança veio ocupar um lugar central nos rumos das políticas patrimoniais. A Constituição passou a considerar o patrimônio cultural brasileiro como aquele referente aos “bens materiais e imateriais tomados individualmente ou em conjunto [...] portadores de referência à identidade, à ação, à memória”. (Constituição de 1988, artigo 216). Além da definição conceitual, a Constituição também formulou quem seriam os agentes da preservação e quais seriam os instrumentos para sua realização:

⁸² Conforme analisa Prata (2009), as cartas patrimoniais são documentos importantes como referência para se pensar a interface entre patrimônio cultural e cidade, isso porque embora seja historicamente estreita a relação entre ambos, esta se transformou e ganhou lugar no debate patrimonial por meio desses documentos. Em seu trabalho, Prata retoma as várias cartas patrimoniais que foram elaboradas no século XX e que foram fundamentais ao debate sobre preservação, tais como Carta de Atenas (1931), Carta de Veneza (1964), Normas de Quito (1967), Declaração de Estocolmo (1972), Declaração de Amsterdã (1975) entre outros, inclusive documentos nacionais tais como Compromissos de Brasília (1970) e Salvador (1971) etc. Cada uma dessas cartas patrimoniais reflete o debate acerca da preservação que ocorria no momento, por exemplo, a Carta de Veneza (1964) discutiu o caráter restrito da noção de patrimônio propondo que se ampliasse sua concepção; as Normas de Quito (1967) buscaram afirmar a função social do patrimônio e sua relação com a cidade e o meio ambiente; a Declaração de Amsterdã (1975) recupera algumas ideias que vinham sendo discutidas no debate patrimonial como a questão da ambiência e necessidade de articulação com o planejamento urbano. (Cf. PRATA, 2009, cap. 1)

“O poder público com a colaboração da comunidade promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação e de outras formas de acautelamento e preservação”. (Ibidem, § 1)

Embora tenha havido avanços na conceituação e também ampliação na escolha de bens patrimoniais, é fundamental não perder de vista que há ainda um processo de seleção dos bens históricos, culturais e artísticos que não consideram a totalidade da experiência social (MENESES, 1996, p. 94). O problema nesse processo é que a seleção apresenta limites, isto é, conceitualmente está atrelada a uma concepção de cultura “reduzida como *um segmento* compartimentado, privilegiado” da vida social (Ibidem) e, na prática, ao ser conduzida ainda de forma hegemônica por especialistas, muitas vezes faz com que o momento da deliberação técnica e política se separe da participação popular que estava na base da reivindicação social. Por conseguinte, as decisões pela preservação patrimonial correm o risco de perderem legitimação na medida em que se distanciam da dimensão simbólica e viva da cultura.

Conforme observa Lia Motta, o patrimônio é fruto de um processo específico de seleção:

“A escolha de um determinado patrimônio, assim como as opções para seu tratamento, não são atos desinteressados: dependem do ponto de vista da seleção, do significado que se deseja atribuir aos objetos e do uso que se quer fazer deles. São ações inseridas em contextos históricos, socioeconômicos e culturais específicos, que também devem ser observados para seu entendimento”. (MOTTA, 2000, p. 260)

Entendemos a complexidade da questão do tombamento como algo fundamental a ser considerado pelas políticas patrimoniais que, conforme discute Simone Scifoni (2006, cap. 4; 2013b), não prescinde de uma história de luta pela preservação do patrimônio liderada pela sociedade civil e organizada principalmente por ONGs ou associações de bairro. Os tombamentos de bens públicos, áreas culturais, naturais, antigas residências e edifícios na cidade podem ser entendidos, em determinados casos, como conquista social, uma vez que estão ancorados nos movimentos de luta pela apropriação do espaço. São exemplos dessa conquista coletiva, alguns já mencionados, a primeira casa modernista a ser tombada no Brasil no bairro da Vila Mariana em São Paulo na década de 1980, o Parque do Povo no Itaim (anos 2000) e o tombamento de parte do Cinema Belas Artes (fachada) na Av. da Consolação em 2012.

Como discutimos anteriormente, o patrimônio carrega um duplo sentido que, de acordo com Scifoni (2015a), ao estar cooptado pela mercadoria - mediação para sua realização - se tornou apenas objeto de consumo visual da *cultura*. No entanto, ainda em essência, ele apresenta um sentido simbólico, possibilitando também, por meio da tomada de consciência, recuperar seu sentido político. Uma análise crítica deve ter a pretensão de se contrapor à noção do patrimônio vinculada à celebração heroica, aos bens dos *vencedores*. Portanto, as mobilizações em defesa do patrimônio revelam ainda um outro papel do patrimônio, de caráter político, uma vez que é consequência das lutas sociais urbanas. Essas, por sua vez, podem denunciar as políticas patrimoniais de caráter empresarial, criando inclusive um debate mais amplo sobre o modo como vem ocorrendo a preservação patrimonial na metrópole hoje.

Mesmo diante desse tipo de entrave posto pelas atuais políticas patrimoniais, a questão que nos colocamos é se o instrumento de tombamento, no contexto de sua gênese e de seu desenvolvimento, pode ser considerado um fator relevante para se pensar a resistência, tendo em vista o êxito obtido na garantia de alguns direitos (direito à memória, identidade cultural). Conforme aponta Nigro (2003), o tombamento passou a ser a principal forma de assegurar a preservação patrimonial, tornando-se objeto de reivindicações, como vimos por exemplo também no caso do Movimento SOS Quarteirão do Itaim. Também Scifoni (2015a) cita outras mobilizações em defesa do patrimônio, que recorrem a esse tipo de estratégia para impedir a demolição de patrimônios da cidade. Para a autora, esses movimentos, que recorrem ao tombamento como “única” maneira de impedir esse processo de aniquilamento do patrimônio, colocam em questão as políticas de preservação dos órgãos públicos no Estado de São Paulo (SCIFONI, 2015a, p.136)

Houve momentos na história das políticas patrimoniais em que o tombamento, mesmo em seu caráter contraditório, colocou em movimento processos que trouxeram para a perspectiva da reprodução do espaço urbano determinadas conquistas, por exemplo, nos casos de tombamento em que a demanda social e as deliberações institucionais convergiram. Esse movimento revela que o próprio processo de urbanização abre *pequenas fissuras* que, diante dos interesses hegemônicos, podem revelar conteúdos contraditórios, constituindo resistências, sobretudo quando a própria sociedade toma conhecimento de que o patrimônio e as estratégias para sua preservação,

como o *recurso jurídico do tombamento*, devem ser politicamente explorados. Contudo, à contramão da própria história da política patrimonial, os órgãos de defesa do patrimônio não têm avançado nesse sentido, negando muitos pedidos de tombamento com a justificativa de que o “bem” é somente de interesse local. Para Scifoni, este tipo de justificativa esconde a visão “tradicional” do que é o patrimônio, ou seja, de que deve ser preservado apenas os bens de valor “excepcional e monumental”, em termos arquitetônicos e estéticos. Ressalta-se novamente que essa noção de patrimônio está relacionada àquela prática de seleção, tradicionalmente explorada pelas políticas patrimoniais, que favorece a escolha de bens da elite do país – econômica, política e religiosa, excluindo os cidadãos comuns – trabalhadores, camponeses, negros, imigrantes, índios que constituem seus bens em suas práticas cotidianas mais simples e elementares.

O próprio caso do quarteirão exemplifica essa “escolha”, pautada em justificativas tradicionais do patrimônio. Como dissemos, o Movimento SOS Quarteirão do Itaim entrou com o pedido de tombamento no Condephaat de toda a área do quarteirão (inclusive dos terrenos privados), incluindo cada uma das unidades. Entretanto, como mostramos antes, mesmo tendo parecer técnico a favor do tombamento integral do quarteirão, o Conselho do Condephaat decidiu pelo tombamento apenas dos edifícios da Biblioteca Anne Frank e do Teatro Décio de Almeida Prado, excluindo as demais unidades e o conjunto do quarteirão, entendendo que estes não têm “valor excepcional”, deixando uma brecha sobre o futuro do conjunto patrimonial. Em entrevista com Jorge Rubies, do Preserva SP, ele afirma que houve um distanciamento de caráter político dos Conselheiros do Condephaat em relação à sociedade civil. Até o momento do pedido de tombamento o movimento ainda teve uma pequena abertura com os Conselheiros da época. Segundo ele, o atual conselho apresenta uma visão mais bloqueada das políticas patrimoniais, pois afirmam que há um excesso de pedidos de tombamento, fato que empobrece a preservação do que “realmente é patrimônio”. No entanto, a atual gestão do conselho deveria perceber que o tal “excesso” de pedidos, provavelmente, revela um processo amplo de destruição de bens culturais levados a cabo pela forte especulação imobiliária que atua na cidade, analisa Rubies.

Portanto, embora o tombamento possua tanto um caráter normativo (jurídico-administrativo) quanto simbólico (bens culturais) (NIGRO, 2003, p. 171), é sua possibilidade *política* e *social* que nos interessa ressaltar. O tombamento é uma forma de mediação para evidenciar o *papel político do patrimônio* que se ergue a partir das lutas em sua defesa. Caso contrário, corre-se o risco de ser considerado uma “estratégia fatal” (Cf. MENESES, 1996; ARANTES, 2000), como ocorreu com a própria cultura. Não estamos interessados em simplesmente qualificar o instrumento do tombamento como algo “bom” ou “ruim” por si mesmo. Ele já se consolidou como importante mecanismo de intervenção do espaço urbano, por seu caráter normativo e também simbólico. Porém, ele precisa ser entendido em seu caráter político, cujo sentido precisa ser disputado, e também como “compromisso social” (GUTIERREZ apud SCIFONI, 2015a). E ainda que a “preservação” do patrimônio receba contornos conservadores (como, na maior parte das vezes, aqueles ligados aos interesses privados), em sua ambiguidade permite que seja disputada politicamente. Motivações ou justificações “culturais” (presentes, por exemplo, no caso do quarteirão do Itaim) criam dinâmicas políticas de produção do espaço que resultam em bloqueios ou em conquistas sociais. As lutas sociais em defesa do patrimônio seriam, desse modo, a expressão da ação política. Como o Movimento SOS Quarteirão do Itaim está inserido no contexto das lutas urbanas (luta pelo espaço), recorrendo ao tombamento como estratégia de sua reivindicação, deve também procurar entender esse recurso do ponto de vista político. As entrevistas mostram que, em grande medida, o grupo tomou consciência do caráter político de suas ações, embora não tivessem claramente radicalizado o papel político do patrimônio enquanto tal.

Nesse sentido, o Movimento teria duas potencialidades fundamentais a título de resistência: apontar as contradições que cercam o uso público do espaço na cidade contemporânea e ainda questionar o desenvolvimento geográfico desigual das políticas patrimoniais e do patrimônio na cidade de São Paulo. Em termos substantivos, a estratégia de tombamento permitiu um enfrentamento eficaz até o momento. No entanto, longe de cristalizar a reivindicação da preservação “do lugar” em si mesmo, longe de reduzir o bem cultural valorizado à dimensão “material” da área (pois isso seria tratar os bens culturais como “fetiches”), a politização do recurso do tombamento poderia ter se direcionado à *reapropriação dos espaços de uso público*. Isso faria com que se amenizasse um dos aspectos ambíguos e conservadores abertos pelo

tombamento, a saber, o de servir tão somente à proteção da propriedade e à manutenção de interesses privados (por mais amplos que possam ser). Pelo contrário, segundo a reconstrução proposta na presente pesquisa, a contradição a ser explorada no processo que compõe o quarteirão é aquela entre uso público e dominação privada do espaço, e que em alguma medida cerca também os discursos pela preservação. Contudo, só seria possível juntar de fato “preservação” e “uso público” caso o próprio movimento radicalizasse politicamente as oportunidades abertas pela estratégia do tombamento, ressaltando antes de tudo o sentido *social* da produção do espaço.

Entendemos assim que apenas uma luta mais aberta em prol do quarteirão seria capaz de alargar a “fissura” iniciada pela estratégia do tombamento, mas isso é uma tarefa *prática* que dependerá da persistência e da força do movimento. O tombamento é um instrumento político efetivo e que já iniciou uma luta mais abrangente pelo uso público do espaço. O horizonte desta luta, no entanto, aponta muito mais longe, refletindo as expectativas democráticas da sociedade de um dia constituir um verdadeiro espaço público na reprodução da metrópole, de ver realizada uma nova urbanidade fundamentada na justiça espacial e no direito à cidade. É indiscutível que a urbanização capitalista está rapidamente impossibilitando a realização de tais expectativas, mas também está produzindo efeitos colaterais que acabam se tornando entraves indesejáveis para ela mesma. A luta pela preservação do quarteirão é ainda um entrave pequeno, porém que se mostra presente. E não apenas isto. Ela lança mão de uma estratégia que nos indica “pontos cegos” de uma contradição que só pode ser evidenciada pela ação e pela resistência dos movimentos sociais. Apesar dos interesses diversos que o condicionam e motivam, o movimento pela preservação do quarteirão, aqui criticamente considerado, converte-se em uma luta muito mais abrangente e muito mais difícil pelo uso público e democrático do espaço na cidade de São Paulo.

Considerações Finais

No percurso da pesquisa, foi ganhando importância o exame do potencial e dos limites do Movimento SOS Quarteirão do Itaim, um movimento inserido no contexto das mobilizações sociais, aqui particularmente discutidas em torno da defesa do patrimônio cultural e das lutas urbanas. Instigávamo-nos ainda mais com o fato de a mobilização portar o que, em princípio, nos parecia uma contradição, ainda mais quando nos damos conta de sua localização, o bairro do Itaim Bibi, hoje um lugar que é a expressão da *cidade como negócio*. Buscamos compreender assim o processo mais amplo que levou à formação da metrópole enquanto lugar dos negócios para ser o próprio negócio, isto é, um momento necessário da acumulação capitalista. Também nos interessava, entretanto, a importância da constituição da resistência como uma luta pelo uso do espaço.

O movimento do quarteirão do Itaim trouxe à tona aspectos contraditórios do processo de produção do espaço, os quais se constituíam da junção e embate entre diferentes pontos de vista analisados: o ponto de vista da sociedade civil se contrapunha, em grande medida, ao daqueles que dominam o processo urbano, representados pelo setor imobiliário (principalmente a JHS que tinha interesse na área) e pelo Estado (gestão municipal de caráter empresarial). Essa análise está apoiada ainda na evidência de que o espaço da metrópole se vê condicionado pelo mundo da mercadoria. Buscamos compreender o sentido da luta organizada pelo Movimento SOS Quarteirão do Itaim a partir da análise da produção do objeto do conflito enquanto tal, o quarteirão do Itaim, e identificamos na sua própria constituição e desenvolvimento dois projetos distintos de cidade (e de sociedade). Ressaltamos que um dos projetos foi concebido tendo como fundamento o uso público e coletivo do espaço, característico da proposta do Convênio Escolar. Hoje, ao contrário, o que está posto para o quarteirão é sua submissão aos interesses econômicos, marcados pelos negócios urbanos realizados em grande medida pelo setor imobiliário, que produzem lugares de uso privado. Em um embate entre valor de uso e valor de troca, os lugares do vivido, das práticas cotidianas, das experiências coletivas são colocados em xeque por esse processo hegemônico, restando-lhes permanecer na qualidade de resíduo e raridade na metrópole. Mas sua permanência acabou vindo à tona como uma necessidade social na medida em que suscitou uma luta por sua preservação.

Considerando especialmente a análise de Carlos (2007, 2013; 2015b) sobre a importância de se pensar na prática socioespacial, tendo em vista poder revelar *o sentido da realidade e as oportunidades que surgem no horizonte da vida cotidiana*, é possível evidenciar necessidades, desejos, conflitos e contradições que surgem como condição da existência humana. Pois a submissão do espaço à mercadoria, reafirmando formas de dominação e de segregação socioespacial, fazem emergir diferentes tipos de conflito ligados hoje às condições de vida das metrópoles, e isto é também o que ocorre no quarteirão do Itaim. Trata-se de um conflito reconstruído na presente pesquisa como uma luta em prol de um espaço a ser socialmente reapropriado. Sua importância é central e, ao que nos parece, indiscutível, já que, conforme Henri Lefebvre, o próprio exercício da cidadania se realiza também como uma *luta pelo direito à cidade*.

Segundo Carlos (2007), a ideia de privação a que os cidadãos estão submetidos sob o domínio da mercadoria nos mostra que os habitantes vivenciam a cidade como local de privação, de perda e de estranhamento. Tal compreensão revela o desacordo entre o tempo da *vida* e o das mudanças na metrópole (físicas, funcionais) impostas pelas *políticas de espaço* implementadas pelo Estado, evidenciando que há uma *produção alienada da cidade*. Como diagnosticar possibilidades de mudança nesse cenário tão desfavorável a uma cidade que, à sua maneira, ainda deseja se libertar da dominação capitalista? A única possibilidade inscrita nas condições existentes deriva, como procuramos mostrar, das lutas políticas e sociais surgidas exatamente de dentro desse cenário composto de decisões autoritárias e interesses de mercado. Nesse sentido, as lutas pelo espaço ganham um papel central para a análise das contradições que emergem no contexto da reprodução social, pois entendemos que a natureza da ação prática é essencialmente política.

Diante do entrave que se formou no caso do quarteirão do Itaim outros aspectos da reprodução da metrópole emergiram e mostraram velhas e novas contradições na relação entre os sujeitos da produção do espaço. No caso específico em tela, tentamos não simplificar a questão simplesmente opondo interesses públicos diante de privados, ou mesmo caracterizar Estado ou sociedade civil como representando apenas ora um ou ora outro desses interesses. Ao mesmo tempo, a investigação da luta pelo quarteirão nos permitiu entender como ações aparentemente “pontuais” acabam revelando elementos de um processo mais amplo de produção do espaço urbano. Mais do que isso, ela nos

fez entender o potencial político inerente às lutas sociais urbanas, a despeito de suas ambivalências.

Foi assim que o conflito pontual, expresso na proposta da venda do quarteirão, e que deu origem ao Movimento SOS Quarteirão do Itaim, apontou antes um processo que não poderia passar despercebido diante de uma pesquisa orientada teoricamente por uma geografia urbana crítica. Em termos de diagnóstico, o quarteirão do Itaim nos forçava a compreender os processos abrangentes da urbanização capitalista. Já no que diz respeito à crítica dos processos analisados, mostrou que só podemos contar com uma superação *prática* daquela situação. Cada desdobramento da história do movimento em defesa de sua preservação dependia de uma dinâmica e de um enfrentamento de caráter político. Atentamos para a dimensão nada irrelevante que seu caso ocupou na mídia à época, permitindo um debate na esfera pública sobre a privatização de áreas públicas, gestão urbana e planejamento, também sobre as políticas de preservação patrimonial. O tombamento, principal estratégia usada pelo movimento, apontou o duplo e contraditório papel do patrimônio. Importa realçar que, mesmo manipulado pelos interesses da mercantilização, e reduzido à esfera econômica como consumo visual, o patrimônio essencialmente representa os valores de uso vinculado às necessidades humanas.

A luta em defesa da preservação do quarteirão do Itaim aponta ainda, mediante a problemática da questão patrimonial, para o papel político que o patrimônio precisa assumir. No quadro da urbanização crítica, espaços públicos e bens culturais, considerados sem luta política, têm sua existência ameaçada, o que implica na perda de referenciais da memória, do uso público e coletivo e no empobrecimento das relações sociais ligadas a um espaço e tempo específicos. Por ter uma origem social, o patrimônio se insere no âmago das formas de resistência e das lutas pelo espaço que se configuram atualmente como possibilidades de contraposição a uma lógica à qual está submetida a produção do espaço hoje. Por essa razão, discutir criticamente o patrimônio significa reconduzir sua problemática tendo em vista o *direito à cidade*.

A presente pesquisa nos ajudou a responder algumas indagações iniciais sobre os processos mais gerais da produção do espaço, e assim compreender a importância fundamental que as lutas pelo espaço assumem por dentro deste processo. De um lado, por ser um desafio antes de tudo prático, os sujeitos de sua produção precisam estar

engajados, apropriando-se do seu sentido de maneira radical. De outro, cabe também aos teóricos, sem dúvida, continuar a investigação de tais processos e manter no horizonte um rigoroso debate crítico, cujo propósito maior consiste em compreender o fenômeno social a partir das necessidades e desejos humanos.

Referências Bibliográficas

- ABRAHÃO, S.F. **Espaço público**: do urbano ao político. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2008.
- ABREU, I. R. N. Convênio Escolar: utopia construída. Dissertação (Mestrado em Arquitetura). FAU/USP. São Paulo, 2007.
- ALVAREZ, I.A.P. **A reprodução da metrópole**: o projeto Eixo Tamanduatehy. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 2008.
- ALVAREZ, I. A. P.; CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015.
- ALVES, G. “Transformações e resistências nos centros urbanos”. In: CARLOS, A. F. A. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.
- AMADEI, J. “O que é o Convênio escolar”. **Habitat**. São Paulo, n. 4, p. 3, 1951.
- ARANTES, A. C. **Mario de Andrade**. O precursor dos Parques Infantis em São Paulo. São Paulo: Phorte, 2008.
- ARANTES, O.B.F. **O lugar da arquitetura depois dos modernos** São Paulo: Edusp, 1995.
- _____. **Urbanismo em fim de linha**. São Paulo: Edusp, 1998.
- _____. “Uma estratégia fatal: a cultura nas novas gestões urbanas”. In: ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. (org). **A cidade do pensamento único**: desmanchando consensos. Petrópolis: Vozes, 2000.
- ARANTES, O.B.F.; PALLAMIN, V. “Entrevista: Formas urbanas em mutação”. **Revista Eptic Online**, vol. 16, n. 1, p.58-67, jan-abr., 2014.
- ARENDE, H. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1993.
- ARRIGHI, G. **O longo século XX**. São Paulo: Contraponto/UNESP, 1996.
- AVRITZER, L. “O associativismo em São Paulo”. In: _____. (org.) **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.
- AZEVEDO, F. (et.al.) **Manifesto dos pioneiros da Educação Nova (1932) e dos Educadores (1959)**. Coleção Educadores. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Ed. Massangana, 2010. Material eletrônico.
- BASTOS, M. A. J. “A escola-parque ou o sonho de uma educação completa (em edifícios modernos)”. **Revista AU**, 2009. Disponível em <http://www.revistaau.com.br/arquitetura-urbanismo/178/artigo122877-1.asp> (consultado em março de 2012)
- BOTELHO, A. “A cidade como negócio: produção do espaço e acumulação do capital no município de São Paulo”. **Cadernos Metrópole**. São Paulo, n. 18, p. 15-38, 2007a.
- _____. **O urbano em fragmentos**: a produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário. São Paulo: Annablume, 2007b.
- _____. **Do fordismo à produção flexível**: O espaço da indústria num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital. São Paulo: Annablume, 2008.
- _____. “Os dois lados da moeda: Panamby e City Jaraguá, exemplos da fragmentação do espaço urbano paulistano”. **GEOUSP – Espaço e Tempo**. São Paulo, n. 27, p. 9-31, 2010.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
- BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- _____. **Estatuto da Cidade**. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Brasília, DF, 2002.
- _____. **Novo Código Civil**. Lei nº 13.105/2015. Brasília, DF, 2015.

CALDEIRA, M. H. C. **Arquitetura para educação: escolas públicas na cidade de São Paulo (1934 – 1962)**. Tese (Doutorado em Arquitetura). FAU/USP. São Paulo, 2005.

CARLOS, A. F. A. **Espaço-tempo na metrópole: a fragmentação da vida cotidiana**. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. **O Espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo: FFLCH, 2007.

_____. “A metrópole de São Paulo no contexto da urbanização contemporânea”. **Estudos Avançados**, nº 23, p. 303-314, 2009.

_____. **A condição espacial**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

_____. “A reprodução da cidade como negócio”. In: CARLOS, A.F.A.; CARRERAS, C. **Urbanização e globalização: estudos sobre a metrópole**. São Paulo, Contexto, 2012.

_____. “Espaço público e *nova urbanidade* no contexto do direito à cidade”. **Confins** (online). Revista franco-brasileira de Geografia, n. 18, 2013. Disponível em: <http://confins.revues.org/8391> (acessado em abril de 2015)

_____. “A tragédia urbana”. In: ALVAREZ, I. A. P.; CARLOS, A. F. A.; VOLOCHKO, D. **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015a.

_____. “A reprodução do espaço urbano como momento da acumulação capitalista”. In: CARLOS, A. F. A. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015b.

_____. “Metageografia: ato de conhecer a partir da geografia”. In: CARLOS, A. F. A. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015c.

CARVALHO, J. M. **Cidadania no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CASTRO, L.G.R. **Operações urbanas em São Paulo: interesse público ou construção especulativa do lugar**. Tese (Doutorado em Arquitetura). FAU/USP. São Paulo: 2006.

CHAUÍ, M. **O espaço público e a democracia**. Comunicação apresentada ao Seminário internacional “o espaço público e exclusão social”. São Paulo, 1998. mimeo.

_____. **Público, privado e despotismo**. In: NOVAES, A. (org.) **Ética**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____. **A mundialização financeira**. São Paulo: Xamã, 1999.

_____. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: _____. (org.) **Finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHOAY, F. “O urbanismo em questão”. In: _____. **O urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

COELHO, V. S.; VERÍSSIMO, J. “Considerações sobre o processo de escolha dos representantes da sociedade civil nos conselhos de saúde em São Paulo”. In: AVRITZER, L. (org.) **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

COHEN, J.; ARATO, A. “Sociedade civil e teoria política”. In: AVRITZER, L. **Sociedade civil e democratização**. Belo Horizonte: Del Rey, 1994.

CONDEPHAAT. Resolução nº 46, de 13/05/82. São Paulo, 1982.

_____. Processo nº 64.106/2011. Estudo de tombamento do “Quartirão cultural do Itaim Bibi”. São Paulo, 2011.

_____. Parecer UPPH (Online). Seção Ordinária 1733 de 16/12/2013. São Paulo, 2013.

COSTA, S. “Sociedade civil e espaço público”. In: _____. **As cores de Ercília**. Esfera pública, democracia, configurações pós-nacionais. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

CYRELA. **Guia de bairro: Itaim Bibi**. São Paulo, 2010. Material de divulgação (encarte).

DAMIANI, A. L. “A metrópole e a indústria: reflexões sobre uma urbanização crítica”. **Terra Livre**. São Paulo, n. 15, p. 21-38, 2000.

_____. “Urbanização crítica e situação geográfica a partir da metrópole de São Paulo”. In: CARLOS, A.F.A./OLIVEIRA, A.U. **Geografias de São Paulo**: representação e crise da metrópole. São Paulo: Contexto, 2004.

_____. “O urbano no mundo da mercadoria”. In: CARLOS, A.F.A./LEMONS, A.I. (orgs.). *Dilemas urbanos. Novas abordagens sobre a cidade*. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. “Urbanização Crítica e Produção do Espaço”. **Cidades**. Presidente Prudente, v. 6, p. 307-339, 2009.

_____. “A geografia e a produção do espaço da metrópole. Entre o público e o privado”. In: CARLOS, A.F.A.; CARRERAS, C. **Urbanização e globalização**: estudos sobre a metrópole. São Paulo, Contexto, 2012.

DONEUX, M. F. **Projeto Nova Luz**: reflexões sobre a participação popular e a produção do espaço urbano. Trabalho de Graduação Individual. FFLCH/USP. São Paulo, 2011.

FERRARI, L. B. “Conselhos Populares na cidade de São Paulo”. **Lua Nova** [online]. 1984, vol.1, n.2, pp. 94-96.

FERREIRA, J. S. W. “Cidades para poucos ou para todos? Impasses da democratização das cidades no Brasil e os riscos de um urbanismo às avessas”. In: Francisco de Oliveira, et al. (orgs.). **Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

FIX, M. **Parceiros da exclusão**: duas histórias da construção de uma “nova cidade” e São Paulo: Faria Lima e Água Espraiada. São Paulo: Boitempo, 2001.

_____. “Uma ponte para a especulação – ou a arte da renda na montagem de uma cidade global”. **Cadernos CRH**. Salvador, v. 22, n. 15, p. 41-64, jan-abr, 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v22n55/03.pdf>. Consultado em janeiro de 2015.

FRASER, N. “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça na era pós-socialista”. In: Jessé Souza (org.) **Democracia hoje**: novos desafios para a teoria democrática contemporânea. Brasília: Ed. da UnB, 2001.

FRÚGOLI JR., H. **Centralidade em São Paulo**. Conflitos, trajetórias e negociações na metrópole. São Paulo; Edusp, 2000.

GOHN, M. G. **Movimentos sociais e lutas pela moradia**. São Paulo: Edições Loyola, 1991.

_____. **Teoria dos Movimentos Sociais**. Paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

_____. “Movimentos sociais na contemporaneidade”. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, maio-ago, 2011.

_____. **Movimentos sociais e redes de mobilizações civis no Brasil contemporâneo**. Petrópolis: Editora Vozes, 2013.

GUTIERREZ, R. “ História, memória e comunidade: o direito ao patrimônio construído”. In: Departamento de Patrimônio Histórico (DPH). **O direito à memória**: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: DPH/ Secretaria Municipal de Cultura, 1992.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. São Paulo: Ed. Unesp, 2014.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **Cidades Rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo: Martins Fontes – Selo Martins, 2014.

- INNOVARE. “Entrevista: Movimento SOS Itaim Bibi: Justiça e Sustentabilidade” com Áurea Ap. Colaço; Edgard S. Bueno Filho; Nelson J. L. O. Ribeiro e Lívio de Vivo, 2012. Disponível em: <http://www.premioinnovare.com.br/praticas/movimento-sos-itaim-bibi-justica-e-sustentabilidade>.
- JEUDY, H. **Espelho das cidades**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.
- KOWARICK, L. **Escritos urbanos**. São Paulo: Editora 34, 2009.
- KRAML, V. **Caderno de Pesquisa histórica para tombamento dos equipamentos urbanos públicos do Itaim Bibi**. São Paulo, VK Arquitetura e Restauro, 2011.
- LANGENBUCH, J. R. **A estruturação da Grande São Paulo**. Rio de Janeiro: FIBGE, 1971.
- LEFEBVRE, H. **Espacio y política**. El derecho a la ciudad, II. Barcelona: Ediciones Península, 1976.
- _____. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- _____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins. 2006. Material eletrônico. (do original: *La production de l'espace*. Paris: Editions Anthropos, 2000)
- _____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008a.
- _____. “Estrutura social: a reprodução das relações sociais”. In: FORACCHI, M.M. **Sociologia e sociedade: leituras de introdução à sociologia**. Rio de Janeiro: FTC, 2008b.
- _____. “A ‘Praxis’: A Relação Social como Processo”. In: FORACCHI, M. M.; MARTINS, J. S. **Sociologia e Sociedade: Leituras de introdução à Sociologia**. Rio de Janeiro: LTC, 2008b.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2011.
- LENCIONI, S. **Reestruturação urbano-industrial**. Centralização do capital e desconcentração da metrópole de São Paulo: Indústria têxtil. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 1991.
- LOPES, H. Q. F.; TOLEDO, V.L.V. **Itaim-bibi**. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1988. História dos bairros de São Paulo, v. 26.
- MAIA, T. A. “Civismo e cidadania num regime de exceção: o conhecimento histórico ensinado e seus usos políticos na ditadura civil-militar (1964-1985)”. **Anais do XXVII Simpósio Nacional de História**. Anpuh, 2013.
- MAGNANI, J. G.; MORGADO, N. “Futebol de várzea também é patrimônio”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, n. 24, p. 175-184, 1996.
- MARINS, P.G. “Trajetórias de preservação do patrimônio cultural paulista”. In: MARTINS, J. S. **Caminhada no chão da noite** (emancipação política e libertação nos movimentos sociais no campo). São Paulo: Hucitec, 1989.
- MARX, K. **O capital**. Crítica da economia política. Livro I. 2 vols. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.
- MASCARENHAS, L. P. **Reconversão Urbana do Largo da Batata: revalorização e novos conteúdos da centralidade de Pinheiros**. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 2014.
- MASCARO, C. C. **O Município de São Paulo e o Ensino Primário** (ensaio de Administração Escolar). Livre-Docência. FFLCH-USP, São Paulo, 1960.
- MENESES, U.B.T. “Os usos culturais da cultura. Contribuição para uma abordagem crítica das práticas culturais e políticas culturais”. In: YAZIGI, E. et.al. (orgs.). **Turismo: Espaço, Paisagem e Cultura**. São Paulo: Hucitec, 1996.
- MIELE, S. A. F. **O movimento da economia financeira na dinâmica imobiliária de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 2007.

MONNET, J. “O álibi do patrimônio: crise da cidade, gestão urbana e nostalgia do passado”. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Brasília, no 24, p. 220-228, 1996.

MOTTA, L. “A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global”. In: ARANTES, A.A. (org.) **O espaço da diferença**. Campinas: Papirus, 2000.

NEVES, R. “Transformações da cidadania e Estado de Direito no Brasil”. In: SILVA, F.G; RODRIGUEZ, J. R. **Manual de Sociologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2013.

NIEMEYER, C. A. C. **Parques Infantis de São Paulo: lazer como expressão de cidadania**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2002.

NIGRO, C. **Territórios do Patrimônio: tombamentos e participação social na cidade de São Paulo**. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 2001.

_____. “Territórios do patrimônio: tombamentos e mobilizações sociais”. In: CARLOS, A.F.A./ LEMOS, A.I.G. **Dilemas urbanos: novas abordagens sobre a cidade**. São Paulo: Contexto, 2003.

OLIVEIRA, F. “Privatização do público, destituição da fala e anulação da política: o totalitarismo neoliberal”. In: OLIVEIRA, F. e PAOLI, M. C. (orgs.). **Os sentidos da democracia: política do dissenso e hegemonia global**. Coleção Zero à esquerda. Ed. Vozes, Fapesp, Nedic, 1999.

PRATA, J. M. **Patrimônio cultural e cidade: práticas de preservação em São Paulo**. Tese (Doutorado em Arquitetura). FAU/USP. São Paulo, 2009.

RAMALHO, T. M. T.; MEYER, R. “O impacto da Operação Urbana Faria Lima no uso residencial: dinâmica de transformação. NUTAU. Cidades e Globalização; Intervenções urbanas, 2004. Disponível em:
http://www.multi.arq.br/site/download_file.php?arquivo=20120130065049000000-artigonutau-operacaourbana.pdf

RIBEIRO, F. V. **A luta pelo espaço**. Da segurança da posse à política de regularização fundiária de interesse social em São Paulo. Tese (Doutorado em Geografia). FFLCH/USP. São Paulo, 2012.

_____. “Produção contraditória do espaço urbano e resistência”. In: CARLOS, A. F. A. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015.

RICCI, R. “Associativismo paulistano e cultura ambivalente”. In: AVRITZER, L. (org.) **A participação em São Paulo**. São Paulo: Editora da Unesp, 2004.

RODRIGUES, A.M. “Estatuto da cidade: função social da cidade e da propriedade. Alguns aspectos sobre população urbana e cidade”. **Cadernos Metrôpole**, n. 12, pp. 9-25, 2º sem., 2004.

RODRIGUES, M. “De quem é o patrimônio? Um olhar sobre a prática preservacionista em São Paulo.” **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Brasília, nº 24, 1996.

_____. **Imagens do passado: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969 – 1987**. São Paulo: Editora da Unesp, 2000.

SANTOS, M. **O espaço dividido**. Os dois circuitos da economia urbana dos países desenvolvidos. São Paulo: Edusp, 2004.

_____. **O espaço do cidadão**. São Paulo: Edusp, 2007.

_____. **Metrôpole Corporativa Fragmentada**. São Paulo: Edusp, 2009.

SÃO PAULO (Município). Prefeitura Municipal. **Operação Urbana Faria Lima**. Lei nº 13.769/2004.

_____. Lei Municipal nº 15.397/2011.

SCIFONI, S. **A construção do patrimônio natural**. Tese (Doutorado em Geografia) FFLCH/USP. São Paulo, 2006.

_____. “Parque do Povo: um patrimônio do futebol de várzea de São Paulo”. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v. 21, n. 2, p. 125-51, jul/dez, 2013a.

_____. “Patrimônio cultural e lutas sociais”. **Espaço e Geografia**, vol. 16, nº 2, p. 515-528, 2013b.

_____. “Cultura e problemática urbana”. In: CARLOS, A.F.A. **Crise urbana**. São Paulo: Contexto, 2015a.

_____. “O patrimônio como negócio”. In: ALVAREZ, I. A. P. (et.al.) **A cidade como negócio**. São Paulo: Contexto, 2015b.

SEABRA, O. C. L. “A insurreição do uso”. In: MARTINS, J. S. (org.) **Henri Lefebvre e o retorno à dialética**. São Paulo, 1996.

_____. **Urbanização e Fragmentação: apontamentos para estudo do Bairro e da memória urbana**. Anais do VIII Encontro de Geógrafos Latino Americano. Santiago: Universidade do Chile, 2001.

_____. **Urbanização e fragmentação**. Cotidiano e vida de bairro na metamorfose da cidade em metrópole, a partir das transformações do Bairro do Limão. Tese (Livre-docência). FFLCH/USP. São Paulo, 2003.

_____. “Territórios do uso: cotidiano e modos de vida”. **Revista Cidades**, Presidente Prudente, nº 2, v. 1, p. 181-206, 2004a.

_____. “São Paulo: a cidade, os bairros e a periferia”. In: CARLOS, A.F.A./OLIVEIRA, A.U. **Geografias de São Paulo: representação e crise da metrópole**. São Paulo: Ed. Contexto, 2004b.

SENNET, R. **O declínio do homem público**. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

SERPA, A. **O espaço público na cidade contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2014.

THOMPSON, E.P. **A formação da classe operária inglesa**. 3 vols. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

TOURRAINE, A. **O pós-socialismo**. São Paulo: Brasiliense, 2004.

VAZ, A. P. **O projeto Nova Luz e a renovação urbana na região da Luz: o espaço urbano como condição e produto da acumulação e como espaço de reprodução da vida**. Dissertação (Mestrado em Geografia). FFLCH-USP, São Paulo, 2009.

Fontes

Revista Veja on line, Cidades, de 10/08/2011. Consulta em fevereiro de 2012: <http://vejasp.abril.com.br/revista/edicao-2229/luta-por-terreno-itaim>

Jornal O Estado de São Paulo, Caderno Metrópole, de 28/02/2012.

Jornal O Estado de São Paulo on line, dos dias 07/05/2011 e 05/11/2011. Consulta em fevereiro de 2012: <http://www.estadao.com.br/noticias/impreso,condephaat-congela-quarteirao-do-itaim-bibi-que-prefeitura-pos-a-venda,716088,0.htm>; <http://www.estadao.com.br/noticias/geral,juiz-barra-venda-de-quarteirao-do-itaim-em-sao-paulo,754541,0.htm>

Jornal Folha de São Paulo on line, do dia 04/11/2011. Consulta em fevereiro de 2012: <http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/954577-justica-de-sp-suspende-venda-de-quarteirao-do-itaim-bibi.shtml>

Revista AU - Arquitetura e Urbanismo. Consulta em fevereiro de 2012: <http://www.piniweb.com.br/construcao/urbanismo/prefeitura-e-moradores-disputam-futuro-de-quarteirao-em-sao-paulo-246246-1.asp>

www.itaim.com.br

www.preservasp.org.br

www.memoriasdoitaim.com.br

www.saibibi.com.br/

<http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/panorama/>

<http://www.bmfbovespa.com.br>

www.raquelrolnik.wordpress.com/2011/05/10/no-quarteirao-da-cultura-no-itaim-bibi-quais-sao-os-valores-em-jogo/